UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

HELENA WAKIM MORENO

Voz d'Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda
(1881-1901)

(“Versão corrigida”)

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

***Voz d'Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda
(1881-1901)***

(“Versão corrigida”)

Helena Wakim Moreno

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

De acordo, Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

Orientadora: Profa. Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

São Paulo

2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

MORENO, Helena Wakim. *Voz d'Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Profa. Dra: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Ale, Carlinho, Cris, Lilica e Nema.

Com amor e gratidão.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), que financiou esta pesquisa de mestrado no país e o estágio de pesquisa em Portugal, minha gratidão por ter viabilizado este estudo e me propiciado uma experiência de pesquisa intensa e inesquecível durante os dois meses que estive em Lisboa. Mais uma vez, meus sinceros agradecimentos. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo auxílio financeiro durante os primeiros meses desta pesquisa, e ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, professora Leila Leite Hernandez. Sua seriedade intelectual, comprometimento e generosidade possibilitaram a existência dessa pesquisa. Devo muito às suas aulas e orientação, que provocaram a inquietação necessária e revelaram novas perspectivas. Muito obrigada por seu imprescindível apoio, confiança, amizade e, sobretudo, por seu exemplo.

Aos professores Vima Lia de Rossi Martim e Muryatan Santana Barbosa pela leitura atenta e sugestões no exame de qualificação. Obrigada pelas indicações e conversas que ajudaram a apontar novas questões neste trabalho. Agradeço também aos professores Lincoln Secco e Marisa Midori Deaecto que me auxiliaram no início desta pesquisa e em momentos decisivos. Meus agradecimentos ao NAP Brasil-África, importante espaço de pesquisa, discussões e trocas com professores e colegas que se debruçam sobre a África, os africanos e seus ecos no mundo.

Agradeço muito a Larissa Alves de Lira, Aline de Andrade Bernardo Rodrigues e Ágatha Francesconi Gatti, por terem me ouvido, por terem falado e por me presentear com sua amizade.

Entre os colegas de pós-graduação e amigos, não posso deixar de agradecer Angela Fileno, Milton Correa, Evandro Souza, Marcela Godoy, Lia Laranjeira, Raquel Gryszczenko Gomes, Renato Soares Bastos, Ruan Reis, entre outros que não foram mencionados, mas cujo companheirismo me acompanhou durante esta pesquisa. Agradeço ainda à Gabriela Aparecida dos Santos, pelo carinho, pela troca de indicações bibliográficas e valiosas dicas de viagem à Lisboa.

Em Portugal, agradeço ao professor José da Silva Horta, que me orientou durante o estágio de pesquisa, por sua preocupação em apontar novos rumos e fazer com que minha estadia fosse a mais produtiva possível. Agradeço à professora Ana Paula Tavares, pela estima e sensibilidade, pelas conversas inspiradoras e indicações tão generosas, e à Profa. Isabel Castro Henriques, pela atenção que me dedicou e pelas importantes referências que forneceu para essa pesquisa.

No Arquivo Histórico Ultramarino, agradeço a Carlos Almeida e José Sintra Martinheira, pelo interesse e por terem me conduzido na imensidão deste rico acervo.

Não posso deixar de expressar a minha gratidão aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em especial à Sra. Fernanda Santos, que com extrema boa vontade facultou o acesso a “obras raríssimas”, como ela mesma chamou.

Guardo com carinho a hospitalidade e a afeição de Catarina Mira, minha anfitriã e companheira em Lisboa.

Agradeço o apoio dos meus sogros Percival de Brites Figueiredo, Bernadete de Lourdes Ganan Figueiredo e de minha cunhada Lílís Ganan de Brites Figueiredo. Também sou grata à minha outra cunhada, Poliana Ganan de Brites Moura Prata, pelas conversas e indicações, que levo comigo.

Aos meus pais, Carlos Roberto Estanda Moreno e Cristina Wakim Moreno, minha gratidão pela ternura, estímulo, sabedoria, pelas palavras e gestos de conforto tão fundamentais neste processo. Para minha irmã, Elisa Wakim Moreno Timóteo, e meu cunhado, Sergio de Paula Moreno Timóteo, pela cumplicidade, pelas conversas e pelo incentivo. É sempre uma alegria estar com vocês. À minha avó Noemia Estanda Moreno, que me contou histórias que os livros (ainda) não contam, regadas a muito afeto.

Ao meu esposo, Alexandre Ganan de Brites Figueiredo, pelo amor, paciência, compreensão e generosidade, para quem meus agradecimentos são insuficientes. Agradeço sua disposição em ouvir e discutir as ideias que despontavam durante este trabalho, sempre me encorajando. Suas leituras, sugestões e críticas me ajudaram a abrir novos caminhos e foram incorporadas à pesquisa. Obrigada por mais uma vez ter sido meu porto seguro. Devo a você o que existir de bom nesse trabalho.

“Disseram-lhe então: Quem és, para
darmos uma resposta aos que nos enviaram?
Que dizes de ti mesmo?
Disse ele: eu sou a voz do que clama no
deserto (...)”

Jo, 1, 23.

“Clamar – soltar as vozes; gritar. Vociferar,
bradar, protestar publicamente. Bradar,
gritar, exclamar, dizer em altas vozes.
Implorar, exorar. Exigir, reclamar.”

*Diccionario Contemporaneo da Lingua
Portuguesa, 1881.*

RESUMO

MORENO, Helena Wakim. **Voz d'Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação em Luanda (1881-1901)**. 2014. 376 ff. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Este estudo tem como objetivo analisar *Voz d'Angola clamando no deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos nativos* (1901), obra coletiva e anônima composta por onze artigos e publicada por “filhos do país” que viviam em Luanda e no interior próximo. Grupo de fronteira, produto dos encontros entre os Mbundu e os portugueses, os “filhos do país” atuaram como traficantes de escravos desde o século XVII, de quando datam os primeiros registros de sua presença na colônia. Após a proibição do tráfico, conseguiram colocações em postos intermediários e baixos da administração colonial por serem letrados, mas principalmente porque o governo português carecia de funcionários. A partir da década de 1880, pressionado pelas disputas territoriais na África com outros países europeus, Portugal passou a incentivar a ida de imigrantes portugueses para Angola, tendo como uma das consequências o gradual alijamento dos “filhos do país” dos cargos no governo. Nesta mesma época, surgiram os primeiros órgãos de imprensa dirigidos por “filhos do país” em Luanda, cujas páginas traziam protestos contra a sua situação, críticas ao governo e embates com os colonos portugueses. Em meio a este cenário de confronto, é publicada *Voz d'Angola clamando no deserto*, tida como expressão máxima dessa geração de “filhos do país”. Amparado em diversas fontes documentais e através da interpretação dos artigos que compõe a obra, este trabalho procura demonstrar como é feita uma dura crítica às situações de opressão a que os africanos eram submetidos devido à presença colonial portuguesa, trazendo avanços quando comparada a outras publicações dos “filhos do país”, mas também limitações de sua época.

Palavras-chave: *Voz d'Angola clamando no deserto*, “filhos do país”, protesto, Luanda, Angola.

ABSTRACT

MORENO, Helena Wakim. **Voz d'Angola clamando no deserto: protest and demand in Luanda (1881-1901)**. 2014. 376 ff. Dissertation – College of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo.

This study's purpose is to analyze *Voz d'Angola clamando no deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos natúraes* (1901), a collective and anonymous work composed of eleven articles published by the “filhos do país” who lived in Luanda and surrounding countryside. A frontier group, product of the encounter between the Mbundu and the Portuguese, the “filhos do país” had operated as slave traders since the seventeenth century, when we find the first registers of their presence in the colony. After the slave trafficking prohibition, they were able to find intermediate and low positions in colonial administration due to their literate education, but only because the Portuguese government was short on employees. Since the 1880's, pressed by territorial disputes with other European countries in Africa, Portugal started to encourage Portuguese people to immigrate to Angola, and as a consequence, the “filhos do país” were gradually dismissed from positions in the government. By that same time, the first written press organs were established and directed by “filhos do país” in Luanda, and in their pages they wrote about protests against the situation, criticism toward the government and confrontations with Portuguese settlers.

Amid this confrontation scenario the *Voz d'Angola clamando no deserto* is published, and is recognized as the strongest expression of the “filhos do país” generation. Supported by various document sources and through interpretation of the work's articles, this study seeks to demonstrate how they exert harsh criticism to oppressive situations the Africans were submitted due to the Portuguese colonization, bringing up advances when compared to other publications of the “filhos do país”, but also bringing up the limitations of its time.

Key words: “filhos do país”, *Voz d'Angola clamando no deserto*, protest, Luanda, Angola.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Itinerários da decadência: os “filhos do país” na região de Luanda no século XIX.....	36
1.1 Os “filhos do país” e o tráfico.....	38
1.2 A reorganização dos “filhos do país” no pós-tráfico.....	49
1.3 A decadência dos “filhos do país” em fins de século.....	57
1.4 Os “filhos do país” e a sua Luanda.....	66
1.5 Homens de fronteira em tempos de decadência.....	78
2. Itinerários da escrita: as primeiras publicações e a imprensa dos “filhos do país” em Luanda.....	79
2.1 Hábitos de leitura antes da produção literária.....	80
2.2 O primeiro livro publicado em Angola: a poesia de Maia Ferreira.....	82
2.3 Espaços da escrita dos “filhos do país” através de suas contribuições no <i>Almanach de Lembranças</i>	85
2.4 A imprensa: as primeiras colaborações dos “filhos do país”.....	86
2.5 A década de 1880: os jornais dirigidos por africanos.....	94
2.6 A escrita em kimbundu.....	100
2.7 A geração de 1890 frente à nova lei de imprensa.....	111

2.8 Considerações em torno dos escritos dos “filhos do país”	113
3. <i>Voz d’Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação</i>	115
3.1 A Associação Literária Angolense.....	115
3.2 O “ódio de raça”	119
3.3 O Regulamento do Trabalho dos Indígenas.....	127
3.4 “Contra a lei, pela grey”	130
3.5 <i>Voz d’Angola clamando no deserto: a construção da obra</i>	132
3.6 Algumas considerações em torno do título e do estilo da obra.....	135
3.7 Protesto e reivindicação.....	138
3.8 Partindo para os extremos.....	155
4. Considerações Finais.....	157
5. Referências.....	163
5.1 Fontes Documentais.....	163
5.1.1 Fontes manuscritas.....	163
5.1.2 Fontes impressas.....	165
5.2 Bibliografia.....	168
6. Anexo – <i>Voz d’Angola clamando no deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos naturais</i>	181

Lista dos Mapas

Mapa 1 - Os reinos de Angola e Benguela.....	37
Mapa 2 - Mapa de Angola.....	41
Mapa 3 - Região Recenseada do Districto de Loanda.....	70
Mapa 4 – Angola.....	101

Siglas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

BGGPA – Boletim do Governo Geral da Província de Angola

BSGL – Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa

DGU – Departamento Geral do Ultramar

GM – Gabinete do Ministro

SEMU – Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar

Introdução

A tentativa de se debruçar sobre os caminhos trilhados pelos “filhos do país” em fins dos oitocentos não pode ser feita isolando-os dos processos históricos e das dinâmicas culturais da colonização portuguesa em Angola. Como sustenta Edward Said, a experiência colonial resulta da sobreposição dos territórios e do entrelaçamento das histórias¹, definidoras de uma totalidade histórica cuja natureza é caracterizada pela assimetria de ações que desnudam os limites da dominação e da subordinação em um regime colonial aparentemente coeso, intenso, eficaz e eficiente.

Em fins do século XIX, eram chamados “filhos do país” os nascidos em Angola que apresentavam uma combinação de traços das culturas africana e europeia. Suas origens datam do século XVII, quando traficantes portugueses instalados na costa de Luanda se casaram com mulheres da etnia Mbundu², predominante na região. Pode-se dizer, que os “filhos do país” são resultado do que Mary Louise Pratt chama de “zona de contato”, em suas palavras, o *“espaço de encontros coloniais no qual pessoas historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a situações de coerção”*³. O território onde ocorriam esses encontros corresponde ao espaço que aparece ao longo do estudo em termos como “Luanda e interior próximo” ou “Luanda e suas circunvizinhanças” equivalendo, aproximadamente, a região que se estende de Luanda até o Rio Kwango, ao leste, sendo limitado pelo rio Bengo ao norte, e pelo rio Kwanza ao sul.

---

¹ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 75.

² Os Mbundu são uma etnia bantu que possuem diversos sub grupos, entre os axiluanda, kissama, os mbangala, os libolo e os jinge. Diversos indivíduos provenientes de subgrupos Mbundu teriam se instalado na região de Luanda entre os séculos XVI- XVIII. Ver: MILLER, Joseph. *Way of death. Merchant capitalism and Angolan slave trade 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988, pp. 32-39.

³ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, pp. 31.

Apesar dos “filhos do país” constituírem um grupo pequeno - por volta de 1850 somava cerca de 3.500 indivíduos -, era marcado por algumas heterogeneidades. Na sua origem provinha de famílias antigas de Angola, vindo a se fixar no litoral e em suas proximidades, o que possibilitou contatos mais estreitos com os portugueses, com quem os casamentos eram incentivados. No século XVIII algumas famílias de “filhos do país” se instalaram na região de Mbaka e do Golungo Alto, no interior. A distância da costa fez com que essas famílias se aproximassem mais das sociedades africanas da região do que dos portugueses. Em fins do século XIX, havia ainda os “filhos do país” de origem recente, filhos de portugueses com africanas, em geral, suas escravas⁴.

É importante ressaltar a pluralidade dos “filhos do país”, pertencentes a algumas famílias, no geral as mais antigas, quem tinham propriedades e grande número de escravos. E alguns, na primeira metade do século XIX, chegaram a figurar entre os indivíduos mais ricos de Angola, em função da sua participação no tráfico de escravos. Com o decorrer do século e o declínio do tráfico de escravos em Luanda, os “filhos do país” assistiram sua situação financeira decair, sendo que os mais abastados ocupavam postos de segundo e terceiro escalão na administração colonial e os com menos recursos ainda eram artífices. Mesmo assim, no final do século XIX, em termos econômicos, os “filhos do país”, podem ser considerados elites decadentes. Um exemplo que ilustra essa afirmação é o da família Matoso de Andrade e Câmara. Na década de 1830, Innocêncio Matoso de Andrade e Câmara era um dos mais ricos traficantes de Angola e muito conhecido pelas autoridades portuguesas, ao passo em 1872, o governador geral José Maria da Ponte e Horta, ao reclamar da atuação dos “filhos do país” na imprensa

---

⁴ DIAS, Jill. “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula de Angola entre 1870 e 1930”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 1, 1984, pp. 66.

menciona com ironia, “*certo Innocêncio Matoso de Andrade e Câmara, filhos d’Angola (...) falta-lhe completamente o crédito*”⁵.

Vestiam-se à europeia, muitos deles sabiam ler e escrever em português, e acompanhavam a política europeia através do acesso a livros e jornais publicados, sobretudo na metrópole e no Brasil. Seus nomes também eram de origem europeia e diferente da maioria dos africanos, possuíam propriedades privadas, o que pode ser considerado como uma marca deste grupo⁶. Ao mesmo tempo, mantinham fortes laços com as sociedades africanas do interior através de casamentos, falavam kimbundu, língua dos Mbundu, e participavam de rituais africanos, como os funerais, que por vezes agregavam elementos do catolicismo às religiões africanas. Os europeus os chamavam de “mulatos” e “pretos”, conforme a cor da sua pele, ao passo que os africanos das comunidades étnicas locais os identificavam como “brancos”, em função dos seus hábitos europeus. Em suma, “os filhos do país” eram indivíduos de fronteira, capazes de dialogar com os dois mundos presentes no território de Angola.

O termo “filhos do país”, utilizado pelos portugueses para se referir aos nascidos em Angola, tinha boa dose de desdém. Aos poucos, o termo foi assumido por este grupo e utilizado com orgulho para marcar a sua condição de nascidos em Angola. Joseph Miller constata em fontes documentais que desde o século XVIII, famílias deste grupo utilizavam o termo “filhos do país” para se identificarem em relação aos europeus e às sociedades africanas do interior⁷. Na imprensa e também entre os documentos oficiais das autoridades coloniais de fins de século, ao lado de “filhos do país”, aparecem outras denominações como “filhos d’Angola”, “angolense”, “naturaes”, “filhos das colônias” e “filhos do ultramar”, as três últimas também aplicáveis a grupos de formação semelhante

---

⁵ AHU, SEMU, DGU, 643, Correspondência de Governadores, 1872-1873, Pasta 43, Angola.

⁶ DIAS, Jill. “Uma questão de identidade... *Op. Cit.*

⁷ MILLER, Joseph. *Way of death. ...Op. Cit.*

que viviam em outras províncias portuguesas em África: Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé.

Desde a década de 1960, há uma produção historiográfica que se debruça sobre os “filhos do país” ou “angolenses” de Luanda, como os membros desse grupo se designavam. As pesquisas também nominam o grupo de “crioulos” ou “assimilados”, privilegiando suas especificidades culturais do grupo.

Um panorama dos principais estudos sobre “os filhos do país” realizados nas últimas décadas mostra diferentes olhares. O primeiro foi realizado por Mario Antônio Fernandes de Oliveira em 1968. *Luanda, “ilha” crioula* é um livro marcado pela interpretação luso-tropicalista do autor cuja hipótese central sustenta que os encontros culturais no litoral teriam propiciado o surgimento de “*ilhas crioulas*” que com o decorrer dos séculos resultou em uma cultura que combinava elementos africanos com um grande número de aspectos portugueses, presentes em manifestações religiosas, festas e na culinária, entre outras⁸. A gênese da cultura “crioula” em Luanda teria sido marcada por esses aspectos da colonização portuguesa.

Nestes moldes, o autor utiliza o termo “crioulo” para designar o grupo originário deste processo, definindo-o como composto por “*descendentes em áreas tropicais de não aborígenes, sendo originariamente independente de raça ou cor*”. Identifica um processo permeado por “*formas de equilíbrio*” no plano cultural e apresenta uma visão harmônica da vivência entre africanos e portugueses⁹, ignorando os embates e assimetrias que perpassavam as relações sociais.

---

⁸ O autor sustenta que a partir do século XVII já é possível identificar um grupo originário deste processo situado em portos que se dedicavam ao comércio de escravos (como seu exemplo máximo, Luanda), e nas cercanias do rio Kwanza. OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes de. *Luanda, “ilha” crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

⁹ *Idem*, pp. 19, pp. 24.

Em mais de uma passagem, Mário Antônio destacava que os portugueses, embora fossem minoria, eram os mais aptos e os mais capazes de dirigir “*a obra da civilização*”. Cito: “*O grupo de europeus teve no início expressão numérica que nos espanta se comparada com a obra que a sua presença determinou*”. Para além dessa missão heroica, o autor faz uso das ideias luso-tropicalistas de Gilberto Freyre para caracterizar a presença portuguesa em Angola como particularmente tolerante, afável e aberta às mais diversas relações com os africanos. Nesta perspectiva Mario Antônio conclui que as colônias portuguesas eram o “*melhor tipo acabado da amálgama bio-social que Portugueses realizaram nos trópicos*”¹⁰.

O luso-tropicalismo foi sistematizado a partir de leituras várias das obras de Gilberto Freyre, sobretudo, a de *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicado em 1953. Segundo Maria da Conceição Neto, enquanto nas décadas anteriores as ideias de Freyre eram praticamente desconhecidas em Portugal, “*a partir da década de 1950 as suas teorias foram amplamente utilizadas como suporte ideológico da defesa das colônias portuguesas de África, contra os ventos da libertação pós-1945*”¹¹. Nos anos 1960 e 1970, o luso-tropicalismo, com maior ou menor adesão encontrou ecos na África. O destaque dado para essas ideias em Angola, conforme os interesses portugueses de justificar ideologicamente o colonialismo tardio em África, ganha clareza quando lembramos que foi a própria Agência Geral do Ultramar que fez publicar *Luanda, “ilha” crioula*, em duas edições, uma portuguesa e, em 1970, outra em francês.

Mais tarde, o grupo dos “filhos do país” ganhou outras qualificações, como apresenta Douglas Wheeler, em trabalho publicado em 1971, no qual utiliza “assimilado”

---

¹⁰ OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes de. *Luanda, “ilha” crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968, pp. 11-12.

¹¹ NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização em Angola no século XX”. *Lusothopie*, Agosto de 1997, pp. 328.

para designar o grupo em questão¹², reiterando um termo utilizado pelo estado colonial português no século XX, para qualificar os africanos que demonstravam o abandono a sua cultura originária e adotavam os preceitos da cultura e da língua portuguesa. Não é demasiado abrir um parêntese para lembrar o anacronismo do autor ao utilizar o vocábulo “assimilado” definido no século XX referindo-se a circunstâncias históricas do final do século XIX. Wheeler caracteriza os “assimilados” nos seguintes termos: “*O padrão cultural dos assimilados angolanos era quase exclusivamente e conscientemente português, e de facto, os assimilados eram muitas vezes portugueses negros*”¹³. Douglas Wheeler acredita que os “assimilados” em Angola eram tratados “praticamente” da mesma forma que os portugueses. Entretanto, o olhar de Wheeler leva a perceber que em Angola era adotada pelo grupo “*quase exclusivamente*” a cultura portuguesa, enquanto para Mário Antonio a “cultura crioula” tem um caráter mestiço.

Nos anos seguintes, novos estudos buscaram um afastamento das visões tributárias do luso-tropicalismo, pondo em questão o caráter harmonioso das relações entre africanos e portugueses e a efetividade da administração colonial portuguesa. Também procuram identificar e definir com maior clareza e riqueza de elementos quem eram os “filhos do país”, introduzindo o vocábulo “crioulo” para adjetivá-los de forma mais adequada.

Ao ter como objeto de pesquisa a formação da sociedade luandense de 1838 a 1848 e as relações entre portugueses e “crioulos”, Anne Stamm sustenta que a presença destes em postos da administração colonial revelava a fragilidade da presença portuguesa em Angola. Enfatiza também que as relações entre os “crioulos” e o governo português

---

¹² O livro “Angola” (1971), em parceria com René Pelissier, foi publicado originalmente em inglês. Uma versão estendida do livro foi publicada em português em 2011, e recebeu o título de “História de Angola”. WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. *Angola*. Londres: Pall Mall Press, 1971; WHEELER, Douglas; e PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

¹³ *Idem*, pp. 150.

eram marcadas por conflitos de interesses, tendo de um lado os que buscavam tornar efetiva uma política de proibição do tráfico de escravos e de outro, os que almejavam a sua permanência dada sua ligação com o tráfico.¹⁴

Mas como definir o que era “crioulo”? Treze anos depois de Stamm, em 1984, Jill Dias o definiu como:

uma categoria sociocultural que engloba, convenientemente, uma vasta gama de elementos heterogêneos, desde os descendentes de europeus nascidos localmente (tanto brancos como mestiços) aos africanos destribalizados, mais ou menos adaptados à cultura europeia (os chamados “civilizados” ou “assimilados” na terminologia colonial portuguesa, todos os quais formaram um grupo intermediário entre os europeus da metrópole e a maioria da população negra rural, não aculturada¹⁵.

O conceito proposto pela historiadora se inspirou nos trabalhos de Philip Curtin (1972) e Abner Cohen (1981) que utilizavam esta categoria sociocultural para definir grupos em situação similar, em diferentes regiões como Gana, Serra Leoa e Senegal¹⁶. Já para Marcelo Bittencourt, o “crioulo” de Angola é aquele que é capaz de “*actuar nesses dois mundos [europeu e africano] e realizar uma interligação entre eles*”. Nota ainda que os “crioulos” constituíam um grupo, apesar das diferenças sociais e econômicas existentes entre eles.¹⁷

Merece destaque também a definição de “cultura crioula”, como proposta por Roquinaldo Ferreira, cujo objetivo era compreender os encontros entre portugueses e africanos no período do tráfico de escravos, na região de Luanda. Suas conclusões mostram, ao contrário do que defendia Mario Antônio, que a cultura africana se sobressaía neste espaço de encontros:

---

¹⁴ STAMM, Anne. “La société creole à Saint-Paul de Loanda dans les années 1838-1848”. *Revue française d’histoire d’Outre-Mer*, t. LIX, no. 217, 1972, pp. 578-610.

¹⁵ DIAS, Jill. “Uma questão... *Op. Cit.*, pp. 61.

¹⁶ *Idem*, pp. 61-62.

¹⁷ BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999, pp.33.

Mesmo em Luanda, a despeito dos protestos oficiais, era a cultura africana que dava o tom. Apesar do uso do português como uma das línguas francas do comércio e correspondência diplomática, o Kimbundu era a língua hegemônica. Devido o tráfico de escravos, as relações comerciais de Angola eram mais intensas com o Brasil do que com Portugal.¹⁸

A partir da década de 1990, ganhou clareza a noção de que a identidade cultural não se limita as características sociais e econômicas. A estratégia da diferença em uma perspectiva relacional e situacional carece levar em conta os sistemas de valores, símbolos, crenças, ideologias e língua. São aspectos que conferem unidade aos grupos, camadas, categorias e classes sociais que se apresentam historicamente como permeáveis e fluidas, o que significa que não são fixas, tampouco homogêneas. Em decorrência, a maior parte dos pesquisadores da área dos Estudos Africanos constatou que os termos “naturaes”, “filhos das colônias”, “filhos do Ultramar”, “filhos d’Angola”, “crioulos” e “assimilados” acabavam por serem essencialistas em relação ao grupo que pretendiam identificar e compreender.

Ao levarem em conta todas as fragilidades destes vocábulos a maior parte dos estudos históricos sobre o grupo retomou os termos “filhos do país” e “angolenses”, seguindo a forma como os africanos se autodenominavam. Estes estudiosos consideram que o que caracteriza o grupo é a unidade do diverso e historicizam o conceito segundo as circunstâncias históricas e a baliza cronológica pertinentes ao objeto de pesquisa. Nesta chave teórica destacam-se os trabalhos de Mario Pinto de Andrade (publicado em

---

¹⁸ FERREIRA, Roquinaldo. “‘Ilhas crioulas’: o significado da mestiçagem cultural na África Atlântica”. *Revista de História*, 2006- 2º., no. 155, pp. 17-41, p. 41.

1997), que trata o grupo por “angolenses”¹⁹, e de Jill Dias (1998), Aida Freudenthal (2001) e Maria Cristina Portella Ribeiro (2012), que utilizam o termo “filhos do país”²⁰.

Entre os “filhos do país” a escrita era um fator de notabilidade. Muitos deles sabiam ler e escrever em português, o que os alçava a uma posição de destaque na sociedade em que viveram, na qual ambas as práticas eram restritas a uma parte muito pequena da população. Ainda assim, há tempos ela não era uma prática restrita exclusivamente aos europeus. De início, teria se difundido nas proximidades dos presídios e das missões no interior da província e, mesmo após sua decadência e encerramento no século XIX, a escrita continuou a ser bastante utilizada, ensinada e aprendida pelos africanos²¹. Os aprendizes driblavam a falta de material europeu para o desenvolvimento da escrita, como papel, tinta e pena, ajustando-as aos suportes locais, como narra Francisco Castelbranco, um dos autores de *Voz d’Angola clamando no deserto* (1901):

(...) os alunos da escola empregavam, para as suas escritas, a folha de bananeira, que se presta admiravelmente, desde que receba certo preparo (...) A tinta com que escreviam (...) [era feita a partir] da cabaça que produz o embondeiro e levavam ao fogo a casca. Depois de carbonizada apagavam o fogo com água e o carvão assim produzido era molhado e moído (...). Desta operação resultava a tinta, que era excelente (...).²²

---

¹⁹ Apesar de publicada apenas em 1997, os escritos que compõe a obra são anteriores ao ano de 1990, quando faleceu Mario Pinto de Andrade. José Eduardo Agualusa participou da organização e edição do material para dar a ele o formato de livro. ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano (1911-1961)*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

²⁰ DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X – O Império Africano: 1825-1890*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 1998; FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI – O Império Africano: 1890-1930*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 2001; RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. – 1910 c.): convergência e autonomia*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em História de África). Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2012.

²¹ TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2002, vol. I.

²² *Idem*, pp. 476, nota 15.

Porém é sabido que seu início data do século XVI, quando das primeiras relações mediadas pela escrita entre chefias africanas e autoridades portuguesas, propiciando o surgimento da figura do “secretário” entre os africanos, isto é, o responsável por escrever as correspondências e pelos arquivos dos sobados, figuras que gozavam de prestígio em sua comunidade étnica.²³.

No século XIX, a escrita já era utilizada em diversas faixas do território de Angola, mesmo em localidades que não contavam com a presença portuguesa. De outra maneira, a escrita no XIX era utilizada não apenas na comunicação de africanos e portugueses, mas também nos contatos entre africanos. Para Ana Paula Tavares e Catarina Madeira dos Santos: *“A ausência de uma tradição escrita de caráter endógeno permitiu uma grande flexibilidade e uma maior capacidade para a apropriação e utilização de uma escrita importada.”*²⁴

Um dos meios de difusão da escrita foi através das redes de comércio que interligavam o litoral ao interior. Inserida no comércio de escravos desde o XVII, boa parte dos “filhos do país” sabia ler e escrever, um dos fatores que possibilitou seu ingresso em postos de trabalho da administração colonial em Luanda. No entanto, a escrita não era utilizada apenas nos espaços de trabalho: no oitocentos a atividade literária ganhou força em Angola. Datam da segunda metade do século XIX os primeiros poemas e romances escritos por “filhos do país” e “portugueses identificados com Angola”, como se refere José Luís Pires Laranjeira²⁵.

No correr das décadas, esses escritos apresentam temáticas de exaltação à Angola, assim como de valorização da beleza da mulher africana. A partir da década de 1860,

---

²³ *Ibidem*, pp. 485.

²⁴ *Idem*, pp. 499.

²⁵ PIRES LARANJEIRA, José Luís. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

destacam-se na região de Luanda e circunvizinhanças movimentos de valorização do kimbundu, língua falada pelos Mbundu na região, em oposição ao estabelecimento do português como língua oficial da província (1845). Joaquim Dias Cordeiro da Matta, filho do país, chegou a elaborar a *Cartilha Racional para se aprender a ler o kimbundo* (1892), por defender que as crianças de famílias africanas deveriam ser alfabetizadas em sua língua materna, depois em português.

As pesquisas sobre os escritos dos “filhos do país” se multiplicaram após a independência de Angola, quando o desafio de “descolonizar as mentes” e de “africanizar os espíritos” convergiu para pensar uma literatura grávida da história de Angola, a partir do que foi produzido pelos próprios africanos.

O primeiro estudo que buscou recuperar a história da imprensa em Luanda nos séculos XIX e XX foi o livro *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história* (1964) de Júlio de Castro Lopo, que traz ao leitor um mapa da imprensa em suas primeiras décadas e informações biográficas dos jornalistas mais atuantes²⁶. Desde então, a imprensa tem sido objeto de diversos estudos que procuram analisar este período de intensa atividade²⁷.

Na segunda metade do século XIX foram fundados 49 periódicos impressos em Luanda. Este número bastante expressivo não engloba os periódicos manuscritos, bastante comuns na época. Em 1881, na capital de Angola foi fundado o primeiro

---

²⁶ LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964

²⁷ Entre os estudos sobre a imprensa de Luanda lembro entre outros: ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. Lisboa: Edições 70, 1979; BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999; DIAS, Jill. “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula de Angola entre 1870 e 1930”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 1, 1984, pp. 61-94; LOURENÇO, João Pedro da Cunha. “A dinâmica e o estatuto dos jornalistas em Angola no período da imprensa livre (1866-1923)”. Consultado em: 15/04/2011. Disponível em: <http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/170-a-dinamica-e-o-estatuto-dos-jornalistas-em-angola-no-per%C3%AAdodo-da-imprensa-livre-1866-1923.html>

periódico composto por inteiro por “filhos do país”: *O Echo d’Angola*, dirigido por Innocencio Matoso da Camara. Este título foi o primeiro a se identificar como um órgão dos “filhos do país” e animava frequentes embates com jornais dos portugueses, em função de posições políticas divergentes e por conta das críticas dos jornalistas à administração colonial, o que lhes rendia o desafeto das autoridades. Os embates também refletiam acirradas disputas por cargos na administração colonial e, não raro, extrapolavam as páginas dos periódicos e ganhavam as ruas na forma de confrontos físicos. E ainda que marginais tornavam públicas as disputas entre os “filhos do país”, muitas vezes motivadas por questões pessoais.

A década de 1890, com o revés do Ultimato Britânico, foi marcada por uma política da metrópole que buscou aumentar o controle sobre os espaços coloniais. Na Luanda dos “filhos do país” se traduziu em normas mais rígidas de uso do espaço urbano e decretos que oficializavam a ausência da liberdade de imprensa. Em 1899 foi posto em vigor o Regulamento do Trabalho dos Indígenas, que definia que todos os “indígenas” – termo empregado para se referir a todos os nascidos em Angola – tinham o dever de trabalhar para contribuir com a “exploração econômica” do território. Caso se recusassem, o governo se reservava o direito de obriga-los a trabalhar²⁸.

Nesta década ganhou destaque na imprensa de Luanda um embate entre periódicos de portugueses e de “filhos do país” que ficou conhecido como “polêmica do ódio de raça”, marcado por afirmações que sustentavam a inferioridade dos africanos e defendiam uma legislação distinta para colonizadores e colonizados. Diversos jornais dirigidos por “filhos do país” responderam em tom crítico a tais afirmações.

---

²⁸ “Regulamento do Trabalho dos Indígenas”. *BGGPA*, a.1900, 10/02/1900, pp. 66-76.

Em 1901 o jornal *Gazeta de Loanda* publicou o artigo “Contra a lei, pela grey”, no qual defendia a aplicação de penas distintas para crimes cometidos por africanos e por portugueses, e negava a condição humana aos africanos. A principal resposta dos “filhos do país” veio através do livro *Voz d’Angola clamando no deserto – oferecido aos amigos da verdade pelos naturaes* (1901). Publicada anonimamente, a obra foi fruto de discussões entre um pequeno grupo de “filhos do país”, chamado pelo contemporâneo e também “filho do país” Pedro da Paixão Franco de “movimento *Voz d’Angola clamando no deserto*”, que teve como líder o cônego Antônio José do Nascimento. As diretrizes e as questões da obra foram debatidas e definidas pelo movimento, de forma que o livro não é a somatória de onze artigos redigidos por onze autores diferentes e agrupados em uma brochura, mas sim de artigos que versam sobre questões em comum, a partir de olhares muito próximos. Mais de uma vez os autores fazem uso de um mesmo exemplo em artigos diferentes para sustentar seu argumento, o que reforça a importância das diretrizes coletivas. A principal diferença entre os artigos está no peso que cada um dá para determinadas questões, mas de forma geral todos eles versam sobre um mesmo leque de temas.

Apesar de se tratar de uma publicação, atualmente a identidade dos onze autores é conhecida e tida como certa. São eles: o cônego Antonio José do Nascimento (autor de “Solemnia Verba”); Pascoal José Martins, ou simplesmente “Sá” Martins, como também era conhecido (“Á Contra lei, pela grey”); Francisco Castelbranco (“Á Gazeta Civilisadora d’África”); Mario Castanheira Nunes (“Réplica”); Carlos Saturnino de Sousa e Oliveira (“Ex digito gigas”); Augusto Silvério Ferreira (“Agora nós”); Carlos Botelho de Vasconcelos (“Um protesto”); José Carlos de Oliveira Jr. (“Preconceitos”); Eusébio Velasco Galiano (“Quis eritis?”); João de Almeida Campos (“Confrontos”); Apolinário Van Dúnem (“É o cúmulo das infâmias”). Todos eles eram “filhos do país”.

É possível estabelecer alguns laços entre os autores de *Voz d'Angola clamando no deserto*. Pepetela afirmou em uma palestra sobre a imprensa em Angola no século XIX, que “*Se compararmos o quadro redactorial dos títulos aparecidos, veremos a constância com que certos nomes de pessoas se apresentam*”²⁹. A afirmação é certa: de fato, em função da repressão que imprensa sofria por parte das autoridades coloniais, os periódicos mudavam constantemente de nome, mas os jornalistas permaneciam praticamente os mesmos. Assim, autores de *Voz d'Angola clamando no deserto* já eram figuras ativas na imprensa na época da publicação da obra, como o cônego Antônio José do Nascimento, autor de diversos artigos em periódicos de “filhos do país”; Carlos Botelho de Vasconcellos, diretor do jornal *O Imparcial*; Eusébio Velasco Galiano, diretor do jornal *Commercio d'Angola*; além de Apolinário Van Dúnem, Francisco Castelbranco e Augusto Silvério Ferreira, membros da Associação Literária Angolense (1896), que produzia o jornal manuscrito *A Juventude Literária*. Ao menos o cônego Antônio José do Nascimento e Carlos Botelho de Vasconcellos já haviam sofrido perseguições das autoridades coloniais por sua atividade jornalística antes da publicação de *Voz d'Angola clamando no deserto*³⁰. Mas também aqueles que afirmavam não participar dos círculos da imprensa, como Pascoal José Martins, tiveram seu espaço garantido. Após a publicação da obra, seus autores continuaram a atuar em conjunto fosse na imprensa, como foi o caso de Eusébio Velasco Galiano, Francisco Castelbranco e Augusto Silvério Ferreira que na companhia de Pedro da Paixão Franco fundaram *O Angolense* (1907), fosse em organizações de caráter associativo, como a Liga Angolana (fundada em torno de 1910), da qual fizeram parte João Almeida Campos, José Carlos d'Oliveira Jr. e

---

²⁹ PEPETELA. *Algumas questões sobre a literatura angolana*. Palestra proferida na “Maka de quarta feira” da União dos Escritores Angolanos no dia 18 de junho de 2003. Disponível em <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/122-algumas-quest%C3%B5es-sobre-a-literatura-angolana>. Consultado em 15/02/2013.

³⁰ Pascoal José Martins faz essa afirmação em: “Á Contra lei, pela grey”. In: (vários autores). *Voz d'Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes*. Luanda: 1ª. Ed: Lisboa, 1901.

Francisco Castelbranco³¹. Os vínculos familiares e pessoais também contribuíram para a reunião dos autores: Eusébio Velasco Galiano era genro de Francisco Castelbranco; Mario Castanheira Nunes era filho do padre Antônio Castanheira Nunes, que lecionou junto com o cônego Antônio José do Nascimento.

Voz d'Angola clamando no deserto contava entre seus autores descendentes das antigas famílias de “filhos do país” na colônia, como Eusébio Velasco Galiano, Francisco Castelbranco e Apolinário Van Dunem, mas também “filhos do país” de famílias “recentes”, como era o caso de Carlos Saturnino de Sousa e Oliveira, filho de um médico brasileiro e uma mulher Mbundu, e Augusto Silvério e Mario Castanheira Nunes, filhos de pais portugueses e mães africanas.

Após a independência de Angola (1975), foram realizadas diferentes caracterizações de *Voz d'Angola clamando no deserto*. Entre estudos que buscaram traçar uma história da literatura angolana, se destaca o caráter contestatário e emancipacionista da obra. Carlos Ervedosa (1979) ressalta que os autores de *Voz d'Angola clamando no deserto* eram dotados de “espírito combativo, altaneiro e independente”³². Pires Laranjeira (1995) caracteriza o livro como uma publicação que marcou “o desejo de emancipação dos ‘filhos do país’”³³. Em *A Formação da literatura angolana (1851-1950)*, publicado em 1997, Mario Antônio distingue *Voz d'Angola clamando no deserto* por conter “os pontos mais altos de um protesto que subentende (...) ideias de autonomia, independência, separação”³⁴, destacando a obra na produção literária de Angola por seu caráter contestatário e por se tratar de uma produção coletiva. Mario Antônio menciona

---

³¹ *O Echo d'Africa*, a 1, no. 4, 01/07/1914.

³² ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. Lisboa: Edições 70, 1979, pp. 55.

³³ PIRES LARANJEIRA, José Luís. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995, pp. 20.

³⁴ OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes de. *A Formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: IN/CM, 1997.

também algumas passagens da obra, sem contudo propor uma interpretação, e traz pequenas informações biográficas dos autores.

Caracterizar *Voz d'Angola clamando no deserto* como emancipacionista sem uma análise que situe a obra em seu tempo traz consigo um risco aos olhos do historiador: a defesa da emancipação de Angola no século XIX que apareceu em algumas publicações de “filhos do país”, não tomou forma de um movimento organizado e era motivada por questões de seu tempo. Assim, não situar o sentido que o termo assumiu em sua época pode levar ao entendimento que pleitear a emancipação de Angola no oitocentos possuía contornos próximos do que a luta da independência assumiu em meados do século XX.

Um olhar distinto é apresentado pelo artigo de Jill Dias “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula de Angola entre 1870 e 1930”, tido como marco nos estudos históricos sobre os “filhos do país”. Seu artigo trata das escrituras produzidas por este grupo na imprensa de Luanda, em fins do XIX que fazem breves menções à *Voz d'Angola clamando no deserto*. Jill Dias (1984) constrói uma visão crítica das ideias de emancipação dos “filhos do país”, afirmando que “*tais manifestações eram mais a expressão da angústia que os membros da elite crioula sentiam em face de sua crescente alienação dos recursos económicos e da gestão institucional da colónia do que de um desejo real de autonomia*”³⁵. A autora expressa em diversas passagens que a contestação política exprimida pelos “filhos do país” tinha como propósito servir aos seus interesses, como conseguir postos na administração colonial³⁶.

---

³⁵ DIAS, Jill. “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula de Angola entre 1870 e 1930”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 1, 1984, pp. 83.

³⁶ Segundo Jill Dias, “(...) nesta altura a maioria das famílias crioulas estivesse mais preocupada em defender e preservar as suas vantagens económicas e políticas relativamente à generalidade dos africanos do que em conduzi-los na formação de uma identidade política mais vasta.”. *Idem*, pp. 84.

Uma terceira abordagem analítica de *Voz d'Angola clamando no deserto* foi realizada por Mario Pinto de Andrade em *Origens do nacionalismo africano*, publicação póstuma, no ano de 1997. Nela, o autor destaca a obra entre os “*escritos protestatários*” de autoria dos “filhos do país” de Luanda, sem que o foco recaísse sobre o caráter emancipatório ou não da obra ou do grupo a que pertenciam seus autores. Levando em consideração as publicações dos “filhos do país” no período, Mario Pinto de Andrade é enfático ao afirmar que “*Voz d'Angola clamando no deserto representa o culminar protestatário da consciência fragmentária nativa*”³⁷ e caracteriza os autores da obra como “*as penas mais brilhantes do momento cultural da época*”³⁸. Em alguns parágrafos, cita trechos da obra e destaca, entre outros, respostas dos autores à questão do “ódio de raça” e críticas feitas à ocupação portuguesa em Angola.

Ao considerar a centralidade que Mario Pinto de Andrade dá para *Voz d'Angola clamando no deserto* em seu meio e sua época, defendemos que essa obra pode ser considerada a expressão mais completa das questões e ambiguidades que os “filhos do país” atravessavam frente a consolidação do estado colonial português em Angola. Portanto, não se trata de uma obra marginal, mas sim da consolidação das impressões e dilemas desta geração, passagem obrigatória para se entender o período. Essa hipótese se confirmou sobretudo com o estágio de pesquisa realizado em Lisboa, financiado pela Fapesp. Lá, tive acesso a importante coleção de publicações dos “filhos do país” em fins do século XIX e início do século XX, disponível na Biblioteca Nacional de Portugal, e foi possível confirmar que apesar de alguns pontos que a obra traz já terem sido tratados na imprensa da época, nenhuma outra publicação aborda a variedade de questões trazidas por *Voz d'Angola clamando no deserto* com a mesma profundidade. Chamou também

---

³⁷ ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 53.

³⁸ *Idem*, pp. 54.

minha atenção o fato de que mesmo nos anos seguintes à publicação do livro, as questões apresentadas continuarem a ser tratadas na imprensa, mostrando sua pertinência³⁹.

Entretanto, apesar da referência recorrente aos estudos sobre as escrituras produzidas pelos “filhos do país”, *Voz d’Angola clamando no deserto* ainda deixava em aberto uma análise que identificasse quais os argumentos que motivaram os autores do livro a identificar a presença portuguesa como a principal responsável pelos problemas que acometiam Angola.

Na análise feita nesta pesquisa, afloraram como principais temas de *Voz d’Angola clamando no deserto* a polêmica do “ódio de raça”, o trabalho africano e a questão do ensino na colônia. Estes três temas estão presentes em todos os artigos do livro e em conjunto se combinam para entoar as críticas à presença portuguesa em Angola. O intuito desta pesquisa de mestrado é pensar como as circunstâncias históricas da conjuntura de 1881 a 1901, em que “os filhos do país” atravessavam na virada o século XIX, na região de Luanda, fez emergir o discurso plural e multifacetado presente em *Voz d’Angola clamando no deserto*. O ano de 1881 porque marca o lançamento do jornal *O Echo d’Angola*, primeira publicação da imprensa de Luanda, inteiramente composta por “filhos do país”. Já 1901 foi o ano da publicação de *Voz d’Angola clamando no deserto*.

Este estudo se serviu de diferentes fontes para pensar a trajetória e as questões dos “filhos do país” em fins do século XIX, algumas recolhidas em bibliotecas da Universidade de São Paulo, mas a maioria nos acervos em Lisboa. A principal fonte do trabalho, é a primeira edição de *Voz d’Angola clamando no deserto*, publicada em 1901.

---

³⁹ Exemplo disto foi o jornal *O Eco d’Africa*, jornal de “filhos do país” que em 1914 no editorial do seu primeiro número afirmava que tinham como “a abolição real e completa da escravatura; a proibição absoluta de quaisquer castigos corporaes; a educação obrigatória dos menores, quer literária ou profissional”. Tanto o trabalho compulsório, quanto a questão do ensino foram abordados em *Voz d’Angola clamando no deserto*. *O Eco d’Africa*, a 1, no. 1, 03/04/1914.

Para se conhecer como foi arquitetada a obra, a principal – e única – fonte é o livro *História de Traição* (1912-1913) de Pedro da Paixão Franco, autor dissidente de *Voz d'Angola clamando no deserto*. Publicado em dois volumes, trata-se de um documento importante, mas que precisa ser tratado com cautela: Pedro da Paixão Franco possuía divergências com Francisco Castelbranco, um dos autores de *Voz d'Angola clamando no deserto*, em função do jornal *O Angolense* (1907-1911), do qual ambos participavam. Nas páginas de *História de Traição* os fatos sobre a produção de *Voz d'Angola clamando no deserto* por vezes foram embaralhados por conta do rancor que Pedro da Paixão Franco nutria pelo ex-companheiro⁴⁰. Ainda assim, o livro de Paixão Franco traz dados inéditos sobre a obra que é o objeto desta pesquisa de Mestrado.

Os periódicos publicados em Luanda foram fontes importantes para o estudo, revelando o clima de tensão entre “filhos do país” e portugueses registrado pelos embates jornalísticos e por denúncias acerca dos desmandos cometidos nos vários níveis da sociedade de Luanda. Os periódicos trazem a visão dos “filhos do país” acerca do governo português, além de informações sobre a vida cotidiana em Luanda. Com o intuito de buscar conhecer um pouco de Luanda em fins do século XIX também foram utilizados alguns relatos de viajantes.

Observar o movimento da imprensa dos “filhos do país” neste período também permitiu apreender as estratégias utilizadas pelos jornalistas para contornar a repressão dos impressos pelo governo português. Ainda no segmento dos periódicos, vale ressaltar

---

⁴⁰ Pedro da Paixão Franco se sentia traído por ter publicado um artigo no semanário *O angolense* em 1911, que foi alvo de investigações policiais que acarretaram no fechamento do jornal. A mágoa de Paixão Franco foi motivada porque os demais jornalistas se recusaram a assumir a autoria do artigo junto a ele, ao contrário do que haviam combinado que fariam quando ao fundarem o jornal combinaram que todos os textos seriam anônimos. Apesar de se tratar de um material cujo autor possui visão muito negativa dos seus antigos companheiros, a obra é a principal fonte (e provavelmente a única) para se conhecer os bastidores da criação de *Voz d'Angola clamando no deserto*. FRANCO, Pedro Paixão. *História de uma traição*. Porto: Livraria Moreira, 1911, 2 vols.

a importância do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, órgão semanário oficial do governo português, onde eram publicados decretos e normas coloniais.

As consultas feitas no Arquivo Histórico Ultramarino permitem que o pesquisador se aproxime da visão que os governadores tinham dos “filhos do país”, de aspectos de sua cultura e da sua imprensa. Como naquela época não existia um setor na administração colonial que se ocupava da imprensa (como haverá em períodos posteriores os órgãos de censura), os acontecimentos noticiados pela imprensa podiam chegar ao conhecimento do ministério da marinha e ultramar e do próprio governador geral. Os arquivos do governo português ainda trazem outra vantagem: através deles é possível vislumbrar o perfil dos funcionários da administração colonial, percebendo algumas disputas por vagas envolvendo os “filhos do país”.

Esta dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro trata da trajetória dos “filhos do país” ao longo do século XIX, da instalação das famílias na região de Luanda e suas circunvizinhanças, e do declínio econômico do grupo no período pós-tráfico. É um capítulo que busca trazer também um pouco do que era Luanda na virada do século XX, realçando as disputas entre africanos e o estado colonial na ocupação do espaço.

O segundo capítulo aborda a imprensa e os primeiros escritos impressos dos “filhos de país” em Luanda. Procura mostrar como a imprensa se tornou um espaço de embates e disputas entre “filhos do país” e portugueses no final do século, além de registrar os frequentes entraves com o governo português. Este capítulo também registra as iniciativas da escrita em kimbundu, muitas delas sistematizadas pelos “filhos do país” como meio de se opor à imposição do português como língua oficial.

O terceiro capítulo trata da formação da Associação Literária Angolense, órgão que teve como membros alguns dos autores de *Voz d'Angola clamando no deserto*, do

debate travado na imprensa entre jornais de “filhos do país” e de portugueses conhecido como “polêmica do ódio de raça” e traz uma análise das principais questões da obra com suas implicações.

Por fim, cabe ressaltar que o tema desta dissertação de mestrado continua em aberto, pela pluralidade de enfoques possíveis, pelas questões passíveis de vários olhares, não raro opostos, por se referir a experiências multifacetadas, além dos inúmeros percalços e dificuldades de várias ordens que tornaram praticamente impossível pesquisar toda a enorme quantidade de publicações dos “filhos do país” nesse período. A contribuição histórica deste trabalho se resume a trajetória intelectual e política de Antônio José do Nascimento, Francisco Castelbranco, Augusto Silvério Ferreira e Apolinário Van Dúnem, seus debates e embates em torno do ensino escolar, do trabalho compulsório, das lutas pela isonomia frente aos cargos administrativos, da ânsia pela conquista de direitos civis e da busca por identidades, não raro, nucleadas em torno do “ódio de raça”, articulados ao etnocentrismo da cultura ocidental portuguesa.

Itinerários da decadência: os “filhos do país” na região de Luanda no século XIX

Em 1897, Apolinário Van Dúnem era funcionário da administração colonial, onde ocupava o posto de amanuense e recebia a importância de 240\$000 anuais, salário tido como baixo na época. Este “filho do país” descendia de uma família considerada antiga na província, cujas origens remontam o século XVII. Certamente até a primeira metade do oitocentos, os Van Dúnem estavam engajados no tráfico de escravos, atividade que garantia aos “filhos do país” um lugar de destaque na política e na economia de Angola⁴¹. O caso da família Van Dúnem é o mesmo de quase todas as famílias antigas de “filhos do país”. Mesmo no caso dos “filhos do país” descendentes de famílias de fixação mais recente ou provenientes de localidades tidas na época como distantes de Luanda, como Mbaka, ocorre o mesmo.

Como explicar que em menos de um século os “filhos do país” perderam seu protagonismo econômico na província? O poder de pressão política dessas famílias também foi reduzido, embora no final do século sejam recorrentes os casos de críticas ao governo colonial, sobretudo por meio da imprensa. Para se entender a situação dos “filhos do país” na virada do século XIX para o século XX, é preciso acompanhar o percurso deste grupo ao longo do oitocentos, momento de profundas mudanças, no qual no intervalo de cerca de duas gerações seu lugar na província fora bastante alterado.

---

⁴¹ Toda vez que for utilizado o termo “Angola”, ele estará se referindo ao território que ficou conhecido como Angola após os tratados assinados em 1891 com a Inglaterra. Esses limites aparecem assinalados no “Mapa 2”.

Os “filhos do país” e o tráfico

A historiografia considera que as origens do grupo remontam ao século XVII⁴², quando traficantes portugueses que aportaram na costa de Angola em busca de escravos, acabaram por se unir a mulheres africanas Mbundu, comunidade étnica presente na região de Luanda e suas cercanias. Acrescente-se que, com o correr do tempo, brasileiros atuantes no tráfico atlântico fixaram-se nas imediações integrando-se ao grupo. A ocupação holandesa em Angola embora tenha durado pouco tempo (1641-1648) também deixou sua marca: o sobrenome Van Dúnem, de origem flamenga, dá nome a uma das famílias de “filhos do país” que residiam na região⁴³.

A adoção de nomes europeus por estas famílias, mais especificamente de nomes de origem portuguesa, é uma marca de distinção deste grupo. Apenas para mencionar alguns dos nomes das famílias que viviam neste espaço, vale lembrar dos Galiano, dos Necessidade Ribeiro Castelbranco, dos Matoso de Andrade e Câmara entre outros⁴⁴. Contudo, alguns dos “filhos do país” provavelmente possuíam, além do nome de batismo, um apelido em kimbundu, língua dos Mbundu. Era o caso, por exemplo, em fins do século XIX, de Maria de Sant’Ana e Palma, parente do jornalista Mamede de Sant’Ana e Palma, que era mais conhecida como *nga Samba ria Ilonga*⁴⁵.

---

⁴² Ver, por exemplo: DIAS, Jill. “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula de Angola entre 1870 e 1930”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 1, 1984, pp. 61-94; BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999; OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *Luanda, “ilha” crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968; MILLER, Joseph. *Way of death. Merchant capitalism and Angolan slave trade 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

⁴³ A obra *A gloriosa família* do escritor angolano Pepetela trata da história de Baltasar Van Dum e sua família, traficantes de escravos no período da ocupação holandesa. A trama teria como inspiração as origens da família Van Dunem, até hoje presente em Angola. PEPETELA. *A gloriosa família: o tempo dos flamencos*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

⁴⁴ PACHECO, Carlos. *José da Silva Maia Ferreira. O homem e sua época*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1990.

⁴⁵ A referência é de ASSIS JÚNIOR, Antonio de. *O segredo da morta*. Lisboa: Edições 70, 1979, pp. 50. Antônio de Assis Júnior, “filho do país”, nasceu em Luanda em 1887. *O segredo da morta* traz muitas referências à cultura dos “filhos do país”, destacando alimentação, vestuário e funerais. Logo na abertura deste romance o autor afirma que à parte os trechos fictícios, tudo que o romance traz foi construído a partir

Os estudos historiográficos sobre Angola carecem de dados demográficos mais precisos sobre Angola no início do século XIX, mas estima-se que nos territórios costeiros nos quais a presença portuguesa estava consolidada, o que equivale às regiões de Luanda, Benguela e intermediações – chamadas na época de “Reino de Angola” e “Reino de Benguela” - viviam entre 250.000 e 300.000 almas. Os dados demográficos colhidos pela administração colonial no início do século dividiam os habitantes pela cor da pele. Assim, segundo as estatísticas oficiais a maior parte da população era tida como “preta” e “livre”, mas apareciam também cerca de 3.000 indivíduos como “pardos”, “mulatos” ou “filhos do país”⁴⁶. A maior parte dos africanos registrados pelos censos oficiais vivia nas intermediações a leste de Luanda.

No início do século XIX, o tráfico de escravos permanecia como a principal atividade a que se dedicavam os “filhos do país”. Joseph Miller defende que sua participação ativa nesse segmento no século XVIII e início do XIX os distinguiam de outros africanos que possuíam contato com a cultura europeia no interior de Angola⁴⁷. Atuavam na costa como intermediários na venda de escravos para os traficantes que cruzavam o Atlântico. As famílias radicadas há mais tempo na região, como as já mencionadas famílias Galiano, Van Dúnem e Matoso de Andrade, mantinham terras a leste de Luanda que, muitas vezes, haviam sido doadas ao seu primeiro ancestral europeu na colônia. Esse patrimônio se manteve na família através de casamentos e dotes. Suas propriedades estavam inseridas no espaço limitado pelo rio Dande, ao norte, o Kwanza,

---

de diversos relatos que o autor ouviu repetidamente, incluindo a história do núcleo principal. O autor afirma que preservou todas as informações que possuía sobre a trama, inclusive o nome dos personagens. Henrique Guerra confirma os registros de Antônio de Assis Júnior no prefácio desta edição.

⁴⁶ Jill Dias estima esses números com base no cruzamento de censos e estatísticas do governo da província. DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X – O Império Africano: 1825-1890*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 348-349.

⁴⁷ MILLER, Joseph. *Way of death. Op. Cit.*, pp. 245-247.

ao sul, e, a leste, pelo rio Lukala⁴⁸. Esta área está situada em um interior próximo de Luanda. Boa parte das posses dessas famílias era constituída de escravos, que cultivavam mandioca, milho, feijão e óleo de palma destinados a abastecer Luanda. Nos momentos de conflito com as autoridades portuguesas, como forma de pressão, era cortado o fornecimento de alimentos à capital. Ao passo que no século XVII, essas famílias tinham condições para possuir centenas de escravos, em fins do século XVIII e início do século XIX, esse número não passava de algumas dezenas⁴⁹.

Outras famílias por sua vez conseguiram terras ao leste de Luanda trilhando caminhos diferentes. Desde o século XVII, e principalmente no século XVIII, alguns dos “filhos do país” das imediações de Luanda participavam de expedições militares portuguesas no interior para combater sociedades africanas que geravam entraves aos seus interesses, negando o fornecimento de carregadores ou de escravos, por exemplo. Mais resistentes ao clima e às sucessivas epidemias de varíola que acometiam a região, os “filhos do país” levavam vantagem sobre os europeus e os brasileiros para permanecer no interior. Como uma forma de reconhecimento pelos seus feitos e uma tentativa de consolidar aliados importantes, as autoridades portuguesas concederam ao longo do século XVIII nomeações de capitães-mores em distritos ao leste de Luanda e como diretores da feira de Cassange, localidades tidas como distantes na época. Este foi o caso da família Pereira Bravo, estabelecida no Golungo Alto, distrito próximo ao Rio Bengo,

---

⁴⁸ DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X...Op. Cit.*, pp. 351.

⁴⁹ Miller menciona casos excepcionais: em 1667-1668 alguns “filhos do país” chegaram a ser donos de 2.000 a 3.000 escravos. Em 1773 esse número teria encolhido para cerca de 30 escravos por proprietário. Jill Dias confirma que esta tendência ainda se mantinha na década de 1820. MILLER, Joseph. *Way of death... Op. Cit.*, pp. 270-271. Ver também: DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X...Op. Cit.*, pp. 354.

e das famílias Fragoso dos Santos e Mendes Machado, assentadas nas imediações do Rio Lukala, em Mbaka⁵⁰.

Mapa 2 - Mapa de Angola. Recorte a partir de: LINVONE, B. A. *Mappa de Portugal Ultramarino: Angola e Moçambique*. Lisboa, 1902. Fonte: Acervo Biblioteca Nacional de Portugal.

⁵⁰ DIAS, Jill. "Angola". MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Volume X... Op. Cit, pp. 352.

Devido à distância da costa e, portanto, a um contato esparso com os europeus, essas famílias de “filhos do país”, em comparação com as que viviam em Luanda e possuíam propriedades no interior próximo da capital, tinham um vínculo mais estreito com as culturas africanas. Tornaram-se atuantes entre as lideranças dos Dembos, situados entre os rios Bengo e Dande; dos Gingas, a noroeste de Luanda, entre os rios Luala e Cuango; e dos Mbangalas, ao leste, próximos ao rio Cuango, e sabiam aliar-se a elas ou confronta-las na defesa de seus propósitos⁵¹.

Posicionadas em uma região então praticamente inacessível aos que não eram de Angola, essas famílias tornaram-se intermediárias do tráfico a partir do interior⁵². Elas souberam converter a desvantagem de estar no interior, longe do comércio da costa, em uma vantagem, se unindo através de casamentos e de relações de clientelismo⁵³, assinalando seu papel preponderante nas redes do tráfico escravista. É certo que muitas vezes os interesses concorriam, mas a perpetuação das alianças entre as famílias da costa e do interior faz crer que as divergências não suplantassem as afinidades.

Em função da dinâmica do comércio de escravos nas cercanias de Luanda, os “filhos do país” sabiam ler e escrever, assim como muitos africanos que viviam nesta região de Angola. Não é possível precisar ao certo se desde suas origens tiveram algum contato com a escrita ou se ela se tornou parte de seu cotidiano conforme as redes de comércio no interior foram se tornando mais abrangentes. Contudo, é sabido que desde os setecentos as letras eram parte de suas transações. Em 1761 eram fornecidas cartas de legitimação e guias de trânsito para que “*comerciantes de bons procedimentos*” tivessem facilidades para conseguir carregadores junto aos capitães-mores. Nessa mesma época,

---

⁵¹ DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X... Op. Cit.*, pp. 352.

⁵² *Idem.*

⁵³ DIAS, Jill. “Uma questão de identidade...”, *Op. Cit.*, pp. 61-94.

os escravos vindos do interior só podiam entrar oficialmente em Luanda com uma certidão fornecida pelos escrivães das feiras⁵⁴. Segundo Ana Paula Tavares e Catarina Madeira dos Santos, em princípios do século XIX circulava pouco dinheiro em espécie no comércio praticado no interior. O crédito possibilitava as transações comerciais, e para registrá-las os acordos eram escritos a lápis em pedaços de papel ou fixados na memória⁵⁵. Para as autoras, as rotas da escrita se difundem por meio de redes e seguem as rotas comerciais. Como estavam inseridos há tempos nas rotas do comércio, o contato dos “filhos do país” com a palavra escrita era contínuo⁵⁶.

Marcados por sua posição fronteiriça e intermediários de duas culturas, os “filhos do país” sabiam aproximar-se ora dos valores mbundus, ora dos valores portugueses e utiliza-los a seu favor nos sistemas comerciais de cada uma dos dois lados⁵⁷. Eram fruto do que Mary Louise Pratt chamou de “zona de contato”⁵⁸ e era justamente o fato de serem resultado desses encontros que fazia com que os “filhos do país” conseguissem transitar entre os dois mundos.

As autoridades portuguesas estavam cientes da condição única dos “filhos do país”. Tentaram continuamente aproxima-los e converter os interesses políticos e econômicos portugueses em interesses seus. Em alguns casos, os “filhos do país” almejavam o mesmo. Quando ocorria desavença, não tinham receio de confrontar os governantes.

---

⁵⁴ TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2002, vol. I, pp. 494.

⁵⁵ *Idem*, pp. 492.

⁵⁶ *Idem*, pp. 489-494.

⁵⁷ A expressão “sistemas comerciais” está em DIAS, Jill. “Uma questão de identidade... *Op. Cit.* pp. 352.

⁵⁸ Lembro aqui a definição de “zona de contato” estabelecida por Mary Louise Pratt: “*espaço de encontros coloniais, no qual pessoas geográficas e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a situações de coerção*”. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, pp. 31.

Um exemplo de desgaste entre os “filhos do país” e as autoridades portuguesas ocorreu logo após a independência do Brasil. Alguns “filhos do país” e brasileiros que viviam em Luanda e Benguela, mais próximos da praça de comércio do Rio de Janeiro do que da de Lisboa, passaram a defender a anexação de Angola ao Brasil. Em 1822, os deputados capitão Fernando Martins do Amaral Gurgel, “filho do país” nascido em Luanda, e Eusébio Queirós Coutinho, filho de um casal de portugueses também nascido em Luanda, viviam no Rio de Janeiro e acompanharam a independência do Brasil de perto. Mais do que isso, ambos se envolveram com o processo e participaram da redação de um documento que conclamava os habitantes de Angola a se emancipar da coroa portuguesa e não romperem seus laços com o Brasil. Este documento foi considerado por Jacopo Corrado o primeiro discurso com “*apelo nativista*” referente a Angola⁵⁹.

Corrado considera esse movimento frágil no que diz respeito às possibilidades de anexação de Angola ao Brasil⁶⁰. Contudo, em sua época, os apelos dos “filhos do país” e dos brasileiros se tornaram uma preocupação para a metrópole. Em Angola estavam situados os principais portos de embarque de escravos das possessões portuguesas no Atlântico. Entre 1811 e 1830 provinham de Angola, sobretudo dos portos de Luanda e Benguela 79% dos navios negreiros que chegaram ao Rio de Janeiro, 53,9% dos que tiveram como destino Salvador e 93,6% dos que ancoraram em Recife⁶¹. Logo, perder a província de Angola significaria um abalo econômico significativo para Portugal. O receio dessa situação se concretizar fez com que, em 1823, fosse deslocado um largo contingente de tropas portuguesas para a colônia no intuito de conter os anseios daqueles

---

⁵⁹ CORRADO, Jacopo. *The creole elite and the rise of Angolan proto-nationalism (1870-1920)*. Amherst: Cambria Press, 2008, pp. 101. A mesma posição foi sustentada pelo historiador Walter Spalding, vide: SPALDING, Walter. “Angola e a independência do Brasil”. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: 1972, vol. 296.

⁶⁰ CORRADO, Jacopo. *The creole elite... Op. Cit*, pp. 102.

⁶¹ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel Domingos da. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”. *Afro-Asia*, no. 31, 2004, pp. 83-126, p. 95.

que defendiam a ruptura. Segundo Fernando Mourão, a população de Luanda contava com 443 “brancos” (como colocam as estatísticas do período) em 1821, e 1.480 “brancos” em 1823⁶². Em uma conjuntura delicada frente a independência do Brasil e a instabilidade política que Portugal atravessava desde a Revolução do Porto (1820), esse deslocamento mostra que embora não tenha logrado a unificação de Angola com o Brasil, os “filhos do país” eram capazes de exercer pressão sobre a metrópole.

A partir da década de 1830 os “filhos do país” de Luanda começaram a sentir abalos no comércio escravista. Pressionado pela Inglaterra, o Brasil assinava em 1826 o Tratado Anglo-Brasileiro, que previa a extinção do tráfico escravista em quatro anos. Desde então começam a se alterar lentamente os pontos de embarque de escravos em Angola: no início da década de 1830, navios brasileiros, espanhóis e norte-americanos passaram a comerciar em Ambriz, Zaire, Congo e Cabinda, localidades ao norte de Luanda. Apesar da abertura de outros portos e da repressão, o comércio de braços permanecia ativo em Luanda. Nem mesmo o decreto que proibiu o tráfico de escravos nas colônias portuguesas ao sul do Equador, assinado pelo Visconde de Sá da Bandeira⁶³ em 1836, teve consequências práticas relevantes.

O intuito era desviar a rota do tráfico (agora ilegal), do porto de Luanda, o principal e mais vigiado de Angola. As forças antiescravagistas portuguesas e britânicas não tardaram a conhecer e reprimir os novos circuitos: entre 1844 e 1845, prenderam 95 embarcações, cada uma com cerca de 500 escravos⁶⁴. Na década seguinte, firmas

---

⁶² O autor retoma em seu estudo as categorias que o governo colonial utilizava para dividir a população, marcando sempre que se trata de uma categoria da época pelo uso de aspas. MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Margem, 2006, pp. 105-108.

⁶³ Posteriormente seria nomeado Marquês de Sá da Bandeira como ficou mais conhecido, mas nesta época ainda ostentava o título de visconde.

⁶⁴ DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X...Op. Cit.* pp. 373.

anteriormente sediadas em Luanda instalaram-se ao sul, na região de Mossamedes, buscando portos alternativos para fornecer escravos para a América.

Como traficantes, alguns “filhos do país” fizeram fortuna. Nas décadas de 1830 e 1840 entre os principais traficantes de Luanda, merece destaque a família Matoso de Andrade e Câmara, e Dona Ana Joaquina dos Santos Silva. Os Matoso de Andrade e Câmara eram uma das mais antigas famílias de “filhos do país”, cujos homens e mulheres estavam envolvidos no comércio de escravos. Comerciam regularmente com a costa brasileira, em especial com a região de Pernambuco⁶⁵. Dona Ana Joaquina dos Santos Silva foi a mais conhecida traficante de escravos de Angola. Viúva de dois comerciantes portugueses, era proprietária de diversos imóveis em Luanda, negociava escravos para diversas cidades na costa brasileira, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, além de Montevideo e Lisboa, e era acionista de diversas companhias agrícolas. Conseguiu se manter no tráfico na década de 1840 quando, em função de novas medidas proibitivas, passou a ser ocupação de um restrito grupo de ricos contrabandistas que lucravam muito. Era conhecida no interior como *Na-andembo*, ou “senhora dos dembos”⁶⁶. Vivia em um palacete imponente no bairro do Bungo (Luanda) rodeada de centenas de escravos e de muito luxo.

Na sociedade do tráfico, a ostentação era vista como uma demonstração de poder, ainda que as condições reais do traficante não correspondessem a sua aparência⁶⁷. Os “filhos do país” estavam cientes do impacto que itens de luxo como “*vestuário [com] o*

---

⁶⁵ Seu descendente, Innocencio Matoso de Andrade e Camara foi o redator do primeiro jornal inteiramente editado por africanos em Luanda, o *Echo d'Angola* (1881).

⁶⁶ PANTOJA, Selma. “Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola”. *Travessias - Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, a. 2004, n. 4/5, Lisboa, p. 79-97. Sobre D. Ana Joaquina ver também OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes. *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1981, assim como: STAMM, Anne. “La société créole à Saint-Paul de Loanda dans les années 1838-1848”. *Revue française d'histoire d'Outre-Mer*, t. LIX, no. 217, 1972, pp. 578-610.

⁶⁷ Foi o caso de Arsenio Pompilio Pompeu de Carpo, degredado que se tornou traficante e entendeu a importância deste código. Conferir: *Idem*, pp. 578-610.

uso de custosas alfaías e ricas joias, como espadins de ouro e de pedras, bons relógios, abotoaduras de importância, ricas sedas”⁶⁸ causavam e valiam-se disso para conduzir os negócios a seu favor.

Estes temas foram interpretados de maneira variada, discordante e em certa medida ambígua. Mario Antonio Fernandes de Oliveira interpreta o fato de alguns dos “filhos do país” terem enriquecido no período do tráfico e ocupado posições no funcionalismo público, como um exemplo de que era possível ascender socialmente na província, o que provaria uma “*significativa ausência de preconceitos – não apenas de cor – em sectores importantes da vida social de Angola*”⁶⁹. Para sustentar seu ponto de vista, o autor lembra o caso de Dona Ana Francisca Ferreira Ubertali, “*que ascendera da condição de escrava à uma das mais ricas negociantes de Angola*”⁷⁰.

Anne Stamm enxerga a situação sob outro prisma. Segundo ela, a ascensão social dos “filhos do país” pode ser explicada pela debilidade da presença portuguesa em Angola. O cenário de instabilidade política afugentava os portugueses que poderiam ocupar cargos públicos na colônia. A falta de pessoal especializado deixava o caminho livre para os “filhos do país” e até os degredados assumiam postos de trabalho. Em função das dificuldades financeiras, os pagamentos eram baixos e era muito difícil evitar a corrupção, que era praticada sem temor porque a falta de mão-de-obra era tamanha que dificilmente algum funcionário seria demitido⁷¹. Por fim, os altos lucros provenientes do tráfico, sobretudo quando este se tornara uma atividade ilícita em 1830, promoviam ganhos fabulosos a pessoas de diversas origens, uma vez que o preço dos escravos

---

⁶⁸ Descrição feita por CORREAS, Elias Alexandre da Silva *Apud*: CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história de Luanda*. Luanda: Edição do Museu de Angola, 1954, pp. 53.

⁶⁹ OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes. *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1981, pp. 39.

⁷⁰ *Idem*, pp. 37.

⁷¹ STAMM, Anne. “La société créole à Saint-Paul de Loanda...” *Op. Cit.*, pp. 583-587.

aumentara de forma significativa no período e a repressão ao tráfico por parte das autoridades portuguesas não era o suficiente para prejudicar o comércio. Não se tratava de uma “*democracia racial*” como qualifica Mario Antônio⁷². Houve uma conjuntura muito específica que, na janela de alguns anos, propiciou que alguns “filhos do país” fizessem fortuna⁷³.

A partir dos anos 1840 até a década seguinte, o tráfico de escravos em Luanda sofreria grandes alterações que repercutiram diretamente sobre o modo de vida dos “filhos do país”. Aprovado em 1839 no parlamento inglês, o *bill* de Lord Palmerston conferia à marinha real britânica o poder de “*interceptar e, eventualmente, apresiar quaisquer navios com bandeira portuguesa (e sem bandeira) que transportassem escravos ou que estivessem equipados para fazer esse transporte*”⁷⁴. Esta resolução lançou ações mais incisivas por parte das forças inglesas na costa de Angola, em especial em Luanda. Para o historiador Valentim Alexandre, ao passo que o governo metropolitano aprovava medidas que tornavam o tráfico ilícito, alguns governadores gerais nomeados pelo próprio Sá da Bandeira acabavam se tornando coniventes com os traficantes na província⁷⁵.

Apesar de nas proximidades de Luanda o comércio de braços ter sido quase eliminado Pedro Alexandrino da Cunha, governador geral de Angola entre 1845 e 1848, afirmava que os portos que realizavam o tráfico ao norte e ao sul eram controlados a partir de “agências” sediadas em Luanda e Benguela, sobre as quais não era possível obter provas⁷⁶.

---

⁷² OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes. *Alguns aspectos da administração de Angola...Op. Cit.*, pp. 33.

⁷³ STAMM, Anne. “La société créole à Saint-Paul de Loanda.. *Op. Cit.* Marcelo Bittencourt também compara os estudos de Anne Stamm e Mario Antônio Oliveira. Vide: BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas... Op. Cit.*

⁷⁴ MARQUES, João Pedro. “Resistência ou adesão à ‘causa da humanidade’? Os setembristas e a supressão do tráfico de escravos”. In: *Análise Social*, vol. XXX, no. 131-132, 1995 (2º. -3º.), pp. 375-402, p. 375.

⁷⁵ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, pp. 117-119.

⁷⁶ *Idem*, pp. 118.

No intuito de acabar com o comércio atlântico de braços, a marinha britânica permaneceu meses ancorada em Luanda⁷⁷. Bloqueando o porto, foi uma peça fundamental para colocar em curso o processo do término do tráfico. Outro fato importante foi a promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, que pretendia fechar os portos brasileiros a este tipo de comércio: os negócios com as possessões portuguesas caíram da casa das dezenas de milhares para centenas de escravos por ano⁷⁸, mas mesmo assim continuariam a fornecer lucros igualmente altos. Valentim Alexandre demonstra que em função da proibição do tráfico, embora a quantidade de escravos que cruzavam o Atlântico fosse bem menor, seu valor individual aumentara muito. Mesmo que mais restrito, o setor não deixava de ser rentável. A partir deste período, embarcações escravistas multiplicaram suas transações com os portos em Moçambique, uma alternativa à vigilância da marinha britânica na costa ocidental da África⁷⁹.

Se por esta altura o tráfico em Angola não cessara, nos portos de Luanda ele chegava ao fim⁸⁰. Os “filhos do país” residentes na capital e em suas cercanias foram obrigados a buscar outros meios de ganho.

A reorganização dos “filhos do país” no pós-tráfico

A partir da década de 1850, os “filhos do país” se depararam com uma nova realidade comercial na região de Luanda: o comércio dos “gêneros coloniais”, como os portugueses chamavam os produtos cultivados e extraídos no continente africano.

---

⁷⁷ BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para a África. (1808-1930)*. Navarra: Círculo de leitores, 2000, volume 4, pp. 151.

⁷⁸ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas*. *Op. Cit.*, pp. 119.

⁷⁹ ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

⁸⁰ Essa é um ponto convergente na historiografia, como por exemplo, mostram os estudos de: ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas... Op. Cit.*, e também STAMM, Anne. “La société créole à Saint-Paul de Loanda... *Op. Cit.*

Especificamente no caso de Angola, sobretudo na segunda metade século XIX, teve destaque o comércio da borracha; do café; das oleaginosas, em especial da ginguba (como era chamado o amendoim); do algodão e da cana de açúcar⁸¹. Para Jill Dias, o comércio lícito era mais difícil de ser controlado por um pequeno grupo de famílias que teciam relações de clientelismo, como faziam as famílias dos “filhos do país” em relação ao tráfico de escravos⁸². É provável que essa mudança esteja ligada à pluralidade dos gêneros e suas diferentes formas de obtenção. Contudo essa afirmação não é suficiente para explicar, por exemplo, porque os “filhos do país” não conseguiram se firmar e controlar um dos ramos do comércio lícito, como foi o caso dos ovimbundu do Bié e do Bailundo que se especializaram no comércio da borracha na segunda metade do oitocentos⁸³. Essa questão permanece em aberto na historiografia.

Nesta altura, os “filhos do país” ainda detinham um grande número de escravos, acumulados em função das dificuldades de vendê-los para traficantes na costa ou transporta-los para portos de venda clandestinos ao norte e ao sul, em função da vigilância das autoridades em Luanda. Roquinaldo Ferreira associa este novo cenário ao aumento do número de escravos que viviam em Luanda: em 1845 viviam na capital 2.749 escravos, enquanto cinco anos depois a população escrava contava com 5.900 indivíduos⁸⁴. Tentando se adequar ao comércio lícito, os “filhos do país” utilizaram o grande número

---

⁸¹ Para uma análise detalhada das flutuações e dos preços destes produtos na balança comercial de Angola e seus meios de cultivo e extração, ver: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para a África... Op. Cit.*, pp. 151-163.

⁸² DIAS, Jill. “Uma questão de identidade... *Op. Cit.*”

⁸³ Sobre os ovimbundu e o controle do comércio de borracha no século XIX ver o estudo: SANTOS, Maria Emília Madeira. *Nos caminhos de África: serventia e posse. Angola, século XIX*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica e Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1998.

⁸⁴ Os dados para o ano de 1845 foram extraídos de José Joaquim Lopes de Lima. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas nas possessões portuguesas na África Occidental e Oriental; na China e na Oceania*. Apud: FERREIRA, Roquinaldo. “Escravidão e revoltas de escravos em Angola”. *Afro-Ásia*, no. 21-22, 1998-1999, pp. 9-43, p. 10. Já os dados para o anos de 1850 foram publicados originalmente em: *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, a. 1851. Apud: FERREIRA, Roquinaldo. “Escravidão e revoltas de escravos em Angola”. *Afro-Ásia*, no. 21-22, 1998-1999, pp. 9-43, p. 10.

de escravos acumulados para cultivar produtos agrícolas em suas propriedades. A iniciativa se mostrou um desastre: a região em que estavam as propriedades, ao leste de Luanda, muito pouco povoada, propiciava a fuga dos escravos. Jill Dias sustenta que a gradual publicação de leis que “*aboliam o trabalho forçado na década de 1840, vieram fomentar fugas de escravos e os apelos às autoridades coloniais por pessoas que alegavam a escravização ilegal*”⁸⁵. Além disso, o constante aumento no custo dos transportes de produtos realizados por carregadores certamente contribuiu para este fracasso: as chefias africanas cada vez mais faziam face aos pedidos de envio de carregadores sem custos, dificultando e encarecendo o escoamento das mercadorias para Luanda⁸⁶.

Apesar de a partir dos anos 1850 o tráfico ter cessado em Luanda, o mesmo não se pode dizer da escravidão. Tanto em Luanda como no interior, o trabalho escravo se perpetuava. Entre as décadas de 1850 e 1870 foram promulgadas sucessivas medidas legislativas contra a escravidão, mas não passaram de letra morta: neste período, o número de escravos e libertos⁸⁷ subiu cerca de 30%. Em 1869 foi determinada pela primeira vez nas províncias a abolição da escravidão em um texto que contou com a participação de Sá da Bandeira, entre outros. Contudo, todos os ex-escravos passaram a ser considerados libertos e deveriam trabalhar para seus senhores até 1878. A condição de liberto, na prática, era uma prolongação da condição de escravos. Em 1875 o estatuto de liberto foi abolido em todas as províncias, contudo o agora ex-liberto deveria fornecer ao seu antigo senhor dois anos de serviço. Mais uma vez, a repercussão da nova lei foi mínima: era permitido “resgatar escravos” de suas comunidades sob supostos pretextos humanitários,

---

⁸⁵ DIAS, Jill. “Uma questão de identidade... *Op. Cit.*, p. 68.

⁸⁶ FERREIRA, Roquinaldo. “Escravidão e revoltas de escravos... *Op. Cit.*, p. 16.

⁸⁷ TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991. Sobre o mesmo assunto ver também: ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África – século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

o que contribuía para a perpetuação da escravidão. Neste mesmo ano foram instituídos os contratos de trabalho para trabalhadores que seguiam para São Thomé ou para as plantações em Angola. Mas, poucas vezes eram realizados os contratos e os trabalhadores continuavam sob um regime de escravidão⁸⁸. Adelino Torres considera esta legislação o primeiro código do trabalho aplicado nas colônias⁸⁹. Essa situação ainda vigorava no final do século: em 1896 a câmara municipal de Luanda foi dissolvida pelo governador geral, alegando entre outros motivos que os vereadores tentaram permutar seis “indígenas” que trabalhavam na comarca por bois de uma fazenda no Alto Dande⁹⁰.

Na década de 1860 foram reportados os primeiros relatos de expropriação forçada das terras de “filhos do país” nas circunvizinhanças de Luanda. O aumento do preço do café tornou seu cultivo mais atrativo e fez com que “filhos do país” fossem literalmente expulsos de suas propriedades por alguns poucos agricultores europeus que viviam na colônia. Da mesma maneira também foram expropriadas terras coletivas que pertenciam aos sobados. Nos vinte anos seguintes, “filhos do país” que viviam na região de Lukala fugiram de suas terras horrorizados com a onda de incêndios provocados na região: as cubatas e as colheitas eram queimadas para forçar os proprietários a se retirar⁹¹. É provável que os colonos europeus contassem com uma boa dose de conivência e até mesmo colaboração das autoridades portuguesas. Em 1883, o jornal *Pharol do Povo* publicado em Luanda, mas concebido em grande parte por “filhos do país” provenientes da região de Mbaka, denunciava em um artigo crítico ao governo colonial: “*Somos ingratos por dizermos que as queixas do povo aos poderes publicos não são attendidas?*”

---

⁸⁸ DIAS, Jill. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X... Op. Cit*, pp. 458-461.

⁸⁹ TORRES, Adelino. *O império português entre o real... Op. Cit.*

⁹⁰ AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, 802, Pt-16, 1896-1898, Correspondência, Angola.

⁹¹ DIAS, Jill. “Uma questão de identidade... *Op. Cit.*, p. 69.

Somos ingratos por dizermos que o povo do interior é massacrado e roubado pela própria auctoridade? ”⁹².

Acrescente-se a este panorama de insegurança as secas que vez ou outra acometiam a região e as sucessivas epidemias de varíola. Alguns dos “filhos do país” continuariam a viver em núcleos coloniais ao leste, como Mbaka e Golungo Alto, mas a crescente tendência na segunda metade do século foi emigrar para Luanda.

Esses empecilhos no negócio agrícola, sugerem formular as questões de por que os “filhos do país” não se estabeleceram como intermediários nos transportes de mercadorias dos sertões rumo ao litoral. Afinal, possuíam contatos na costa e, como já foi notado, mantinham relações com as lideranças africanas no interior. Com o comércio dos produtos lícitos, na década de 1850, as caravanas passaram a exercitar cada vez mais o comércio de longa distância. Eram compostas por africanos, que exerciam a função de carregadores, e reguladas por ordens dos próprios chefes das sociedades africanas⁹³. É importante frisar que essa é uma dinâmica peculiar deste espaço no período.

Ainda no ensejo dos rearranjos provocados pelo comércio de produtos lícito no interior, um novo dado a partir dos anos 1870 traria a médio e longo prazo profundas alterações nas dinâmicas de poder entre europeus e africanos no interior de Angola. Por volta deste período, grupos como os mbangalas criaram um modelo de caravanas menor, mais ágil e cujas rotas se estendiam até núcleos coloniais portugueses, como Malange e Luanda⁹⁴. Por sua vez, os poucos comerciantes europeus que viviam na costa passaram a incentivar este novo padrão e a fixar seus agentes na região de produção dos itens

---

⁹² *Pharol do Povo*, a.1, no. 6, 17/03/1883.

⁹³ FERREIRA, Roquinaldo. “Escravidão e revoltas de escravos... *Op. Cit.*, p. 16, sugere que foi nos anos 1850 que as chefias tomaram a frente na organização das caravanas.

⁹⁴ HENRIQUES, Isabel Castro. “Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870-1950)”. SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a instalação do sistema colonial (c.1885-c.1930) – III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: IICT - Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 73.

comercializados. Estabeleciam suas firmas⁹⁵ ou fixavam-se como autônomos em pontos estratégicos da rota dos produtos comerciados: perto da casa de chefes poderosos ou de mercados regulares. Essa mudança assinala o início da penetração autônoma dos europeus no interior, sem depender de guias, intérpretes ou carregadores, como acontecia em outros tempos⁹⁶.

Na década de 1870 e em particular na década seguinte, ganham destaque as expedições de viajantes portugueses ao interior da colônia, com o intuito de mapear o território e consolidar a presença portuguesa em terras que lhes eram praticamente desconhecidas. Por trás da orientação dessas viagens estava a noção de que era preciso consolidar a presença portuguesa para além da costa, única maneira de defender os interesses coloniais de Portugal frente a expansão da Inglaterra, França e Alemanha na África⁹⁷. Contudo, apesar desta nova visão na política colonial, estes comerciantes portugueses criaram suas agências no interior por iniciativa própria, sem qualquer tipo de apoio das autoridades da metrópole⁹⁸.

Alguns empregados das firmas eram “filhos do país”, mas vale notar a inversão de papéis: ocupavam lugar de destaque no tráfico de escravos, que dependia em boa medida deles, mas ficaram longe de serem protagonistas nas dinâmicas do comércio lícito, com talvez uma ou duas exceções. Isabel Castro Henriques cita o exemplo de Lourenço Bezerra, um “mestiço”, como foi chamado pelas autoridades coloniais, enviado como agente à região lunda-quioco pela casa comercial portuguesa “Vieira Machado e

---

⁹⁵ O vocábulo é utilizado por Isabel Castro Henriques em: *Ibidem*, pp. 74.

⁹⁶ *Idem*, pp. 74.

⁹⁷ Ver: MORENO, Helena Wakim. “O papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na edificação do Terceiro Império Português: a fase expansionista”. BOMFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (org.). *Geografia e pensamento geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 99-109, no qual trata da mudança de orientação das viagens de exploração territorial a partir dos relatos de viagens à Angola e Moçambique publicados nos Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa e das disputas e negociações entre Portugal e Inglaterra no contexto da partilha da África.

⁹⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. “Comércio e organização do espaço... *Op. Cit.*

Sócios”. Combinando estratégias de comércio portuguesas e africanas, Lourenço Bezerra se destaca por ser um dos únicos “mestiços” a obter sucesso no ramo⁹⁹.

Frente a situação do interior, a alternativa parecia ser Luanda. Fernando Mourão demonstra como entre os anos de 1845 e 1850 há uma mudança significativa na população que habitava a capital da colônia. Em 1845, viviam em Luanda 1.601 “brancos”, 1.255 “mestiços” e “negros” livres e 2.749 “mestiços” e “negros” escravos¹⁰⁰. Passados cinco anos, somavam 1.240 “brancos”, 5.345 “mestiços” e “negros” livres e 6.020 “mestiços” e “negros” escravos. Mourão atribui a queda no número de “brancos” em Angola ao fim do tráfico de escravos: sem este atrativo comercial, negociantes portugueses e agentes de firmas instaladas na costa teriam deixado Luanda¹⁰¹.

Por sua vez o grande aumento de “mestiços” e “negros” livres vivendo na capital era resultado da migração de indivíduos que viviam nos presídios e distritos próximos a Luanda e não conseguiram se manter no interior neste novo panorama, uma vez que o comércio de braços na região não era mais uma atividade econômica significativa. Parte desses indivíduos provavelmente era formada por ex-escravos, mas neste número também estão os “filhos do país”. Fernando Mourão é assertivo: “*As alterações do ‘comércio do sertão’ tiveram reflexos nos dados demográficos*”¹⁰². Para explicar o acréscimo na quantidade de “mestiços” e “negros” escravos Mourão levanta a hipótese de que “*teriam fugido do controle do interior, considerando-se mais seguros em Luanda*”¹⁰³ uma vez que o comércio de escravos fazia dos portos ao norte e ao sul seus entrepostos.

---

⁹⁹ *Ibidem*, pp. 75.

¹⁰⁰ O autor ressalta que os dados para o ano de 1845 foram coletados entre os anos de 1840 e 1845, e publicados em 1846. MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial... Op. Cit.*, pp. 109.

¹⁰¹ *Idem*.

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ *Idem*.

Jill Dias na tentativa de estimar quantos “filhos do país” viviam em Luanda em 1850, afirma que é muito difícil delimitar com exatidão essa informação. Mas mesmo assim, arrisca alguns números: nesta época, a elite deste grupo constituía menos de 1% da população que aparecia nos censos da colônia, ou seja, algo em torno de 3.500 indivíduos¹⁰⁴. A autora afirma que, de acordo com os dados de 1851, é possível avaliar que pouco menos dos 5.000 “mestiços” que viviam próximos à costa eram “filhos do país”, sendo que metade deles estava em Luanda. A autora não fornece números para o interior. A historiografia ainda carece de apontamentos demográficos sobre “filhos do país”: mesmo os estudos específicos sobre o tema não conseguem estimar números com precisão, sendo os mais completos os fornecidos por Jill Dias¹⁰⁵.

Sobre os censos realizados pelos estados coloniais, Benedict Anderson sustenta que no “*período colonial, as categorias censitárias foram se tornando mais claras e exclusivamente raciais*”. O censo se apresenta como um retrato completo da população de um determinado local, no qual cada um pode ocupar apenas um lugar¹⁰⁶, fazendo com que as diversidades sejam apagadas. A dificuldade da historiografia em delimitar quantos eram os “filhos do país” está ligada ao fato de serem classificados nos censos tanto como “pardos livres” ou “mestiços livres” como “pretos livres”, categorias coloniais que

---

¹⁰⁴ A historiadora afirma que nesta época que a população africana que vivia “*sob a jurisdição direta de Portugal ao norte do rio Kwanza era estimada entre 300.000 a 400.000 indivíduos em meados do século*”. DIAS, Jill. “Uma questão de identidade *Op. Cit.*”, pp. 61, nota 7.

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 61.

O artigo de Jill Dias é um marco nos estudos sobre o tema e depois dele, os estudos subsequentes como os de Marcelo Bittencourt, Aida Freudenthal, Maria Cristina Portella e Douglas Wheeler não acrescentam quanto a confirmação dos dados em termos qualitativos e quantitativos.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Op. Cit.*; FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI – O Império Africano: 1890-1930*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 2001; RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. – 1910 c.): convergência e autonomia*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em História de África). Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2012, pp. 12; WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

¹⁰⁶ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 228-230.

utilizam como critério de classificação a cor da pele. Nessas mesmas categorias poderiam também ser enquadrados africanos de comunidades étnicas do interior e cabo-verdianos. Se por um lado os censos auxiliam a compreender algumas mudanças, por outro eles reduzem o entorno ao olhar colonial.

A decadência dos “filhos do país” em fins de século

Com a ida para Luanda, boa parte dos “filhos do país” conseguiu uma colocação em cargos públicos, em postos no segundo e no terceiro escalão. O acesso aos postos públicos foi possível graças a uma conjuntura em curso desde a primeira metade do século XIX.

A partir da década de 1830, sob o impacto das reformas liberais, houve um aumento substancial de postos no governo da província¹⁰⁷ com poucos funcionários europeus para ocupá-los. É sabido também que em Luanda, nos tempos do tráfico, funcionários portugueses da administração colonial estiveram envolvidos de forma irregular nos ganhos do tráfico, atividade que era vetada aos empregados de alguns setores, como os militares e funcionários da alfândega¹⁰⁸. Com o fim do comércio de escravos, os salários exíguos pagos aos funcionários do governo não foram o suficiente para mantê-los em Luanda nem para atrair novos candidatos, o que abriu espaço possível de ser ocupado pela maioria dos “filhos do país”. As epidemias e a ameaça de guerra com sociedades africanas, em uma fase que a posição portuguesa era frágil, também auxiliavam a afugentar possíveis candidatos portugueses às vagas de trabalho¹⁰⁹. Essas

---

¹⁰⁷ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

¹⁰⁸ Sobre ser proibido a determinados setores da administração colonial participar do tráfico de escravos ver: DIAS, Jill. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X... Op. Cit.*, pp. 349-351.

¹⁰⁹ STAMM, Anne. “La société créole à Saint-Paul de Loanda... *Op. Cit.*”

circunstâncias aliadas ao fato dos “filhos do país” serem letrados aumentaram consideravelmente suas possibilidades de ocuparem-nas.

Assim, parte dos “filhos do país” passara a trabalhar em gabinetes do governo ou em repartições como a alfândega, em cargos de segundo e terceiro escalão. Era este o caso de Apolinário Van Dúnem, amanuense da secretaria geral do governo, posto que reunia as funções de escrevente, copista e secretário, e de Carlos Saturnino de Sousa e Oliveira, 3º. oficial tesoureiro da alfândega de Luanda¹¹⁰. Esses “filhos do país” mais tarde seriam autores da coletânea *Voz d’Angola clamando no deserto* (1901).

Outra possibilidade para os “filhos do país” até a primeira metade do oitocentos foi a Igreja. Entretanto, sob o impacto da Revolução do Porto, nas décadas de 1830 e 1840, as relações entre Portugal e o Vaticano foram rompidas e as ordens religiosas masculinas extintas de Portugal. O impacto desta situação sobre Angola foi agudo: na década de 1830, dos 27 clérigos atuantes na província, 24 eram “filhos do país”, ao passo que em 1853 contavam apenas 6 clérigos, todos eles “filhos do país”. Na década de 1870, apenas um dos 20 religiosos em Angola era nascido na província, sendo que metade vinha de Goa (Índia Portuguesa) e os demais eram europeus¹¹¹.

Um dos raros exemplos de religiosos provenientes desta nova conjuntura foi o “filho do país” Antônio José do Nascimento, descrito por Mario Antônio como “um dos últimos cônegos indígenas do século passado”¹¹². Foi enviado para estudar na década de 1850 no convento de Santarém, ao que tudo indica em um antigo convento franciscano,

---

¹¹⁰ A referência a Apolinário Van Dunem aparece em: AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, 801, Pt-17, 1897, Correspondência, Angola. Por sua vez, Carlos Saturnino de Sousa e Oliveira era filho do médico brasileiro Saturnino de Sousa e Oliveira e de uma mulher africana. A referência ao seu posto aparece em: AHU, SEMU, DGU, 2ª. Repartição, Lv-4, 1897-1907, Registro de Correspondência, nv. 660, Angola.

¹¹¹ DIAS, Jill. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X... Op. Cit.* pp. 512-515.

¹¹² OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1990, pp. 236.

cujos ensinamentos neste período eram pautados pelas ideias liberais da Revolução do Porto. Em 1864 chegou a cónego da Sé de Luanda e professor. Contudo, passados oito anos figurava como desafeto das autoridades: em um ofício confidencial no qual o governador geral José Maria da Ponte e Horta reclamava de jornalistas da imprensa crítica ao governo, Antônio José do Nascimento foi descrito como *“homem de moral corrompida, vivendo amancebado publicamente com mais de uma mulher, e havendo em tempo publicado escriptos odiandos e subversivos da ordem, no sentido da sonhada independência da colônia. Este padre é filho d’Angola (...)”*¹¹³. Não eram apenas os escritos políticos do cónego que incomodavam o governador, a sua conduta e a forma como conduzia sua vida pessoal foram destacados no relatório. A retaliação veio de diversas formas, sendo uma delas, o vencimento mais baixo do que o dos demais religiosos¹¹⁴.

O exército era outra opção para os “filhos do país”, mais uma vez em função de sua maior resistência às enfermidades em relação aos portugueses. Mas, assim como em outras carreiras públicas, havia um limite para sua ascensão. Em contraposição, as patentes baixas do exército de Angola até o fim do período colonial foram formadas por africanos. Segundo Wheeler, um único africano chegou ao topo da hierarquia militar: Geraldo Antônio Vítor, filho de um condenado italiano e uma africana¹¹⁵. Combateu ao lado dos portugueses em guerras contra comunidades étnicas na Guiné e em Angola e era admirado pelos “filhos do país” por seus êxitos militares¹¹⁶. Contudo, nem o seu alto posto, nem a admiração de seus conterrâneos o livraram das discriminações: em 1892, o

---

¹¹³ AHU, SEMU, DGU, 643, Correspondência de Governadores, 1872-1873, Pasta 43, Angola.

¹¹⁴ AHU, SEMU, DGU, 642, Correspondência de Governadores, 1871, Pasta 42, Angola.

¹¹⁵ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola... Op. Cit.*, pp. 151.

¹¹⁶ Sobre a admiração que os “filhos do país” tinham por Geraldo Antônio Vítor ver como o também “filho do país” Francisco Castelbranco o retratou em CASTELBRANCO, Francisco. *História de Angola*. Luanda: Typographia Lusitana, 1932.

comissário régio de Angola Sebastião Dantas Baracho, também militar, se indignava com a patente de Geraldo Antônio Vítor, acusava-o de corrupção e chegava a afirmar que o ministro da marinha e ultramar não o repreendia porque “*temia o preto*” devido sua influência na região de Ambriz, ao norte de Luanda¹¹⁷.

Os “filhos do país” que não estavam ligados ao funcionalismo público trabalhavam em profissões liberais, como era o caso de José Fontes Pereira, que atuava como advogado de provisão, e Cândido Pereira do Santos Van Dúnem, professor de instrução primária¹¹⁸. Servindo-se de estatísticas de 1898 para mapear os ofícios dos “filhos do país”, Douglas Wheeler liga-os a ofícios como ferreiro (226), oleiro (135) e pedreiro (47) na região de Luanda e intermediações¹¹⁹.

Dentro do rol das ocupações descritas, era comum a mudança de posto. Carlos Botelho de Vasconcelos, tenente do exército, atuou provisoriamente entre 1893 e 1894 como condutor de segunda classe nos caminhos de ferro¹²⁰, enquanto Francisco Castelbranco passou de aspirante da alfândega para um posto militar: capitão da 2ª. linha¹²¹. Por sua vez, Augusto Silvério Ferreira que atuava como torneiro mecânico, conseguiu uma colocação como amanuense da secretaria geral do Golungo Alto, sendo exonerado poucos anos após assumir o cargo¹²². Esses três homens participaram da coletânea *Voz d’Angola clamando no deserto* (1901).

Douglas Wheeler faz uma leitura similar à de Mario Antônio Fernandes de Oliveira. O historiador norte-americano lembra a legislação vigente, gerada pela

---

¹¹⁷ BARACHO, Sebastião Dantas. *Alguns documentos sobre a minha missão na África*. Lisboa: Typographia Minerva Central, 1892, pp. 70-73.

¹¹⁸ BGGPA, a. 1900, 03/11/1900.

¹¹⁹ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011, pp. 149.

¹²⁰ BGGPA, a. 1894, 17/03/1894.

¹²¹ BGGPA, a. 1894, 31/01/1894; BGGPA, a. 1894, 03/03/1894.

¹²² “Agora nós” In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes*. Luanda: 1ª. Ed: Lisboa, 1901, e também: BGGPA, a. 1901, 30/08/1901.

Revolução Liberal do Porto (1820), que afirmava que todos os nascidos em Portugal ou no Ultramar possuíam os mesmos direitos e oportunidades. Como “*não havia praticamente restrições ou obstáculos legais no acesso aos empregos, à educação e ao direito ao voto*”, o autor dá mostras ao longo do texto de estar convencido de que, até a década de 1890, nascidos em Angola e em Portugal possuíam “praticamente” as mesmas oportunidades¹²³. Para embasar suas afirmações, Wheeler sustenta que em 1900, 12 dos 13 funcionários empregados no gabinete do secretário-geral eram africanos, “*incluindo o chefe de departamento*”. O historiador cai em contradição ao afirmar que a partir da década de 1890 os cargos ocupados por “filhos do país” foram ameaçados pela imigração portuguesa¹²⁴.

Essa situação ganha outros contornos a partir da análise das correspondências trocadas entre o governo geral de Angola e o ministério da marinha e ultramar em Portugal sobre os vencimentos dos funcionários. Examinado com mais vagar, esse quadro se revela multifacetado. Um decreto de 1900 definia que os vencimentos até 500\$00 anuais, ou seja, aqueles tidos como baixos, deveriam ser pagos pelo governo geral da província, ao passo que os que ultrapassassem esse valor seriam pagos pelo reino. Os dados dos funcionários da secretaria geral do governo de Angola em 1897 indicam que havia 11 funcionários em serviço, sendo todos eles “filhos do país”. Desses funcionários, apenas o chefe do gabinete, João Nepomuceno, 62 anos de idade e 44 de serviço, recebia mais do que 500\$000 por ano¹²⁵, o que mesmo antes do decreto de 1900 pode ser considerado um vencimento alto. Contudo, seu caso era incomum.

---

¹²³ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola... Op. Cit.*, 2011, pp. 147-149.

¹²⁴ *Idem*, pp. 149.

¹²⁵ O segundo maior salário era de 360\$000 anuais, e o mais baixo pagava anualmente 20\$000. AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, 801, Pt-17, 1897, “Correspondência”, Angola.

A situação era diferente, por exemplo, na 1ª. repartição da secretaria geral, sediada em Luanda. Em 1894 contava com 4 funcionários nascidos em Angola, entre os 31 que lá trabalhavam. Os demais funcionários provinham de Portugal, mas também da Índia Portuguesa e de Cabo Verde. Os quatro salários superiores a 500\$000 eram pagos aos portugueses¹²⁶. No ano seguinte foram implementadas mudanças. Trabalharam 29 empregados na repartição, sendo apenas 3 nascidos em Angola. No ano de 1895, 13 funcionários recebiam mais de 500\$000 anuais, mas nenhum deles era nascido em Angola: os altos salários eram pagos aos portugueses, mas também aos nascidos na Índia Portuguesa e Cabo-Verde¹²⁷.

Há uma razão de ser para as posições ocupadas pelos empregados provenientes da Índia Portuguesa e de Cabo Verde: arranjos políticos entre as elites dessas localidades e os governos portugueses resultaram na criação de instituições de ensino, que formavam os filhos das famílias mais abastadas. Esses homens eram tidos como quadros da administração colonial portuguesa e ocupavam lugar de destaque nas demais colônias africanas. É certo que a educação passava longe de ser prioridade, mas é notável a forma como esta questão foi tratada nas possessões asiáticas e em Cabo Verde, em comparação com Angola, Moçambique, São Thomé e Príncipe e Guiné¹²⁸.

Além disso, os salários considerados inferiores em Angola eram mais baixos que os pagos às demais províncias portuguesas na África para exercer a mesma função. Para dificultar ainda mais a situação, o custo de vida em Luanda era caro: uma casa chegava a

---

¹²⁶ AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, 798, Pt-14, 1894, “Correspondência”, Angola.

¹²⁷ As informações sobre os vencimentos de 1895 estão em: AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, 799, Pt-15, 1895, “Correspondência”, Angola.

¹²⁸ Sobre a Índia Portuguesa ver: REIS, Célia. “Índia”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI – O Império Africano: 1890-1930*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 641-643. Consultar sobre Cabo Verde: HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol – formação do estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus editorial, 2002, pp. 100-104.

custar “mais de cinquenta por cento do que em Portugal, sendo geralmente de doze a quinze mil-réis mensais a renda de uma casa qualquer para uma pequena família”. O governador geral Guilherme Augusto de Brito Capello encaminhou e apoiou (“*Acho-lhes razão em absoluto*”) os pedidos dos empregados da secretaria geral de Angola para ganhar o mesmo que era pago nas outras províncias¹²⁹.

Os jornais dirigidos pelos “filhos do país” retratavam o inconformismo dos nascidos em Angola com esta discriminação. O *Pharol do Povo* reclamava: “*Somos ingratos por dizermos que os filhos do paiz, são preteridos pelos europeus em tudo e por tudo? (...) Somos ingratos por dizermos que todos os empregos publicos de primeira e segunda ordem, com rara excepção, são ocupados por europeus?*”¹³⁰. O *Echo d’Angola* aponta na mesma direção:

(...) os governos, tanto da metrópole como da província tem deixado de prover os filhos d’Angola nos cargos elevados para que julgam habilitados, preferindo os sordidos afillhados, que exportam periodicamente para as colônias, regressando no fim de suas commissões muito ricos, depois de terem deixado os cofres publicos no estado mais deplorável possível, pelas muitas alcavalas praticadas n’elles (...).¹³¹

As vozes dos jornais somadas e os dados expostos apontam como a situação dos “filhos do país” se deteriorou nas últimas décadas do oitocentos. Alguns eram mais abastados, outros menos, contudo quando comparados aos seus antepassados era perceptível a decadência econômica que enfrentavam.

A historiografia converge para a afirmação de que as posições que os “filhos do país” ocupavam nos cargos públicos sofreram abalos a partir das décadas de 1880 e 1890 com a chegada de imigrantes portugueses¹³². A imigração portuguesa para Angola neste

---

¹²⁹ O governador nota ainda que em Cabo Verde os vencimentos são ainda maiores que nas demais províncias. Conferir: AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, 784, Pt-10, 1890, “Correspondência”, Angola.

¹³⁰ *Pharol do Povo*, a.1, no. 6, 17/03/1883.

¹³¹ *O Echo d’Angola*, a.1, no. 1, 12/11/1881.

¹³² Sobre isto ver, por exemplo BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas... Op. Cit.*; DIAS, Jill. “Uma questão de identidade... *Op. Cit.*”

período foi motivada por uma política de estado de Portugal, no âmbito de uma conjuntura marcada por disputas com a Bélgica, a Inglaterra, a França e a Alemanha na África. Buscando defender seus interesses políticos e econômicos, os portugueses alegavam que possuíam “direitos históricos” em Angola, em função de sua presença secular na região. Entre outras vezes, este argumento foi utilizado pelos portugueses para pleitear nas negociações internacionais que a região do Zaire, ao norte de Luanda, fizesse parte do território de Angola. Contudo, as demais potências coloniais não aceitaram os “direitos históricos” portugueses sob o pretexto de que nesta região, em fins do século XIX, a presença de Portugal é praticamente nula. Esse episódio ficou conhecido na época como “Questão do Zaire” e foi responsável por uma remodelagem na estratégia geopolítica de Portugal no continente africano¹³³.

Quando este argumento se mostrou inconsistente nas negociações internacionais, uma das táticas utilizadas por Portugal foi incentivar a imigração de famílias portuguesas para o interior de Angola, como mostra da consolidação de sua presença na colônia¹³⁴. Um número significativo de imigrantes portugueses seguiu para o interior, atraídos pela crescente exportação da borracha. Ainda assim, outra parte permaneceu no principal porto de entrada de Angola: Luanda. Alberto Lemos, chefe da repartição de estatística geral de Angola durante as décadas de 1930 e 1940, estima que enquanto em 1869 viviam na colônia 2.832 “brancos”, em 1900 esse número subira para 9.197. Deste total, 3.479 indivíduos moravam na capital¹³⁵.

---

¹³³ Sobre essa questão vide as discussões presentes em *BSGL*, 2ª. Série, 1880-1881.

¹³⁴ Essa questão foi alvo de diversos debates na metrópole travados na Sociedade de Geografia de Lisboa. Para ter acesso aos debates ver: *BSGL*, 2ª.-8ª. Séries, 1880-1888.

¹³⁵ Os dados de Alberto Lemos são seguidos no estudo demográfico de Fernando Mourão. LEMOS, Alberto. Apud: MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e discontinuidades... Op. Cit.* pp. 27; pp. 45. Maria da Conceição Neto utiliza os dados apresentados por Alberto Lemos no seguinte estudo: CONCEIÇÃO NETO, Maria da. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização em Angola no século XX”. *Lusothopie*, agosto de 1997, pp. 327-359.

Aos poucos também as barreiras aos postos públicos se institucionalizaram. Por exemplo, na virada do século, para trabalhar como telegrafista na colônia era preciso possuir certificados de habilitação em latim e em geografia, disciplinas que eram oferecidas apenas na metrópole. Os “filhos do país” protestaram, como mostra o artigo “Ex digito gigas”, publicado em *Voz d’Angola clamando no deserto* (1901): apesar de haver quem com “ *muito estudo e força de vontade*” possuísse conhecimento aprofundado das matérias exigidas, “*o primeiro ignorantão encartado, sabendo tanto de latim como eu de grego, passa por um sabichão, e é declarado apto para o lugar, vistas as suas habilitações litterarias*”¹³⁶.

Em 1911, um decreto colonial definia que mesmo para trabalhar em funções inferiores na administração colonial passavam a ser exigidos cinco anos de estudos secundários¹³⁷. A medida excluía a quase totalidade dos “filhos do país”, que não podiam realizar seus estudos, uma vez que nesta época não havia liceus em Angola¹³⁸, nem economicamente podiam arcar com uma educação formal em Portugal. Nas décadas de 1860 e 1870 houve algumas tentativas de portugueses e brasileiros de criar instituições de ensino particulares em Luanda, mas todas elas fracassaram em pouco tempo¹³⁹. Como exemplo, vale mencionar o Liceu Angolense (1869) estabelecido em Luanda pelo médico brasileiro Saturnino de Sousa e Oliveira que manteve suas atividades pelo menos até 1871.

---

¹³⁶ “Ex digito gigas”. (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 69.

¹³⁷ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola... Op. Cit.*, pp. 153.

¹³⁸ O primeiro liceu público foi fundado em Angola apenas em 1917. Vide: PAULO, João Carlos. “Cultura e ideologia colonial”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI – O Império Africano: 1890-1930*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

¹³⁹ DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X... Op. Cit.*, e também OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *A formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

O governo tratava a questão do ensino com cautela: reconhecia a importância de se estabelecer “*liceus que habilitem para a carreira pública*” e “*escola profissional essencialmente prática*”¹⁴⁰. Em contrapartida, defendia que os africanos não deveriam mais ser enviados para estudar na metrópole porque “*nem mesmo a educação que recebem se coaduna com a que lhes poderia ser útil*”, ou seja, na visão do governo colonial, não utilizavam seus novos conhecimentos em prol do estado português em Angola¹⁴¹. Essas condições restringiam o acesso à escolarização formal para além da escola primária aos poucos que podiam custear seus estudos em Portugal e no Brasil.

Deste modo, a especificidade de Luanda resultou desta constituição social herdada conformando neste fim de século como o principal espaço dos “filhos do país”, mesmo sendo excluídos aos poucos da administração colonial.

Os “filhos do país” e a sua Luanda

Em fins do século XIX, Luanda havia se tornado o principal refúgio dos “filhos do país”, o que não acarretou em um rompimento dos laços com os poucos que permaneceram no interior. Apesar de existir alguns núcleos coloniais ao leste, no interior de Luanda a maioria dos sobas “*resistia fortemente a qualquer expansão da rede administrativa colonial*”¹⁴². A nordeste de Luanda estavam os Dembos, que gozavam de grande prestígio perante os outros sobas em função da vitória sobre os portugueses em

---

¹⁴⁰ Telegrama enviado pelo governador geral de Angola para o ministério da marinha e ultramar em 28/02/1900. AHU, GM, 695, Lv-5-4553, 1898-1901, “Telegrammas”, Angola.

¹⁴¹ Este trecho aparece grifado no documento original. Ofício remetido pelo governador geral de Angola para o ministério da marinha e ultramar. AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, 787, Pt-3, 1882-1883, “Correspondência”, Angola.

¹⁴² DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X... Op. Cit.*, pp. 493.

1872 que extinguiu o pagamento do dízimo e assegurou sua autonomia¹⁴³. Ana Paula Tavares e Catarina Madeira dos Santos consideram a derrota dos portugueses pelos Dembos um ponto de inflexão na política colonial portuguesa no interior de Angola. Estas sociedades colocavam entraves à circulação de portugueses e às caravanas com mercadorias, como café, por suas terras. Ao sul, nas imediações do Rio Kwanza, os sobas dos estados de Kissama e Libolo também se mantinham soberanos de suas terras¹⁴⁴.

Acerca de Luanda, o escritor Ladislau Batalha que viveu na capital em fins de 1870, registrou suas impressões:

(...) é a mais bella cidade da província e uma das melhores de toda a costa occidental. Divide-se naturalmente em cidade alta, cidade baixa, *Ingombota* (residência do indígena). Os muceques, ou casas de recreio, pertencem á população abastada, e acham-se situados nos arredores da cidade.¹⁴⁵

A geografia contribuiu para que Luanda fosse dividida em duas “cidades”: a cidade baixa acompanhava o litoral em forma de baía pouco recortada. Da praia se avistava a ilha de Luanda, que dava abrigo às embarcações que ancoravam no porto. Sobre os morros que fechavam a praia, em terreno mais elevado, estava a cidade alta¹⁴⁶.

A cidade baixa era o lugar onde se concentrava o comércio; a interação com o porto possibilitou que este espaço se tornasse o locus histórico de intermediação de produtos procedentes do interior e de outras margens do Atlântico. Lá estavam instaladas as firmas e as casas de comércio, atividade praticamente exclusiva dos colonos portugueses. Uma exceção ao padrão parece ter sido o “filho do país” Eusébio Velasco

---

¹⁴³ Para saber mais ver o estudo detalhado sobre os Dembos apresentados pelas autoras em: TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae monumenta... Op. Cit.*, pp. 510-534.

¹⁴⁴ DIAS, Jill. “Angola”. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X... Op. Cit.*, pp. 493.

¹⁴⁵ BATALHA, Ladislau. *Angola*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889, pp. 28.

¹⁴⁶ Descrição baseada nas informações de DONATO, Lila. *A cidade portuguesa nas províncias ultramarinas: uma análise iconográfica comparativa: Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda*. 2009, 186 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, 2009.

Galiano, que publicou no *Boletim Oficial* um curto anúncio sobre venda de itens de “*utilidade farmacêutica*”¹⁴⁷. Galiano passou a vendê-los após ser aposentado por invalidez: até 1897 era fiscal do caminho de ferro Luanda-Ambaca, posto que ocupou durante quinze anos. Recebia como aposentadoria a importância de 200\$000, valor tido então como baixo¹⁴⁸. Este é o único caso encontrado ao longo desta pesquisa de um “filho do país” que se dedicava ao comércio neste período. Eusébio Velasco Galiano foi um dos autores de *Voz d’Angola clamando no deserto*.

Já a cidade alta era a “*residência do corpo burocrático*” como escreveu Ladislau Batalha, ou seja, onde estavam locados o Banco Nacional Ultramarino, a Inspeção Geral dos Correios, a Alfândega e a Direção Geral de Obras Públicas¹⁴⁹. Na década de 1880, a cidade alta passou a contar com o Hospital D. Maria Pia (1883), telefones interurbanos (1884), o serviço de telegrafia e o caminho de ferro Luanda-Ambaca (ambos em 1886)¹⁵⁰, pelo qual era possível viajar “*munido do seu bilhete de 3ª. classe – 10 réis por quilômetro*”, como conta o “filho do país” Antônio de Assis Júnior¹⁵¹. Francisco Castelbranco, também “filho do país”, afirma que em 1907, os trilhos chegaram até Malange, situada ainda mais ao leste. A inauguração foi realizada na ocasião da visita do príncipe Luís Felipe à Luanda¹⁵².

O conjunto de inovações implementadas pelo governo geral na capital pode ser entendido como uma tentativa de tornar Luanda mais atraente para os imigrantes portugueses, e em particular de enraizar o estado colonial em Angola. Em uma conjuntura marcada pela partilha do continente africano, acompanhada da necessidade da conquista

---

¹⁴⁷ O anúncio publicitário aparece em: *BGGPA*, a. 1901, 06/04/1901.

¹⁴⁸ AHU, SEMU, DGU, 684, 3ª. Repartição, lv, 1890-1901, Registro de Correspondência, Angola.

¹⁴⁹ A expressão e as informações são de Ladislau Batalha. Vide: BATALHA, Ladislau. *Angola*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889, pp. 28.

¹⁵⁰ CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história... Op. Cit.*, pp. 19-20

¹⁵¹ ASSIS JR., Antônio de. *O segredo da morta*. Lisboa: Edições 70, s/d, 2ª. edição, pp. 38

¹⁵² CASTELBRANCO, Francisco. *História de Angola*. Luanda: Typographia Lusitana, 1932, pp. 286.

ser efetiva, não era cabível restringir a presença portuguesa a alguns poucos entrepostos comerciais na costa e de comerciantes que iam pouco além da praia. Neste sentido, é possível avaliar a importância da construção do caminho de ferro como garantia para as autoridades portuguesas de uma forma de se chegar aos núcleos coloniais do interior prescindindo de guias africanos. A necessidade de Portugal ser reconhecido como uma potência colonial em certa medida explica as arrecadações alfandegárias de Luanda terem sido triplicadas em seus sete primeiros anos¹⁵³, significando lucro para os cofres públicos e maior controle do espaço do interior mais próximo.

Em *Mapa 3 - Região Recenseada do Districto de Loanda* (1900), a parte hachurada em vermelho, no interior, é a que viviam os “filhos do país”. Note-se que no final do século, com a introdução dos caminhos de ferro, os portugueses já tinham maior controle desta zona, o que tornava possível inclusive realizar um recenseamento nominal, ou seja, um censo no qual os delegados responsáveis por uma determinada área enviavam uma lista de indivíduos residentes na localidade. As estimativas de recenseamento para os Dembos, que não seriam possíveis em décadas anteriores, agora podiam ser projetadas em função da penetração de colonos no interior, motivados pela agricultura e pelo comércio, conforme já mencionado, contribuíram para um enfraquecimento do poder dos sobas¹⁵⁴.

Nos últimos vinte anos do século XIX, a população de Luanda quase dobrou: em 1881 Luanda possuía 11.172 habitantes, sendo 1.453 europeus e 9.719 não europeus, ao passo em que 1898 a população contava 20.106 habitantes sendo 4.878 europeus, 15.190

---

¹⁵³ Segundo Ilídio Amaral a alfândega de Luanda arrecadou em 1886 a soma de 217.774\$05, enquanto em 1893 o montante era de 700 000\$00. Ver: AMARAL, Ilídio do. *Luanda (estudo de geografia urbana)*. Lisboa: Memórias da Junta de investigação do Ultramar, 1968, n° 53, pp. 59.

¹⁵⁴ Conforme mencionado no início do tópico “Os filhos do país e a sua Luanda”.

africanos e 38 pessoas originárias de outros continentes (“outros”)¹⁵⁵. Se em 1881 a população europeia era 13% da população de Luanda, passados dezessete anos os

Mapa 3 - *Região Recenseada do Districto de Loanda*. Lisboa: A Editora, 1900. Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁵⁵ AMARAL, Ilídio do. *Luanda (estudo de geografia urbana)*. Lisboa: Memórias da Junta de investigação do Ultramar, 1968, n.º 53, pp. 59; pp. 63.

europeus eram pouco mais de 24% dos habitantes da capital.

O novo impulso de expansão de Luanda na década de 1880, com a chegada dos imigrantes europeus, obrigou a população africana mais pobre a viver nos bancos de areia, no que então eram os limites da cidade. Os “filhos do país” mais pobres sofreram diretamente o impacto desta mudança¹⁵⁶. Datam deste período a constituição dos primeiros musseques, como são conhecidos atualmente as habitações populares nos bancos de areia. No *Dicionário kimbundu-português* de Antônio de Assis Júnior, o termo “múseke” aparece como “área grossa, terra saibrosa”, mas também como “granja, herdade”¹⁵⁷. Esta definição abrange um sentido ligado ao aspecto da paisagem, usado para designar os bancos de areia de Luanda, mas também afirma o sentido de “granja”. Em fins do oitocentos, “musseque” designava as chácaras de famílias abastadas, e não o espaço de moradia da população mais pobre que vive na “terra saibrosa”, sentido contemporâneo do termo que vem dos anos 1960. Assis Júnior definiu o vocábulo em seu *Dicionário* em um período que o termo ainda comportava os dois sentidos. Essa dinâmica denota a colonização de um espaço urbano segregado, que se manteve para além do período colonial e dura até os dias de hoje.

Ao passo que no período do tráfico, boa parte dos africanos estava na cidade baixa, confinados às centenas nos quintais dos sobrados para ser vendidos como escravos, em fins do século a tendência será distanciar mais e mais os africanos do espaço de predominância europeia, buscando mantê-los nas zonas afastadas – como visto no caso dos musseques - ou em zonas circunscritas da cidade. Esta última opção foi o que se

---

¹⁵⁶ Sobre esta questão ver: BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas... Op. Cit.*, pp. 45.

¹⁵⁷ Vide: “Múseke” In: ASSIS JUNIOR, Antonio de. *Dicionário kimbundu-português – linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Edição de Argente, Santos & Cia Ltda., 1941.

passou com as quitadeiras de Luanda. O termo “quitadeira” provém de “quitanda”, grafia portuguesa de “kitánda”, palavra kimbundu que designa “mercado, feira, praça. Posto de venda de gêneros frescos. Loja de negócios. O que é susceptível de venda ambulante”¹⁵⁸. As quitadeiras eram mulheres africanas que trabalhavam como vendedoras dos mais diversos produtos, atuando nas quitandas de Luanda – “mercados, feiras e praças” - e como ambulantes.

Dispunham de itens para a venda que variavam de gêneros alimentícios como peixe, frutas, farinha, até os “produtos da terra” que possuíam “poder curativo e sobrenatural”, como a *pemba*, argila branca utilizada em rituais religiosos e o *ngongo*, amuleto de madeira com uma representação humana utilizado em vários tratamentos¹⁵⁹. Esses últimos vinham do interior próximo de Luanda, onde eram comercializados, o que mostra que apesar da grande migração para o litoral em meados do século XIX, os laços com o leste foram conservados¹⁶⁰.

No século XVII, o militar Antonio Cardornega já constatava a presença de quitandas em Luanda, contemporâneas ao período em que foram constituídas as primeiras famílias de “filhos do país”. No século seguinte, Elias Alexandre da Silva Correa, outro militar, descreve o comércio das quitadeiras como pobre e fétido e já avulta transferi-lo “para um só lugar distante e ventilado”¹⁶¹.

Em 1845, as quitadeiras aparecem nas estatísticas oficiais como as principais responsáveis pelo comércio da capital em termos quantitativos: eram 113 mulheres em

---

¹⁵⁸ “Kitánda”. ASSIS JUNIOR., Antonio de. *Dicionário kimbundu-português...* Op. Cit.

¹⁵⁹ PANTOJA, Selma. “Quitanda e quitadeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930): III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 178-179.

¹⁶⁰ FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI...* Op. Cit, pp. 398.

¹⁶¹ Ambas as referências são de: PANTOJA, Selma. “Quitanda e quitadeiras... Op. Cit., pp. 178.

Luanda vendendo suas mercadorias, seguidas por 107 mercearias e 35 “*lojas de fazendas e de toda espécie*”¹⁶². Na segunda metade do século XIX, abundam registros de quitandeiras que eram presas por embriaguez, desordem nos mercados, e principalmente por atuarem sem licença da câmara municipal¹⁶³. Mas a tentativa de detê-las revelava-se inútil: a repetição de nomes de quitandeiras encarceradas revela, segundo a análise da historiadora Selma Pantoja, uma atitude de afronta por parte dessas mulheres¹⁶⁴.

Em fins do século XIX, o *Código de posturas da câmara municipal de Loanda* procurava circunscrever cada vez mais o espaço de atuação das quitandeiras, impondo altas multas para as que não possuíam licença, além de restringir o tempo de permanência da “*venda volante*” na capital¹⁶⁵. Como resultado desta política, em 1895 a cidade contava com apenas 18 quitandeiras registradas, atuando em sua maioria no Mercado da Caponta. Em 1901, sobre este mercado onde nota a presença de quitandeiras, o inspetor de saúde afirma que “*nos deixou a impressão superiormente desagradável, ao lembrar-nos do esmero com que na metrópole, cujas cidades principaes usufruem as vantagens de uma rigorosa inspecção sanitaria, são cuidados os estabelecimentos d’esta categoria*”¹⁶⁶. Estas intervenções na virada do século fizeram com que as quitandeiras tendessem a desaparecer de Luanda¹⁶⁷.

Não se pode perder de vista que com o fim do tráfico em Luanda e a migração de africanos do interior para a capital, a população de “mestiços” e “negros” aumentou quase quatro vezes em Luanda¹⁶⁸. No intervalo de apenas cinco anos, entre 1845 e 1850, foram

---

¹⁶² CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história...* Op. Cit., pp. 18.

¹⁶³ PANTOJA, Selma. “Quitanda e quitandeiras...” Op. Cit., pp. 178-184.

¹⁶⁴ *Idem*.

¹⁶⁵ “Código de posturas da câmara municipal de Loanda” In: BGGPA, a. 1893, 16º. Apenso, pp. 8-9.

¹⁶⁶ BGGPA, a. 1901, 25/05/1901.

¹⁶⁷ PANTOJA, Selma. “Quitanda e quitandeiras...” Op. Cit., pp. 178-184.

¹⁶⁸ Este dado já foi citado anteriormente neste capítulo. Vide: MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e descontinuidades...* Op. Cit., pp. 109.

edificadas 34 sobrados, 113 casas térreas, e 1.618 cubatas, moradias africanas com o teto coberto por palha. Essa arrancada na construção civil tinha o propósito de abrigar a população que antes habitava o interior próximo.¹⁶⁹ O viajante inglês Joachim John Monteiro, se mostra impressionado com o aspecto das casas da cidade:

“As casas são geralmente grandes e cômodas, construídas de pedras e cobertas de telhas, sendo o azul a cor preferida para pintar as humbreiras das portas e das janelas, o que dá uma bonita aparência à cidade. As varandas são mais ou menos abertas, nas quais é costume tomar as refeições.

A maior parte das casas tem largos pátios nos quais estão as cozinhas, armazéns, poços e habitações para criados. As avenidas e ruas são largas e espaçosas.”¹⁷⁰

Já as cubatas provocavam a reação contrária naqueles que estavam acostumados aos padrões ocidentais: eram “*inteiramente [o] oposto*” das casas.¹⁷¹ No início de 1864, uma epidemia de varíola assolou a cidade. O médico brasileiro Saturnino de Sousa e Oliveira, que vivia na capital, identifica as cubatas como um dos meios de propagação da enfermidade: “*Em tudo mais merece seria atenção e estudo a reforma que convem estabelecer sobre taes construcções a fim de tornal-as menos contrarias a todos os preceitos da hygiene*”¹⁷², ou seja noções de higiene segundo os padrões ocidentais. As cubatas predominavam sobretudo no bairro da Ingombota, mas como medida sanitária, o governo decretou que fossem demolidas as cubatas dos Coqueiros, bairro que se estendia da cidade baixa até a cidade alta. As habitações foram reconstruídas no bairro do Carmo, na cidade alta¹⁷³. Com isso, a população africana passava a viver mais afastada da zona comercial, que costuma ser a região mais valorizada da cidade.

---

¹⁶⁹ *Ibidem*, pp. 303.

¹⁷⁰ Baseado em relato publicado em 1875. MONTEIRO, Joachim John. Apud: CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história... Op. Cit.*, pp. 56.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Saturnino de Sousa e. *Relatorio histórico da epidemia de varíola que grassou em Luanda em 1864*. Lisboa: Typographia Universal, 1866, pp. 65.

¹⁷² *Idem*, pp. 65.

¹⁷³ *Idem*.

Se nos relatos dos europeus a sujeira e as más condições sanitárias da cidade apareciam sempre associadas à figura dos africanos, na voz dos “filhos do país” a situação ganhou outros contornos. *O Imparcial*, do “filho do país” Carlos Botelho de Vasconcellos, protesta contra o “abandono” de Luanda, resultante de uma administração municipal que considera ruim¹⁷⁴.

Uma série de medidas tomadas neste período pelo governo colonial evidencia como a população europeia julgava incomodo partilhar o espaço urbano com os africanos. O *Codigo de posturas da câmara municipal de Loanda* (1893), assinado pelo então governador geral de Angola Alvaro Antonio da Costa Ferreira, trazia artigos que buscavam punir hábitos culturais diferentes dos europeus, como “*acender lume, ou cosinhar em frente das casas de habitação, e outrossim fazer fogueiras dentro das mesmas casas, pateos e quintaes, caso possa haver perigo de incêndio, ou o fumo causar incommodo aos vizinhos ou transeuntes*” sob a pena de 1\$000 réis¹⁷⁵. A mesma multa seria aplicada também para quem “*Sem licença previa da camara*” exercitasse em local público “*qualquer profissão ou mister industrial ou artístico*”¹⁷⁶. Provavelmente esta multa se referia a manifestações culturais como o bródio, uma festa, definida por um ritmo sempre presente, como mostra “A Ingombota e o bródio” (1881) do “filho do país” Joaquim Dias Cordeiro da Matta.

“A Ingombota e o bródio”

(prosas em anos de versos)

Ingombota é um dos bairros mais concorridos, mais populosos e mais animados que tem em Luanda.

---

¹⁷⁴ Neste número, o autor dá a entender que se trata de uma má administração municipal porque a cidade padecia entre outros aspectos da coleta de lixo e da conservação das praças. *O Imparcial*, a.1, no. 9, 21/06/1894.

¹⁷⁵ Cap. I, Art. 45º, “Codigo de posturas da câmara municipal de Loanda” In: *BGGPA*, a. 1893, 16º. Apenso, pp. 2.

¹⁷⁶ Cap. II, Art. 33º, “Codigo de posturas da câmara municipal de Loanda” In: *BGGPA... Op. Cit.*

É belo passar-se ao nascer e pôr do sol naquela cidade de choças; verem-se as lindas e encantadoras raparigas assentadas às suas portas; e encontrarem-se os janotas e maltrapilhos (Tenórios e Lovelaces dos bairros) – a fazerem mil galanteios!...

Mais bela ainda é a Ingombota quando o bródio lá ferve! Como ele se anima! Como ela é sedutora!

... Ingombota sem bródio cai em um marasmo horrível, absoluto, completo! Aquilo tudo fica morto!
...

Quando, porém, o bródio lhe dá; quando a gaita, a ricanza, a quipuíta e o batuque ali se ouve; é então que a Ingombota é séria! Vê-se tudo num doce tumultuar. A cidade de Luanda – a alta e a baixa – deixa de ter galas, e só a Ingombota brilha. (...)

Ó bródio, alma e vida da Ingombota, como o luandense te ama e sôfrego te adora! Assim como o espanhol não vive nem passa sem o *bolero* e o *fandango* e o lisboeta sem o *fado*, e o brasileiro sem o *lundu*; o habitante de Luanda não vive nem passa sem ti! (...)

Bródio, bródio, tu és a vida e a alma da Ingombota! E o gozo e o prazer e a ventura e a delícia to devem a ti¹⁷⁷.

Ao confrontar a descrição que “A Ingombota e o bródio” faz sobre o bairro com o olhar exposto pelo médico Saturnino de Sousa e Oliveira sobre as cubatas, construção que predominavam na Ingombota, é latente a diferença entre elas. Se para o brasileiro este era um espaço “sujo”, para Cordeiro da Matta, era o lugar da confraternização, da alegria, dos encontros amorosos, assim como sintetizam as últimas linhas de sua escritura. Cabe notar também como em “A Ingombota e o bródio” ritmos musicais (bolero, fado, lundu) são ligados às identidades (espanhola, lisboeta, brasileira) e o mesmo se passa com o bródio: o ritmo tocado no bairro africano é aquele que “*o habitante de Luanda não vive nem passa sem*”.

Se as festas na Ingombota eram apreciadas pelos “filhos do país”, o mesmo se pode dizer de distrações da cultura europeia, como o teatro. Um comentário no jornal *Futuro d’Angola* registra – em tom menos entusiasmado que o de Cordeiro da Matta – que essa era também uma forma de lazer apreciada pelos “filhos do país”.

---

¹⁷⁷ Os trechos em itálicos foram reproduzidos do original. CORDEIRO DA MATTa, Joaquim Dias. *Apud*: OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *A formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 72-73. Uma referência a “A Ingombota e o bródio” pode ser encontrada também em: RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. – 1910 c.): convergência e autonomia*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em História de África). Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2012.

“Não sei se meu bom leitor e gentil leitora, vio o espetáculo que na passada quinta-feira se realizou no nosso teatro de Loanda (...). Se não foi lá muito perdeu, a bela ocasião de admirar a ornamentação da sala e átrio, que éra muito simples mas dava um golpe de vista surpreendente (...) [Sobre] espetáculos devo dizer que estamos sendo muito mimosados com essas diverções.”¹⁷⁸

Neste fim de século, como se pode perceber, aos poucos no espaço de Luanda começava a ser definido espaços de circulação dos colonizadores, e espaços dos colonizados. Entre os nomes de bairros e monumentos é tática a afirmação de duas culturas, dois modos de existir em Luanda. A capital, que recebera grandes levas de africanos em meados do século, possuía marcas da cultura Mbundu: além das zonas pobres das cidades terem recebido nomes de origem kimbundu (como os musseques, por exemplo), regiões tidas como nobres também eram conhecidas por nomes de origem africana. É o caso das Quipacas, bairro situado na ilha defronte para a cidade baixa, que em kimbundu quer dizer “dinheiro”, em alusão a população abastada que o habitava¹⁷⁹. Em oposição à presença da cultura kimbundu na capital, em 1873 foi inaugurada a primeira estátua de todas as províncias portuguesas em África. Uma escultura retratando o ex-governador Pedro Alexandrino da Cunha (1845-1848) foi encomendada em Lisboa por alguns comerciantes para lembrar a memória do estadista que tentou implantar medidas “*de posturas*” que buscavam trazer “*ordem*” à cidade¹⁸⁰. Ladislau Batalha a descreveu como um monumento “*de muita elegância: consta do incalce de três degraus (...) sobre o qual se acha a estatua em pé, feita em bronze. (...) Bem merecida é a estatua commemorativa do grande Pedro Alexandrino*”¹⁸¹. Pelo discurso do jornalista é notável que a comunidade portuguesa se orgulhava da estátua, em torno da qual procurava criar um sentimento de orgulho aos recém-chegados do reino pelo cumprimento da missão dos portugueses.

---

¹⁷⁸ Este jornal era editado por “filhos do país”, tendo como diretor Arsenio de Carpo. *Futuro d’Angola*, a. 12, no. 206, 14/06/1894.

¹⁷⁹ CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história...* Op. Cit., pp. 22.

¹⁸⁰ Vide o artigo de Fernando Pereira sobre a estátua de Pedro Alexandrino: PEREIRA, Fernando. “Carta a Pedro Alexandrino”. *Novo Jornal*, Luanda, s/a, no. 258, 28/12/2012.

¹⁸¹ BATALHA, Ladislau. *Angola...* Op. Cit., pp. 28.

Homens de fronteira em tempos de decadência

Com o fim do tráfico de escravos nos portos de Luanda, a partir de meados do século XIX diversos fatores contribuíram para a decadência econômica dos “filhos do país”. Enquanto seus avós foram ricos traficantes de escravos, em fins de século, eles eram homens de posição mediana na sociedade colonial; e, aqueles que não provinham das chamadas famílias tradicionais passaram a viver em condições que beiravam a pobreza.

A migração para Luanda de grande número de “filhos do país” que viviam no interior fez da capital seu espaço por excelência. A Luanda que encontraram era uma cidade ocupada majoritariamente por africanos, mas que, com o correr das décadas no oitocentos passou a sentir de maneira mais nítida a pressão crescente do governo colonial português, por meio de mecanismos de controle e de segregação dos espaços. A capital cada vez mais se dividia em duas cidades – a do colonizador e a do colonizado – e os “filhos do país” apesar de viverem nas zonas menos valorizadas, circulavam com desenvoltura por ambientes marcados pelas culturas europeia e africana. Frequentavam o bródio, mas também marcavam presença no teatro.

Em Luanda, parte dos “filhos do país” conseguiu colocações em postos de segundo e terceiro escalão da administração colonial, em função da carência de funcionários portugueses e por serem letrados. A partir da década de 1880, o acesso dos “filhos do país” aos cargos públicos foi dificultado para dar preferência aos imigrantes portugueses recém-chegados. Os “filhos do país” criticaram a discriminação que sofriam por terem nascido em Angola através de seus jornais, que passaram a ser publicados em Luanda, observatório privilegiado para buscar entender suas questões neste fim de século.

Itinerários da escrita: as primeiras publicações e a imprensa dos

“filhos do país” em Luanda

O despontar da atividade literária em Luanda na segunda metade do século XIX é um curso com mais meandros do que um olhar apressado poderia captar. Pelo menos até a década de 1880, a maioria dos portugueses que por lá se instalavam eram desterrados, e alguns deles estavam em África em função de suas ideias, por vezes de motivação republicana, e em casos mais raros, socialistas. Posteriormente, alguns desses homens se tornariam figuras ativas em jornais dos quais também participavam os “filhos do país”.

As trocas frequentes com o Brasil estimularam a circulação transatlântica de impressos e os diálogos literários, tendo sido a literatura do romantismo produzida no Brasil, assim como a que era concebida no continente europeu, referência importante para os “filhos do país” da região de Luanda.

A partir da década de 1880, houve um aumento muito significativo no número de portugueses, que estimulados pelo governo metropolitano, passaram a emigrar para Angola ao invés do Brasil. Aliado ao aumento de habitantes de Luanda passou a existir uma disputa entre portugueses e “filhos do país” por cargos da administração colonial. Neste cenário de disputa, os embates entre os recém-chegados imigrantes e os “filhos do país” passaram a ser cada vez mais frequentes, gerando um clima de tensão entre os dois lados. Nesta disputa, os “filhos do país” eram o lado mais fraco.

Essas querelas impulsionaram os “filhos do país” de Luanda a se manifestarem contra essa situação. É a partir do desenvolvimento da produção literária escrita, sobretudo no âmbito da imprensa e de alguns de seus autores, que este texto busca pensar o impacto deste novo cenário visto a partir dos escritos de autoria dos “filhos do país”.

Hábitos de leitura antes da produção literária

Segundo Carlos Pacheco, antes de existirem jornais em Luanda era possível se verificar hábitos de leitura entre os habitantes da cidade. Apesar de no início do século não existirem bibliotecas públicas, existiam bibliotecas particulares como a de Bernardino da Silva Guimarães. “Filho do país”, Bernardino possuía uma biblioteca com 68 volumes. Alguns de seus títulos de maior prestígio eram *As aventuras de Telémaco*, de Fénelon (obra editada em francês); *Contrato Social*, de Jean Jacques Rousseau; *Ciência do Governo*, *Princípios da Política* e *Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet; *Geografia Universal* e *Tratado de Geografia*, ambos de Balbi. Também figuravam entre seus livros as *Cartas do Marquês de Pombal* e *História da Inquisição*¹⁸². Ainda mais numerosa que esta biblioteca era a de Manuel Patrício Correia de Castro com 416 volumes, entre os quais se destacavam os clássicos da antiguidade, leituras da Igreja Católica Romana e obras do iluminismo¹⁸³.

O comércio de livros em Luanda ganhava importância à medida em que o fim do século se aproximava. O comerciante Julião Monteiro Torres recebia entre suas mercadorias vindas da Europa exemplares de publicações ao gosto do momento: *Naná* de Émile Zola em francês, *O mandarim* de Eça de Queirós e revistas ilustradas portuguesas de sucesso da época como *O Plutarco Português* (jornal ilustrado de biografias) e *À Volta do Mundo* (jornal de viagens)¹⁸⁴. Com um comércio de livros vigoroso na virada do século, segundo Maria João Martins, no ano de 1899 desembarcaram em Luanda

---

¹⁸² PACHECO, Carlos. “Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do século XIX”. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 6 n. 2. jul. – dez. 2000, pp. 26, nota 19.

¹⁸³ *Idem*, pp. 28-29.

¹⁸⁴ MARTINS, Maria João. “Formas de vida das elites”. *História*. Lisboa, ano XX, no. 1, abril, 1998, pp. 22-25.

carregamentos de impressos na ordem de 283 mil réis provenientes de Paris¹⁸⁵. Mas é seguro afirmar que os leitores de tantas publicações em francês eram em sua grande maioria portugueses: segundo as fichas de funcionários da administração colonial, eram pouquíssimos os “filhos do país” que falavam outra língua europeia além da língua portuguesa¹⁸⁶.

É verdade que ainda eram poucos os letrados. Como costumava dizer Pedro da Paixão Franco, jornalista coetâneo de *Voz d'Angola clamando no deserto*, ser letrado nesta sociedade era “*um título mais privilegiado do que o de barão ou visconde*”¹⁸⁷. Segundo Aida Freudenthal, alguns desses leitores se organizaram em associações de “filhos do país”:

“Prosseguindo uma prática comum na sociedade colonial desde meados do século XIX, eram numerosas as associações angolenses de caráter religioso, mutualista, assistencial e recreativo que se constituíam no meio urbano e cuja origem nem sempre é possível situar no tempo.”¹⁸⁸

Se é difícil precisar com exatidão a partir de quando setores desta sociedade começaram a se organizar em associações, é seguro afirmar que esta prática adentra o século XX, marcando presença ao longo de todo o período colonial. Carlos Saturnino de Sousa Oliveira, que viria a ser um dos autores de *Voz d'Angola clamando no deserto*, é citado na lista dos membros dos estatutos da Confraria de Nossa Senhora da Nazareth, associação religiosa fundada em 1887¹⁸⁹.

---

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ Segundo os dados que constam em: AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, no. 801, Pt-17, 1897, “Correspondência”, Angola; AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, no. 798, Pt-14, 1894, “Correspondência”, Angola; AHU, SEMU, DGU, 1ª. Repartição, no. 799, Pt-15, 1895, “Correspondência”, Angola.

¹⁸⁷ FRANCO, Pedro Paixão. *História de uma traição*. Porto: Livraria Moreira, 1911, vol I.

¹⁸⁸ FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Op. Cit*, pp. 404. Sobre o mesmo assunto ver também: CORRADO, Jacopo. *The creole elite and the rise of Angolan proto-nationalism (1870-1920)*. Amherst: Cambria Press, 2008.

¹⁸⁹ AHU, SEMU, DGU, no. 791, 1ª. Repartição, Pt-7, 1887, Correspondência, Angola.

Nesta época a Maçonaria desempenhou um papel notável. Mesmo antes da fundação da primeira loja maçônica em Luanda (1872), os “filhos do país” se reuniam, discutiam, trocavam informações sob o signo do Grande Oriente do Rio de Janeiro¹⁹⁰. Tanto por adquirir livros, quanto através das discussões políticas, a Maçonaria através da congregação de seus membros auxiliou a construir no início do século o movimento que ficaria conhecido como “ipiranguista”: defendia que se rompessem os laços com Portugal e Angola fosse anexada ao recém-independente Império do Brasil¹⁹¹.

Ainda de acordo com o historiador angolano Carlos Pacheco, os laços entre Brasil e Angola neste período são mais estreitos do que se pode imaginar. Grande parte dos livros e periódicos consumidos em Angola nesta primeira metade do século provinham do Brasil¹⁹². Lidos com discrição e longe dos olhos das autoridades, os semanários *Correio Braziliense* e a *Aurora Fluminense* eram bastante apreciados. Alguns autores da margem africana do Atlântico escreviam artigos em jornais brasileiros neste começo de século e assinavam “Angolense”¹⁹³.

O primeiro livro publicado em Angola: a poesia de Maia Ferreira

O primeiro livro publicado em Angola foi *Espontaneidades da minha alma*. Seu autor, José da Silva Maia Ferreira, havia nascido em Luanda (1827), realizou seus

---

¹⁹⁰ PACHECO, Carlos. “Leituras e bibliotecas em Angola ... *Op. Cit.*”

¹⁹¹ ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano (1911-1961)*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

¹⁹² O escritor angolano Pepetela sustenta que durante o regime de Salazar e Marcelo Caetano, em função da censura, poucos livros provenientes de Portugal chegavam a Angola. Neste período novamente o Brasil foi o maior fornecedor de livros ao país. In: “O Brasil em Angola”, *Caminhos da Reportagem*, Tv Brasil. Consultado em 06/12/2012. Disponível em: <http://m.youtube.com/watch?client=mv-google&hl=pt&gl=BR&v=Qlo2tisLL4k&fulldescription=1>

¹⁹³ A afirmação de que assinavam os artigos recorrendo a este termo está em: PACHECO, Carlos. “Leituras e bibliotecas ...” *Op. Cit.*

estudos em Lisboa, trabalhado como amanuense da secretaria do governo geral de Angola, fora tesoureiro da alfândega de Benguela e oficial da Secretaria do Governo de Benguela. Faleceu no Rio de Janeiro em 1881. Editada em Luanda, esta sua coletânea de poemas que veio a lume em 1849, indica, nas palavras de Manuel Ferreira “*uma certa consciência regional, condição primeira para uma consciência nacional*”¹⁹⁴ Exemplo desta afirmação é o poema *À minha terra*:

À MINHA TERRA !

(No momento de avista-la depois de uma viagem.)

De leite o mar - lá desponta
Entre as vagas susurrando
A terra em que scismando
Vejo ao longe branquejar!
É baça e proeminente,
Tem d'Africa o sol ardente,
Que sobre a areia fervente
Vem-me a mente acalantar.

Debaixo do fogo intenso,
Onde só brilha formosa,
Sinto n'alma fervorosa
O desejo de a abraçar:
É a minha terra querida,
Toda d'alma, - toda - vida, -
Qu'entre gozos foi fruida
Sem temores, nem pesar.

Bem vinda sejas ó terra,
Minha terra primorosa,
Despe as galas - que vaidosa
Ante mim queres mostrar:
Mesmo simples teus fulgores,
Os teus montes tem primores,
Que às vezes falam de amores
A quem os sabe adorar!

Navega pois, meu madeiro
Nestas aguas d'esmeraldas,
Vai junto do monte ás faldas
Nessas praias a brilhar!
Vae mirar a natureza,
Da minha terra a beleza,

---

¹⁹⁴ FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Ministério da Cultura e da Investigação Científica, 1977, vol. II.

Que é singella, e sem fereza
Nesses plainos d'alem-mar!

De leite o mar, - eis desponta
Lá na extrema do horizonte,
Entre as vagas - alto monte
Da minha terra natal;
É pobre, - mas tão formosa
Em alcantis primorosa,
Quando brilha radiosa,
No mundo não tem igual! ¹⁹⁵

Segundo Jacopo Corrado, a sucessiva repetição da expressão “minha terra” transmite a sensação de que o poeta almejava tomar posse da terra que nasceu¹⁹⁶. A segunda parte do poema segue:

Tem palmeiras de sombra copada
Onde o soba de tribo selvagem,
Em c'avana de gente cansada,
Adormece sequioso de aragem.

Empinado alcantil dos desertos
Lá se aninha sedento Leão
Em covis de espinhais entr'abertos,
Onde altivo repousa no chão.

Nesses montes percorre afanoso,
A zagaia com força vibrando,
O Africano guerreiro e famoso
A seus pés a pantera prostrando.

Não tem virgens com faces de neve
Por que lanças enriste Donzel,
Tem donzelas de planta mui breve,
Mui airosas, de peito fiel. ¹⁹⁷

Esta longa citação revela que em seus versos o autor destaca o que há em sua terra de origem e o que não há, fazendo um contraponto com o que havia em Portugal (“Não

---

¹⁹⁵ FERREIRA, José Silva Maia. *Espontaneidades da minha alma*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002.

¹⁹⁶ CORRADO, Jacopo. “À procura das influências brasileiras na construção da cultura literária angolana: o caso de José da Silva Maia Ferreira”. *Anais do CIELLI – 1º. Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários e 4º. Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2010.

¹⁹⁷ FERREIRA, José Silva Maia. *Espontaneidades da minha alma*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002.

tem virgens com faces de neve”). Ao ler os versos acima não há como não se lembrar de *Canção do exílio*, do poeta brasileiro Antônio Gonçalves Dias. Jacopo Corrado sustenta que José Silva Maia Ferreira conheceu João Manuel Correia d’Amboim (1814-1861), poeta português ultrarromântico exilado no Brasil, que passou a viver no Rio de Janeiro, em função de seu envolvimento político no período das revoluções liberais¹⁹⁸. Hoje pouco estudado, João d’Amboim era considerado um exemplo paradigmático em seu tempo. O poeta português travara contato com Gonçalves Dias e, possivelmente, o apresentou a Maia Ferreira¹⁹⁹.

Espaços da escrita dos “filhos do país” através de suas contribuições no *Almanach de Lembranças*

Ainda no âmbito da lírica, um importante espaço de publicação dos poemas redigidos pelos “filhos do país” e por portugueses radicados em Angola foi o *Almanach de Lembranças*. Mario Antonio Fernandes de Oliveira em seu estudo “Colaborações angolanas no *Almanach de Lembranças* – 1851-1900” traça um mapa de autores das regiões de Angola que colaboraram entre 1851 e 1900 com o *Almanach de Lembranças* (até 1872), que mais tarde seria conhecido por *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiras*. Segundo o autor, nesses anos, 39 escrituras eram originárias da costa norte e 19 de seu *hinterland*; 141 de Luanda e estabelecimentos vizinhos e 24 de seu *hinterland*; 27 de Benguela e estabelecimentos vizinhos e 24 de seu *hinterland*; e por fim 16 de Moçâmedes e 18 de seu *hinterland*. Esses números totalizam 396 escrituras advindas de Angola publicadas apenas no *Almanach*²⁰⁰. Quase a metade dessas escrituras eram

---

¹⁹⁸ Esta informação é fornecida por Jacopo Corrado. Contudo, na década de 1820 João D’Amboim ainda era um menino, é provável que ele tenha vindo ao Brasil apenas na década seguinte.

CORRADO, Jacopo. “À procura das influências brasileiras... *Op. Cit.*

¹⁹⁹ *Idem.*

²⁰⁰ OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. “Colaborações angolanas no *Almanach de Lembranças* – 1851-1900”. Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola, 1966, 3, 1.

originárias de colaboradores de Luanda e suas circunvizinhanças, o que mostra uma atividade literária proeminente nesta região.

A imprensa: as primeiras colaborações dos “filhos do país”

Em 7 de dezembro de 1836 o Marquez de Sá da Bandeira determinara a criação de veículos de informação para servir o público residente nas possessões ultramarinas. Este foi o primeiro passo para a criação de publicações periódicas.

O *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*²⁰¹, publicado pela primeira vez em 1845, é tido como marco inicial do jornalismo em Angola. O *Boletim Oficial* também foi a primeira publicação impressa de cada uma das demais províncias portuguesas em África. Em 1842, Cabo Verde já contava com a sua primeira tipografia, cuja função era publicar sobretudo o *Boletim Oficial*²⁰², Moçambique passaria a ter a publicação a partir de 1854, seguido por São Tomé e Príncipe (1857) e Guiné-Bissau (1879). Sua finalidade era tornar pública a administração colonial, divulgando, por exemplo, vagas disponíveis para cargos públicos. Além desta parte principal, havia também uma segunda parte não-oficial, que abarcava artigos de opinião, monografias e até mesmo notícias do exterior. Em seus primeiros números, o *Boletim Oficial* foi um órgão que abriu espaço para as divergências sociais e políticas.²⁰³

---

²⁰¹ *Boletim do Governo Geral da Província de Angola* (1845) foi editado até 1911, quando passou a se chamar *Boletim Oficial da Província de Angola*. In: RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org. e coord). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998, vol. 1.

²⁰² Tomando Cabo Verde como exemplo, o boletim das demais possessões portuguesas tinha por nome *Boletim Oficial da Província de Cabo Verde*. In: *Idem*.

²⁰³ PEREIRA, Aristides. *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, pp. 54-55.

Segundo Pires Laranjeira, no decorrer do século XIX, em função da repressão sofrida, a imprensa desempenhou nesses países um papel menor do que poderia se supor. Apenas a imprensa em Angola, particularmente em Luanda, teve um rumo diferente²⁰⁴.

Júlio de Castro Lopo, em seu principal estudo sobre a história do jornalismo em Angola, enxerga uma unidade no período situado entre os anos de 1866, data da primeira edição da primeira publicação periódica não-oficial, *A civilização da África Portuguesa*, até 1923, com a chegada ao público leitor do jornal “profissional” *A província de Angola*²⁰⁵. O termo “profissional” foi empregado em oposição aos jornais anteriores, editados por jornalistas que sobreviviam de outro ofício e tinham o jornal como ocupação secundária. O período ficou conhecido como Imprensa Livre, uma vez que os jornalistas não pertenciam a um órgão oficial, onde as informações políticas e econômicas eram selecionadas. Isso não significava que os editores pudessem publicar o que desejassem, tanto que os jornais mais polêmicos eram processados, muitas vezes fechados e seus editores perseguidos²⁰⁶.

Se por um lado a nomenclatura de Lopo auxilia a precisar fases de desenvolvimento do jornalismo em Angola a partir de uma visão endógena, por outro o termo “imprensa livre” transmite uma ideia de liberdade de expressão, situação negada pelo próprio autor. Ainda assim, Lopo optou por esta nomenclatura ao comparar repressão à imprensa deste período com a sofrida pela imprensa de Angola no período denominado “profissional”. Mesmo se tratando de situações históricas distintas, o risco que se corre com este tipo de denominação é apresentar a violência praticada em um período (ou seja, jornais fechados, editores presos e perseguidos...) como “preferível” a de outro.

---

²⁰⁴ PIRES LARANJEIRA, José Luís. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

²⁰⁵ LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964.

²⁰⁶ *Idem*.

O primeiro semanário a ser publicado em Angola foi *A Aurora* (1856). Compunham este jornal de duração efêmera relatos de viagem e ensaios literários. Em 1º de outubro de 1866 foi promulgado um decreto que estendia a Lei de Liberdade de Imprensa em vigor na metrópole²⁰⁷ às províncias ultramarinas, reconhecendo e abrindo caminhos para uma produção regular de impressos em Angola²⁰⁸. Neste mesmo ano foi fundado o primeiro periódico editado em Angola, *A civilização da África Portuguesa*, publicado por Francisco Pereira Dutra, Alfredo Mântua e António Urbano de Castro, “europeus identificados com Angola”, nas palavras de Pires Laranjeira²⁰⁹. No ano seguinte, o jornal foi fechado e seus redatores encarcerados por um mês em decorrência de alguns escritos que desaprovavam as medidas tomadas pelo então governador geral António Gonçalves Cardoso.

Este foi o começo da história do jornalismo em Angola e até o início do século seguinte assim essa dinâmica se manteria: as publicações que possuíam um tom crítico não raro acabavam fechadas, e seus autores se tornavam desafetos das autoridades coloniais. Assim, fica claro o quanto a imprensa periódica se tornou incômoda para o governo.

A promulgação da Lei da Liberdade de Imprensa válida para todo o império português possibilitou a existência de diversas publicações nas décadas seguintes, mas não faltaram questionamentos visando sua revogação. Um artigo publicado em 1873 no jornal *O Cruzeiro do Sul*, discorre acerca da liberdade do homem e da liberdade de imprensa, criticando duramente o Dr. Jayme Moniz, defensor de uma legislação de

---

²⁰⁷ LOURENÇO, João Pedro da Cunha. “A dinâmica e o estatuto dos jornalistas em Angola no período da imprensa livre (1866-1923)”. Consultado em: 15/04/2011. Disponível em: <http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/170-a-din%C3%A2mica-e-o-estatuto-dos-jornalistas-em-angola-no-per%C3%AAdodo-da-imprensa-livre-1866-1923.html>

²⁰⁸ LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964.

²⁰⁹ PIRES LARANJEIRA, José Luís. *Literaturas africanas ... Op. Cit.*

imprensa distinta para as colônias. O referido doutor era um “*apoiador cego*”²¹⁰ do então governador geral de Angola, José Maria da Ponte e Horta. Nem este último escapava às críticas: de acordo com o jornal, quando Ponte e Horta aspirava a chefia do governo proclamava a democracia e a liberdade, mas após tornar-se governador se mostrou “*incoerente, despótico e tirano*”²¹¹. O “filho do país” Lino de Sousa Araújo, um dos redatores do jornal foi destituído de seu posto na alfândega e condenado ao exílio.

Pelas críticas se pagava um preço caro. No mesmo ano de 1873, José Maria da Ponte e Horta baixou um decreto suspendendo o jornal *O Mercantil* (1870) sob a acusação de:

constante excitação à rebelião, exaltando as forças do inimigo, e deprimindo as nossas tropas, e pela divulgação de notícias graves, que antes de se poderem averiguar e convencer de falsas, occasionavam a desanimação publica, e entretinham o desfalecimento do commercio e industria; havendo, por todos estes perniciosos effeitos, vehementes conjecturas, de occulta e assalariada machinação contra a tranquillidade publica; e integridade do domínio da coroa portugueza nesta possessão²¹². (*sic*)

É latente a preocupação do governador geral com as “notícias graves, que antes de se poderem averiguar e convencer de falsas, occasionavam a desanimação publica”. *O Mercantil*, jornal do “filho do país” José Pinto da Silva Rocha, fora a seu tempo um grande jornal e permaneceu em atividade durante décadas. Chegou a possuir uma estrutura imponente, com prelo próprio e correspondentes em Lisboa, Paris e na Bahia. A razão da preocupação do governador era a publicação de notícias sobre a guerra dos Dembos, vocábulo destinado pelos portugueses às chefias africanas situadas na região ao norte do território de Angola. Nesta circunscrição não havia presença militar portuguesa

---

²¹⁰ *O Cruzeiro do Sul*, Apud. SALVADORINI, Vittorio. “Os primeiros números de um jornal de Angola: O Cruzeiro do Sul”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *Actas de I reunião internacional de História da África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, pp. 117-127

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² *Boletim Oficial do Governo Geral da Província d’Angola*, Portaria no. 9, 1873, sabbado 1 de fevereiro, no. 5. Apud: *Idem*, pp. 122.

no período, o que conferia uma autonomia maior às chefias que passaram a se recusar a pagar o dízimo colonial. Em 1871, parte da população africana dos Dembos se sublevou contra o posto militar português de Cassatola, dando início à guerra. Durante os próximos dois anos, forças portuguesas foram enviadas a região para combater os Dembos, mas a tentativa foi inútil, resultando em seu abandono no ano de 1873. Pelas próximas três décadas, o território permaneceria sob o controle dos Dembos²¹³. Noticiar as derrotas portuguesas e exaltar as façanhas dos Dembos era mais do que se podia tolerar.

O Mercantil foi fechado, mas depois de um tempo Silva Rocha conseguiu reabri-lo. Neste intervalo fundou em 1878 o *Jornal de Loanda*. Também este foi fechado. Silva Rocha foi perseguido pelo governo colonial até quebrar economicamente. Temendo um escândalo e querendo afastá-lo da capital, as autoridades ofereceram-lhe um cargo de administrador colonial em uma pequena aldeia em Lobito, onde terminou seus dias²¹⁴.

Não era apenas entre os membros do governo que os jornalistas colecionavam inimizades. Os embates travados na imprensa opunham os próprios “filhos do país” e portugueses, chegando ao ponto das polêmicas dos jornais se tornarem confrontos físicos. Exemplo disso, foi um episódio violento ocorrido em 1876. Alfredo Mântua, um dos redatores do *O Mercantil*, em função de polêmicas editoriais, foi brutalmente espancado pelo Padre João Constâncio Rodrigues, pelo advogado Francisco Joaquim Farto da Costa, por Lino Maria Sousa Araújo entre outros, todos membros da redação do *O Cruzeiro do Sul*²¹⁵.

---

²¹³ DIAS, Jill. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X – O Império Africano: 1825-1890*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 435-438. Sobre o mesmo assunto ver também: TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2002, vol. I.

²¹⁴ QUEIRÓS, Artur. “A imprensa em Angola no século XIX”. In: *Jornal de Angola*. Consultado em 26/10/2012. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/a_imprensa_em_angola_no_seculo_xix

²¹⁵ SALVADORINI, Vittorio. “Os primeiros números... *Op. Cit.* pp. 117-127

Silva Rocha não foi o único a sofrer as consequências de sua postura contestatória. José de Fontes Pereira (1823-1891), “filho do país” e provavelmente o jornalista de maior destaque de seu tempo, também pagou caro por seus escritos. Foi um crítico da ineficácia do governo colonial em implementar as leis antiescravagistas e regulamentar o trabalho africano²¹⁶, abordando entre outros temas o trabalho contratado de Angola rumo a São Tomé e a legislação acerca dos libertos²¹⁷. Segundo Jacopo Corrado, entre seus contemporâneos, Fontes Pereira foi um dos únicos a fazer menção a Angola como um território “*historicamente distinto de Portugal*”²¹⁸. A defesa da emancipação de Angola pelo jornalista foi realizada nas páginas do *Futuro d’Angola*:

Assim como respeitamos as suas glórias e grandes homens que immortalizaram Portugal, detestamos e rejeitamos sua deletérica administração. Aceital-a tal qual a vemos hoje aplicada nas colônias em geral sem protestar seria um crime de lesa liberdade. A emancipação d’um povo tanto pode se fundar nas suas riquezas naturais bem desenvolvidas, na vasta ilustração de muitos dos seus concidadãos, como pode se fundar também na incuria, nos desleixo e despotismo da nação que o domina. (...) Angola, a quem roubaram os braços, que lhe arrotearam os campos; a quem se negam escolas e tudo quanto pode concorrer para o seu engrandecimento, assiste-lhe o direito de sacudir o jugo que o oprime e esfacela, e escolher quem, sem o subjugar e dominar lhe dê toda a protecção para o seu desenvolvimento moral e intelectual.²¹⁹

Neste trecho é possível perceber que ao passo que José Fontes Pereira defendia a emancipação da colônia, seu discurso aponta para a necessidade da “protecção” de outra nação europeia, a quem o jornalista atribui a função de fomentar o “desenvolvimento moral e intelectual”, associado no texto à escolarização formal europeia, como mostra o uso dos termos “escolas” e “ilustração”.

---

²¹⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X, Op. Cit.*

²¹⁷ WHEELER, Douglas L. “ ‘Angola is whose house?’ Early Stirrings of Angolan nationalism and protest, 1822-1910”. *African Historical Studies*, 1969, vol 2, no. 1, pp. 1-22.

²¹⁸ CORRADO, Jacopo. *The creole elite and the rise of Angolan proto-nationalism (1870-1920)*. Amherst: Cambria Press, 2008, pp. 165.

²¹⁹ *O Futuro d’Angola*, a.3, no. 49, 21/10/1886.

“Apóstolo fervoroso da liberdade e da emancipação”, como se definiu²²⁰ em um artigo publicado em *O Futuro d’Angola* em 1882, o jornalista confrontava a discriminação sofrida pelos “filhos do país” em sua própria terra natal: “Se a metrópole quer fazer distinções entre filhos de um paiz dominado e os da nação dominadora: se não quer igualal-os nas regalias e nas liberdades concedidas aos últimos que os abandone, e deixe a seu arbítrio escolher um protector, mas não um conquistador.”²²¹

Além de jornalista, Fontes Pereira era também advogado “de provisão”. Como explica Jill Dias:

Alguns dos indivíduos mais ativos como redatores dos jornais a partir da década de 1860 eram simultaneamente «advogados por provisão» · que se aproveitaram da imprensa livre para se tornarem mais conhecidos e para demonstrarem a sua habilidade em defender causas. Tratava-se de pessoas sem licenciatura formal em Direito, a quem, na sequência das reformas constitucionais, era permitido obter licenças do juiz da Relação de Luanda para praticar nos tribunais. Na sequência do estabelecimento da Comarca de Ambaca, em 1878, verificou-se uma corrida por parte de cidadãos de Luanda à concessão de licenças para advogar nessa comarca (...) Como é óbvio, o lugar do tribunal também proporcionava um palco público privilegiado para lançar críticas ao governo.²²²

Como ocorreu a outros jornalistas de seu tempo, a postura de Fontes Pereira, crítica e refratária aos portugueses, rendeu ao jornalista e a sua família o desafio das autoridades. Em 1889, seu filho morreu em decorrência de complicações após ser espancado a golpes de cassetete pelo ajudante de campo do governador geral Guilherme Augusto de Brito Capello, cujas atitudes não tiveram nenhuma represália²²³. Em seus últimos meses de vida, o jornalista publicou um polêmico artigo, comentando notícias da imprensa inglesa e portuguesa acerca de escândalos políticos passados em Portugal.

---

²²⁰ PEREIRA, José Fontes. *Apud*: SALVADORINI, Vittorio. “Os primeiros números de um jornal de Angola: O Cruzeiro do Sul”. *Op. Cit.*, pp. 124

²²¹ *O Futuro d’Angola*, a.3, no. 47, 30/09/1886.

²²² MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X, Op. Cit.*, pp. 530-531.

²²³ Fontes Pereira narra este episódio em uma carta emocionada remetida ao governador geral Guilherme Augusto de Brito Capello, que foi publicada pelo jornal *Arauto Africano*. Vide: *Arauto Africano*, a.1, no. 9, 19/05/1889.

Afirmava que era natural que a Inglaterra quisesse se apropriar das colônias portuguesas em África, e recomendava que negociasse sua posse diretamente com os que nelas viviam:

(...) os homens encarregados da administração publica em Portugal não passam de umas aves de rapina e tendo já visto as queixas constantes dos filhos das colonias, aviltados e despresados por aquelles que deviam instruir e considerar, não admira que os estrangeiros conhecedores de tudo isso procurem apossar-se das terras portuguesas, ainda conservadas no estado da natureza, e que as aproveitem como bens nascentes para cultivar e civilisar os aborígenes, tornando-os cidadãos uteis a si e ao resto da humanidade. Pela nossa parte, aconselharíamos a esses estrangeiros que não gastassem o tempo la na Europa a discutir os assumptos que lhes possa convir em relação à África; bastaria que se dirigissem aos seus habitantes, como senhores naturaes que são das suas terras, e fazer com elles todos os tratados de commercio e proteção reciproca, que eles os receberão de braços abertos (...)²²⁴

O impacto destas afirmações publicadas no jornal *Arauto Africano* foi grande, sobretudo se considerado que este artigo foi redigido em 1890, ano do Ultimato Britânico. A repercussão foi tamanha que o governador geral de Angola Guilherme Augusto Brito Capello, preocupado com sua repercussão na imprensa inglesa, elaborou um relatório endereçado ao ministério da marinha e ultramar no qual informava o teor do artigo do “mulato”, como chamou Fontes Pereira:

Aquelle artigo, que V. Exa. verá no jornal que junto remeto, escripto em mau português, e que passaria impercebido em outras quaisquer circunstancias, foi logo, e com rasão, tão desfavoravelmente apreciado pelos europeus aqui estabelecidos, que resolveram pedir uma satisfação ao autor e ao proprietario do jornal que tinha consentido na publicação. Reunidos, portanto, em número superior a noventa dirigiram-se á redacção, onde exigiram a retractação do que o tal advogado “Fontes Pereira” havia escripto, e a mudança do titulo do jornal.

Os ingleses aproveitando-se do ensêjo de nos depreciarem, mandaram, segundo me consta, pelo telegrapho traducção da parte do artigo e, compraram muitos exemplares do tal jornal a fim de os enviarem para a Inglaterra.

(...) O procurador da Corôa requereu acção criminal, mas receio que não produza efficaz resultado com a lei de illimitada liberdade de imprensa, infelizmente, em vigor no ultramar.

Ao presidente da relação foi communicado o facto do artigo ser assignado por um advogado de provisão, esperando que elle lhe retire immediatamente a licença para advogar (...).²²⁵

---

²²⁴ *Arauto Africano*, a.2, no. 34, 20/01/1890.

²²⁵ AHU, SEMU, DGU, no. 794, 1ª. Repartição, Pt-10, 1890, Correspondência, Angola.

A correspondência do governador acusava em 1890 um ponto que seria criticado pelas autoridades portuguesas com cada vez mais frequência nos próximos anos: a legislação de imprensa em vigor na colônia. Frente à pressão dos portugueses que residiam na colônia, os editores foram forçados a mudar a linha editorial do jornal e o próprio nome do periódico para *O Polícia Africano*.

Apesar de todos estes percalços, Fontes Pereira foi muito presente na imprensa de Luanda entre 1870 e 1890. Nestes vinte anos, contribuiu sobretudo com *O Mercantil*, *O Cruzeiro do Sul*, *O Echo de Angola*, *O Futuro d'Angola*, *O Imparcial*, *O Desastre*, *O Pharol do Povo* e *Arauto Africano*, os principais jornais em atividade.

A década de 1880: os jornais dirigidos por africanos

Até a década de 1880, os periódicos em atividade em Luanda tinham entre seus jornalistas “filhos do país” como Lino de Sousa Araújo e José Fontes Pereira, mas estes periódicos não possuíam uma linha editorial que os identificasse como uma publicação dos “filhos do país”. Apesar da unanimidade dos estudiosos do período em relação a alguns títulos, é difícil saber quais foram os jornais fundados pelos “filhos do país” neste período, uma vez que nem sempre os jornais são referenciados com seus diretores. Entre as listagens de títulos publicados em Angola, as mais completas são as apresentadas por Júlio de Castro Lopo em *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*²²⁶ e por Artur Queiróz em seu artigo “Pioneiros do jornalismo em Angola”.²²⁷ A esta lista foi

---

²²⁶ LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964.

²²⁷ O artigo do jornalista integrou um curso seu ministrado para jovens jornalistas ingressantes no *Jornal de Angola*. Estamos comparando a lista de Artur Queiróz com os títulos levantados por Aida Freudenthal e Vittorio Salvadorini nos trabalhos seguintes. QUEIRÓZ, Artur. “Os pioneiros do jornalismo em Angola”. In: *Jornal de Angola*. Publicado em 17/03/2010. Consultado em: 07/11/2012. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/os_pioneiros_do_jornalismo_em_angola; FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord

acrescentada a identificação dos editores de alguns jornais²²⁸. Ao referir-se a segunda metade do século XIX destaca:

Em Luanda: *Boletim do Governo Geral da Província de Angola* (1845), *Almanak Statistico da Província d'Angola e suas Dependências* (1852), *A Aurora* (1856), *A Civilização da África Portuguesa* (1866) – editores: Alfredo Mântua e Antonio Ubano Monteiro de Castro, *O Commercio de Loanda* (1867) – editor: Pascoal Gabriel dos Anjos, *O Mercantil* (1870) – José Pinto da Silva Rocha, *Almanach Popular* (1872), *O Cruzeiro do Sul* (1873) – editor: Lino de Sousa Araújo, *O Meteoro* (1873), *Correspondência de Angola* (1875), *Jornal de Loanda* (1878), *Noticiário de Angola* (1880), *Boletim da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Geographico-africanos de Loanda* (1881), *Gazeta de Angola* (1881), *O Echo de Angola* (1881) – editor: Innocencio Mattoso da Camara, *A Verdade* (1882) – editor: Alfredo Mântua, *O Futuro d'Angola* (1882) – editor: Arsenio de Carpo, *A União Africo-Portuguesa* (1882) – editor: Antonio Ubano Monteiro de Castro, *O Ultramar* (1882) - , *O Pharol do Povo* (1883) – editor: Arantes Braga, *O Raio* (1884), *O Bisnagas* (1884), *O Arauto dos Concelhos* (1886), *A Tesourinha* (1886), *O Serão* (1886) – editor: Álvaro Gonçalves Lima, *O Rei Guilherme* (1886) – editor: Henrique Augusto Pinto de Lima, *O Progresso d'Angola* (1887), *O Exército Ultramarino* (1887) – editor: Cesar de Moraes, *O Imparcial* (1888) – editor: Affonso Botelho, *O Foguete* (1888), *Mukuarimi* (1888) – editor: Alfredo Troni, *Arauto Africano* (1889) - editor: Carlos Silva, *Muen'exi* (1889) - editor: Alfredo Troni, *O Desastre* (1889) - editor: Mamede Sant'Anna e Palma, *Correio de Loanda* (1890) - editor: Abílio d'Almeida Soares, *O Chicote* (1890), *O Polícia Africano* (1890) - editor: Carlos Silva, *Os Concelhos de Leste* (1891), *Notícias de Angola* (1891), *Commercio d'Angola* (1892) - editor: Eusebio Velasco Galiano, *A Província* (1893), *O Imparcial* (1894) – editor: Carlos Botelho de Vasconcellos, *O Independente* (1894), *Bofetadas* (1894) – editor: José Alves de Oliveira, *Propaganda Colonial* (1896) – editor: Arsenio de Carpo, *O Santelmo* (1896), *Revista de Loanda* (1896) – editores; Balthazar d'Aguiam - Luiz d'Aguiam, *Propaganda Angolense* (1897), *A Folha de Loanda* (1899).

---

do vol.). *Op. Cit*, pp.454-455; SALVADORINI, Vittorio. “Os primeiros números de um jornal...”. *Op. Cit*, pp.117-118.

²²⁸ A identificação dos editores foi feita a partir da consulta dos periódicos disponíveis no catálogo Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=13D34H601218S.175473&profile=bn&menu=search&submenu=subtab15&ts=1383429490750> . Consultado em 17/07/2013.

Em Benguela: *O Progresso* (1870) e *A Semana* (1893).

Em Moçâmedes: *Jornal de Mossamedes* (1881), *Almanach de Mossamedes* (1884), *O Sul d'Angola* (1892), *A Tesoura* (1892) – editor: Carlos da Costa Freitas Jacome, *A Tesourinha* (1892) e *A Bofetada* (1893).

Na Catumbela: *A Ventosa* (1886).

No Ambriz: *A Africana* (1893).

Até o final do século XIX, circularam em Angola 59 títulos: 49 foram editadas em Luanda, 6 em Mossâmedes, 2 em Benguela, 1 em Ambriz e 1 em Catumbela²²⁹. Jill Dias afirma que os jornais publicados ao sul de Luanda (Benguela, Mossâmedes e Ambriz) tiveram uma duração efêmera, com a exceção do *Jornal de Mossamedes* (1881-1895), publicado durante catorze anos. Luanda foi também a primeira cidade da costa atlântica do continente africano a possuir uma gráfica²³⁰.

Em 1881 foi fundado *O Echo de Angola*, editado por Innocencio Matoso de Andrade e Camara. Este foi o primeiro jornal publicado em Luanda a se colocar como uma publicação realizada por “filhos do país” e a valorizar esta condição. Em seu primeiro número José Fontes Pereira, que assina o artigo “Paralello”, fazendo referência a seus “patrícios” que tinham permissão de votar, reclama de quem “*trata de alienar tal direito, trocando o interesse geral da terra que o viu nascer*”²³¹ por cargos e promessas. Mais adiante continua:

“Um filho do paiz, dos mais illustrados dirigiu um apelo aos eleitores para que lhe conferissem o diploma de deputado por qualquer dos círculos d’esta província, e quando esperava uma votação estrondosa [ilegível]de seus patrícios de Loanda viu-se quasi abandonado e preferido a outros cavalleiros, aliás respeitáveis, mas completamente estranhos ás necessidades da província (...). O candidato que esperava merecer a confiança de seus conterrâneos é Innocencio Matoso de Andrade e Camara.”²³²

---

²²⁹ A lista completa com o nome destes jornais e sua data de fundação está descrita no artigo de QUEIRÓS, Artur. “Os pioneiros do jornalismo em Angola”. *Jornal de Angola*, 2010. Consultado em 12/11/2010. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/os_pioneiros_do_jornalismo_em_angola

²³⁰ SOYINKA, Wole. “As artes na África durante a dominação colonial”. BOAHEN, Albert Adu (Edit). *História Geral da África – África sob dominação colonial 1885-1930*. Brasília: Unesco, 2010, vol. VII, pp. 652.

²³¹ *O Echo de Angola*. a.1, no. 1, 12/11/1881.

²³² *Idem*.

Innocencio Matoso de Andrade e Camara provinha de uma família antiga, cujas origens remontam ao século XVII. Mas segundo Jill Dias, a maioria dos jornais da chamada “imprensa africana” foi fundada por indivíduos provenientes de famílias de “filhos do país” tidas como “recentes”²³³. Era o caso de José Fontes Pereira, Lino de Sousa Araújo, José Pinto da Silva Rocha e João da Ressurreição Arantes Braga, dono do jornal *O Pharol do Povo* (1883), e de famílias das circunvizinhanças de Luanda, que possuíam um trânsito frequente na capital. Essa era também a situação de Mamede de Sant’Ana e Palma, proprietário do jornal *O Desastre* (1899) e de Arcenio de Carpo, proprietário do jornal *O Futuro d’Angola* (1882)²³⁴.

Alguns dos jornais de propriedade dos “filhos do país” possuíam um tom bastante radical. O *Pharol do Povo* era conhecido pelas denúncias que fazia de arbitrariedades cometidas contra os africanos e por suas críticas afiadas ao governo português. Em 1883, denunciava uma fraude cometida contra uma senhora africana, “filha do país”, por um escrivão da fazenda:

Não há muito tempo que Maria João Caetano nos mostrou documentos fabricados pelo então escrivão de execuções e recebedor de decimas, usando da mesma fraude do fazel-a pagar por um só anno e pela mesma propriedade duas vezes – mas errou o alvo porque a contribuinte pagou, e queixou-se depois ao governo geral (...).

D’aqui tiramos por lição que muitos contribuintes, que se mostram menos irracionais e temerarios, são assim roubados.

Mas semelhante estado, que a tanta consternação move todo o povo, indubitavelmente devia acabar com ele.²³⁵

---

²³³ Termo empregado para denotar que a família estava fixada em Luanda há até três gerações, em oposição às chamadas famílias “tradicionais”, presentes na capital desde o século XVII.

²³⁴ Não confundi-lo com seu homônimo Arsénio Pompílio Pompeu de Castro (1792-1869), traficante de escravos, poeta e jornalista, já falecido nesta época.

²³⁵ *O Pharol do Povo*, a.1, no. 6, 17/03/1883.

O *Pharol do Povo* proclamava abertamente sua adesão às ideias republicanas e criticava duramente a monarquia constitucional vigente em Portugal²³⁶. O ideal republicano teria penetrado em Angola através das notícias sobre seu avanço no Brasil e por meio de degradados portugueses republicanos que viviam em Angola. A adesão à causa republicana vinha acompanhada de uma expectativa da melhoria das condições de vida dos africanos no novo regime. Aqueles que se mostravam simpáticos à causa, defendiam também a liberdade de expressão na imprensa e denunciavam atos de violência e violação das leis²³⁷. Apesar de se manifestarem abertamente em prol da república não há notícia de que neste período os “filhos do país” ou mesmo os portugueses tivessem fundado algum tipo de organização política para defender esses ideais²³⁸.

O jornal de Arantes Braga também advogava a favor da emancipação de Angola, situação que a seu ver ocorreria quando a província estivesse pronta para se emancipar, algo que pelo texto não aconteceria em um futuro próximo:

O direito internacional reconhece que as colônias devem alguma vez emancipar-se, que a emancipação é o destino de todas as colônias, assim que tem força para viver independente; os frutos da árvore da mãe pátria, desprende-se quando estão maduros, e caem para germinar e ser plantas distintas – individualidades separadas²³⁹.

Apesar de ter sido editado apenas durante dois anos (1883-1885), o *Pharol do Povo* circulou por diversos núcleos coloniais do distrito de Luanda: possuía assinantes na Barra do Dande, Barra do Bengo, Benguela Velha e Novo Redondo no litoral, e Icolo e

---

²³⁶ O sexto número do jornal lançou um artigo intitulado “A monarchia agonisa”, que começava da seguinte maneira: “É com fundamento de causa, e os actos nos demonstra até evidencia que o governo monarchico comprehendeu que era inteiramente impossivel continuar a governar o povo portuguez com as leis vigentes...”. In: *Ibidem*.

²³⁷ FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Op. Cit*, pp. 278-279.

²³⁸ Segundo Aida Freudenthal, a primeira tentativa de se fundar uma organização política republicana em Angola aconteceu em 1910. Ver: FREUDENTHAL, Aida. “Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912.” *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nºs. 8 e 9, Janeiro-Dezembro, 1988, pp. 13-57.

²³⁹ *O Pharol do Povo*, a.1, no. 6... *Op. Cit*.

Bengo, Alto Dande, Cazengo, Massangano, no interior²⁴⁰. Parte da popularidade do jornal no interior se devia ao fato de seus editores pertencerem à famílias de “filhos do país” empobrecidas oriundas da região de Mbaka, cujos habitantes eram conhecidos por “ambaquistas”²⁴¹. Esse grupo cujas origens remontam o século XVII, com a construção de um presídio português na região de Mbaka, a leste de Luanda, praticava o comércio de escravos de longa distância no interior da colônia²⁴². Entre os séculos XVII e XVIII nas proximidades de Mbaka se estabeleceram missões de carmelitas e capuchinhos, que cristianizaram os ambaquistas e ensinaram a língua portuguesa, assim como novas técnicas agrícolas e artesanais. Mesmo após o período da permanência dos missionários na região, os saberes por eles legados continuavam a ser transmitidos. Em meados do século XIX, cerca de 10 mil habitantes de Mbaka falavam, liam e escreviam o português²⁴³. Como registra Henrique Dias de Carvalho, em suas viagens na década de 1880:

“(...) Raro é o ambaquista, descendente dos educados n’aquelas missões, que não se dedique a algum dos ofícios manuais, sapateiro, alfaiate, carpinteiro, pedreiro; e todos eles mais ou menos sabem ler e escrever, sendo mesmo peritos em caligrafia(...)”²⁴⁴

---

²⁴⁰ A informação sobre os assinantes do jornal é de RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. – 1910 c.): convergência e autonomia*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em História de África). Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2012, pp. 124.

²⁴¹ A situação dos ambaquistas remete ao antigo discurso de que as sociedades africanas são ágrafas. Longe de binarismos e com o olhar voltado para a complexidade das dinâmicas sociais, Jill Dias revela o papel desempenhado por este grupo e suas contradições em meados do oitocentos. DIAS, Jill “Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico” In: BASTOS, Cristina. *Trânsitos coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 336.

²⁴² A grafia para “Mbaka” utilizada pelos funcionários coloniais é “Ambaca”. Os dados acerca dos ambaquistas citados neste trecho foram extraídos de: DIAS, Jill “Novas identidades africanas...” *Op. Cit.*

²⁴³ DIAS, Jill “Novas identidades africanas...” *Op. Cit.*, pp. 329-330.

²⁴⁴ CARVALHO, Henrique Dias de. Apud: DIAS, Jill “Novas identidades africanas...” *Op. Cit.*, pp. 330.

A escrita em kimbundu

Até aqui nos debruçamos sobre a produção escrita em Luanda em língua portuguesa. Contudo, ainda que a língua portuguesa estivesse presente em Luanda desde o século XVI quando da chegada dos portugueses em Angola, apenas uma parte minoritária de seus habitantes compreendia o português. Com a evidente exceção dos nascidos em Portugal, apenas os “filhos do país” e excepcionalmente algum guia/intérprete conheciam a língua de Camões.

Limitando nosso estudo a Luanda, na época o principal centro de atividade literária escrita de Angola, é preciso lembrar que ela está localizada em uma área onde predominava a comunidade étnica Mbundu. Esse grupo falava o kimbundu, língua de origem bantu, predominante em Luanda e suas circunvizinhanças, além de ser a língua das trocas comerciais realizadas entre africanos e portugueses. Sua disseminação na região está associada ao grande número de mulheres africanas em contraposição ao baixo número de mulheres europeias em Angola. Assim, mesmo os filhos de pais portugueses com mães africanas tiveram como língua vernácula o kimbundu. Outro dado facilitador da disseminação da língua era o fato de nesta sociedade se determinar a relação de parentesco pela mãe, pois segundo os Mbundus, se pode haver sempre dúvida em relação a paternidade o mesmo não ocorre com a maternidade.²⁴⁵ Isso resulta em uma relação mais formal com o pai²⁴⁶.

---

²⁴⁵ CHATELAIN, Héli. *Contos populares de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964, pp. 81

²⁴⁶ *Idem*.

Porém a proibição, como era de se esperar, não surtiu efeito algum. Na década de 1880, mesma época em que surgiram os jornais dirigidos por “filhos do país”, dois periódicos são conhecidos por terem sido editados em kimbundu e português: *Mukuarimi* (1888), que significa “linguarudo” e *Muen’exi* (1889), que quer dizer “o senhor da terra”²⁴⁹. Se haviam jornais em português dirigidos por africanos, *Mukuarimi*, jornal em kimbundu (e português), por sua vez, pertencia a um lusitano: Alfredo Troni.

Nascido em Coimbra (1845) onde obteve o título de bacharel em Direito, Troni chegou a Luanda como desterrado em 1873. Foi “*advogado, jornalista e polemista de formação republicana e socialista, e adesão maçônica, fundou e dirigiu jornais, dois deles, pelo menos, redigidos em português e kimbundu (língua esta que aprendeu)*” (*sic*).²⁵⁰ Troni é autor de *Nga Mutúri* (“senhora viúva” em kimbundu), breve novela que conta com pouco mais de 30 páginas publicada originalmente no jornal lisboeta *Diário da Manhã* em 1882. Este romance de costumes se desenvolve em torno de uma senhora africana que vive na cidade, viúva de um europeu, demonstrando a circulação da personagem na esfera econômica, onde se torna uma espécie de agiota. Ao longo de suas páginas, a novela mescla o kimbundu e o português nas cerimônias religiosas, missas e funerais, trazendo ao leitor a religiosidade católica e os ritos africanos praticados na Luanda oitocentista²⁵¹.

Pires Laranjeira considera que “*Troni se integra por inteiro, aderindo telúrica, sentimental e culturalmente à terra, ao modo de vida do país (no sentido oitocentista de tellus mater e convivência social)*” e ainda o tem como um “*autor inequivocadamente angolano*”²⁵². Porém, apesar de latente identificação de Troni com a cultura africana

---

²⁴⁹ A tradução dos termos em kimbundu se encontra em: PIRES LARANJEIRA, José Luís. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Op. Cit, pp. 19.

²⁵⁰ *Idem*, pp. 48

²⁵¹ TRONI, Alfredo. *Nga Mutúri: cenas de Luanda*. Lisboa: Edições 70, 1973.

²⁵² *Ibidem*.

local, não deixava de existir uma relação de espanto no que concerne a algumas diferenças: “*Como referia, em 1877, o advogado e comerciante de Luanda, Alfredo Troni, embora houvesse muitas ‘famílias respeitáveis’ entre os filhos do país, ‘a poligamia existe de facto – fala-se com respeito - e mesmo impõe quem tem dez concubinas, quem não tem duas é raro’*”.²⁵³

Por sua vez, o jornal *Muen’exi* tinha à sua frente Cornélio Castro Francina, “filho do país” que afirmava ter estudado no Brasil e ter combatido pela Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai (1864-1870). Apesar do *Muen’exi* ser conhecido como um jornal bilíngue, ele era escrito quase inteiramente em português, com apenas algumas poucas frases em kimbundu.

Ainda que poucas, as referências em kimbundu alimentavam polêmicas. Um debate travado em suas páginas sobre o título do jornal é digno de nota: em um artigo por nome “Ao Arauto Africano”, endereçado ao jornal de mesmo nome, Cornélio Castro Francina bradava a Carlos Silva, redator do referido jornal, que, diferente do que afirmava, “*Muen’exi*” não queria dizer “*filho do paiz*”, mas sim “senhor das terras”, que era o “*tratamento que dão os povos do sertão aos potentados sobas*”. E continuava:

Ao nosso ver, devia o redactor principal do *Arauto* possuir maior conhecimento da sua língua materna, para evitar que seja classificado como um dos muitos tolos que por ahi vejetão, e que dizem com presunção que não sabem fallar a sua língua pátria, quando estão entre europeus.²⁵⁴

Ao confrontar *Muen’exi* com outros periódicos dos “filhos do país”, como o *Futuro d’Angola* e o *Pharol do Povo*, é perceptível que este jornal adotava um tom mais moderado. Não se fala em emancipação, nem se tecem duras críticas ao governo

---

²⁵³ O destaque em “filhos do país” pertence ao texto original. MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X, Op. Cit.*, pp. 511

²⁵⁴ *Muen’exi*, a.1, no. 2, 23/06/1899.

português. O editorial de seu primeiro número destaca a questão que deveria guiar o jornal: “*Acceitamos gostosamente todos os communicados que digam respeito a instrucção primaria e secundaria da provincia. Os assumptos d’esta ordem serão preferidos*”²⁵⁵. *Muen’xi* praticamente não tratou da escolarização formal nas colônias, contudo, ficava assinalado o destaque que o periódico dava ao tema em tempos que ter acesso ao ensino era cada vez mais importante para conseguir uma colocação em cargos do governo colonial.

Além dos jornais, foram realizadas outras iniciativas em torno do kimbundu. O missionário suíço Héli Chatelain se destacou neste fim de século pelos diversos estudos sobre os Mbundu e sua língua. Visto com receio e desconfiança pelas autoridades portuguesas em função de sua aproximação com as comunidades étnicas²⁵⁶, seus estudos identificaram a presença de outros grupos dentro do grupo Mbundu:

(1) A federação conhecida por Ji-ndembu (Dembos); entre os rios Dande e Lifune. Ainda independentes. (2) Mbaka, correspondendo, além de Ambaca, grande parte do Golungo Alto, Gazengo, Malanje, Duque de Bragança e espalhados em pequenas colônias até ao rio Cassai. Submetidos. (3) Os Ngola ou Ndongo, na bacia do Hamba. Independentes. (4) Os Mbondo, ao nordeste de Malanje, nas bacias do Cuango, Cuanza e Lucala. Semi-submetidos. (5) Os Imbangala, ou Kazanji, entre a depressão do Tala Mungongo e o rio Cuango, a leste de Malanje. Independentes. (6) Os Songo, divididos em Grande e Pequeno, ocupando toda a parte direita da bacia do Cuanza desde Malanje até ao Bié. Na maioria independentes. (7) Os Haku, entre o Alto Cuanza e o Ngango, na margem esquerda do primeiro. Independentes. (8) Os Lubolo, entre Haku e Dondo, na margem esquerda do Cuanza. Independentes. (9) Os Kisama, entre o Cuanza, o Longa e o mar. Independentes.

A estes deve juntar-se a população mista sob o domínio português, que engloba todos os amplos estabelecimentos na margem direita do Cuanza, entre Malanje e o mar. O tipo Luanda predomina tanto nesta região que, a não ser pela mistura dos seus elementos e estado semicivilizado, poderia ser chamado a tribo Luanda. É a mais avançada na civilização europeia e na corrupção.

As tribos entre os rios Longa e Egipto ocupam uma região mais ou menos isolada. São elas os Mbwiyi, (Amboim), entre o Cuvo e o Longa, os Ba-sumbe e Ba-sele, a norte e ao sul de Novo Redondo, e, mais para o interior, os Kibala²⁵⁷.

---

²⁵⁵ *Muen’xi*, a.1, no.1, 02/06/1889.

²⁵⁶ Em 1898, o governador geral de Angola António Ramada Curto remeteu ao ministério da marinha e ultramar um parecer sobre Héli Chatelain, no qual o missionário era visto com muita ressalva pelo contato que possuía com as comunidades étnicas, visto como passível de ser feito uso político. Vide: AHU, SEMU, DGU, no. 802, 1ª. Repartição, 1896-1898, Pasta 16, Correspondência, Angola.

²⁵⁷ A identificação feita por Héli Chatelain foi adotada em função de ser uma das poucas realizadas no período em questão e ser considerado um material elaborado de forma criteriosa. CHATELAIN, Héli. *Contos populares de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964, pp. 76-77

Assim como havia diferenças entre os grupos Mbundu, também sua língua, o kimbundu, sofria algumas variações dependendo do local onde era falada, mas isso não impedia de percebê-la como uma língua. Ao levar em consideração as principais obras publicadas sobre o kimbundu até o final do século XIX é possível dividi-las em dois grandes grupos: obras de autores com motivações religiosas e as obras de autores com motivações literárias. No primeiro grupo figuram *Gentio de Angola* (1642) do Padre Pacconio; *Arte da Língua de Angola* (1697) de C. J. Pedro Dias; *Dicionario da Língua Bunda* (1804) e *Coleções de observações gramaticais sobre a Língua Bunda ou Angolense* (1805) do capuchinho italiano Bernardo Maria de Cannecatim; *Explicação de Doutrina Cristã* (1855) de F. de Salles Ferreira e *Karivulu pala ku ri longa kutanga kimbundu* (1888), *O Njimbu ia mbote kua Nzuá* (1888), *Vocabularies of Mbamba and U-mbangala* (1889), *Grammatica do Ki-mbundu* (1888-1889), *Grundzüge des Kimbundu oder der Angola-Spache* (1899-1890) todas de Héli Chatelain. Já as obras concebidas por autores com motivações literárias são: *Elementos gramaticais da Língua N'bundu* (1864) do Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina; *Filosofia Popular em Provérbios Angolenses* (1891); *Cartilha Racional* (1892) e *Ensaio de Diccionario Kimbundu-Portuguez* (1893) de Joaquim Dias Cordeiro da Matta. Além destas há outras pequenas coletâneas de menor importância²⁵⁸.

Ainda que houvesse grande quantidade de gramáticas disponíveis, os religiosos na maioria das vezes necessitavam do auxílio de intérpretes para realizar suas pregações na região dos Mbundus. Contudo, há registros de traduções do “Pentateuco”, dos “Salmos” e dos “Provérbios de Salomão”, todos eles textos bíblicos do Antigo

---

Sobre o material PIRES DE LIMA, F. C. “Prólogo” In: CHATELAIN, Héli. *Contos populares de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

²⁵⁸ Este levantamento de obras encontra-se em CHATELAIN, Héli. *Contos populares de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964, pp. 105-108.

Testamento, realizadas por missionários. A produção dos textos de aprendizado da língua reflete com certo exagero a importância que católicos e protestantes davam, por exemplo, a leitura dos textos dos evangelhos. Tendo como base a relação de textos já apresentada, enquanto durante dois séculos foram produzidos quatro escrituras para o ensino do kimbundu por missionários católicos, Héli Chatelain publicou cinco volumes acerca da temática em dois anos.

No início do século XX, os missionários protestantes adentraram o interior de Angola e edificaram missões em localidades antes da chegada da Igreja Católica e do governo colonial. Eram olhados com reserva pelas autoridades. Certamente, parte deste êxito se deve ao aprendizado de línguas locais.

Aliada à necessidade de se aprender a língua, no caso de Héli Chatelain, veio também a admiração por ela:

Resta-nos falar da literatura puramente nacional, a qual é, sem dúvida, a mais valiosa e interessante, não obstante ainda não ter encontrado quem a apreciasse e a tornasse pública pela imprensa. Consta de um rico tesouro de provérbios ou adágios (*jisabu*), de contos ou apólogos (*misoso*), de enigmas (*jinongonongo*) e de cantigas, as quais se podem juntar às tradições históricas (*malunda*) e mitológicas, os ditos populares, ora satíricos ou alusivos (*jiselengenia*), ora alegóricos ou figurados (*ifikila*) em todos os quais se condensou a experiência dos séculos, e ainda hoje se reflecte a vida moral, intelectual e imaginativa, doméstica e política das gerações passadas: a alma da raça inteira. E se a sabedoria das nações se avalia pela frequência dos seus adágios, esta literatura hereditária dos pretos, que pode rivalizar com a de qualquer raça, forma mais uma prova de, que o negro não é um ente fatalmente inferior, como ainda muitos pretendem ou por preconceitos ou por superficialidade.²⁵⁹

Na década de 1860 um pequeno grupo de intelectuais iniciou uma mobilização no sentido de divulgar a língua e a cultura oral kimbundu, em resposta a uma lei publicada em 1845 que elevava o português à condição de língua oficial da colônia. A valorização da língua de origem africana foi um passo importante que assinalou um afastamento dos

---

²⁵⁹ CHATELAIN, Héli. *Apud*: OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *A formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 93-94.

“filhos do país” em relação aos colonizadores portugueses. Nesta conjuntura, em 1864 foi publicado *Elementos gramaticais da Língua N’bundu*, de autoria Saturnino Sousa de Oliveira e de Manuel Alves de Castro Francina. O primeiro era médico e diplomata brasileiro radicado em Angola, ao passo que o segundo autor, “filhos do país”, era funcionário dos serviços judiciais da administração de Angola²⁶⁰ e havia estudado no Brasil²⁶¹.

Os outros três volumes, *Filosofia Popular em Provérbios Angolenses* (1891); *Cartilha Racional* (1892) e *Ensaio de Diccionario Kimbundu-Portuguez* (1893) foram escritos pelo “filho do país” Joaquim Dias Cordeiro da Matta. Nascido em Icolo e Bengo em 1857, aprendeu as primeiras letras com o pai, professor de escola régia. Cordeiro da Matta foi o principal colaborador do *Almanach de Lembranças* nascido em Angola, além de publicações nos jornais *O Mercantil*, *O Cruzeiro do Sul*, *O Echo de Angola*, *O Futuro de Angola*, *O Imparcial*, *O Desastre*, *O Pharol do Povo* e *Arauto Africano*²⁶². Segundo um dos autores de *Voz d’Angola clamando no deserto*, Francisco Castelbranco, este “filho do país” havia escrito também *Chronologia de Angola*, onde tratava de passagens da história da província. É muito provável que esta tenha sido a primeira obra de história de Angola escrita por um nascido em Angola²⁶³.

---

²⁶⁰ SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. “Fissuras no discurso abolicionista português: o serviço de carregadores e a colonização da África centro-ocidental”. In: *Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, pp. 2

²⁶¹ MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI, Op. Cit.*, pp. 518

²⁶² CORRADO, Jacopo. *The creole elite ... Op. Cit*, pp. 129.

²⁶³ Francisco Castelbranco não menciona o ano em que foi escrita a *Chronologia de Angola*. CASTELBRANCO, Francisco. *História de Angola. Desde o descobrimento até a implantação da República (1482-1910)*. Luanda: Typographia Lusitana, 1932, pp. 142; pp. 177.

Escritor de verso e prosa, teve um de seus poemas mais marcantes publicado na íntegra como homenagem póstuma (faleceu em 1894) no *Almanach Ensaaios Literários* em 1901: “Negra!”.

Negra!

I

Negra! Negra! Como a noite
Duma horrível tempestade,
Mas, linda, mimosa e bela,
Como a mais gentil beldade!

Negra! Negra! Como a asa
do corvo mais negro e escuro,
mas, tendo nos claros olhos,
o olhar mais límpido e puro

Negra! Negra! Como o ébano,
Sedutora como Fedra,
Possuindo as celsas formas,
Em que a boa graça medra

Negra! negra! ... mas tão linda
Co’ os seus dentes de marfim;
Que quando os lábios entreabre,
Não sei o que sinto em mim! ...

II

Se, negra, como te vejo,
Eu sinto nos seios d’ alma “
Arder-me forte desejo,
Desejo que nada acalma;

Se te roubou este clima .
Do homem a cor primeva;
Branca que ao mundo viesses,
serias das filhas d/Eva
em beleza, ó negra, a prima! ..

Mas, se a pródiga natura
Gerou-te em agro torrão;
S’ elevar-te ao sexo frágil
Temeu o rei da criação;
É qu’ és, ó negra criatura,
A deusa da formosura! ...

Diferente dos poemas escritos décadas antes, “Negra!” exalta e valoriza como exemplo do belo as mulheres negras. Os versos de Cordeiro da Matta são a primeira manifestação deste tipo na poesia produzida em Angola. “Negra!” foi originalmente

publicado no *Almanach de Lembranças* em 1884, e teve uma segunda edição publicada em 1890 pelo próprio autor: *Delírios*, uma coletânea de poemas²⁶⁴.

Chamado de “pai da literatura nacional angolana” por Mario Antonio Fernandes de Oliveira²⁶⁵, Cordeiro da Matta, além dos jornais e dos versos de suas poesias, realizou um trabalho muito vasto no campo da literatura popular em língua kimbundu. Foi leitor de obras de figuras destacadas da literatura portuguesa do período e travou um importante e profícuo diálogo com o poeta João de Deus. A grande contribuição desta interlocução foi a utilização por Cordeiro da Matta do método da *Cartilha Maternal*, de João de Deus na elaboração de sua *Cartilha Racional para se aprender a ler o Kimbundo*²⁶⁶.

No prefácio de sua *Cartilha Racional*, Cordeiro da Matta afirma que aqueles que querem que seus “filhos se instruem e aprendam a ler, sejam gente para amanhã engrandecer a nossa terra há que lhes ensinar a nossa língua, a língua dos nossos antepassados. (...) Aprendei a ler correctamente, filhos de Ngola Kiluanji Kia Damba! Lede!Lede ”²⁶⁷.

Mas seu interesse foi além da língua, revelando sua preocupação em divulgar aspectos da cultura Mbundu com provérbios, contos, enigmas e outros dizeres populares em língua kimbundu, reunidos na coletânea *Filosofia Popular em Provérbios Angolenses*, publicada em 1891.

---

²⁶⁴ CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. *Delírios*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, pp. 100.

²⁶⁵ OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *A formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 85.

²⁶⁶ *Idem*. Mario António também destaca o diálogo com Adolfo Coelho, filólogo português, com quem Cordeiro da Matta se correspondia. Ambos foram referências intelectuais importantes para o autor. Sobre isso ver também: GARMES, Hélder. “Devassidão e saber nas cidades de Luanda e de São Paulo”. In: CHAVES, Rita; SECCO, Carmen; MACEDO, Tânia (org.). *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo, Editora Unesp; Luanda, Angola: Cbihá de Caxinde, 2006, pp. 208.

²⁶⁷ OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. “Um João de Deus angolano”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1982, pp. 209.

No prefácio deste livro, o autor conta que compilou vinte provérbios que integraram *Elementos Gramaticaes da Língua Nbandu*, de Saturnino de Sousa e Oliveira e de Manuel Alves de Castro Francina; uma grande coleção de provérbios publicados pelo jornal *Futuro d' Angola*; alguns provérbios que desconhecia e tinham sido reunidos por Héli Chatelain em *Gramática do Kimbundu*. A esta vasta recolha foram somadas as realizadas nas margens do rio Kwanza e na Kissama, além dos contados por seu pai e seu irmão. Cordeiro da Matta conta ter atingido a impressionante marca de quase quinhentos provérbios e setenta enigmas. E tudo isso em apenas 37 anos de vida. Mario António afirma que se acrescentar a estes números os outros dois livros mencionados do autor sobre o kimbundu e *114 contos*, de um livro que se perdeu, é possível afirmar que Cordeiro da Matta foi o autor nascido em Angola que mais se debruçou sobre o estudo do kimbundu²⁶⁸.

Entretanto, o próprio Cordeiro da Matta não ficaria imune a algumas ambivalências registradas em um artigo no *Commercio d'Angola* defendendo a necessidade de se “civilizar os sertões”:

“Enquanto a civilização não penetrar nos sertões de África, os seus habitantes continuarão a desconhecer a maior parte das necessidades da vida social” – escreveu um Ministro do Ultramar. Tem há muito tempo a civilização penetrado nos sertões de África e até hoje os seus habitantes continuam a desconhecer a maior parte das necessidades da vida social! Pobre África!²⁶⁹

Este trecho traz um estudioso que buscava valorizar o kimbundu, uma língua africana, mas por outro, defendia a necessidade de se civilizar os “*sertões de África*”. Disparidades como essa se fizeram presentes em discursos de muitos “filhos do país”.

---

²⁶⁸ OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de. *A formação da literatura angolana...*, Op. Cit, pp. 97.

²⁶⁹ CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. *Apud: Idem*.

A geração de 1890 frente à nova lei de imprensa

A década de 1890 foi marcada pela tentativa de impor uma nova legislação à imprensa. Em 1896, o então comissário régio de Angola, Guilherme Augusto Brito Capello, enviou no dia 20 de novembro um telegrama e um ofício confidencial ao ministro da marinha e ultramar Jacinto Candido da Silva, reclamando que no ano anterior fora sancionada uma nova lei de imprensa e para não se adequarem a ela, os redatores fecharam seus jornais e os reabriam como revistas. Esse contorno foi possível graças a uma brecha na legislação. A nova lei também havia sido questionada no Tribunal da Relação de Loanda, o que fez com que a mesma fosse encaminhada ao Supremo Tribunal de Justiça²⁷⁰. Exemplo desta mudança no formato de jornais para revistas se deu com o *Futuro d'Angola*, editado por Arsênio de Carpo. O jornal havia sido lançado em 1882 e é possível afirmar com certeza que circulou até 1894²⁷¹. Dois anos depois Arsênio de Carpo lançava a revista *Propaganda Colonial: o futuro d'Angola depende de só regimen de liberdade e justiça*, composta por dezesseis páginas e com anúncios publicitários, um deles em francês sobre a venda de revistas importadas.

No mesmo documento, o comissário régio Guilherme Augusto Brito Capello cobra do ministro da marinha e ultramar medidas contra a imprensa de Luanda, em especial contra as publicações que o criticavam, entre elas *O Mercantil*, que fora reaberto e passara a ser publicado como revista, e *Propaganda Colonial*. O ofício afirmava a importância de se regular com mais severidade a lei de imprensa, “*assumpto tão grave e*

---

²⁷⁰ AHU, SEMU, DGU, no. 802, 1ª. Repartição, 1896-1898, Pasta 16, Correspondência, Angola.

²⁷¹ Dados fornecidos pela Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac.jsp?session=1383418S9ME21.171601&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptions&uri=full=3100024~!100662~!0&ri=1&aspect=subtab11&menu=search&iip=20&spp=20&staffonly=&term=arsenio+de+carpo&index=.GW&uindex=&aspect=subtab11&menu=search&ri=1>. Consultado em: 17/07/2013.

cuja resolução poderá obstar a que a desmoralização e a anarchia se alastrem, e imperem nos espíritos.”²⁷²

Seis dias depois as reclamações do comissário régio eram atendidas: o ministro da marinha e ultramar Jacinto Candido da Silva através de uma medida legal, revogava o trecho da legislação de 1866 que “*se presta a facilitar a impunidade do crime de abuso de liberdade de imprensa nas províncias ultramarinas*”²⁷³ e apesar de não definir a pena, alertava através do Boletim do Governo Geral da Província de Angola:

Artigo 1º. Serão punidos nas províncias ultramarinas como crimes de abuso de liberdade de imprensa todos os que se cometerem com publicidade por qualquer meio de impressão ou estampagem, periódica ou não periódica, e seja qual for o seu formato ou tamanho. ²⁷⁴

Em função das novas medidas impostas a partir da metrópole, a geração de 1890 procurou buscar novas formas de expressão literária. Com cada vez mais frequência os artigos dos “filhos do país” eram publicados sob pseudônimos devido ao receio das autoridades. Francisco Castelbranco e Augusto Silvério Ferreira, expoentes dessa geração, que posteriormente participariam da coletânea *Voz d’Angola clamando no deserto*, assinavam respectivamente como “Afro” e como “Luiz Gama”, em homenagem ao abolicionista e jornalista negro brasileiro²⁷⁵.

Apesar das alternativas encontradas, a nova legislação fez com que as atividades dos “filhos do país” na imprensa diminuíssem significativamente nessa década. Frente aos embates com os jornais portugueses, Carlos Botelho de Vasconcellos notava em sua

---

²⁷² AHU, SEMU, DGU, no. 802, 1ª. Repartição, 1896-1898... *Op. Cit.*

²⁷³ BGGPA, a. 1897, 09/01/1897.

²⁷⁴ *Idem.*

²⁷⁵ A informação é de Pedro da Paixão Franco. Segundo ele, uma pequena biografia de Luís Gama (1830-1882) fora publicada no *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* em 1904, por meio da qual provavelmente Silvério Ferreira tomou conhecimento do abolicionista brasileiro. Contudo, Paixão Franco não se mostrava seguro disso. Essa instigante referência à Luís Gama faz pensar se teriam circulado em Angola periódicos e outros escritos seus neste período. FRANCO, Pedro Paixão. *História de uma... Op. Cit.*, vol. II, pp. 66-65.

geração a falta de “um Fontes Pereira, um Arantes Braga, um Carlos da Silva e um Arcenio de Carpo”, que segundo ele “não ficariam em silencio sem desaffrontar a população indígena”²⁷⁶. Carlos Botelho de Vasconcellos foi um dos autores de *Voz d’Angola clamando no deserto*.

Em 1896, foi criada a *Associação Literária Angolense*²⁷⁷, que congregou jovens desejosos de uma literatura capaz de intervir na sociedade em que viviam. Entre seus fundadores estavam Francisco Augusto Taveira, Manuel Augusto dos Santos, Augusto Silvério Ferreira e Apolinário Van Dúnem. Os dois últimos eram autores do livro *Voz d’Angola clamando no deserto*²⁷⁸.

Considerações em torno dos escritos dos “filhos do país”

Uma visita aos escritos dos “filhos do país” na segunda metade do século XIX revela questões importantes acerca deste grupo. Suas palavras revelam um forte sentimento de pertença à Angola, como mostra o poema “À minha terra” de Maia Ferreira, e a sua identificação como “filhos do país”, como se percebe pelo artigo de Fontes Pereira no *Echo de Angola*.

Neste período também podem ser observados embates opondo os “filhos do país” e o governo português, que não raro acarretavam no fechamento dos jornais. Entre outros,

---

²⁷⁶ Conforme já dito, Arantes Braga foi o proprietário do *Pharol do Povo*, Carlos da Silva do *Arauto Africano* e Arcenio de Carpo do *Futuro d’Angola*. “Um protesto”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto - deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes*. Luanda: 1ª. Ed: Lisboa, 1901, pp. 77.

²⁷⁷ No romance *Nosso Musseque* de José Luandino Vieira, a Associação Literária Angolense é mencionada em uma referência ao personagem capitão Bento: “(...) – Antigamente, como eu dizia, a gente podia exigir, a gente podia reclamar justiça! Nossos “filhos do país” era instruídos, se cultivavam, elevavam-se! Os seus concidadãos tinham-lhes respeito, o povo tinha seus chefes, eram reconhecidos... Não havia discussão... E agora?... (...) Às vezes, quando o capitão nos mostrava os jornais do tempo dele, falava os nomes de sua Associação Literária Angolense, a revista manuscrita, como eu e o Zeca começamos a fazer agora (...)” In: VIEIRA, José Luandino. *Nosso musseque*. Lisboa: Caminho, 2003, pp. 97.

²⁷⁸ O capítulo seguinte tratará da Associação Literária Angolense.

eram temas pautados na imprensa dos “filhos do país” a questão do ensino em Angola, como faz o jornal *Muen’xi*, e as formas de trabalho dos africanos nas colônias, como aparece nos artigos de Fontes Pereira. Os periódicos mais radicais do período faziam menção explícita à emancipação de Angola, como se percebe pelos escritos de Fontes Pereira no *Arauto Africano* e no *Futuro d’Angola*, além da referência presente no jornal *O Pharol do Povo*. Essas alusões à emancipação não eram incomuns nos periódicos dos “filhos do país”. Contudo, se percebe também que tais alusões vinham acompanhadas pela afirmação da necessidade de proteção de outra nação europeia.

Este panorama da imprensa e desses escritos demonstra como eram permeadas de ambiguidades as relações que os “filhos do país” estabeleciam com as culturas africana e europeia. A produção de Cordeiro da Matta é um exemplo privilegiado desta questão. Este autor foi quem mais se debruçou sobre o estudo do kimbundu, fazendo extensas recolhas de provérbios e contos. Contra a imposição do português como língua oficial, defendia a importância de alfabetizar as crianças oriundas de famílias africanas inicialmente em kimbundu e depois em português, já que na prática o kimbundu era a língua franca da região. Apesar disso, Cordeiro da Matta assumia o discurso colonialista ao defender a necessidade de “civilizar” os africanos “dos sertões”, muitos deles falantes de kimbundu, estabelecendo uma relação de hierarquia entre os que adotavam hábitos e valores da cultura europeia e aqueles que se mantinham alheios a eles.

Voz d'Angola clamando no deserto: protesto e reivindicação

Na década de 1890 há um acirramento dos conflitos em Luanda, assim como em todo território conhecido como Angola. Diferente dos embates físicos que se desenrolavam nas campanhas militares no interior, os principais confrontos dos “filhos do país” ainda eram travados através das palavras impressas. Como resposta a uma sociedade que os rebaixava cada vez mais, um grupo de “filhos do país” letrados publicou *Voz d'Angola clamando no deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos natúraes* (1901), marco de uma imprensa de opinião voltada para compreender os anseios e demandas dos “filhos do país”.

A Associação Literária Angolense

Em 1896, no mesmo ano em que foi publicada uma nova lei cerceando a liberdade de imprensa, um grupo de “filhos do país” fundou a Associação Literária Angolense, uma sociedade com o propósito de se debruçar sobre os estudos literários e pensar projetos ligados à literatura. À sua frente a associação tinha o jovem Augusto Silvério Ferreira, “filho do país”, que nestes anos de juventude seguia, como seu pai, o ofício operário. Além dele, participaram da Associação Literária Angolense: Francisco das Necessidades Ribeiro Castelbranco, Pedro da Paixão Franco, Manuel Augusto dos Santos, Apolinário Van Dúnem e seu irmão Domingos Van Dúnem, além de Francisco Augusto Taveira, entre outros menos assíduos²⁷⁹. Reuniam-se ora na casa de um, ora na casa de outro

---

²⁷⁹ *O Angolense*, a.1, no. 3, 10/10/1917.

membro²⁸⁰. Como conta Manuel Augusto dos Santos no semanário *O Angolense*, os “empreendimentos” lançados pela Associação Literária Angolense não vingaram em função “do comodismo do meio que não auxiliou senão com vãs promessas”²⁸¹. Apesar disso, os integrantes lançaram pouco depois a revista manuscrita *A Juventude Literária*²⁸².

Segundo Manuel Augusto dos Santos, os jovens dessa geração que sabiam ler e escrever e residiam em Luanda, assim como os fundadores da Associação Literária Angolense, foram em grande parte alfabetizados pelo Padre Antônio Castanheira Nunes, caso de Manuel Augusto dos Santos, Augusto Silvério Ferreira e Francisco Castelbranco. Nascido em Portugal, o Padre Antônio Castanheira Nunes era bastante estimado pelos “filhos do país”²⁸³. Foi descrito pelo governador Francisco Joaquim Ferreira do Amaral como “professor [que havia] grangeado as geraes sympathias”, dono de uma “educação literária superior a de quase todo o clero da província” e “sacerdote se dedica a educação da Mocidade com inextinguível zelo, e que é um dos apóstolos mais fervorosos da educação publica na província”²⁸⁴. Entre seus antigos alunos contam Manuel Augusto dos Santos, Augusto Silvério Ferreira²⁸⁵ e Francisco Castelbranco²⁸⁶, os últimos dois autores de *Voz d’Angola clamando no deserto* (1901).

---

²⁸⁰ ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, s/d, 4ª. Edição.

²⁸¹ *O Angolense... Op. Cit.*

²⁸² *Idem.*

²⁸³ *Idem.*

²⁸⁴ Possivelmente em função desta última característica, o religioso não parecia gozar do mesmo prestígio na metrópole: apesar do retrato fornecido pelo governador, o Ministério da Marinha e Ultramar respondeu que deviam ser contratados “professores mais habilitados” em concurso no reino. Vide: AHU, SEMU, DGU, 787, 1ª. Repartição, Pt-3, 1882-1883, Correspondência, Angola.

²⁸⁵ Manuel Augusto dos Santos e Augusto Silvério Ferreira foram alunos do Padre Antônio Castanheira Nunes por volta de 1889. In: *O Angolense, Op. Cit.*

²⁸⁶ Francisco Castelbranco, quando contava 12 anos de idade, aparece em uma lista de alunos do Padre Antônio Castanheira Nunes, descrito como “professora interino” da Escola Principal de Loanda em 1880. Vide: “Movimento da 1ª. Cadeira da escola principal, relativo ao mez de dezembro”. In: *BGGPA*, a. 1880, pp. 30.

Apesar de alguns dos “filhos do país” terem tido acesso a uma escolarização formal, tinham contato nos bancos escolares apenas com o ensino preliminar: segundo os dados do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, em Luanda no início dos anos 1880, havia apenas a primeira e a segunda séries. Continuar a aprender as letras, ou até mesmo conhecê-las, requeria um empenho pessoal, o que explica porque a maioria dos “filhos do país” foi autodidata,²⁸⁷ como foi o caso de Pedro da Paixão Franco, que aprendeu a ler e escrever por conta própria.

A Associação Literária Angolense se tornou um espaço de reunião de jovens que se interessavam pela cultura letrada produzida na Europa, e ambicionavam por meio do letramento e do contato com a cultura urbana europeia elevar a posição social dos demais nascidos em Angola. Tinham gosto pelas ideias republicanas²⁸⁸ e eram leitores de escritores portugueses de sua época, como Antônio Gomes Leal e Abílio Manuel Guerra Junqueiro e do francês Victor Hugo. A circulação de impressos entre Brasil e Angola auxiliou na divulgação do republicanismo em Angola, assim como o degredo de republicanos portugueses em Angola, em uma época que Portugal era uma monarquia liberal. Contudo, as ideias republicanas em Angola possuem uma trajetória própria, sendo que suas motivações nem sempre confluíam com as do movimento republicano da metrópole²⁸⁹. Os “filhos do país” que simpatizavam com a causa, atrelavam-na a questões

---

²⁸⁷ Algumas famílias da mais alta elite de Luanda enviavam os seus filhos para estudar na Europa e no Brasil. Mario Antônio especula que é possível que alguns poucos continuassem os estudos com professores particulares. Faltam estudos específicos e quantificações sobre esta questão. OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes de. *A Formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: IN/CM, 1997.

²⁸⁸ Sobre as ideias republicanas em Angola e os “filhos do país”, conferir: RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. – 1910 c.): convergência e autonomia*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em História de África). Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2012.

²⁸⁹ Aida Freudenthal mostra como mesmo após a proclamação da república, não foi possível fundar um partido republicano em Angola que congregasse os colonos portugueses e os “filhos do país”, em função de seus interesses divergentes na colônia. FREUDENTHAL, Aida. “Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912.” *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nºs. 8 e 9, Janeiro-Dezembro, 1988, pp. 13-57.

locais, como a liberdade de imprensa, denúncias de corrupção e atos de violência contra os nascidos em Angola, além de criticarem o regime monárquico em Portugal.

Apesar do entusiasmo com os valores culturais europeus, os membros da Associação Literária Angolense identificavam-se com Angola e queriam contribuir para a melhoria das condições de vida dos que ali nasciam. Anos mais tarde, Manuel Augusto dos Santos relatou como foi a inauguração da Associação Literária Angolense, cuja primeira sede foi sua própria casa. Em seu depoimento, transparecem alguns traços desse sentimento de identificação com o local de origem e com os que lá nasceram, os “patrícios”, como por vezes eram chamados.

“A inauguração dessa associação, realizada, com um brilho que excedeu a nossa expectativa, em minha casa na Ingombota, *na verdadeira alma indígena*, segundo a admirável frase de Arcenio de Carpo, ali mesmo proferida, foi uma apoteose, de que sempre conservamos as mais gratas recordações (...). No dia seguinte (...) o ilustre angolano então capitão de cavalaria Carlos Alexandre Botelho de Vasconcelos, visivelmente comovido, oferecia-nos a fotografia de seu pai, também filho de Angola (...) para com ela ornamentar a sala da associação e dizia-nos: *senti muito não poder aceder ao vosso convite (...). Como incentivo ofereço-lhes o retrato de meu pai, o nosso patrício Dr. Carlos Botelho de Vasconcelos, para a vossa sala...* Era a maior consagração do nosso esforço!”²⁹⁰

Não há registros que atestem quanto tempo durou e quais os participantes da Associação Literária Angolense²⁹¹, mas é certo que a organização foi o primeiro espaço de reunião de alguns dos “filhos do país” que nos anos subsequentes se destacaram na atividade literária em Angola. Dois relevantes produtos do esforço literário desta geração foram o *Almanach Ensaios Literarios* (1901), dirigido por Francisco Castelbranco, e a revista *Luz e Crença* (1902-1903), que tinha à sua frente Pedro da Paixão Franco.

---

²⁹⁰ *O Angolense, Op. Cit.*

²⁹¹ A principal fonte para conhecer a Associação Literária Angolense parece ser o artigo já referenciado de Manuel Augusto dos Santos publicado em *O Angolense, Op. Cit.*

Entretanto, seu apelo literário e recreativo não se mostrou suficiente para que a revista passasse dos seus dois primeiros números²⁹². Mas, não resta dúvida que a obra de maior destaque que teve entre os membros da Associação Literária Angolense foi a coletânea *Voz d'Angola clamando no deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos naturaes* (1901). Uma das principais motivações da obra foi suscitada por um artigo publicado no jornal *Gazeta de Loanda*, revelando um embate travado na imprensa de Luanda, conhecido como do “ódio da raça”, que esteve ligada à estrutura discursiva européia sobre *raça*, adaptada e redefinida localmente.

O “ódio de raça”

Em uma época que impunha a necessidade de justificar a presença colonial europeia em várias partes do mundo, a taxonomia do naturalista sueco Carlos Lineu não tardou a ganhar espaço entre os debates da época. Seu livro *Systema Naturae* (1735), apresentava uma “classificação científica” do mundo vegetal, animal, mineral e dos seres humanos, referendando a existência de uma “raça europeia” e uma “raça africana”.

Entre 1853 e 1857, Joseph Arthur de Gobineau publicou *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, defendendo a ideia de que a humanidade estava dividida em raças superiores e inferiores. Gobineau, reiterando a classificação proposta por Lineu, afirmava que a “raça africana” era incapaz de “progredir” e ser “civilizada” como historicamente atestava o “capricho” e a “anarquia” próprios da revolução haitiana (1791-1804), e do governo que instaurou²⁹³. Além disso, como a “mistura de raças” era algo

---

²⁹² Uma abordagem abrangente da revista *Luz e Crença*, com citações de vários excertos pode ser encontrada em: ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro... Op. Cit*

²⁹³ ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 58-59.

inevitável, a humanidade fatalmente caminharia rumo a sua degenerescência física e intelectual.

Em poucas palavras, é sabido que a reunião de elementos das diversas teorias sobre as raças em uma única chave reforçou o discurso que hierarquizava a humanidade a partir da categoria “raça” e fez com estas ideias ganhassem força enquanto prática social longa e persistente²⁹⁴. Para Hannah Arendt, a noção de raça como centro da ideologia do imperialismo capitalista colonial do século XIX foi fundamental para explicar a diferença como sinônimo de desigualdade. Estendida às nações, encontrou um terreno fecundo e justificador da dominação europeia na África. Segundo Arendt:

A raça foi uma tentativa de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes ou conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana²⁹⁵.

A concepção de Lineu da *divisio et denominatio* foi ponto de partida da moderna nomenclatura binomial (“raça europeia” e “raça africana”) e influenciou a discussão racialista desde a segunda metade do século XVIII, sem que sua essência sofresse modificações substantivas. Neste sentido foi um ponto de partida para o pensamento moderno sobre as raças e inspiração para um de seus principais expoentes, o diplomata e escritor marco no moderno Joseph Arthur de Gobineau. No *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, Gobineau trazia aspectos de uma polêmica do final do século XVII para o século XVIII, conhecida como a *Querela das duas raças*. Desta expressão surgiu outra referente a aversão de uma raça por outra, o *ódio de raça*, que em 1869, foi título de uma peça do dramaturgo português Francisco Gomes de Amorim²⁹⁶.

---

²⁹⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 188.

²⁹⁵ *Idem*, pp. 215.

²⁹⁶ AMORIM, Francisco Gomes de. *Ódio de raça*. Lisboa: Typographia Universal, 1869.

Em Angola, a expressão “ódio de raça” ganhou destaque em polêmicas travadas na imprensa entre os jornais dirigidos pelos “filhos do país” e os que tinham à frente colonos portugueses que se consideravam superiores por serem europeus e brancos. A primeira polêmica teve início com um artigo publicado em 1888, no jornal *Futuro d'Angola*, do “filho do país” Arcenio de Carpo. Nele, o autor perguntava se era justo que os africanos fossem explorados e desprezados pelos europeus por possuírem uma “*epiderme mais escura*”²⁹⁷. A resposta veio através do artigo publicado no jornal *A Verdade*, do português Alfredo Mântua, que ponderava que não era a cor da pele o principal aspecto para a classificação dos homens, antes, os tamanhos dos crânios que determinavam o tamanho do cérebro, concluindo que: “*a raça preta é em realidade inferior a raça branca*”²⁹⁸.

Mas a principal dessas polêmicas foi motivada por um discurso proferido pelo deputado Sebastião de Sousa Dantas Baracho, nas Cortes, em 7 de fevereiro de 1893²⁹⁹, no qual o autor defendia uma legislação específica para regular o trabalho dos africanos. Nele, o deputado - também coronel e ex Comissário Régio - tratou, sobretudo, da questão das delimitações de fronteiras na região do Estado Livre do Congo, crucial após as resoluções da Conferência de Berlim e agudizadas pelo *Ultimatum*, no qual a Grã-Bretanha exigia que Portugal desistisse do mapa cor-de-rosa que unia Costa à Contra Costa. Foi a razão que o levou à província em 1892 e às visitas à região de Mossamedes,

---

²⁹⁷ A expressão é do próprio autor. *Futuro d'Angola*. Apud: RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas... Op. Cit*, pp. 98.

²⁹⁸ *A Verdade*. Apud: *Idem*, pp. 98.

²⁹⁹ Sebastião de Sousa Dantas Baracho era além de deputado pelo Partido Regenerador, um militar conceituado: desde o ano anterior ostentava o título de coronel. Dantas Baracho foi Comissário Régio da Província de Angola de 9 de julho de 1891 a 9 de março de 1892, quando conseguiu a exoneração do cargo. Sua estadia em Angola rendeu a controversa obra *Alguns documentos sobre a minha missão na África*. Para mais informações biográficas acerca de Dantas Baracho: “Sebastião de Sousa Dantas Baracho”. SILVA, Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito (continuador e ampliador). *Dicionário Bibliographico Portuguez Innocencio Francisco da Silva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol. 19, pp. 192-194.

ao sul, e à constatação da urgência de trazer de volta as ordens religiosas a Angola para marcarem a ocupação efetiva de Portugal.

Porém este tema, de reconhecida importância à época, não gerou controvérsia digna de nota. Era uma questão que envolvia a soberania de Portugal e que resultou em uma crise do nacionalismo português na conjuntura do final do século XIX, suscitando uma convergência que deixava de lado disputas de toda ordem.

Foram as observações de Dantas Baracho acerca dos africanos, questão a qual o deputado conferiu centralidade no discurso proferido, que deram ensejo a uma acirrada polêmica. A defesa de uma legislação para regulamentar o trabalho dos “indígenas” (vocábulo utilizado para designar todos os nascidos em Angola), feita a partir do olhar de Baracho bem ao gosto da época, articulava características fenotípicas às características intelectuais e aos valores morais atribuídos aos indivíduos da “raça branca” e aos da “raça negra”. Neste modelo, os negros eram adjetivados apenas por características negativas. Baracho chamou-as de *vícios* que, como tal, precisavam ser combatidos com trabalho devidamente controlado. Em suas palavras:

(...) [começo] por afirmar que a regulamentação do trabalho indígena impõe-se como uma das necessidades que mais prontamente se deve satisfazer.

Admitir que a raça negra, cujos característicos, salvo as competentes exceções, são a indolência, a embriaguez e a rapina, possa espontaneamente amoldar-se ao trabalho habitual, quotidiano é possivelmente absurdo. O preto, por sua iniciativa própria, trabalha o menos possível (“...”) o resultado d’isto reflecte-se, sem a menor dúvida no estado geral do viver colonial (Apoiados)³⁰⁰

Porque estava convencido que os africanos eram inferiores, o deputado considerava um disparate que portugueses e africanos ficassem sujeitos às mesmas leis, em particular, no que se referia ao trabalho. E para que a economia da colônia não ficasse comprometida considerava:

---

³⁰⁰ *Commercio d’Angola*, a.2, no. 31, 05/04/1893.

Em presença da carestia de braços não há empresa agrícola, cuja prosperidade esteja garantida, não há capitães que se abalançam a tentativas seriam remuneradoras se nós não tivéssemos enfeudados no ridículo preconceito de dar ao indígena fóros de cidadão, em paiz civilizado. (...)

Factos d'esta ordem só se dão nas nossas colônias, como somente entre nós se aplica a mesma legislação criminal aos europeus e aos indígenas! É simplesmente assombroso! (*Apoiados.*)³⁰¹

Sobre a imprensa de Angola, “*ariête demolidor do principio da autoridade*”³⁰², o deputado reclamava que ainda não tivesse sido aplicada na província a legislação que cerceava a liberdade de expressão, em vigor desde 1890 na metrópole³⁰³. Aqueles que se dedicavam aos jornais na colônia eram, para Dantas Baracho, “*por via de regra illetrados, para não dizer analphabetos, recrutados entre os funcionarios de costumes duvidosos, e entre os mestiços de cadastro ainda peor*”³⁰⁴.

O simplismo de suas ideias preconceituosas se estendiam - como consequência natural - aos cargos públicos. Dizia:

(...) entendo que não deve ser permitido o ingresso ao preto e ao mestiço nos cargos públicos. Quem supoz que de semelhantes complacências redundará o levantamento do nível do indígena, engana-se redondamente. O (...) [resultado] d'este baralhar de raças antagônicas, d'esta promiscuidade inconcebível, é o rebaixamento da raça superior, que, dado o meio em que se encontra, de dia para dia, mais e mais se africanisa, segundo o euphemismo ali consagrado para designar o europeu como identificado com os usos e os vícios do indígena”.³⁰⁵

Defendia ainda que a única função pública que os nascidos em Angola poderiam ocupar era a de “*praças de prêt*”, a patente militar mais baixa do exército colonial português, onde os “pretos” eram claramente incorporados aos interesses da administração colonial no controle e na repressão de outros “indígenas”.

---

³⁰¹ Trecho presente em *Commercio d'Angola*, a.2, no. 30, 28/03/1893.

³⁰² *Commercio d'Angola*, a.2, no. 31, *Op. Cit.*

³⁰³ Em 7 de abril foram publicados decretos em Portugal referentes a liberdade de com o intuito de conter as manifestações populares ao Ultimato Britânico. Essa lei ficou conhecida pelo sugestivo nome de “Lei das Rolhas”. Para conferir a legislação ver: *Diario do Governo*, no. 76, 07/04/1890.

³⁰⁴ *Commercio d'Angola*, a.2, no. 31, *Op. Cit.*

³⁰⁵ *Idem.*

Não é de admirar que as palavras de Baracho tenham levado os “filhos do país” a se considerarem ultrajados e responderem através da imprensa. No jornal *Commercio d’Angola*, seu diretor, Eusébio Velasco Galiano³⁰⁶, dedicou páginas para tratar a questão, sobretudo em três números. Em particular, no trigésimo número da publicação havia trechos e apontamentos anônimos dos temas tratados por Dantas Baracho, e o número seguinte transcreveu os pontos mais polêmicos do seu discurso.

Já o trigésimo quinto número do *Commercio d’Angola* publicou um artigo assinado pelo cônego Antônio José do Nascimento criticando duramente as opiniões de Dantas Baracho. O religioso nascido em Angola fora ordenado no seminário de Santarém, em Portugal. De volta à sua terra natal, desempenhou funções de pároco e professor, vivendo em diversas localidades, mas passou a maior parte da sua vida em Luanda.

A apresentação do cônego feita pelo *Commercio de Angola* o tomava como um exemplo de “filho do país”, destacando suas qualidades positivas e estendendo-as aos indígenas: “*O sr. Conego Nascimento é de côr preta, mas como se vê do seu escrito pode bem servir para mais alguma cousa, do que para praça de pret*”³⁰⁷.

As considerações de Baracho acerca dos temas abordados ganharam, na pena de Nascimento, um tom de clara - e não raro - veemente discordância. No artigo intitulado “Um golpe de vista sobre o discurso do Sr. Dantas Baracho na sessão da câmara dos deputados em 7 de fevereiro”, afirmava que as características depreciativas que o deputado atribuía a “*toda a raça indígena*” se prestavam a “*semear odios entre os subditos de uma mesma nação*”:

O sr. deputado, constituindo-se defensor de opiniões professadas por homens de medíocre alcance, que medem as virtudes pela côr e os merecimentos á feição das localidades onde os indivíduos

---

³⁰⁶ Anos mais tarde, Eusebio Velasco Galiano seria um dos autores de *Voz d’Angola clamando no deserto* (1901).

³⁰⁷ *Commercio d’Angola*, a.2, no. 35, 04/05/1893.

nascem (...) denuncia-se protector de idéas retrogradadas das idades, que já passaram, hoje felizmente abandonadas pelas nações colonizadoras (...).³⁰⁸

O cônego negava a veracidade da descrição que Dantas Baracho fizera dos “pretos”, como entregues aos vícios. Nascimento salientava que o deputado por certo teria se deparado com “pretos” trabalhando como carregadores, na “*companhia braçal d’alfandega*” ou na construção da linha férrea de Mbaka, e sendo assim, dispara: “(...) *não é, pois, exacta em absoluto a asseveração de que o negro é indolente, nem verdadeira a afirmação de que no preto são innatas as qualidades de embriaguez, indolencia e rapina.*”³⁰⁹

Sobre a posição defendida por Dantas Baracho de proibir o acesso dos “pretos” e “mestiços” aos cargos públicos e ao exército colonial português, exceto para a função de “praças de prêto”, Nascimento argumentava que “pretos” e “mulatos” desempenhavam bem suas funções, “*com muita aceitação e louvor*”, embora a remuneração dos postos regulares fosse baixa e “*o pessoal do reino*” preferisse se empenhar no comércio “*que oferece futuro mais vantajoso*”. O fato da maior parte dos “filhos do país” não possuir “*habilitações litterarias*” era compensado, na visão do cônego, com a pratica adquirida no cotidiano.³¹⁰

O ponto alto do artigo do cônego Antônio José do Nascimento foi identificar o objetivo central do deputado Dantas Baracho, qual seja, argumentar de forma convincente a necessidade de tornar legal a hierarquia entre os portugueses e os nascidos em Angola, acentuada pela prática colonial. Apesar de colonizadores e colonizados serem tratados na prática de maneira distinta, as leis em vigor nas províncias haviam sido inspiradas pelas

---

³⁰⁸ *Ibidem.*

³⁰⁹ *Idem.*

³¹⁰ *Idem.*

ideias liberais da Revolução do Porto (1820), reconhecendo que tanto quem vivia na metrópole, como os residentes e os nascidos nas províncias eram cidadãos portugueses.

Desde a implantação da monarquia liberal, após a Revolução do Porto, os Códigos Administrativo, Civil e Penal, bem como a legislação aprovada nas cortes portuguesas haviam entrado em vigor em Angola, com ajustes que deveriam levar em consideração alguns “usos e costumes” locais³¹¹, expressão corrente que reiterava que os africanos não eram capazes de produzir cultura.

Indignado com a posição do deputado, Antonio José do Nascimento retrucou:

O programma traçado pelas theorias do Senhor deputado, traduz o pensamento, que não consente que os filhos do ultramar hombrêem com os do continente europeu, pelo trabalho, pelas sciencias e pelas virtudes. (...) [Está comprovado] que todos os annos o ultramar, sem excepção de província alguma, produz filhos intelligentes, talentos festejados, que occuparam e occupam cargos importantes em diversos ramos da administração publica (...). Os que não pertencem a classe burocrática vivem do trabalho decente e honesto (...) ainda que lutando com obstaculos quase insuperáveis num paiz de proteccionismo pessoal, onde tudo se dificulta e se tolhem as aspirações. (...) [Aqueles que seus pais enviaram para poder estudar na Europa] sabem pugnar pela manutenção de seus direitos, como convém a um homem intelligente e esclarecido, que tem a consciencia da sua força moral (...). Se isto é uma verdade incontestável, que razões de peso determinaram o representante da nação a levantar a voz na tribuna parlamentar d'um modo a hostilizar e insultar os filhos das colônias? Não é estes um caso para exclamar: - Viva o despotismo? ³¹²

Na passagem acima, a escolaridade formal aparece como o meio que possibilitaria aos nascidos nas colônias se tornar homens capazes de fazer valer os seus direitos, que deveriam ser os mesmos dos nascidos na metrópole. Empiricamente, essa realidade já fora comprovada, porque filhos do país que tiveram acesso aos estudos se tornavam homens de relevo. O próprio Antônio José do Nascimento engrossava estes números: a educação que recebera em Portugal para se tornar um religioso garantiu a sua atuação

---

³¹¹ Este aspecto é tratado por FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI – O Império Africano: 1890-1930*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 299-300.

³¹² *Commercio d'Angola*, a.2, no. 35, *Op. Cit.*

como padre e professor, posições que nos anos seguintes seriam ocupadas, via de regra, por portugueses e goeses.

O autor segue reivindicando que quase não havia escolas nem professores, argumentando que isto não correspondia aos “*verdadeiros interesses da ordem publica*”. O cônego Antônio José do Nascimento como religioso que era, asseverava em seus últimos parágrafos, que, “*a doutrina sublime do crucificado, cujas máximas fazem baixar as cabeças duzentos milhões de crentes há de acabar com a odiosa distinção de raças*”³¹³. O texto foi finalizado opondo os preceitos sustentados pelos cônego aos do deputado, e afirmando que ambos eram incompatíveis. Ele se mostra defensor de um modelo de sociedade:

“que admite o premio e o castigo; que estabelece a igualdade moral, que nobilita o homem, porque não deixa triumphar a injustiça e a prepotência, - mas esta doutrina não se coaduna com os princípios que representam a formação de uma sociedade de autômatos, que o capricho pôde fazer vergar ao poder da espada.”³¹⁴

O Regulamento do Trabalho dos Indígenas

Em 1893 Dantas Baracho por considerar os vícios inerentes os africanos, apontava a necessidade de uma legislação do trabalho específica para a província de Angola. Da mesma forma, o comissário régio de Moçambique, Antônio Enes, redigiu neste mesmo ano um relatório onde defendia que “*o selvagem que pegou no trabalho, rendeu-se cativo a civilização*”³¹⁵. Ao apresentar suas convicções, próprias de seu tempo acerca da África e dos africanos, Enes tornou-se um homem de prestígio e, pouco tempo depois foi chamado para integrar a comissão que redigiu o Regulamento do Trabalho dos Indígenas em 1899, com reconhecido papel de destaque.

---

³¹³ *Commercio d'Angola*, a.2, no. 35, *Op. Cit.*

³¹⁴ *Idem.*

³¹⁵ ENES, António José. *Moçambique*. Lisboa: Agência do Ultramar, 1946, 3ª edição.

O Regulamento do Trabalho dos Indígenas anunciava em seu preâmbulo que conformar o trabalho às regras e às leis era um meio de garantir a devida tutela aos africanos, contribuindo para seu desenvolvimento “*moral e intelectual*”, o que os tornaria úteis na exploração das riquezas da terra³¹⁶. Este regulamento foi imposto às províncias portuguesas em África, com a exceção de Cabo-Verde.

O primeiro dos seus sessenta e cinco artigos definia o trabalho como uma “*obrigação moral e legal*” dos indígenas e se coadunava com a prática administrativo-jurídica a qual competia fazer cumprir as formas de trabalho compulsório que, em Angola, incluía as migrações forçadas para São Tomé.

Artigo 1.º Todos os indígenas das provincias ultramarinas portuguezas são sujeitos á obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes falem, de subsistir e de melhorar a propria condição social. Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprem de modo algum, a auctoridade publica póde impor-lhes o seu cumprimento³¹⁷.

O cumprimento deste artigo estava voltado para os indígenas que trabalhassem na lavoura por conta própria ou na produção de gêneros para exportação, possuíssem capital ou propriedade garantidores da sua subsistência, ou que estivessem empregados no “*commercio, industria, profissão liberal, arte, officio, ou mester de cujos proventos podem tirar essa subsistência*”³¹⁸.

Os “filhos do país” exerciam “*profissão liberal*” ou “*officio*”, o que os livrava do trabalho compulsório. Entretanto, o impacto do Regulamento do Trabalho dos Indígenas incidiu sobre os “filhos do país”, na medida em que a partir dele eram considerados

---

³¹⁶ “(...)no interesse da civilização e do progresso das provincias ultramarinas, as condições do trabalho dos indígenas, de modo a assegurar-lhes, com eficaz protecção e tutela, um proporcional e gradual desenvolvimento moral e intellectual, que os torne cooperadores uteis de uma exploração mais ampla e intensa da terra, de que essencialmente depende o augmento da nossa riqueza colonial.” In: “Regulamento do Trabalho dos Indígenas”. *BGGPA*, a.1900, 10/02/1900, pp. 66-76.

³¹⁷ *Idem*.

³¹⁸ Vide Artigo 2º. In: *Idem*.

juridicamente indígenas, diferentemente de um lisboeta. Era o reconhecimento na forma da lei que europeus e africanos, colonizadores e colonizados, aos olhos do estado, não podiam ser tratados da mesma maneira.

Estavam isentos da “*obrigação moral e legal*” mulheres, idosos, crianças, doentes inválidos, os *sipais* (termo indiano para soldados de baixa patente), as chefias locais - tradicionais ou designadas - e os que fossem reconhecidos como “grandes indígenas” pelas autoridades coloniais³¹⁹.

Na prática, esta norma foi largamente transgredida. A obrigatoriedade do trabalho³²⁰ deu lugar a um recrutamento desenfreado principalmente no interior, desrespeitando as exceções que os artigos seguintes previam³²¹. Na verdade, com o Regulamento do Trabalho dos Indígenas foram enterrados os ecos liberais da Revolução do Porto (1820), cujos resquícios ainda permaneciam como princípios que deviam nortear as leis em toda extensão do império português.

Colocada em vigor em 1875 e em 1878, a legislação prévia definia que o trabalho indígena deveria ser firmado por um “contrato de trabalho” no qual deveria ser consagrada a liberdade em oposição a escravidão, em termos oficiais abolida em todas as províncias portuguesas em 1869, como parte de um conjunto de reformas modernizadoras levadas a cabo pelo marquês de Sá da Bandeira³²².

---

³¹⁹ Vide Artigo 3º. *Idem*.

³²⁰ Notar que “trabalho obrigatório”, “trabalho forçado” ou “trabalho compulsório” são distintos de “trabalho escravo”, uma vez que nos primeiros existe o pagamento. Enfatizar que se tratava de uma relação distinta era importante para os portugueses se defenderem das sucessivas acusações de “escravistas” proferidas pelos ingleses. In: TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991, pp. 153-170. Sobre organizações sociais inglesas de caráter filantrópico contra o trabalho escravo na África em fins do século XIX ver: WESSELING, H. L. *Dividir para dominar – A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Editora Revan, 2008.

³²¹ FREUDENTHAL, Aida. “Angola”. In: MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Op. Cit.*, pp. 302.

³²² Adelino Torres defende que a realidade local não espelhava o texto das leis, e que formas de trabalho muito similares a da escravidão continuavam a se propagar em Angola. TORRES, Adelino. *O império português... Op. Cit.* pp. 153-170.

O impacto do Regulamento do Trabalho dos Indígenas não deve ser menosprezado: sua maneira de representar os africanos e como deveriam ser tratados pelo estado e pela sociedade colonial foram modelares na confirmação da permanência do primitivismo, da indolência e de sorte de vícios se perpetuaram no imaginário português.

Para Adelino Torres:

O decreto de 1899 assinala a ruptura com o bem intencionado projecto liberal dos anos 1820 (...). Não deixa de ser sintomático que o primeiro “Regulamento de Trabalho Indígena” da República, promulgado em 27 de maio de 1911, se limite a repetir quase integralmente o de 1899”³²³.

“Contra a lei, pela grey”

Em 1901 a polêmica do ódio de raça voltou a ganhar destaque na imprensa de Luanda quando publicado anonimamente um artigo no quarto número da *Gazeta de Loanda*.³²⁴ Na esteira do discurso do deputado Dantas Baracho, o artigo “*Contra a lei, pela grey*” reproduzia e reforçava, uma vez mais, uma série preconceitos com base em uma suposta inferioridade dos africanos. O tom da publicação fomentou um clima de protesto por parte dos “filhos do país”.

O autor anônimo defendia que as penas para um mesmo crime deveriam ser diferentes para “*brancos*” e “*pretos*”, por estar convencido que o africano era preguiçoso por natureza e a seu ver, prendê-lo seria uma forma de incentivo ao vício.

(...) Metter em ferros d’El rei um preto que delinuiu, assassinando, roubando, ferindo, offendendo a moral publica por acções ou palavras, não é aplicar um castigo, é antes incita-lo ao crime (...). Pois qual é o ideal do preto senão comer sem trabalhar? (...) Qual é a sua lei, a sua norma de vida, o seu superior anhelos? Não somos apologistas dos castigos corporaes (...) mas umas palmatoadas não matam ninguém.³²⁵

---

³²³ *Ibidem*, pp. 170.

³²⁴ Apesar do anonimato, Pedro da Paixão Franco, contemporâneo do artigo, o ligava a um certo Barros Lobo, segundo ele diretor da *Gazeta de Loanda*. A questão da autoria aqui não é decisiva para a progressão da análise: mais importante do que conhecer o autor é perceber as mudanças no discurso racista exposto em periódicos da imprensa de Luanda. FRANCO, Pedro Paixão. *História de uma traição*. Porto: Livraria Moreira, 1911, vol. II, pp. 208.

³²⁵ “Contra lei, pela grey”. *Gazeta de Loanda*, a.1, no. 4, 26/03/1901.

Defendia ainda que crimes cometidos por “brancos” contra “pretos”, “em hora de desespero”, não deveriam receber a mesma pena que um crime cometido por um “branco” contra o outro. Na verdade, nem pena deveriam receber, dado que seria suficiente pagar uma multa. E continuava:

Antes de tudo, o castigo severo do branco por motivo de simples offensa ao preto, sendo deprimente do homem, é consequentemente desautorador da raça, e secundariamente é atentatório da autonomia patria, pois assim se perderá o prestígio da dominação como se preparará um futuro de acerbos provações á colonia portugueza (...)”³²⁶

Nesta visão, igualar perante a lei o branco e o “preto” atentaria contra a autonomia, tiraria o valor da dominação portuguesa e aviltaria o europeu. A essência de “Contra a lei, pela grey” foi sintetizada na seguinte passagem: “(...) não se pode considerar como gente o preto nem consentir que as leis o aproveitem”³²⁷.

O título do artigo também aponta nesta direção: “Contra a lei, pela grey” era uma alusão à divisa adotada pelo rei D. João II de Portugal (1455-1495)³²⁸, cujo lema era “Polla ley, polla, grey” (“pela lei, pela pátria”). O lema mudou, a mensagem também: agora, para o bem da pátria era preciso que a lei fosse alterada.

Quando proferiu seu polêmico discurso na câmara dos deputados em 1893, Dantas Baracho criticou a legislação que considerava o indígena cidadão civilizado. Passados oito anos, quando a condição inferior dos africanos foi legalizada, se firmando como lema oficial do estado, “Contra a lei, pela grey” reforçava a ideia de que o africano não era um ser humano e dava ensejo para que o discurso do “ódio de raça” se propagasse.

---

³²⁶ *Ibidem.*

³²⁷ *Idem.*

³²⁸ Jacopo Corrado menciona brevemente a referência de D. João II no título do artigo de Dantas Baracho. Vide: CORRADO, Jacopo. *The creole elite and the rise of Angolan proto-nationalism (1870-1920)*. Amherst: Cambria Press, 2008, pp. 226, nota 97.

A repercussão foi tão grande que no número seguinte da *Gazeta de Loanda*, o mesmo autor mantendo seu anonimato tentou acalmar os ânimos dos “filhos do país” que escreviam na imprensa, afirmando que no artigo anterior estava se referindo apenas ao “preto boçal” e não ao “preto civilizado”, que já teria tido algum progresso devido ao seu contato com o “branco”³²⁹. Mesmo após essa tentativa de contornar a situação, o artigo reafirmava que não se podiam considerar os africanos como seres humanos “(...) [se] Camillo Castello Branco, se tivesse vindo a terras d’Africa, não ousaria escrever, algures, que o animal que mais se parece com o homem é o galego (...) é o africano o animal mais parecido com o homem”³³⁰. O novo artigo só serviu para acirrar ainda mais a polêmica.

Voz d’Angola clamando no deserto: a construção da obra

A publicação do artigo causou tamanho sentimento de revolta entre os “filhos do país” que o diretor da *Gazeta de Loanda*, o português Barros Lobo, não fosse a intervenção do cônego Antônio José do Nascimento teria sido espancado nas ruas da capital. Este “filho do país”, tido como sábio e talentoso, defendeu que a resposta deveria ser dada pela imprensa³³¹. Foi o primeiro passo na construção de *Voz d’Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes* (1901), principal contraponto aos escritos de *Gazeta de Loanda*. A referida obra foi descrita por Pedro da Paixão Franco como “uma obra de protesto e reivindicação”³³².

Este jornalista de Angola chamou o grupo que se reuniu para pensar diretrizes para a obra de “movimento *Voz d’Angola clamando no deserto*”, um movimento

---

³²⁹ *Gazeta de Loanda*, a.1, no. 5, 02/04/1901.

³³⁰ *Idem*.

³³¹ FRANCO, Pedro Paixão. *História de uma ...*, Op. Cit., vol. II, pp. 208.

³³² *Idem*.

circunscrito aos “filhos do país”, cuja maioria, senão todos, eram letrados. Elegeram como líder o cônego Antônio José do Nascimento, propositor dos escritos e o mais velho dos autores. Segundo Pedro da Paixão Franco, os passos seguintes foram:

A publicação d’esse livro precedera a formação de uma comissão executiva que tendo tomado sobre si o trabalho, deliberou:

- Que o livro havia de ser collaborado por todos os aborígenes, que quizessem fazel-o;
- Que, impresso em Lisboa, o seu importe havia de ser pago com o producto de uma subscrição, aberta entre os nativos;
- Que vendido o livro, com seu producto todos os subscriptores seriam resarcidos das suas importancias, recebendo o capital, sendo o resto do producto distribuído egualmente por todos, como juro, ou como depois fosse deliberado.³³³

Este grupo surgido do arranjo social e político em curso na virada do século XX era formado principalmente por autores que se encontravam em Luanda, contando com outros que estavam em Icolo e Bengo, Golungo Alto e Cassange, além de Benguela³³⁴. Assim, *Voz d’Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes* (1901) foi a primeira obra coletiva de contestação publicada em Angola.

A autoria dos artigos foi identificada por Júlio de Castro Lopo³³⁵, sendo reconhecida como definitiva na reedição de *Voz d’Angola clamando no deserto*, publicada em 1984, sob os cuidados da União dos Escritores Angolanos³³⁶. Assim, os autores de *Voz d’Angola clamando no deserto* são o cônego Antonio José do Nascimento (“Solemnia Verba”); Pascoal José Martins, ou simplesmente “Sá” Martins, como também era conhecido (“Á Contra lei, pela grey”); Francisco Castelbranco (“Á Gazeta

---

³³³ FRANCO, Pedro Paixão. *História de uma traição*. Porto: Livraria Moreira, 1911, vol. II, pp. 38.

³³⁴ Esta afirmação é feita a partir do local e data assinados pelos autores ao final de cada artigo. Vide: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes*. Luanda: 1ª. Ed: Lisboa, 1901. Icolo e Bengo, Golungo Alto e Cassange - núcleos coloniais situados no interior próximo de Luanda. O único dos autores que se encontrava temporariamente em Benguela era Apolinário Van Dunem, que pertencia a uma das mais antigas famílias da região de Luanda e circunvizinhanças.

³³⁵ O exemplar em que Júlio de Castro Lopo identificou os autores da obra encontra-se na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, em Lisboa.

³³⁶ (VÁRIOS AUTORES). *Voz de Angola clamando no deserto*. Lisboa: Edições 70, 1984.

Civilisadora d'África"); Mario Castanheira Nunes ("Réplica"); Carlos Saturnino de Sousa e Oliveira ("Ex digito gigas"); Augusto Silvério Ferreira ("Agora nós"); Carlos Botelho de Vasconcelos ("Um protesto"); José Carlos de Oliveira Jr. ("Preconceitos"); Eusébio Velasco Galiano ("Quis eritis?"); João de Almeida Campos ("Confrontos"); Apolinário Van Dúnem ("É o cúmulo das infâmias"), todos eles nascidos em Angola.

Voz d'Angola clamando no deserto foi publicada anonimamente com receio de retaliações. Essa escolha acarretou divergência entre os membros do movimento: Pedro da Paixão Franco, defendia que os artigos deveriam ser assinados, enquanto outros que participaram da criação da obra, entre eles Francisco Castelbranco, achavam que a melhor opção era o anonimato, posição que prevaleceu entre os autores. Em função desta discordância, apesar de ter contribuído com ideias e auxiliado financeiramente a publicação de *Voz d'Angola clamando no deserto*, Pedro da Paixão Franco se recusou a publicar seu artigo.

O livro parece ter sido recebido com curiosidade em Luanda e apesar dos 1000 exemplares não terem sido esgotados, o lucro das vendas foi o suficiente para cobrir os custos de publicação e ainda sobrou um pequeno excedente para os autores³³⁷.

Voz d'Angola clamando no deserto foi lançada junto com o primeiro número do *Almanach – Ensaaios Litterarios*. Esta publicação era dirigida por um dos autores do livro, Francisco Castelbranco. No seu interior trazia o conteúdo habitual dos antigos almanaques: calendário, santos do dia, fases da lua e feriados, entre outros, além de anedotas, charadas, piadas, transcrições e traduções de poemas. Chama atenção o texto

---

³³⁷ FRANCO, Pedro Paixão. *História de... Op. Cit.*

“Liberdade, Igualdade, Fraternidade” assinado por “S.”, no qual o autor procurava mostrar que Jesus Cristo desenvolveu esses preceitos em sua vida³³⁸.

Algumas considerações em torno do título e do estilo da obra

O título da obra é uma referência bíblica. A “voz que clama no deserto” aparece no Livro de Isaías e nos quatro evangelhos do Novo Testamento. Em Isaías, ícone de estilo e inovação das imagens nos textos do Velho Testamento³³⁹, a referência se encontra no “Livro da consolação de Israel”, capítulo 40, que ganhou em o sugestivo título “Anúncio da Libertação”. Segundo a tradição cristã, neste capítulo é revelado que “o povo” deveria se preparar uma vez que o tempo de escravidão tinha acabado e a “voz que clama no deserto” profetiza o anunciador de Deus e com ele a chegada de um novo tempo³⁴⁰.

Os escritos de Isaías escrito sob a ameaça crescente da Assíria aos reinos de Israel e Judá trazem constantes referências a punições que recairiam sobre aqueles que tratassem os pobres e os fracos com injustiça³⁴¹. Os quatro evangelistas relatam o cumprimento da profecia de Isaías: a vinda de João Batista, o anunciador de Deus. Segundo os evangelistas

---

³³⁸ Segue um trecho: “*Quem seria esse pobre homem, que nascido n’um palheiro, merecia um hymno que reacende perfumes mil, d’uma melodia arrancada na lyra de ouro das almas diamantinas? / Era quem trinta annos depois havia de pregar a instrução no seu esplendor de diamante encravado na coroa de ouro do saber. / Era quem havia de pugnar pela liberdade na magestade do seu throno de purpura. / Era quem havia de dictar a igualdade como Jordão argênteo onde se recebe o baptismo da caridade. / Era, finalmente, quem nos havia de mostrar a fraternidade como cadêa esmeraldina que liga todos os homens n’um doce amplexo! / Por isso, o forte poderá opprimir o fraco mas uma voz intima segredar-lhe-ha que não faça a outrem aquillo que não quizerá lhe fizessem!*”. “S”. “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. In: CASTELBRANCO, Francisco N. R. (dir.) *Almanach Ensaaios Litterarios*. 1901, vol. I, Loanda pp. 10-11. Possivelmente “S.”, como se identifica o autor do texto, era Augusto Silvério Ferreira, um dos autores de *Voz d’Angola clamando no deserto*.

³³⁹ *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Editora Paulus, 2003, pp. 1237.

³⁴⁰ “Isaías, 40, 1-11”. In: *Idem*, pp. 1313-1314.

³⁴¹ *Idem*, pp. 1237-1238.

João Batista teria pedido à voz que clama no deserto que preparasse o caminho de Deus³⁴².

Portanto, é uma voz que prepara e anuncia os caminhos.

Quanto a *Voz d'Angola clamando no deserto*, os oito primeiros artigos foram especialmente escritos para compor o livro, começando a partir de um mesmo marco: o conhecimento do artigo publicado na *Gazeta de Loanda* no. 4, levando-os a indignação pela ofensa de tão baixo conteúdo. Escreveram para se contrapor ao autor do artigo a quem chamam de “articulista” e as alcunhas de “branco da Gazeta”, “verme”, “monstro”, entre outros. Os três últimos artigos haviam sido publicados por completo ou parcialmente em veículos da imprensa local.

Em contraposição à “Contra a lei, pela grey”, os artigos de *Voz d'Angola clamando no deserto* apresentavam um repertório de argumentos em comum, que variavam quanto a ordem de exposição e a tônica que recaía sobre cada um. Dado o leque de apontamentos que se repetem o leitor pode ter a impressão de ler versões de uma mesma composição. Com certa frequência, os artigos apresentam os mesmos argumentos e se utilizam das mesmas expressões, o que permite considerar que os temas do livro foram debatidos de antemão entre os autores e se chegou a um consenso em torno de algumas questões. Em outras palavras, esses artigos de opinião³⁴³ trazem pontos de vista³⁴⁴ em comum. Os artigos de opinião podem ser definidos como textos de caráter

---

³⁴² Em Mateus 3,3: “Voz do que grita no deserto/ preparai o caminho do Senhor/ tornai retas suas veredas”. Em Marcos 1,1: “Voz do que clama no deserto/ preparai o caminho do Senhor/ tornai retas suas veredas”. Em Lucas 3,4: “Voz do que clama no deserto/ preparai o caminho do Senhor/ tornai retas suas veredas”. Em João 1,1: “Eu sou/ a voz do que clama no deserto/Endireitai o caminho do senhor.” Nos evangelhos de Mateus e Lucas contam que João Batista havia ainda discutido os fariseus, o grupo social mais elevado entre os judeus, e gritado: “Raça de víboras, quem vos ensinou a fugir da ira que está para vir?/Produzi então fruto digno de arrependimento/ e não penseis que basta dizer: ‘Temos por pai a Abraão’ Pois eu vos digo que mesmo destas pedras Deus pode suscitar filhos a Abraão/ O machado já está posto a raiz das árvores e toda árvore que não produzir bom fruto será cortada e lançada ao fogo”. Esta passagem está em: Mateus 3,3 e Lucas 3,4. In: *Ibidem*.

³⁴³ Apenas “Ex digito gigas” não é artigo de opinião. Esse artigo será tratado adiante.

³⁴⁴ Segundo Adilson Citelli, a construção do ponto de vista está relacionada a mecanismos que “decorrem de experiências que acumulamos, leituras realizadas, informações obtidas, do desenvolvimento da capacidade de compreender e, sobretudo, “traduzir”: para outras pessoas aquilo que

argumentativo, no qual o ponto-de-vista do enunciador é manifesto de forma direta e explícita³⁴⁵. Os autores falam a partir de um mesmo lugar, pertencem a um mesmo grupo, escrevem em uma mesma direção. São onze vozes que, mantidas as especificidades de cada autor, pretendem se fundir em uma só: a voz de Angola clamando no deserto.

Voz d'Angola clamando no deserto foi escrita em um português castiço, mantendo marcos do português usado nas escrituras portuguesas³⁴⁶. Ao levar em consideração o contexto e o conteúdo da obra, essa opção de escrita pode ser entendida como uma demonstração de igualdade com os portugueses. Em outras palavras, pode-se entender que, ao contrário do que parte dos colonos negava, os “filhos do país” procuravam demonstrar que possuíam a mesma capacidade intelectual e aptidões dos letrados portugueses.

Entretanto, ao longo da obra são identificáveis alguns vocábulos em kimbundu que aparecem em particular nos artigos “Solemnia Verba”, “Á contra a lei, pela grey”, “Agora nós”, “Um protesto” e “Ex digito gigas”³⁴⁷. Este último utiliza diversas palavras

---

desejamos dizer. E neste processo que iremos, progressivamente, formando e reformando a visão das coisas.”. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Editora Scipione, 1994, pp. 17.

³⁴⁵ Não se pode esquecer, como afirma Ingedore Villaça Koch, “que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”. Ver: KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984, pp. 19. Assim, apesar de todo discurso vir acompanhado de uma orientação, eles o fazem de forma mais ou menos aberta. Os artigos de opinião que encontramos em *Voz d'Angola clamando no deserto* que manifestam sua opinião de maneira direta.

³⁴⁶ Em uma breve comparação entre *Voz d'Angola clamando no deserto* (1901) e *O segredo da morta* (1935) do escritor angolano Antônio de Assis Júnior (1887-1961), é perceptível como cada uma das obras se apropria da língua portuguesa de uma maneira distinta. *O segredo da morta* já utiliza termos em português, mas em uma linguagem distinta do português falado em Portugal. Lembro como exemplo o termo “sujidade” utilizado na obra. O mesmo não se constata em *Voz d'Angola clamando no deserto* (1901), que utiliza a língua portuguesa sem este tipo de apropriação. Ver: ASSIS JÚNIOR, Antonio de. *O segredo da morta*. Lisboa: Edições 70, 1979.

³⁴⁷ Foram identificados na obra dez termos em kimbundu. Em “Solemnia Verba” aparece o termo “bonzo”, que pode ser definido como “agitado; perturbado”; “Á contra a lei, pela grey” traz o vocábulo “mohamba” que quer dizer “Cesto comprido, frete, carroto”; em “Agora nós”, “monangamba” significa “moço de fretes, carregador”; “Um protesto” é o único dos artigos a definir um termo empregado em kimbundu: “motolo” quer dizer “termo do paiz, significa valhacouto”. “Ex digito gigas” emprega quatro termos em kimbundu: “macanha” significa “tabaco”, “maluvo” quer dizer “vinho de palma”, Calubem é “relâmpago”; “uafo” significa “maldição; vileza”. Ver: (VÁRIOS AUTORES) *Voz d'Angola clamando no deserto... Op. Cit.* As traduções foram realizadas através do *Dicionário kimbundu-português* de Antônio de Assis junior. ASSIS

em kimbundu e diferente dos outros escritos, não é um artigo de opinião. A sátira é uma estratégia estética/literária de emitir uma opinião, mas diferente dos artigos de opinião onde o ponto-de-vista é mais explícito, na sátira a opinião pode aparecer de forma mais velada³⁴⁸. Atribuído a Carlos Saturnino “Ex digito gigas”, em latim “Do dedo de um gigante”, é uma sátira repleta de críticas ao “gigante”, como cinicamente chamaram o autor anônimo da *Gazeta de Loanda*.

Por último resta mencionar as referências literárias da obra. De maneira geral, podem ser divididas em dois grupos: breves menções a escritores franceses, como Victor Hugo e Xavier Montepin, e referências e citações a escritores e políticos portugueses como o Marquês de Sá da Bandeira, Francisco Mayer Garção e Antônio Francisco Nogueira cujas principais ideias serão analisadas adiante.

As referências a estes autores são realizadas dois propósitos: a demonstração de conhecimento da cultura erudita europeia, sobretudo quando são referenciados os autores franceses, e a sustentação de um ponto-de-vista, amparado sempre por autores portugueses.

Protesto e reivindicação

Em “Advertência”, primeira página da obra há um alerta sobre seu intuito:

“Este opúsculo, em que collaboraram naturaes de Angola, em linguagem tanto quanto a cada um permite o diminutíssimo grau de educação litteraria, não é resposta á Gazeta de Loanda, unico jornal, que se publica na localidade, nem é desaffronta, porque as inexactidões espalhadas ao publico por essa folha contra os naturaes, desautorisam o seu autor. (...) Factos repetidos, confirmados, presencados pelo mundo inteiro, não podem ser destruidos por um *faquin* qualquer, que as sarjetas de Portugal despejaram para este cantinho do mundo.”³⁴⁹

JUNIOR, Antonio de. *Dicionário kimbundu-português – linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Edição de Argente, Santos & Cia Ltda., 1941.

³⁴⁸ FIORIN, José Luís; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2006.

³⁴⁹ “Advertencia”. In: *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 3-4.

No trecho acima são expressas duas posições divergentes: a primeira, nega que o intuito da obra seja responder ao jornal, enquanto a segunda se refere à firme declaração de que os “factos confirmados” não poderiam ser devastados por um “qualquer”, podendo significar que os autores julgavam ser necessária uma crítica à altura. Esses arranjos que em uma primeira leitura podem parecer conflituosos percorrem todos os artigos: os autores reproduziam e respondiam trechos da *Gazeta de Loanda*, e a partir daí teciam considerações mais gerais.

Pode-se considerar que o primeiro ponto sobre o qual todos os autores protestavam foi relativo às alegações da *Gazeta de Loanda* sobre a suposta inferioridade e a negação da condição de seres humanos aos africanos, pressupostos que embasavam a defesa de penas distintas para crimes cometidos por africanos e pelos europeus.

Iniciando seu argumento por um princípio religioso, Apolinário Van Dúnem, autor de “É o cúmulo das infâmias”, sustentava que assim como os homens são iguais perante Deus, devem ser iguais perante a lei. Como iguais, deveriam ser julgados pelos crimes cometidos, e não a cor da pele de quem o cometeu. O autor entendia que uma medida que depreciava os “pretos” não era um insulto a uma raça, mas sim a toda a humanidade.³⁵⁰

Se o pequeno e o grande são eguaes perante Deus, o branco e o preto devem sempre ser eguaes perante a lei. Machinar-se, pois, torpe e vilmente, uma medida que avilte os pretos, á conta da epiderme, é um crime de lesa humanidade, visto serem elles estranhos e muito estranhos aos caprichos da natureza, porque ninguem pagou para nascer branco ou preto.

E demais, em todas as epochas, como em todas as nações, foram sempre julgados os delictos, e não a cor de cada deliquente³⁵¹.

---

³⁵⁰ “É o cúmulo das infâmias”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 100-101.

³⁵¹ “É o cúmulo das infâmias”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 100-101.

Por sua vez, Francisco Castelbranco respondeu à mesma questão em “Á Gazeta civilisadora d’Africa”, se utilizando de categorias biologicistas para refutar os argumentos do articulista. Aqui também, assim como em tantos outros artigos da obra, aparece a ideia de que a humanidade é uma só.

O preto não é perfeitamente um homem... Mas afinal o que é um homem?

Homem, que nós saibamos, é um animal racional da espécie dos mamíferos, um ser humano. Ora, não havendo na zoologia separação de gêneros humanos, o preto não pode deixar de ser um homem, dotado de razão e liberdade como é o branco. E a comprovar esta asserção temos A. F. Nogueira, que diz no seu livro *A Raça Negra* que “o homem constitui uma só espécie” e mais adiante “o homem, branco na Europa, negro na África, vermelho ou acobreado na América”(…).³⁵²

Para endossar a sua opinião, cita o livro *A raça negra* (1880) de Antonio Francisco Nogueira, igualmente tomado como referência por outros autores ao longo de *Voz d’Angola clamando no deserto*. Em sua obra, Nogueira nega que a “raça negra” fosse inapta para o ideal de civilização e afirmava que os africanos eram dotados de inteligência, contrariando alguns juízos da época³⁵³. Foi um dos poucos portugueses a defender estas posições, o que fez com que se tornasse uma “referência obrigatória” para as gerações seguintes, que assim como os autores de *Voz d’Angola clamando no deserto*, fizeram reflexões acerca da sua condição de africanos³⁵⁴.

José Carlos de Oliveira Jr., autor de “Preconceitos”, teceu em tom de escárnio uma crítica a esta mesma afirmação do jornal artifício recorrente em *Voz d’Angola clamando no deserto*. Pela forma com que humilha o africano, como se tivesse a intenção de reclassificá-lo “em uma nova classe no typo dos vertebrados”, chama o articulista da

---

³⁵² “Á Gazeta civilisadora d’Africa”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 40.

³⁵³ NOGUEIRA, A. F. *A raça negra sob o ponto de vista da civilização da África. Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes e as colônias portuguesas*. Lisboa: Typographia Nova Minerva, 1880.

³⁵⁴ Esta informação aparece em: ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 93-94.

Gazeta de Loanda de “*novo Linneo*”. Adiante, colocando em dúvida a sanidade mental do articulista, pergunta: “(...) *o articulista estará em pleno goso das suas faculdades mentaes para zombar assim com a humanidade?*”³⁵⁵.

A convicção de que a cor da pele não deveria ser um fator de classificação e hierarquização apareceu em diversas outras passagens da obra, como por exemplo, o artigo “Agora nós”, de Augusto Silvério Ferreira: “*sabemos que as acções porque são avaliados os homens, não dependem da côr, circumstancia verdadeiramente accidental*”³⁵⁶. *Voz d’Angola clamando no deserto* coloca em seus artigos uma preocupação em refutar o preconceito corrente na época de que os africanos eram “*governados pelo capricho*”, como consta na descrição feita por Lineu³⁵⁷, não eram dotados de razão, ou não se pautavam por ela. Menos ainda, eram considerados “*crianças grandes*”, segundo a adjetivação de Antonio Enes³⁵⁸.

Pascoal José Martins refutou esses pontos de vista em “Á contra a lei, pela grey”, quando foi feita a seguinte pergunta sobre os africanos: “*Qual é a sua lei, a sua norma de vida, o seu superior anhelos?*”³⁵⁹. À *Gazeta de Loanda*, e por extensão a toda essa corrente de opinião, Pascoal José Martins retrucou: “(...) *os philosophos pirangas dizem que é impossível o progresso intelectual dos negros, como o é o seu estado de sociabilidade e não veem que as duas repúblicas, a de Haiti e a da Liberia, compostas de negros, teem-se governado com leis sabias*”³⁶⁰.

---

³⁵⁵ “Preconceitos”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 84.

³⁵⁶ “Agora nós”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 73.

³⁵⁷ BURKE, John G. “The wild man’s pedigree”. In: DUDLEY, Edward e NOVAK, Maximilian. *The wild man within*. Pettsburgh: Pettsburgh U.P., 1972, pp. 266-267. Apud: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, pp. 68.

³⁵⁸ ENES, Antonio. Apud: TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991. Pp. 167.

³⁵⁹ *Gazeta de Loanda*, a.1, no. 4, 26/03/1901.

³⁶⁰ “Á contra a lei, pela grey”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 34.

Nestas passagens, ambas as repúblicas foram abordadas como exemplos de que os negros eram capazes de viver sob “leis sábias”, rompendo com a hierarquia das “raças” e as construções preconceituosas em torno delas³⁶¹.

No mesmo artigo, Pascoal José Martins sem citar a fonte, narrou um episódio vivido pelo viajante português Serpa Pinto. Durante uma conferência, para “*deprimir a raça africana*”, o viajante teria feito comentários sobre a anatomia dos africanos, atribuindo uma suposta diferença ao clima quente da África:

Serpa Pinto, na conferencia de Sorbonna, á força de inventar e deprimir a raça africana, provocou um incidente comico. O orador havia dito, que nos paizes quentes as mulheres nos seus rudes trabalhos andavam com os filhinhos ás costas, e notou que os pequerruchos andavam constantemente inclinados com a cabeça á direita e accrescentou: talvez seja esta a razão porque os negros chegando a homens tem sempre a cabeça inclinada á direita. Neste momento, todos os olhares se dirigiram para um negro, bem vestido, bem civilizado, por isso que se achava na primeira fileira do auditorio, e coisa engraçada, aquelle dichote foi ao encontro da theoria de Serpa Pinto; o negro tinha a cabeça bem erecta e parecia mesmo não ter comprehendido a chacota do orador. Isso fez rir muito. Está mesmo na linha de conta, o articulista.³⁶²

A descrição simplista de Serpa Pinto foi estilhaçada quando os presentes constatarem que o africano “*bem vestido, bem civilizado*”, não possuía tais características. Tratava-se, pois de uma crítica em dois patamares: no primeiro, a realidade que contestava os pressupostos amparados por uma diferença de “raça”, e no segundo, a presença do africano “civilizado”, como prova que os africanos possuíam as mesmas habilidades intelectuais que os europeus³⁶³.

---

³⁶¹ Talvez não seja a única, mas com certeza uma das referências sobre o Haiti e a Libéria é o livro do Marquês de Sá da Bandeira *O trabalhador rural africano*. Em uma passagem citada nos anexos de *Voz d'Angola clamando no deserto*, a Libéria e o Haiti são abordados brevemente e de forma positiva. Vide: SÁ DA BANDEIRA apud: *Idem*, pp. 160

³⁶² “Á contra a lei, pela grey”. In: *Idem*, pp. 33.

³⁶³ Esse assunto será devidamente tratado adiante.

O segundo ponto de protesto de *Voz d'Angola clamando no deserto* diz respeito a pergunta feita nas páginas da *Gazeta de Loanda*: “qual é o ideal do preto senão comer sem trabalhar?”. Afinal, os africanos eram considerados “indolentes e “negligentes”.

Ao longo de toda a obra foram feitas severas críticas a essa visão. Apolinário Van Dúnem, em “É o cúmulo das infâmias”, citou um artigo publicado no terceiro número da *Gazeta de Loanda* que se referia a importância do trabalho dos africanos na lavoura, no transporte dos produtos coloniais (como eram chamados os produtos cultivados e extraídos da África), como o café, borracha, e a “cera que com perseverante trabalho recolheu dos asperos e incultos enxames das suas labyrinthicas florestas, tantos outros productos que constituem o nosso commercio rico; e que só colhe e nos vem offerecer”³⁶⁴. Com isso, demonstrava a fragilidade do argumento colocado pelo autor de “Contra a lei, pela grey” ser tão grande que, no seio do próprio jornal, haviam vozes divergentes. Dito isto, citou uma lista de itens cultivados em Angola “exclusivamente pelo indígena”, como a borracha, o café, o milho, feijão, ginguba, cacau, urzela, entre outros³⁶⁵.

Mario Castanheira Nunes, autor de “Réplica”, foi na mesma direção de Apolinário Van Dúnem, elaborando uma longa relação de tarefas que eram executadas pelos africanos, e não pelos portugueses. Aqui, o destaque foi a natureza do trabalho realizado pelas mulheres: “(...) ainda não vi branca alguma que se abeirasse da bahia, rios Quanza, Dande, Bengo e Lucalla e aqui lavasse a roupa (...)”.³⁶⁶

Em “Preconceitos”, José Carlos de Oliveira Jr. sublinha o odioso olhar do europeu sobre o africano:

---

³⁶⁴ O grifo em “perseverante trabalho” é do próprio texto. Vide; “É o cúmulo das infâmias”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d'Angola clamando no deserto ... Op. Cit.*, pp. 103.

³⁶⁵ “É o cúmulo das infâmias”. In: *Idem*, pp. 103.

³⁶⁶ “Réplica”. In: *Ibidem*, pp. 50.

O seu mau sonho, o seu pesadelo constante é o *preto*, o miserável, o infame, que não trabalha, que deve ser espancado, morto ou deportado. A este respeito, uma pergunta: o articulista não terá visto ainda os productos do trabalho indígena que atulham os paquetes para a Europa?”³⁶⁷.

Nesta direção, o cônego Antônio José do Nascimento afirmava ser impossível que o articulista não tivesse visto o “*indígena*” trabalhar, mas “*como o articulista está cego pela raiva, ponha as lunetas e leia o Relatório do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro de 1893*”, documento que mostrava o quanto o “*indígena*” havia trabalhado em sua construção. O autor também se utilizou de cifras da alfândega: para o anos de 1898 haviam sido exportados 7.169:128\$538 réis, “*a grande maioria é o produto do trabalho, indústria ou commercio indígena*”. E insinuando que o articulista da *Gazeta de Loanda* estava mentindo, escreveu em tom firme: “*Aprenda ahi como os homens de bem amam a verdade*”³⁶⁸.

Nessas descrições detalhando as diversas funções desempenhadas pelos nascidos em Angola, os autores sustentam que a economia da colônia era fruto do trabalho dos africanos. Algumas dessas demonstrações citavam dados produzidos pela administração colonial portuguesa, expondo a inconsistência de se considerar os africanos “indolentes” uma vez que o próprio estado colonial reconhecia o seu trabalho.

Atrelada às diversas desconstruções acerca da suposta indolência dos africanos, torna-se evidente que o trabalho dos “indígenas” era explorado pelos portugueses. Aos africanos caberia o trabalho árduo e um salário baixíssimo, enquanto os portugueses enriqueciam. Em “Á contra a lei, pela grey” Pascoal José Martins pergunta: “*Quem o nega [o trabalho dos africanos], será o articulista que sem o negro as amarellas não lhe cahiriam no bolso?*”³⁶⁹. Segue o mesmo sentido a consideração feita por Mario

---

³⁶⁷ “Preconceitos”. In: *Idem*, pp. 84.

³⁶⁸ “Solemnia Verba”. In: *Idem*, pp. 18-20.

³⁶⁹ “Á contra a lei, pela grey”. In: *Ibidem*, pp. 28.

Castanheira Nunes, autor de “Replica”: *“Ninguem, nem mesmo a brincar, pode contestar que não seja o preto a machina do branco, e que a este lhe faz todo o serviço; tendo como pagamento o chamarem de indolente, ou darem-lhe ainda por cima alguma carga de chicote (...)”*³⁷⁰.

Mario Castanheira Nunes, em outro trecho do artigo³⁷¹, salientava que a exploração do trabalho do “preto” pelo “branco” subtraía do primeiro a condição humana, equiparando-o a um objeto. Nessa visão, o “preto” mais que uma ferramenta qualquer, trabalha incansavelmente, como “machina”, que só para quando quebra. Assim, o autor cria uma imagem oposta a preguiça: o trabalho frenético, pago com humilhações de toda ordem e com a crueldade dos castigos físicos.

Em “Confrontos”, de João d’Almeida Campos, lê-se: *“Num paiz onde as leis promulgadas se não teem cumprido, especialmente as attinentes ao adiantamento da raça preta, onde a escravisação é norma inalterável (...)”*³⁷². É digno de nota que o autor tenha escrito “escravização”, referindo-se ao ato de escravizar a “raça preta”. Ora, se um indivíduo é passível de ser escravizado, pode se entender que nasceu livre e foi submetido a escravidão (“escravizado”), por um ato de força que extirpou a sua liberdade. Por trás dessa afirmação está um argumento das revoluções do século XVIII: a ideia que todo o indivíduo nasce livre.

O cônego Antônio José do Nascimento, em “Solemnia Verba”, ao tratar da escravidão no “paiz”, *“onde o individuo esta transformado em instrumento miserável de sordidos interesses”*, a descreve como algo que *“repugna ás mais generosas aspirações*

---

³⁷⁰ “Replica”. In: *Ibidem*, pp. 51.

³⁷¹ A mesma associação é realizada em uma passagem anterior “Que quer mais o articulista exigir do preto, essa machina do branco, para, com toda a imprudência e descaro o acusar de indolente?”. Vide: “Replica”. In: *Idem*, pp. 50.

³⁷² “Confrontos”. In: *Idem*, pp. 91.

da humanidade”. A partir de então, o autor traçou algumas considerações históricas acerca da escravidão em Angola. Sem citar fontes, afirmou que embarcaram centenas de milhares de escravos oriundos de Angola rumo ao Brasil até a proclamação do decreto de 10 de dezembro de 1836, proibindo o tráfico nas colônias portuguesas ao sul do Equador. Destacou o protagonismo do Marquês de Sá da Bandeira, na época ainda Visconde de Sá da Bandeira, na elaboração e aprovação da legislação contra o comércio atlântico de escravos.

Antônio José do Nascimento citou os “livros da fazenda pública”, onde eram comparados os dados da economia de Angola pouco antes da proibição do tráfico (tendo como exemplo o ano de 1834) e logo após a abolição da escravidão em Angola em 1869, analisando as tabelas referentes aos anos de 1870 e 1871, quando a província apresentou maior prosperidade econômica. A conclusão expressa nos “livros” é que o avanço econômico da província *“proveiu da abolição do commercio de escravos”*³⁷³, reforçando a premissa liberal de que a liberdade fazia o trabalho render mais. Esta posição é compartilhada por outros autores da obra.

O Marquês de Sá da Bandeira é muito citado ao longo de toda a obra. Descrito como *“prestimoso cidadão, que consumiu a maior parte da sua vida pública na libertação dos povos ultramarinos, deixou seu nome vinculado á mais importante obra, que a humanidade póde proclamar”*³⁷⁴, o Marquês de Sá da Bandeira era visto como um aliado, um defensor do trabalho livre. O cônego Antonio José do Nascimento lamentava que este político e estadista português *“não conseguiu tudo, pois consentindo-se a locação dos serviços, foi o indígena colocado fora da lei comum”*³⁷⁵, referindo-se a

---

³⁷³ “Solemnia Verba”. In: *Ibidem*, pp. 17.

³⁷⁴ *Idem*.

³⁷⁵ *Idem*.

legislação anterior sobre o trabalho dos “indígenas”, que determinava contratos de trabalho especiais para os nascidos em Angola³⁷⁶.

Após criticar fortemente a exploração do trabalho dos africanos na província e defini-lo como escravidão, defender o trabalho livre por razões econômicas parece contraditório. Apesar de não anunciar explicitamente o que pretendia, ao tratar do trabalho “indígena” *Voz d’Angola clamando no deserto* tece uma crítica ao Regulamento do Trabalho dos Indígenas (1899), ressaltando que os “*novos regulamentos*” faziam com que o indígena “*seja ainda vexado e escravizado*”³⁷⁷.

Além disso, criticou obrigatoriedade do trabalho, que respaldada pelo Regulamento do Trabalho dos Indígenas, estabelecia que o “indígena” que se recusasse a trabalhar seria compelido pelo Estado a fazê-lo, como forma de imprimir maior dinamismo à economia da colônia. Criticou ainda um dos principais objetivos do Regulamento de fazer com que os africanos se tornassem “*cooperadores úteis de uma exploração mais ampla e intensa da terra*”³⁷⁸. Quando Antonio José do Nascimento sustentava que o trabalho livre era mais lucrativo que o trabalho escravo amparado pelos dados produzidos pela própria administração colonial, procurava mostrar que o trabalho livre superava em ganhos o trabalho escravo.

O terceiro protesto de *Voz d’Angola clamando no deserto* se referia a afirmação feita pelo autor anônimo da *Gazeta de Loanda* em artigo publicado no quinto número do jornal. Nele procurava justificar os argumentos apresentados em “Contra a lei, pela grey” escrevendo: “*Perspicazes, apesar da falta de instrução, são pretos, civilizados (...). Não*

---

³⁷⁶ Para saber mais sobre contratos de trabalho, ver no primeiro capítulo as leis proclamadas entre 1869 e 1875. Sobre o mesmo assunto conferir TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

³⁷⁷ “Confrontos”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 92.

³⁷⁸ “Regulamento do Trabalho dos Indígenas”. *BGGPA... Op. Cit.*, pp. 66-76.

são estes a quem me referi, mas sim ao preto boçal”³⁷⁹. O articulista sustentava que em função do contato que os “filhos do país” tinham com os europeus, partilhando por isso alguns valores em comum, não eram o alvo de sua crítica. Suas palavras teriam sido dirigidas aos africanos que viviam nas comunidades étnicas isoladas do contato com o europeu e aos africanos que habitavam Luanda e outras cercanias do litoral, mas que não adotavam os preceitos da cultura europeia.

Segundo o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa* de Caldas Aulete (1881), o termo “boçal” significa “*estúpido, rude, inculto, ignorante*”³⁸⁰. E quando utilizado pela *Gazeta de Loanda*, designava um indivíduo que não comportava os códigos e valores culturais europeus. O binômio “civilizado” (contraposto à “boçal”) provém do termo “civilização”, definido pelo *Diccionario* como: “*ação de civilizar. Grande perfeição do estado social, que se manifesta na sabedoria das leis, na brandura dos costumes, na cultura da intelligencia e no apuro das artes e industrias*”³⁸¹.

A primeira reação dos autores da obra diante dessas afirmações foi de ultraje e revolta, como fica registrado por Carlos Botelho de Vasconcellos em “Um protesto”:

Quer nos convencer o articulista que a idéa não foi ofender o preto civilizado, mas sim o preto boçal que precisa de uma lei rigorosa e simplesmente sua!

É irrisória, se não é atrevida a idéa; a lembrança devia ser premiada com chinelladas, como se fazem ás creanças, quando se tornam renitentes e traquinas.³⁸²

Eusébio Velasco Galiano, em “Quis eritis?”, sustentava que “*sobretudo o preto boçal se parece com o branco civilizado e com o branco boçal na alma*”, lembrando que

---

³⁷⁹ *Gazeta de Loanda* apud: “É o cumulo das infâmias”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 107.

³⁸⁰ “Boçal”. In: AULETE, Caldas (dir.); VALENTE, Antonio Lopes dos Santos (dir.). *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, vol. I.

³⁸¹ “Civilização”. In: *Idem*.

³⁸² “Um protesto”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 78.

“*Deus insulou neste barro*” todos os homens³⁸³. Mario Castanheira Nunes, em “Réplica”, afirmava que “*O preto boçal, com toda a sua boçalidade, não é assassino, nem ladrão. Esta asserção, provam-na as estatísticas officiaes; o que não succede com o branco boçal, que é gatuno e assassino, por condição; envenenador e falsificador por ambição, e gatuno por vicio*”³⁸⁴.

Estes trechos de *Voz d’Angola clamando no deserto*, mostram a ambiguidade da obra ao recusar a inferioridade do africano, ao mesmo tempo em que usa o termo “boçal” para se referir aos “indígenas” não familiarizados com os valores e padrões da cultura urbana europeia. Ao se utilizarem do binômio civilizado/boçal estabelecido pelo colonizador deixavam transparecer categorias como essas que implicavam em distinção social que colocava os “filhos do país” letrados como elite cultural o que os distanciava dos demais nascidos em Angola.

Para os autores do livro a forma de superar a diferença entre “boçais” e “civilizados” seria tornar civilizados todos os nascidos em Angola, possível por meio do “ensino” ou “instrução” dos conhecimentos da cultura erudita europeia, tarefa que caberia ao governo português, como destacou Eusébio Velasco Galiano, autor de “Quis eritis?”:

Os filhos das colonias de Portugal, principalmente os de Angola, onde se escrevem e lêem de algum modo, é devido á sua inclinação natural pelo saber, e não á instrucção, pois que esta lhe não é dada pela metropole, nem consentem que ella tenha lugar na província para não habilitar o cidadão a conhecer os seus direitos e compreender os seus deveres (...).³⁸⁵

Nesta perspectiva, Augusto Silvério Ferreira em “Agora nós”, conta que já fora operário, mas que “as injustiças” o forçaram a abandonar este trabalho. O autor aponta alguns estabelecimentos de ensino necessários em Angola:

---

³⁸³ “Quis eritis?”. In: (VÁRIOS AUTORES). *Voz d’Angola clamando no deserto... Op. Cit.*, pp. 88.

³⁸⁴ “Réplica”. In: *Idem*, pp. 53.

³⁸⁵ “Quis eritis?” In: *Idem*, pp. 87.

É sensível a falta d'um lyceu que faria desaparecer o homem inculto; mas é exactamente isto que os brancos da *Gazeta* querem. Não há estabelecimento d'uma officina onde se forme o torneiro e o serralheiro, o carpinteiro e o fundidor; o operário. É de urgência a formação d'uma escola de música e pintura; de dança e desenho, d'onde sahia o artista!

Mas que se não illuda nunca o litterato, o artista, o operário; que se não estabeleça o parallelo da cor, antes se faça somente o confronto das aptidões.³⁸⁶

Ao apresentar os argumentos dos dois autores para criar estabelecimentos de ensino é possível perceber como se aproximavam do significado de “civilização” apresentado, em 1881, pelo *Diccionario* de Caldas Aulete. Reivindicações como receber “instrução” para “conhecer os seus direitos e compreender os seus deveres”, a criação de um “lyceu que faria desaparecer o homem inculto”, criação “d'uma officina” para formar artífices e a criação de “escola de música e pintura; de dança e desenho”, se parecem respectivamente com as definições do *Diccionario*: “sabedoria das leis”, “cultura da inteligência”, “apuro das industrias”, “apuro das artes”.

Esse entendimento, reiterado nos demais artigos da obra, expressa uma ambivalência. Contudo, quando avaliada essa posição à luz de sua época, fica claro que essa ambivalência não se restringia à *Voz d'Angola clamando no deserto*. Mario Pinto de Andrade ao analisar associações de carácter contestatório na década de 1910, como a Junta de Defesa dos Direitos da África (JDDA), criada por “africanos portugueses”, como se definiam seus membros, nota essa mesma ambivalência nos discursos. Ao passo que os associações exaltavam as qualidades e “capacidade dos negros em guindarem-se às altas esferas do saber”, defendiam a necessidade de “civilizar” os “indígenas” e inseri-los na cultura ocidental³⁸⁷.

---

³⁸⁶ “Agora nós”. In: *Ibidem*, pp. 69-70.

³⁸⁷ ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, pp. 93.

Em *Voz d'Angola clamando no deserto*, a demanda por instituições de ensino, vistas como um meio para a “civilização” vem acompanhada de uma crítica ao governo colonial. Para os autores, o ensino era uma obrigação que o governo não cumpria com os nascidos em Angola. Retomando o fragmento citado anteriormente de “Quis eritis?”, atribuído a Eusébio Velasco Galiano, é perceptível que o autor acredita que a “instrução” não era oferecida para que fosse possível manter certo controle sobre a população que vivia na colônia (“[a] instrução (...) não é dada pela metropole, nem consentem que ella tenha lugar na província para não habilitar o cidadão a conhecer os seus direitos e compreender os seus deveres”³⁸⁸).

Todos os artigos da obra sustentam que o “ódio de raça”, a escravização do “indígena” e a ausência de “civilização” eram o legado dos quatrocentos anos de dominação portuguesa. Eusebio Velasco Galiano qualificou a ação de Portugal em Angola como um “crime este de leza civilisação, deixando estacionaria a colonia riquissima quasi em tudo, e que só a incuria tradicional dos governos explica este estado de coisas desde a sua conquista”³⁸⁹. José Carlos de Oliveira em “Preconceitos”, afirma que “depois de 400 annos de descoberta”, “a Africa portugueza [está] espesinhada, escravizada, sem luz e abandonada crimosamente pelos seus conquistadores a uma ignorância de que não é culpada (...)”³⁹⁰. Apesar de identificarem que a situação na qual Angola e a “África Portuguesa” se encontravam era responsabilidade do colonialismo português, os autores acreditavam que o problema não estava na ocupação colonial. Pelo contrário: como foi demonstrado, a presença europeia era vista como algo que poderia ser benéfico, pois traria consigo a “civilização” para Angola. A crítica dos autores recaía sobre a herança que Portugal legava à província. Por exemplo, Pascoal José Martins (“Á

---

³⁸⁸ “Quis eritis?” In: *Ibidem*, pp. 87.

³⁸⁹ *Idem*, pp. 88.

³⁹⁰ “Preconceitos”. In: *Idem*, pp. 82.

Contra a lei, pela grey”) após criticar os “*mais de 400 annos de occupação*” portuguesa ressaltava que o viajante inglês Verney Lovett Cameron encontrou em Bagamoio, “*aldeia insignificantíssima*” duas escolas, sendo uma delas frequentada por mais de trezentos alunos e uma terceira sendo construída. O autor pergunta: “*Quando se viu por cá isto?*”³⁹¹. Essa abordagem demonstra o que já foi afirmado: a oposição ao colonialismo português não era necessariamente uma oposição a toda experiência colonial.

Como alternativa para se livrar do ódio de raça, da escravização e da ausência de um projeto civilizatório, mazelas provenientes da presença colonial portuguesa, alguns autores propõe a ruptura com Portugal.

A mais tímida das abordagens no que tange a “emancipação da colônia” foi realizada por Eusebio Velasco Galiano em dois momentos de “*Quis Eritis?*”. No primeiro deles o autor teceu uma réplica à asseveração da *Gazeta de Loanda* que estava por vir “*um futuro de acerbos provações á colonia portugueza*”. Para ele, “*se por aquellas phrases da a entender a emancipação da colônia, esta consumir-se-há quando os elementos estiveram sazonados*”³⁹². Eusébio Velasco Galiano não especificou quais eram os “elementos”, mas considerou a emancipação como algo fadado a acontecer. O autor também fez uma longa citação do jornalista republicano Francisco Mayer Garção, crítico da atuação colonial. Este português alegava que em função da atuação “*odiosa*”, despida do “*cunho nobre*” que deveria possuir, nasce no “nativo” o “*desejo humano da independência que revela no homem a única causa, porque elle o merece ser*”³⁹³.

---

³⁹¹ Bagamoio, ou Bagamoyo de acordo com sua grafia contemporânea, foi a capital da antiga África Oriental Alemã. A região aonde a cidade está situada atualmente pertence à Tanzânia. “*Á Contra a lei, pela grey*”. In: *Ibidem*, pp. 29.

³⁹² “*Quis eritis?*” In: *Idem*, pp. 89.

³⁹³ “*Quis eritis?*” In: *Idem*, pp. 90

No artigo de Apolinário Van Dunem “É o cumulo das infâmias”, a proposta para quebrar o vínculo com Portugal aparecia como uma ameaça de “separatismo”, termo utilizado na época para apontar que o ideal da emancipação era defendido pelos “filhos do país”. Com boa dose de passionalidade, o autor atrelava a eminência de um “movimento separatista” por parte dos nascidos em Angola ao acirramento das disputas entre colonos e “filhos do país”.

“(…) Angola teve e ainda tem filhos dignos e que pela sua ilustração, intelligencia e procedimento, estão muito além de todos da sua estofa e é por isso que se lhes nega a instrução litteraria pelo receio de que elles se tornem tanto mais illustrados, quanto o são os filhos de Portugal, e não é menos verdade que entretendo a ignorancia da província por uma especulação sórdida, fazem d’isto um grande nicho para a collocação dos afilhados em detrimento do functionalismo indigena sempre preterido, com raríssimas excepções feitas á influencia de governadores justiceiros, porque Portugal não quer presenciar um movimento separatista.”³⁹⁴.

A emancipação de Angola foi tratada pelo cônego Antonio José do Nascimento como um evento incontornável, um verdadeiro devir. Assim como outros autores, “líder do movimento *Voz d’Angola clamando no deserto*” percebe que ao governo colonial interessa manter a opressão sobre os “indígenas” e sobre os “filhos do país” (os “mais habilitados”) para manter Angola subjugada e suscetível às arbitrariedades do colonizador. Escreveu:

A maior parte dos políticos não quer ver o indígena inteiramente civilizado, instruido e illustrado, entregue á sua natural e inteira liberdade, regulada pelas leis, para poder trabalhar com estímulo do seu proprio alvedrio, exprimir os seus pensamentos desafogadamente, reconhecer os seus direitos, porque o fim da politica é rebaixar e assassinar o nivel intellectual do indígena, para haver sempre o pretexto de preterir, e praticar as mais flagrantes injustiças, ainda aos mais habilitados, e assim procrastinar a época da emancipação da colonia, que, a nosso ver, é inevitável por mais artimanhas políticas que se possam inventar, pois que os acontecimentos apresentam-se pela evolução dos tempos, pois ninguém tinha pensado que os haitianos, raça negra, lutando a favor da sua independência, haviam de sacudir o jugo francez. E por este motivo, a civilização mesmo no litoral tem sido lenta.³⁹⁵

---

³⁹⁴ “É o cúmulo das infâmias”. In: *Ibidem*, pp. 107.

³⁹⁵ “Solemnia Verba”. In: *Idem*, pp. 22-23.

Diferente de tantas passagens na obra na qual se estabelece uma relação de distanciamento entre “civilizados” e “não civilizados”, o cônego ao mesmo tempo que os distingue, também os coloca como os que sofrem os efeitos das tiranias. Ao contrário de Eusébio Velasco Galiano e de Apolinário Van Dunem, não condicionava a emancipação a nenhuma situação em particular. Considerava que ela ocorreria porque estava destinada a ocorrer. Não pode deixar de ser notado o uso da primeira pessoa do plural ao tratar da questão (“[a] emancipação da colônia, que, a nosso ver, é inevitável”). Tendo em vista que Antônio José do Nascimento era o líder do “movimento *Voz d’Angola clamando no deserto*”, seria este recurso uma alusão a visão do conjunto dos autores, ou apenas um recurso retórico? Por sua vez, se nos demais artigos da obra a emancipação não chega a ser afirmada, ela também não é negada.

Por fim, foram feitas duas menções ao Haiti, lembrando a revolução na qual escravos originários da África e mestiços livres derrotaram a presença colonial europeia, apresentada como prova de que Angola era capaz de fazer o mesmo, a despeito do que a *Gazeta de Loanda* ou qualquer adepto do ódio de raça falasse da condição sub-humana dos africanos.

O último dos onze artigos, “É o cumulo das infâmias” de Apolinário Van Dunem, realiza em seus últimos parágrafos um apelo aos demais “angolanos”, termo que ainda não tinha uso corrente, “*pela extraordinária sensibilidade que me causou a nova de muitos de vós se terem esquivado a partilhar na publicação d’este folheto*”³⁹⁶. Pede que deixem de lado o apego às suas posições apenas ao governo. O pedido também invoca os “*indígenas*”, como qualifica o autor, que não se julgavam atingidos pelos insultos da *Gazeta de Loanda* por não terem a “*costella negra, deveríeis ao menos lembrar que*

---

³⁹⁶ “É o cúmulo das infâmias”. In: *Ibidem*, pp. 110.

fazendo-o, não seria por vós, mas pelos vossos antepassados que certamente descenderam da costella negra”³⁹⁷. Aceitar uma ofensa a um “filho de Angola” seria dar às costas aos seus e às suas origens.

Partindo para os extremos

Ao comparar os discursos proferidos na polêmica do “ódio de raça” como parte dos embates travados em 1893, entre Dantas Baracho e o cônego Antônio José do Nascimento, e em 1901, entre a *Gazeta de Loanda* e *Voz d’Angola clamando no deserto*, é notória a radicalização de ambos os lados. Em 1893, Dantas Baracho convicto da inferioridade dos africanos, defendia que vivessem sob leis específicas e que fossem impedidos de ocupar cargos públicos. Antônio José do Nascimento replicava afirmando que as ideias do deputado semeavam a desunião, exaltava as competências e o trabalho árduo dos “indígenas” e enaltecia a importância de uma educação formal, vista como uma forma de libertação.

Passados oito anos o cenário já havia se modificado consideravelmente. A imprensa fora cerceada e havia sido criada uma legislação específica, o Regulamento do Trabalho dos Indígenas, instrumento de controle do tempo e das atividades dos nascidos em Angola, para torna-los “úteis” na exploração da terra. No ano de 1901, a *Gazeta de Loanda* publicou “Contra lei, pela grey”, artigo que colocava os africanos como sub-humanos. É neste ponto sombrio que o jornal foi além dos argumentos de Dantas Baracho.

Meses depois foi publicado *Voz d’Angola clamando no deserto*, livro que rebatia o jornal e reivindicava mudanças. Assim como o cônego Antônio José do Nascimento já havia feito em anos anteriores, a obra afirmava a igualdade entre seres humanos,

---

³⁹⁷ *Ibidem.*

independente de “raça” que pertencia; refutava que as características físicas estivessem aliadas a traços de personalidade, mostrando que os africanos trabalhavam arduamente e eram brutalmente explorados; e insistia na importância do ensino.

Além do tom crescente de radicalização, a principal diferença entre os escritos publicados por “filhos do país” no intervalo de oito anos está na forma como encaravam Portugal. Vale lembrar que em 1893, o religioso já havia escrito no *Commercio d’Angola* que as palavras de Dantas Baracho tinham como fim “*semear odios entre os subditos de uma mesma nação*”³⁹⁸. Em *Voz d’Angola clamando no deserto*, a metrópole foi responsabilizada pelo que havia de mais nefasto em Angola: o “ódio de raça”, a escravização dos “indígenas” e a ausência de estabelecimentos de ensino, que aos olhos dos autores, “civilizariam” os africanos.

Apesar de seus pontos ambíguos, a obra colocou colônia e metrópole em lados opostos. Em nenhum momento os autores apontaram uma saída conciliadora ou nutriram esperanças que seus protestos fossem atendidos.

---

³⁹⁸ *Commercio d’Angola*, a.2, no. 35, 04/05/1893.

Considerações Finais

Ao longo desta dissertação de mestrado, procurei apresentar a trajetória dos “filhos do país” em Luanda no século XIX, bem como sua produção escrita cujo ponto de destaque é a obra *Voz d’Angola clamando no deserto* (1901). A título de considerações finais, é possível adentrar no debate sobre o caráter dessa obra, mais particularmente a discussão quanto à natureza emancipatória ou não de *Voz d’Angola clamando no deserto*. Analisando as interpretações produzidas por estudiosos de tema, identifiquei duas principais correntes com ideias e argumentos divergentes. Por um lado, há os que caracterizam a obra como emancipatória, ou seja, veem nela uma defesa da independência³⁹⁹. Por outro lado, há quem sustente que a emancipação de Angola aparece, tanto em *Voz d’Angola clamando no deserto* como nos outros escritos dos “filhos do país”, apenas como expressão de ressentimento por seu descenso social. Em outras palavras, não haveria ali um real vontade de independência, mas sim descontentamento⁴⁰⁰. Os resultados apresentados dessa pesquisa permitem dizer que ambas as correntes tem certa razão.

A tese que sustenta a caracterização de *Voz d’Angola clamando no deserto* como uma obra de caráter emancipatório se confirma em parte porque de fato há menções à ruptura com Portugal. Vale lembrar que a emancipação não era uma ideia nova: conforme exposto, ela já estava presente, por exemplo, em artigos do “filho do país” José Fontes Pereira. Reafirmo que *Voz d’Angola clamando no deserto* contém os artigos “Solemnia Verba”, de Antonio José do Nascimento, “Quis eritis?” de Eusébio Velasco Galiano e “É

---

³⁹⁹ Defendem essa tese Carlos Ervedosa (1979), Mario Antônio Fernandes de Oliveira (1985) e José Luís Pires Laranjeira (1995), como exposto na Introdução dessa dissertação.

⁴⁰⁰ É esta a interpretação de Jill Dias (1984), tal como tratado na Introdução dessa pesquisa.

o cúmulo das infâmias” de Apolinário Van Dúnem, todos fazendo inequívoca menção à emancipação de Angola, embora cada qual com tônica distinta. Contudo, por si só, isso não é suficiente.

A leitura da obra e a compreensão do argumento pró-ruptura em seu contexto, torna possível notar que a defesa da emancipação não era sua motivação central. Apenas três dos onze autores a mencionam de forma explícita, embora todos se mostrem críticos ao estado colonial português em Angola. Além disso, nenhuma das três referências apresenta argumentos em prol da organização de um movimento político visando à ruptura com a situação colonial. Mesmo quando se faz menção à Revolução Haitiana, por meio da descrição de Antônio José do Nascimento, como exemplo de que os negros podem se libertar da dominação europeia⁴⁰¹, não leva ao arrebatamento de pensar uma luta de libertação em Angola. A mais incisiva das manifestações aparece no artigo “Solemnia Verba”, em que Nascimento relaciona a exploração do trabalho dos africanos com a presença portuguesa em Angola, considerando a emancipação como uma inevitabilidade histórica que se concretizaria em uma temporalidade indefinida.

Por seu turno, a tese oposta também encontra sustentação. A análise histórica apresentada no primeiro capítulo de *Voz d'Angola clamando no deserto* sustenta que os “filhos do país” fizeram suas críticas para defender seus interesses como grupo em descenso econômico desde os anos de 1840, em consequência da proibição do tráfico de escravos, buscando um novo meio de ganho nos cargos da administração colonial, do qual vinham sendo alijados pela imigração portuguesa incentivada pelo e para enraizamento do estado colonial em Angola. Encarando a situação dos “filhos do país”

---

⁴⁰¹ “Solemnia Verba”. (VÁRIOS AUTORES). *Voz d'Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes*. Luanda: 1ª. Ed: Lisboa, 1901, pp. 22-23.

por este enfoque, pode-se afirmar que a crítica ao estado colonial português é movida por interesses particulares concretos.

Contudo, penso que não se trata apenas disso. As fontes consultadas permitem uma análise de *Voz d'Angola clamando no deserto* reveladora de uma crítica ampla ao colonialismo português. Foram denunciados o “ódio de raça” e as condições de trabalho a que estavam submetidos os africanos pelo Regulamento do Trabalho dos Indígenas (1899), problemas que afetavam todos os considerados “indígenas” em Angola. Mario Castanheira Nunes, em “Réplica”, afirmou que o “*preto*” era “*machina*” do “*branco*” por seu trabalho incessante, pelo qual era pago com um salário ínfimo e ainda tachado como “*indolente*”⁴⁰². Assim, seria exagerado dizer que *Voz d'Angola clamando no deserto* expressa apenas a preocupação dos “filhos do país” com sua situação social e econômica. A obra denuncia o opressivo regime de trabalho ao qual os “indígenas” estavam submetidos, que os autores consideram uma forma de “escravização”. Por exceção explícita do Regulamento do Trabalho dos Indígenas, nenhum dos “filhos do país” estava sujeito ao regime de trabalho forçado, evidenciando que suas atenções iam além do horizonte de seus interesses enquanto grupo. Ademais, os argumentos brandidos contra o discurso do “ódio de raça” trazidos pelos números quatro e cinco do jornal *Gazeta de Loanda*, apesar da ressalva deste de que sua intenção não era se dirigir ao “preto civilizado”, demonstram que os autores de *Voz d'Angola clamando no deserto* tinham consciência de ser objeto das mesmas discriminações sofridas por qualquer homem tido como não-branco aos olhos do estado colonial português.

A obra vai além ao perceber o quanto os temas contra os quais protesta - “ódio de raça”, trabalho “indígena” e o ensino em Angola - estavam alinhavados. Os autores

---

⁴⁰² “Replica”. (VÁRIOS AUTORES). *Voz d'Angola clamando no deserto... Op. Cit*, pp.51.

compreendem que a importância do trabalho dos africanos era negada pelos portugueses com base no preconceito racial, segundo o qual os africanos seriam preguiçosos. O Regulamento do Trabalho dos Indígenas partia desse preconceito alargado com o etnocentrismo para justificar a instituição legal das formas de trabalho compulsório. Ao perceber que o “ódio de raça” era o elemento necessário e suficiente para fundamentar ideologicamente esse regime de exploração do trabalho, a obra denuncia o seu caráter concreto, qual seja, de “escravização” e usurpação da dignidade dos africanos⁴⁰³.

Por sua vez, a ausência de estabelecimentos de ensino na colônia foi, na visão dos autores, um mecanismo de controle cujo objetivo era impedir os africanos de conhecer e pleitear seus direitos. Cientes de que o ensino lhes conferiria uma condição de “livres” e “iguais”, os nascidos em Angola lutariam contra a “escravização” imposta pela prática administrativa atrelada ao Regulamento.

Assim como *Voz d'Angola clamando no deserto* ganha lugar de destaque entre as publicações de seu tempo pelas duras críticas que faz ao colonialismo português, não escapa das ambiguidades do grupo que a produziu. Revelador disso é a crença manifestada pelos autores de que essa situação se dava porque os colonizadores eram portugueses, não necessariamente porque eram parte dos mecanismos da colonização como um todo. Esta é uma limitação da obra: a crítica se volta contra a colonização portuguesa e não contra a colonização em si. Exemplifica esta afirmação o artigo de Pascoal José Martins, “Á Contra a lei, pela grey”, que se mostrava simpático a colonização alemã por essa implantar escolas em seus territórios.

Os autores, “filhos do país”, defendiam a necessidade de se “civilizar” os africanos. Antes deles, Joaquim Dias Cordeiro da Matta, dedicado a criar gramáticas e

---

⁴⁰³ Ver por exemplo, *Ibidem*.

coletar provérbios em kimbundu, fazia uma afirmação similar ao reclamar da dificuldade de vingar a “civilização” nos “sertões de África”⁴⁰⁴. O aprendizado da cultura segundo os padrões ocidentais europeus é, portanto, considerado um valor que os portugueses não proviam. Assim, é na abordagem do tema “ensino” que os limites e ambiguidades da obra se revelam com mais acuidade.

Apesar disso, se em *Voz d’Angola clamando no deserto* não há qualquer menção à cultura africana, sua presença no cotidiano dos “filhos do país” é atestada pelos termos em kimbundu utilizados na obra, ainda que sejam poucos e em apenas alguns artigos. O uso da terminologia empregada na obra, e já referenciada nesta dissertação, revela um dado importante: ao se identificarem como “indígenas” os autores marcam sua condição de nascidos em Angola, se igualando, nesse aspecto, aos demais africanos da colônia. Contudo, quando fazem uso dos vocábulos “boçais” e “gentio” eles se distanciavam dos africanos que não adotavam os valores europeus, o que correspondia à grande maioria dos nascidos em Angola.

Enfim, é possível afirmar que *Voz d’Angola clamando no deserto* foi uma obra síntese de sua geração, apresentando as questões que circulavam pelos diversos órgãos da imprensa de Luanda em fins do XIX e inserindo-as em um plano mais amplo ao mostrar o quanto essas questões estavam relacionadas. Retomando a questão sobre a qual os intérpretes divergem - *Voz d’Angola clamando no deserto* é ou não uma obra emancipatória? - os resultados dessa pesquisa indicam ser possível afirmar que a emancipação de Angola aparece como um resultado histórico inevitável, porém indefinidamente distante, não sendo proposta nenhuma alternativa para tornar essa emancipação possível. Além disso, embora se solidarizem e defendam os demais

---

⁴⁰⁴ CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. *Apud*: OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes de. *A Formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: IN/CM, 1997.

africanos, não se identificam plenamente com eles. Em resumo, *Voz d'Angola clamando no deserto* foi tão longe quanto às ambiguidades do grupo que a produziu permitiu e sua análise - e sobretudo a falta de análise de diversos aspectos- abre caminhos para reflexões mais aprofundadas acerca das circunstâncias e do modo como em várias conjunturas do século XX esses temas se transformam em questões de exclusões recíprocas que movem os movimentos pela libertação em Angola.

Verão de 2014

Referências

Fontes Documentais

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Departamento Geral do Ultramar (DGU),

no. 642, Pasta 42, 1871, Correspondência de Governadores, Angola.

no. 643, Pasta 43, 1872-1873, Correspondência de Governadores, Angola.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Departamento Geral do Ultramar (DGU), 1ª. Repartição,

no. 786, Pt-2, 1880, “Correspondência”, Angola.

no. 787, Pt-3, 1882-1883, Correspondência, Angola.

no. 788, Pt-4, 1884, Correspondência, Angola.

no. 789, Pt-5, 1885-1886, Correspondência, Angola.

no. 790, Pt-6, 1886, Correspondência, Angola.

no. 791, Pt-7, 1887, Correspondência, Angola.

no. 792, Pt-8, 1888, Correspondência, Angola.

no. 793, Pt-9, 1889, Correspondência, Angola.

no. 794, Pt-10, 1890, Correspondência, Angola.

no. 795, Pt-11, 1891, Correspondência, Angola.

no. 796, Pt-12, 1892, Correspondência, Angola.
no. 797, Pt-13, 1893, Correspondência, Angola.
no. 798, Pt-14, 1894, Correspondência, Angola.
no. 799, Pt-15, 1895, Correspondência, Angola.
no. 800, Pt (s/n), 1895, Correspondência, Angola.
no. 801, Pt-17, 1897, Correspondência, Angola.
no. 802, Pt-16, 1896-1898, Correspondência, Angola.
no. 803, Pt (s/n), 1899, Correspondência, Angola.
no. 804, Pt-20, 1900, Correspondência, Angola.
no. 805, Pt-21, 1901-1904, Correspondência, Angola.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Departamento Geral do Ultramar (DGU), 2ª. Repartição, nv. 660, Lv-4, 1897-1907, Registro de Correspondência.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Departamento Geral do Ultramar (DGU), 3ª. Repartição, no. 684, Lv (s/n), 1890-1901, Registro de Correspondência.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Gabinete do Ministro (GM),
no. 695, Lv-5-4553, 1898-1901, Telegramas, Angola.
no. 696, Lv-6-4534, 1898-1901, Telegramas, Angola.
no. 697, Lv-7-4535, 1901-1902, Telegramas, Angola.

Fontes Impressas

(VÁRIOS AUTORES). *Voz d'Angola clamando no deserto – Offerecida aos amigos da verdade pelos naturaes*. Luanda: 1ª. Ed: Lisboa, 1901.

(VÁRIOS AUTORES). *Voz de Angola clamando no deserto – Oferecida aos amigos da verdade pelos naturais*. Lisboa: Edições 70, 1984.

Biblioteca Nacional de Portugal

Periódicos:

O Angolense – a.1, no. 1, 16/09/1907; a.1, no. 1, 29/09/1917; a.1, no. 2, 06/10/1907; a.1, no. 3, 10/10/1907.

Arauto Africano – a.1, no. 1, 17/03/1889; a.1, no. 7, 26/04/1889; a.1, no. 9, 19/05/1889, a.2, no. 34, 20/01/1890.

Boletim do Governo Geral da Província de Angola – a.1870 – a.1902.

Commercio d'Angola - a.2, no. 30, 28/03/1893; a.2, no. 31, 05/04/1893; a.2, no. 35, 04/05/1893.

O Desastre - a.1, no. 1, 20/09/1889; a.1, no. 5, 15/01/1890; a.1, no. 11, 11/07/1890; a.4, no. 17, 07/05/1893.

O Echo D'Africa - a 1, no. 1, 03/04/1914; a 1, no. 2, 20/04/1914; a 1, no. 3, 20/05/1914; a 1, no. 4, 01/07/1914.

O Echo de Angola – a.1, no. 1, 12/11/1881; a.1, no. 4, 03/12/1881.

O Futuro d'Angola – a.3, no. 49, 21/10/1886, a.12, no. 206, 14/06/1894.

O Imparcial – a.1, no. 9, 21/06/1894.

O Mercantil – a.8, no. 442, 02/05/1877.

Muen'exi – a.1, no. 1, 02/06/1889; a.1, no. 2, 23/06/1889.

O Pharol do Povo – a.1, no. 6, 17/03/1883.

Propaganda Colonial – vol. I, fasc. 4, 1896.

Revista de Loanda – a.1, no. 1, 01/04/1896.

Obras:

ASSIS JUNIOR, Antonio de. *Dicionário kimbundu-português – linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Edição de Argente, Santos & Cia Ltda., 1941.

AULETE, Caldas (dir.); VALENTE, Antonio Lopes dos Santos (dir.). *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. 2 vols.

BARACHO, Dantas. *Alguns documentos sobre a minha missão na África*. Lisboa: Typographia Minerva Central, 1892.

BATALHA, Ladislau. *Angola*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889.

CASTELBRANCO, Francisco. *História de Angola. Desde o descobrimento até a implantação da República (1482-1910)*. Luanda: Typographia Lusitana, 1932.

ENES, António José. *Moçambique*. Lisboa: Agência do Ultramar, 3ª edição, 1946.

OLIVEIRA, Saturnino de Sousa et FRANCINA, Manuel Alves de Castro. *Elementos grammaticaes da língua Nbandu*. Loanda: Imprensa do Governo, 1864.

OLIVEIRA, Saturnino de Sousa. *Relatório histórico da epidemia de varíola que grassou Loanda em 1864*. Loanda: Typographia Universal, 1864.

SÁ DA BANDEIRA, Marquês de. *A emancipação dos libertos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa

CASTELBRANCO, Francisco N. R. (dir.) *Almanach Ensaaios Litterarios*. Loanda: 1901, 2 vols.

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FRANCO, Pedro da Paixão. *História de uma traição*. Porto: vol. I, 1911.

FRANCO, Pedro da Paixão. *História de uma traição*. Porto: vol. II, 1912.

Biblioteca Florestan Fernandes - USP

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1^a. a 19^a. séries, 1876-1901.

ASSIS JÚNIOR, Antonio de. *O segredo da morta*. Lisboa: Edições 70, 1979.

CHATELAIN, Heli. *Contos populares de Angola*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

CORDEIRO DA MATTA, Joaquim Dias. *Delírios*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

FERREIRA, José Silva Maia. *Espontaneidades da minha alma*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

_____. *Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Parreira, 1920.

TRONI, Alfredo. *Nga Mutúri: cenas de Luanda*. Lisboa: Edições 70, 1973.

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) – USP

CANNECATTIM, Bernardo Maria de. *Collecção de observações gramaticaes sobre a língua bunda ou angolense*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

NOGUEIRA, Antonio Francisco. *A raça negra*. Lisboa: Tipographia Nova Minerva, 1880.

SILVA, Innocencio Francisco da. ARANHA, Brito (continuador e ampliador).

Dicionário Bibliographico Portuguez Innocencio Francisco da Silva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908, vol. 19.

Biblioteca do Museu Paulista – USP

OLIVEIRA, Mario Antonio Fernandes de (org). *Angolana – Documentação sobre Angola*, 2 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968-1971.

AMORIM, Francisco Gomes de. *Ódio de raça*. Lisboa: Typographia Universal, 1869.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

_____. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África – século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

AMARAL, Ilídio. “Descrição da Luanda oitocentista, vista através de uma planta do ano de 1755”. Lisboa: *Garcia de Orta - Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*. Vol.9, no. 3, 1961.

AMARAL, Ilídio. *Luanda (estudo de geografia urbana)*. Lisboa: Memórias da Junta de investigação do Ultramar, 1968, nº 53.

_____. “Subsídios para o estudo da evolução da população de Luanda”. In: *Garcia de Orta - Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*. Vol. 7, nº 2, 1959, pp. 211-226.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia temática da poesia africana: na noite grávida de punhais*. Lisboa: Sá da Costa, 1975, vol. I.

_____. *Ideologias da Libertação Nacional*. Maputo: CEA - UEM, 1984-1985.

_____. *Origens do nacionalismo africano (1911-1961)*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BETHENCOURT e CHAUDHURI, F. e K. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para a África. (1808-1930)*. Navarra: Círculo de leitores, 2000, volume 4.
- Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Editora Paulus, 2003.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas. Trajectórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega, 1999.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARDOSO, Manuel da Costa Lobo. *Subsídios para a história de Luanda*. Luanda: Edição do Museu de Angola, 1954.
- CITELLI, Adilson. *O texto argumentativo*. São Paulo: Editora Scipione, 1994.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império Português (1825-1975)*. Lisboa, Editorial Teorema, 1985.
- COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a história colonial da África”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, julho 2008, pp. 21-73.
- CORRADO, Jacopo. “À procura das influências brasileiras na construção da cultura literária angolana: o caso de José da Silva Maia Ferreira”. *Anais do CIELLI – 1º Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários e 4º Colóquio*

_____. *The creole elite and the rise of Angolan proto-nationalism (1870-1920)*. Amherst: Cambria Press, 2008.

_____. "The rise of a new consciousness: early euro-african voices of dissent in colonial Angola." In: *E-Journal of Portuguese History*, vol.5, number 2, winter 2007.

DIAS, Jill. "Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico" In: BASTOS, Cristina. *Trânsitos coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 315-343.

_____. "Relações econômicas e de poder no interior de Luanda ca. 1850-1875". In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *Actas da I Reunião Internacional de História da África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, pp. 241-258.

_____. "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula de Angola entre 1870 e 1930". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 1, 1984, pp. 61-94.

DONATO, Lila. *A cidade portuguesa nas províncias ultramarinas: uma análise iconográfica comparativa: Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda*. 2009, 186 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, 2009.

ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. Lisboa: Edições 70, 1979.

FAGE, J. D. *A evolução historiográfica da África*. In: KI-ZERBO, Joseph (edit.). *História Geral da África I – metodologia e pré-história da África*. Brasília, UNESCO, 2010, pp. 1-22.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FIORIN, José Luís; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2006.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre; SILVA, Daniel Domingos da.

“Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”.

Afro-Asia, no. 31, 2004, pp. 83-126.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa:

Ministério da Cultura, 1986, vol. I.

_____. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa:

Ministério da Cultura e da Investigação Científica, 1977, vol. II.

_____. *No reino de Caliban*. s/l: Seara Nova, 1976

FERREIRA, Roquinaldo. “Escravidão e revoltas de escravos em Angola”. *Afro-Ásia*, no. 21-22, 1998-1999, pp. 9-43.

_____. “‘Ilhas crioulas’: o significado da mestiçagem cultural na África Atlântica”. *Revista de História*, 2006- 2º., no. 155, pp. 17-41.

FREUDENTHAL, Aida. “Um partido colonial – Partido Reformista de Angola – 1910-1912.” *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nºs. 8 e 9, Janeiro-Dezembro, 1988, pp. 13-57.

GÂMBOA, Fernando. *Os periódicos como fonte de pesquisa histórica. A imprensa escrita de Angola no século XIX*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1953.

GUIMARÃES, Ângela. “Transferência de poderes em África: o quadro jurídico – 1830-1870”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *Actas da I Reunião Internacional de*

História da África. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, pp. 99-114.

GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português : a Sociedade de Geografia de Lisboa : 1875-1895*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984.

HAMILTON, Russel G. *Literatura africana, Literatura necessária – Angola*. Lisboa: Edições 70, 1981, vol. I.

HAMMOND, R. J. *Portugal and Africa 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*. Standford: Standford University Press, 1966.

HENRIQUES, Isabel Castro. “Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870-1950)”. SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a instalação do sistema colonial (c.1885-c.1930) – III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: IICT - Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 71-90.

_____. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita a história contemporânea*. São Paulo, Summus Editorial, 2008.

_____. “Elites africanas, a circulação de idéias e o nacionalismo anticolonial”. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexsander; BITTENCOURT, Marcelo. (Org.). *África passado e presente: II Encontro de Estudos Africanos da UFF*. 1ª. ed. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010, pp. 33-40.

_____. *Os filhos da terra do sol – formação do estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus editorial, 2002.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVOS. *Guia de fontes para a História de África*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - Fundação Oriente 1991.

KI-ZERBO, Joseph. “Introdução geral”. In: KI-ZERBO, Joseph (edit.). *História Geral da África I – metodologia e pré-história da África*. Brasília, UNESCO, 2010, pp. XXXI – LVII.

KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2000.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola – subsídios para a sua história*. Luanda: CITA, 1964.

LOURENÇO, João Pedro da Cunha. “A dinâmica e o estatuto dos jornalistas em Angola no período da imprensa livre (1866-1923)”. Consultado em: 15/04/2011.
Disponível em: [http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/170-a-din%C3%A2mica-e-o-estatuto-dos-jornalistas-em-angola-no-per%C3%ADodo-da-imprensa-livre-1866-1923.html](http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/170-a-dinamica-e-o-estatuto-dos-jornalistas-em-angola-no-periodo-da-imprensa-livre-1866-1923.html)

MARGARIDO, Alfredo. “Algumas formas da hegemonia africana nas relações com os europeus.” In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *Actas da I Reunião Internacional de História da África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, pp. 383-406.

MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). ALEXANDRE, Valentim e DIAS, Jill (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume X – O Império Africano: 1825-1890*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir). MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord do vol.). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI – O Império Africano: 1890-1930*. 1ª. Edição: Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

MARQUES, João Pedro. “Resistência ou adesão à ‘causa da humanidade’? Os setembristas e a supressão do tráfico de escravos”. In: *Análise Social*, vol. XXX, no. 131-132, 1995 (2º. -3º.), pp. 375-402, p. 375.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARTINS, Maria João. “Formas de vida das elites”. *História*. Lisboa, ano XX, no. 1, abril, 1998, pp. 22-25.

MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa : Ed. Estampa. 1994. Vols 5 e 7.

MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.23 n.1, Rio de Janeiro, jan/jun, 2001.

MEMMI, Albert. *O retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MILLER, Joseph. *Way of death - Merchant capitalism and the Angolan slave trade 1730-1830*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1988.

MOURÃO, Fernando A. A. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

_____. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização em Angola no século XX”. *Lusothopie*, agosto de 1997, pp. 327-359.

OLIVEIRA, Mario Antônio Fernandes de. *A Formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: IN/CM, 1997.

_____. *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reformas (1834-1851)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1981

_____. “Colaborações angolanas no *Almanach de Lembranças* – 1851-1900”. Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola, 1966, 3, 1.

_____. *Luanda, “ilha” crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

_____. “Prefácio”. In: TRONI, Alfredo. *Nga Muturi: Cenas de Luanda*. Lisboa: Edições 70, 1973.

_____. *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1990.

OSO, Lai. “The Commercialization of the Nigerian Press”. *Africa Media Review*, vol. 5, no. 3, 1991.

PACHECO, Carlos. “Leituras e bibliotecas em Angola na primeira metade do século XIX”. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 6 n. 2. jul. – dez. 2000, pp. 21-41.

_____. *José da Silva Maia Ferreira. O homem e sua época*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1990.

PANTOJA, Selma. “Gênero e comércio: as traficantes de escravos na região de Angola”. *Travessias - Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, a. 2004, n. 4/5, Lisboa, p. 79-97.

_____. “Quitanda e quitadeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930): III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 175-185.

PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola: resistência e revoltas 1845-1941*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, 2 vols.

PEPETELA. *Algumas questões sobre a literatura angolana*. Palestra proferida na “Maka de quarta feira” da União dos Escritores Angolanos no dia 18 de junho de 2003. Disponível em <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/122-algumas-quest%C3%B5es-sobre-a-literatura-angolana> . Consultado em 15/02/2013.

PEREIRA, Aristides. *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

_____. *A gloriosa família: o tempo dos flamencos*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PIRES LARANJEIRA, José Luís. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

QUEIRÓS, Artur. “Os pioneiros do jornalismo em Angola”. *Jornal de Angola*, 2010. Consultado em 12/11/2010. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/17/0/os_pioneiros_do_jornalismo_em_angola

- QUIJANO, Anibal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In: LANDER, Edgard. *Colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, 2000, pp. 201-246.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org. e coord). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998, vol. I.
- RANGER, Terence O. “Iniciativas e resistências africanas em face da partilha e da conquista”. In: BOAHEN, Albert Adu (edit.). *História Geral da África VII – A África sob a dominação colonial (1880-1935)*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 51-72.
- RIBEIRO, Maria Cristina Portella. *Ideias republicanas na consolidação de um pensamento angolano urbano (1880 c. – 1910 c.): convergência e autonomia*. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em História de África). Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa, 2012.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALVADORINI, Vittorio. “Os primeiros números de um jornal de Angola: *O Cruzeiro do Sul*”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *Actas da I Reunião Internacional de História da África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, pp. 117-127.
- SANTILLI, Maria Aparecida e FLORY, Suely Fadul Villibor (org.); MACEDO, Tânia e CHAVES, Rita (coord. do vol). *Literaturas de língua portuguesa – marcos e marcas: Angola*. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2007.

SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.). *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930): III Reunião Internacional de História de África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000.

_____. *Nos caminhos de África. Serventia e Posse - Angola século XIX*. Lisboa: Edição Ministério da Ciência e Tecnologia, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1890-1910)*. Lisboa: Editorial Verboa, 1989, volume X.

SILVA CUNHA, J. M. *O sistema português de política indígena – princípios gerais*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

SOYINKA, Wole. “As artes na África durante a dominação colonial”. BOAHEN, Albert Adu (Edit). *História Geral da África – África sob dominação colonial 1885-1930*. Brasília: Unesco, 2010, vol. VII, pp. 625-655.

SPALDING, Walter. “Angola e a independência do Brasil”. In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: 1972, vol. 296.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

STAMM, Anne. “La société créole à Saint-Paul de Loanda dans les années 1838-1848”. *Revue française d’histoire d’Outre-Mer*, t. LIX, no. 217, 1972, pp. 578-610.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina Madeira. *Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2002, vol. I

TAVARES, Ana Paula. “Cinquenta anos de literatura angolana”. *Via Atlântica*, no. 3, dezembro/1999, pp. 125-130.

THOMPSON, Edward. “Folclore, antropologia e história social”. In: THOMPSON, Edward. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

TORRES, Adelino. “Legislação do trabalho nas colônias africanas no 3º. Quartel do século XIX: razões para o fracasso da política liberal portuguesa”. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (org.). *Actas da I Reunião Internacional de História da África*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, pp. 65-80.

_____. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

VIEIRA, José Luandino. *Nosso musseque*. Lisboa: Caminho, 2003.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *Angola*. Londres: Pall Mall Press, 1971.

_____. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

_____. “Origins of African nationalism in Angola: assimilated protest writings (1859-1929)”. In: CHILCOTE, Ronald. *Protest and resistance in Angola and Brazil: comparative studies*. Berkley: University of California.

ANEXO – VOZ D’ANGOLA CLAMANDO NO
DESERTO – OFFERECIDA AOS AMIGOS DA
VERDADES PELOS NATURAE⁴⁰⁵

---

⁴⁰⁵ Segue anexado na íntegra a primeira edição do livro *Voz d’Angola clamando no deserto – oferecida aos amigos da verdade pelos naturaes* (1901). Optamos por manter ortografia original e símbolos gráficos utilizados pelos autores (como pontilhados, asteriscos...). Na parte superior de cada página está o número da página original do livro. Foram suprimidas páginas em branco que separavam alguns dos artigos dos autores. Assim, o leitor notará, por exemplo, que não existe a página 46 da obra, em função das razões acima expostas.

VOZ D'ANGOLA

CLAMANDO NO DESERTO

OFFERECIDA AOS AMIGOS DA VERDADE

PELOS NATURAES

LISBOA

TYPOGRAPHIA - Rua da Barroca, 72. 2.º andar

ADVERTENCIA

Este opúsculo, em que collaboraram naturaes de Angola, em linguagem tanto quanto a cada um permite o diminutissirno grau de educação litteraria, não é resposta á *Gazeta de Loanda*; unico jornal, que se publica na localidade, nem é desaffronta, porque as inexactidões espalhadas ao publico por essa folha contra os naturaes, desautorisam o seu autor.

Ha calumnias, que não merecem resposta; ella é devida só, quando a falsa opinião, encerrada nos limites da decencia, escorada por um espirito sensato, não deslustra os adversarios, que se apresentem a rectifica-la.

O insulto é o signal da sem razão; o escriptor publico, que propositadamente tresvariou, expondo a verdade a retaliações, é infame.

Factos repetidos, confirmados, presencados pelo mundo inteiro, não podem ser destruidos por um *faquin* qualquer, que as sargetas de Portugal despejaram para este cantinho do mundo.

Os primeiro oito artigos representam a torrente de opinião unanime contra as apreciações banaes do pyrilampo, que corisca no espaço escuro das multidões charras.

E' a triaga contra a baba corrosiva do verme; o mais que se segue, são artigos, discursos, relatorios, etc., extrahidos de muitos trabalhos litterarios, publicados em diversas épocas sobre o assumpto.

Loanda, 13 de maio de 1901.

SOLEMNIA VERBA

AOS HOMENS DE BOA VONTADE

Num d'estes dias foi-nos distribuido com profusão, naturalmente para nos instruirem, um jornal intitulado *Gazeta de Loanda*, que a imprensa, *soi-disani*, civilisadora da localidade ha bem pouco tempo poz em circulação para edificação das gentes e progresso d'esta infeliz terra, onde os especuladores encartados, á sombra de protecção, medram, enriquecem e comem o pão amassado com o suor do negro.

Lêmos, com attenção e pachorra no n.º 4 do dito jornal, o primeiro artigo, que a redacção perfilhou e ficámos surprehendidos com a exhibição do assumpto, que o articulista escolheu, tratado com o mais perverso mau gosto, quando, talvez, quinze dias antes, o programma d'essa folha nos pregou a embaçadella num reclame campanudo de que só se occuparia das questões mais vitaes da província. E' verdade que o mundo mais avisado de Loanda não acreditou na esparrella, antes pelo contrario, mal augurou do titulo, que a redacção, escolheu - *gazeta*

- termo familiar para indicar as fugas que os meninos commettem á frequencia da escola.

O presagio realisou-se; em tão pouco tempo a redacção desertou das suas promessas para tomar a solidariedade e artigos desconcertados d'um estouvado qualquer, cujas apreciações profundamente envenenadas e encaminhadas pela preocupação, podem lançar os animos na luta das paixões, dos odios e das vinganças. A dar credito, que na redacção figuram homens sisudos, ha um cruel desengano para quem tinha ainda alguma convicção de que a imprensa e uma, as mais poderosas alavancas para pugnar pela liberdade dos povos. A feição característica d'esse decantado artigo, em que a logica, o bom senso e os factos se achai horriavelmente atropellados, é o odio de raça, assumpto tão sedição, quanto cavado de precipicios, que ninguem, a não ser um estouvado, se lembra de exhumar dos mais profundos elementos anthropologicos.

De tantos assumptos, qual d'elles o mais importante, que podia apresentar-se á tela de discussão, foi este o da predilecção do articulista, porque a sua adaptação á mania do insulto e provocação resolve o problema peculiar da organização das almas pequeninas que razão d'estado, que conveniencia politica, que interesse social levaram o articulista a preferir, sobre tantos assumptos de transcendente valor, este, cuja discussão inteiramente inutil, tem o inconveniente de irritar os animos?

Não partem da contensão d'um espirito idéas tão desarrazoadas, nem de educação cuidada, linguagem tão plebéa.

Na desenvoltura das paixões e no excesso escandaloso das apreciações ha motivo para crêr, que o articulista teve o sesro de fazer propaganda contra os laços da fraternidade existentes, procurando intencionalmente ludibriar a raça, sem receio da indignação dos naturaes, a, fim de levar os poderes publicos a decretar medidas anti-politicas. O assumpto, pois, que mereceu especial cuidado ao articu-

lista, reduz-se ao seguinte: O preto não trabalha; o preto não é perfeitamente um homem; pelos delictos que commette, não deve ser condemnado á cadeia, basta dar-lhe palmatoadas, ou deporta-lo, sem figura nenhuma de juizo. « *Metter em ferros del-rei um preto que delinuiu, assassinando, roubando, ferindo, offendendo a moral publica por acções ou palavras, não é applicar um castigo, é antes incita-lo ao crime, é lisongear-lhe o instincto, é dar-lhe premio. Pois qual é o ideal do preto senão comer sem trabalhar'! Qual é a sua lei, a sua norma de vida, o seu superior anhelos? Não somos apologistas dos castigos corporaes. Achamo-los uma barbaridade, pelo mesmo motivo porque achamos a pena de morte um crime official. Mas umas palmatoadas não matam ninguém* » . . .

N'outro lance escreve este jurisconsulto alagartado. « *Infligir a um branco, porque em hora de desespero esbofeteou um preto, a mesma pella que se imporia ao branco que bateu ao branco será um acto rasoavel e justo? Não é ...*

Antes de tudo, o castigo severo do branco por motivo de simples offensa ao preto, sendo deprimente do homem, é consequentemente desautorador da raça, secundariamente é attentatorio da autonomia patria. Assim se perderá o prestigio da dominação, assim se preparará um futuro de muitas acerbas provações á colonia portugueza ... o que se deseja accentuar e precisar é que elle (o castigo) deve ser, embora severo, applicado sem escandalo, sem apparatus vexatorios, sem prejuizo da nossa soberania. Em summa, que seja summario, pago a dinheiro por guia para o cofre do estado. O preço das condemuações seria um formidavel bridão de coleras. Todos teem muito amor ao seu rico dinheiro. E assim por ahi fóra. Este sujeito taxa de vexatorias as formalidades do juizo, que se dirigem a investigar a verdade. Não quer que se castigue o branco, porque o castigo é deprimente do homem e attentatorio do dominio!

Na Hottentocia a philosophia de direito criminal está orientada por uma norma superior.

Pode-se acreditar, que o articulista escolheu o assumpto de proposito para nos fazer tragar paradoxos. Idéas, que só á sua enunciação ultrapassam a uma profanação ao templo augusto da imprensa, de que é sacerdote o jornalista; na profanação descobre-se, como remédio, o instrumento, dê que o Redemptor dos homens se serviu para correr com os vendilhões do santuário. Cataractas, desaggregadas d'um cerebro enfermo, despejam jactos de philosophia hydropica, alluvião, que ameaça o desabamento d'este grande edificio social, nesta terra, em que nasceu o preto e o mulato, em boa convivencia com o europeu, de sentimentos fidalgos, nesta terra, onde queremos cumprida a lei da justiça, reflexo fiel da justiça divina.

Um preto, que assassina, que rouba, que offende a moral publica por acções ou por palavras, applicam selhe palmatoadas, sem forma alguma de juizo, porque basta a noticia para illuminar os pontos obscuros da vingança.

Aqui temos o assassinato e a simples ofensa á moral, crimes de diversas naturezas, de mais ou menos gravidade na sua constituição intrinseca, nas diversas particularidades externas, que os revestem e nas circumstancias aggravantes ou attenuantes, que os acompanham, equiparados para o effeito das penas! O branco póde esbofetear o preto, pode mata-lo, porque o castigo é deprimente d'aquelle, uma condemnação pecuniaria *sem apparatus vexatorios* sanou tudo. Com esta e outras doutrinas estranguladas, que estamos combatendo, tendem a lisongear com as delicias d'um animal qualquer da raça felina a perversidade estúpida do criminoso e ao mesmo tempo a zelar-lhe os interesses da bolsa; ha de convir, que uma multa de 5 réis por uma só vez que se espanque um preto, e de 10 réis que se torçam pescoços humanos, é sufficiente para bridão de cóleras, e o negocio fica arrumado. Estes dislates

representam nada mais nada menos do que a ameaça a segurança individual. Não invocamos por enquanto o *frates vigilate*, fortificando sempre a nossa fé com o respeito pelas leis; procurando na vida social realizar as doutrinas, que conservem e melhorem as condições de ordem, de paz e de prosperidade publica, teremos cumprido o nosso dever,

Com que então, nosso famoso articulista, metter na cadeia o negro, e incita-lo ao crime, porque o seu ideal é comer sem trabalhar? Este alambicado philosopho escreveu por força debaixo de inspiração muito infeliz. Saturou-se de razões e adquiriu a convicção de que ha muitos meios, ainda os mais pueris e escandalosos, os quaes, bem que se não relacionem com a seriedade e nobreza d'um escriptor publico, podem recommendar um jornalista da sua fofa celebridade até á mgenua confissão de se classificar bocal.

Todos os dias recebem as autoridades, a quem estão commettidas attribuições judicarias, requerimentos de presos indigenas pedindo a soltura por se acharem ao abrigo d'csta ou d'aquella lei; queixando-se ás vezes das prepotencias das autoridades subalternas, e o prodigioso articulista com um destemperamento, que faz dó, espalhou pela rosa dos ventos, que o anhelos do negro e conservar-se na cadeia! E' preciso desconhecer os principios psychologicos, que não admittem no homem principalmente a renuncia á liberdade e a todas as outras faculdades innatas ; esta verdade é confirmada pelos próprios irracionaes. Se factos isolados constituem excepções, estas só confirmam a norma; e nós vamos estabelecer as coisas no seu pé, para que a falsidade, a aleivosia, a cavillação espalhadas adrede para hostilizar e escarnecer uma raça, não tenham foros de verdade.

O negro, instrumento miseravel de torpes interesses, a quem se impõe o regimen cruel do chicote, matando-se-lhe de golpe a energia intellectual e as forças physicas até ao criminoso excesso de o en-

viarem para a sepultura, prefere a prisão ao trabalho, determinado d'este modo tyrannico, deshumano, violento e barbaro. O branco, o mais civilizado, em egualdade de circumstancias, conduzir-se-ha do mesmo modo. Do europeu boçal, de baixos sentimentos, o processo é instruido de modo degradante. Findo o degredo, repatriado, e reduzido, na terra de sua naturalidade, sua antiga condição ignobil, alma pervertida pelo instinto do mal, reincide intencionalmente no crime ou crimes, que constituiram o motivo do primeiro degredo, assim volta pela segunda, terceira vez, reenviado por intervenção do poder judicial a occupar o logar que o espera na cadeia. O motivo que determina o negro, o escravo, a preferir a prisão, é a conservação da sua personalidade, enquanto que o segundo rasteja pela craveira das torpezas, e o articulista reconhece neste tremedal a sensibilidade moral afinada pelo sentimento da dignidade!

A raiva d'este sujeito manifestada nos seus escriptos contra o preto, parece denunciar o temeroso receio de que o pilhem em dependencia de promiscuidade genesica, em que uma de suas costellas entronque na do preto, aliás facil de acontecer, pois o sr. A. Coelho, numa das suas conferencias disse: « A nossa propria nacionalidade tem absorvido elementos de raças humanas diversas, negros e chinezes, mestiços de negros e brancos, de brancos e chinezes, por exemplo, que fazem parte integral d'ella, achando-se unificados pelos factores diversos de ordem social».

Estas considerações, que nos parecem justas, até mesmo verdadeiras, são suscitadas pela lição da historia imparcial, que não mente, senão vejamos. Que lhes soffra o orgulho balofo. A peninsula fôra em tempos invadida por diversos povos, entre os quaes os phenicios, carthaginezes, depois pelas raças semítica e negra, estes povos demoraram-se por muito tempo no território invadido, formando com os autochtones uma amalgama.

No tempo de D. João v mandaram para Portugal gente negra ida d'aqui, que se estabeleceu no Algarve para o mister d'agricultura. Aconteceu o que acontece em toda a parte, em que approximações d'este genero são explicadas pelo capricho da natureza encaminhada pela sellibilidade particular do individuo, o resultado ainda hoje é patente pela cor da maior parte de individuos d'aquella procedencia. Por mais de dois seculos consecutivos Angola mandou pelos negreiros milhões de pretos para as terras de Santa Cruz, d'onde vinha para Portugal o ouro e toda a riqueza, para onde mais tarde foi mudada a capital de todo o reino, pelo que se fazia a emigração portugueza em alta escala; as conveniencias politicas, as commerciaes, relações de convivencia com os aborigenes, se encarregavam fatalmente da organização de familias, de que procederam raças mixtas, que na occasião do movimento separatista d'aquelle paiz se espalharam, retirando-se uns para Portugal, outros ficaram no paiz adoptando a nacionalidade.

Ainda ha um caso physiologico. Uma dama, d'alta aristocracia da Russia, casada, deu a luz um mulato, convocadas as summidades competentes, estas constatarem a união mesclada, havida seculos antes, por um dos primogenitores do marido, pelas terras africanas.

A este propósito, Simão J. da Luz Soriano transcreve da obra *Instituições de Marco Antonio*, o seguinte: «Ninguém no mundo se poderá jactar da pureza de seu sangue. Bordavilha, o mostrou ao mundo na sua excellent obra *El Tisson de Hespanha*, por meio do seguinte caso: Luiz XIV, sendo um monarcha tão illuminado, e que fez um governo de estampido e brado em toda a Europa, é que será eterno na memoria dos homens, em quanto no mundo durar a recordação dos seus immortaes feitos, este principe, pois, como dizia, apesar de tão illuminado, deixou-se um dia allucinar com a pureza do seu sangue, pretendendo mostrar aos reis da Europa que a sua genea-

logia era puríssima, e que excedia a todas as do mundo.

Levado d'este erro, fez ajuntar um grande numero de genealogicos, e que sem lisonjas ou respeitos alguns humanos, lhe fossem cornmunicando quanto lhe fossem descobrindo. Fizeram se as primeiras sessões, e a poucos passos communicaram ao soberano haver um ministro de estado, de quem sua magestade descendia. Ouvindo isto, ordenou que proseguissem, e tornando-se-lhe em breves dias a dizer, que se encontrava em uma linha transversal um capitão de cavallos seu ascendente, respondeu, despido de todo o abuso (palavras formaes) *basta, antes que topemos com algum almocreve*. Ora Luiz XIV que blasonava descender dos Capetos, e d'outros antigos reis de França, era mesclado de parentes humildes; se, numa palavra, as gerações dos principes teem defeitos visíveis, como os não terão, por uma boa logica, os fidalgos e por consequencia os particulares?"

Vejam como teem sido embaçados os filhos d'este paiz, por este ou por aquelle meliante, por prejuizos de côr , quando ha muitos, cujo sangue mesclado mallogra infatuadas pretensões.

Nesta polémica antipathica a que fomos provocados pelo articulista, empenho é nosso vingar o indígena da nota de indolente *in absoluto*, e do labeu de destituído de senso moral, procurando descobrir na supposta educação moral e litteraria d'este legislador encartado, symptomas de retrahimento intellectual para comprehender a theoria do *monogenismo*, abraçada pela maior parte das culminações do mundo scientifico, pois não se pejou escrevendo: «*A um branco, ignorante, miseravel e portanto, por condição e por fatalidade um ser inferior, já a mesma pena não custa o mesmo martyrio. Mas a um preto, um individuo, que não tem, como o branco mais infimo, a sensibilidade moral afinada pelo sentimento da dignidade, é disparate de grande tomo te-lo como sujeito a leis taes como as que regem povos adianta-*

dos ... A natureza das penas deve ser adequada á natureza dos criminosos».

Quantas naturezas de criminosos figura este cerebro desarranjado?

O cabedal de desconcertos avulta.

Aprendam legisladores, que decretam para a provincia leis eguaes para homens e para macacos. Tanto melhor para os negrophobos a ultima classificação, proselytos do transformismo, não terão o estolido desplante de regeitar a companhia. Que lhes preste. Tratando de applicação das leis criminaes, que parece ter sido este o ponto em que a sublimidade d'este objecto foi collocada, diremos que ha crimes de que apropriã consciencia do homem illustrado ou do ente privado de educação, nos adverte.

Fundado na propria organização, na constituição espirital e nas relações externas, o homem é dotado do discernimento para distinguir o bem e o mal; o que é permittido é bom, e o que é prohibido é mau; as leis, portanto, feitas nesta conformidade, isto é, as que se dirigem a premiar e a castigar, são applicaveis á natureza humana, porque são fundadas na justiça eterna; pois ainda entre os selvagens em que o regulo é o senhor absoluto da vida e da morte de seus subditos, o assassino é castigado rigorosamente.

Para provar-lhe, que a idéa dos premios e dos castigos é suggerida pela natureza, vem muito a proposito citar o seguinte trecho:

«O gentio, apesar da cegueira em que vive e de estar acostumado á pilhagem, não deixa de agradecer o beneficio que se lhe faz, succedendo terem salvado a vida e fazendas a muitos commerciantes, que teem sido assaltados por outros, e quando tem noticia, avisam-nos, auxiliando-os com armas, os conduzem por diferentes logares até que os põem a salvo. - Graça. Expedição ao Muatayanvua em 1847.

E não existe de certo no preto boçal sensibilidade

moral combinada com a dignidade pessoal? Se não bastassem as mil afirmações que vão distribuídas no contexto d'esre artigo para contrapôr ás inexactidões d'este lazaro das litteraturas pifias, frisantementc bastaria esta. E' de Serpa Pinto, na *Carabina d'El-Rei*: «Capôco é intelligente, parco no comer e beber, e ainda que possue grande numero de escravas, as que formam o seu harem, são muito poucas. Ha no seu fundo alguma coisa de justo por entre a barbaridade de seu viver e de seus principios. Por exemplo: eu vi que a escrava, a que acima me referi, filha do sova de Quilengues, trazia nos artelhos as manilhas de pau, signal infallivel da virgindade, apesar de ser muito bonita e elegante. Admirou-me isso, e perguntei ao Capôco porque não havia feito d'ella sua amante? «Porque não devo» me respondeu elle «é minha escrava por direito da guerra, mas enquanto seu pae manifestar o intuito de a resgatar, devo respeita-la e será respeitada, porque a devo entregar como a tomei.»

Que tal, nosso civilisador? O articulista deve saber devorar cordeirinhos; de ethnographia nada pesca.

No entender do articulista *a sensibilidade moral, afinada pelo sentimento da dignidade*, não exclue acções torpes, abjectas, reprovadas e condemnadas pelas leis divinas e humanas, portanto admite dignidade no ladrão, no assassino, no adúltero, em todo o criminoso, que a sociedade proclamou reprobado, e os tribunaes condemnaram com penas proporcionaes. E' por isso que elle não quer que se estabeleçam as formalidades e apparatus de juizo, que taxa de vexatorios. Elle, talvez, mais tarde, informe aos tribunaes as razões occultas de sua atilada opinião.

O ideal do preto é comer, sem trabalhar, diz o acanhado ethôlogo, na melhor intenção de apimentar troça ás notabilidades que se teem occupado d'este objecto sériamente.

Muitas e repetidas queixas se teem feito ouvir

contra a indolencia do indigena. Os especuladores encartados, sem que tenham estudado as causas, porque lhes não convem, opinam pelo restabelecimento gratuito do trabalho forçado, isto é, que o indigena boçal seja compellido ao trabalho gratuitamente. Este alvitre tem dois defeitos, primeiro envolve a idéa do trabalho sem remuneração condigna, segundo porque o trabalho forçado ha tantos seculos posto em pratica não tem dado resultados satisfactorios.

Nem do Brazil, d'entre os negros enviados desde seculo XVII, nem de S. Thomé, nem de Cazengo ou de qualquer outra fazenda agricola, debaixo do regimen de escravidão, tem vindo preto algum cultivado, pelo que se prova que é só da instrucção combinada com a liberdade, que podem nascer necessidades para o trabalho e prosperidade para a provincia. Mas quaes as causas que pouco mais ou menos podem influir no indigena para a má vontade de trabalho livre e assiduo?

A ausencia dos rigores das temperaturas baixas pôde ser uma das causas. A athmosphera abracadora enerva naturalmente os habitantes das regiões intertropicaes, e desenvolve nelles uma transpiração abundante, que debilita o organismo e convida mais ao repouso que ao trabalho. Sendo este mal de constituição nativa, portanto de character hereditario, ajudado pelo defeito dos costumes e genero de vida, tem passado de geração em geração.

Por outro lado a fertilidade do sólo, que não precisa, por assim dizer, de amanho, nem de instrumentos agricolas ou quaesquer previos preparativos para torna-lo productivo, desenvolvendo-se as plantas espontaneamente, alimentando florestas virgens, mattas copadas, extensas, abundantes de caça, campos povoados de grammeas, varzeas de euphorblaceas, cujas raizes, submettidas a um processo de preparação, constituem o pão; rios abundantes em peixe, uma fauna riquíssima e muito variada, e não muito esquiva, o sólo assim tão favorecido pela na-

tureza, offerece ao indigena boçal o presente e o futuro.

Num paiz onde as chamadas autoridades, com rarissimas excepções, exercem impunemente a pilhagem, onde a escravidão, barreira de separação entre o amo e o liberto, ou serviçal, ou mesmo escravo, como queiram, onde o individuo está transformado em instrumento miserável de sordidos interesses, a idéa de trabalhar para especuladores, que querem tornar-se argentarios em pouco tempo á custa do suor alheio, repugna ás mais generosas aspirações da humanidade. Em paiz onde ha a escravidão não ha trabalho, não ha civilização, não ha progresso. Só muito mais tarde chegou ao centro da Europa culta a convicção de que a escravidão e a escravatura, principalmente, são duas monstruosidades, que matam as forças vivas d'um paiz. Na cidade de Liverpool havia muitos navios empregados no nefando trafico; só no praso d'um anno transportaram trinta mil negros para a America. Em Angola, no decurso de quarenta e quatro annos, embarcaram os negreiros de Loanda e Benguella para o Brazil e outros pontos do novo continente, seis centos e quarenta e dois mil escravos; até á epocha de 10 de dezembro de 1836, data do decreto referendado pelos benemeritos, então visconde de Sá da Bandeira, padre Antonio Manuel L. Vieira de Castro e Manuel da Silva Passos, prohibindo a escravatura, o trafico recrudesceu como era de esperar, a opposição dos negreiros a esta medida humanitaria assoberbou as autoridades; mais de tres milhões de homens arrancados á terra de sua naturalidade para enriquecer paizes estranhos. Dos livros da fazenda publica, segundo escreve o illustre extinto, iniciador da grande obra da civilização africana - dos livros da fazenda consta que no anno de 18³⁴ a receita da provincia era de 165:339\$000 réis. «Deduzindo d'esta somma as parcellas correspondentes aos impostos directos, ao marfim, e á renda dos bens proprios, acha-se que uns 134:400\$000

réis provieram da exportação de escravos, e réis 32:000\$000 d'outras receitas, quantia equivalente, em moeda forte, a menos de 20:000\$000 réis. No orçamento para o anno economico de 1870 a 1871 o rendimento d'esta província foi calculado em 280:741\$000 réis fortes, quantia esta que é quatorze vezes maior que a de 20:000\$000 réis, acima mencionada, recebida na mesma colonia, proveniente de impostos, com exclusão dos lançados sobre a exportação de escravos. A comparação d'estes dois rendimentos póde servir para se avaliar o progresso, que tem feito aquella provincia, e para se julgar do beneficio, que a ella proveu da abolição do commercio em escravos, do qual outr'ora tirava a maxima parte dos seus rendimentos publicos; embora occorresse uma crise financeira na passagem do commercio reprovado pela lei para o commercio licito.

Os queixumes dos habitantes de Loanda contra a escravatura eram constantes. A representação, que o senado em 1677 dirigiu a EI-Rei, allegáva, que os contratadores dos escravos eram os unicos que absorviam a substancia da colónia.

O benemerito marquez de Sá da Bandeira de agradabilissima memoria, lutou por espaço de 16 annos para conseguir a abolição do estado servil nas provincias ultramarinas, como condição indispensavel para a civilisação e prosperidade d'ellas. Este prestimoso cidadão, que consumiu a maior parte da sua vida publica na libertação dos povos ultramarinos, deixou o seu nome vinculado á mais importante obra, que a humanidade póde proclamar. Nas diversas medidas apresentadas ao parlamento, onde teve que combater interesses mal adquiridos, apreciaram as suas idéas de modo menos justo, e porque o grande estadista teve a consciencia de que os seus projectos eram os mais conducentes á prosperidade do paiz, sustentou-os com denodo; infelizmente não conseguiu tudo, pois consentindo-se a locação dos serviços, foi o indigena collocado fora da

lei commum. A Russia ha apenas um seculo que começou a prosperar, porque a escravidão tolhia o passo a todos os melhoramentos. Os Estados Unidos Norte-Americanos e os Estados Unidos do Sul aboliram o ignominioso estado servil; estes, d'um modo suave, a contento de todos, mas aquelles não puderam consegui-lo sem effusão de sangue. Estas nações proclamaram recentemente a grande luz do progresso, pela liberdade, como a consagração do fim supremo da humanidade.

Não percamos, porém, o fio da discussão, porque o nosso fim é vingar a verdade ultrajada com um destemperamento sem exemplo; vamos mostrar a esses calumniadores convictos, que o preto trabalha.

Mais talvez de quinhentos mil homens completamente livres, sonegados á civilisação, espalhados por toda a província, contribuem com as suas forças vivas para a prosperidade do paiz. Neste ponto cedo o lugar, por emquanto, ao extinto homem de letras, ex-secretario geral do governo, diz elle : «Nenhum genero de trabalho, cultura, industria ou commercio é prohibido ao indigena nas mesmas condições, que ao não indigena. O movimento commercial de Angola e Moçambique o arresta. Em 7.169:128\$538 réis de valores, que exportaram pelas alfandegas de Angola no anno de 1898, a grande maioria é o producto do trabalho, industria ou commercio indigena. A criação de gado vaccum constitue a principal industria da Ginga e do plan'alto de Mossamedes. A borracha, que na cifra supra-mencionada figura em 5.603:063\$267 réis é trazida do interior pelos banglas no districto de Loanda e Lunda, e pelos bihenos e bailundos no de Benguella. O café de Encoge é colhido pelos indigenas; a cera extrahida por elles ; as esteiras são artefactos seus. Os 226 ferreiros, 135 oleiros, 47 pedreiros, etc., que o annuario da provincia de 1898 regista, são, com raras excepções; indigenas, e a imprensa do governo não conta menos de 6 typographos e 7 impressores e serventes egualmente indígenas»,

Que tem, meu articulista, para retorquir a isto?

O gentio livre entrega-se ao trabalho, tanto quanto é restrictamente preciso para satisfazer as suas necessidades. Elle abandona a casa e os seus, interna-se para os centros onde sabe póde encontrar interesses; ha de encontra-lo no Lubuco colhendo a borracha, vê-lo-ha na Lunda em busca do marfim, ali está em Ambaca exercendo a industria no fabriço do charuto, ou occupado na agricultura, ou á sombra d'uma arvore copada, ensinando a leitura ao filho; o de Cazengo e Golungo-Alto amanhando dois palmos de terra, resto de seus arimos, de que os civilisadores, em nome da civilisação o espoliaram; nas mattas procurando a industria d'abelha, a gomma copal, a resina; semeando o feijão, o macunde, o milho, plantando a batata; os do Bengo, Icolo e Bengo, Dande, Quanza e outros pontos tambem atarefados na apanha de toda a qualidade de fructa que o paiz produz; na cultura do algodão, da barata doce, arroz, batata ingleza, canna d'assucar, a mandioca, que é o pão do indígena, sorgo, ou massa ambala, tabaco, etc., etc., que os pretos trazem á cidade, para o articulista, que sonha, que tudo cahe das nuvens espontaneamente; ou que foi o branco que o cultivou; é producto do trabalho livre; emquanto que os que se destinam a realizar o commercio graúdo, percorrem leguas e leguas por veredas para abastecer os mercados de permutação, trazendo o café, borracha, cera, marfim, resinas, gomas, objectos de industria, farinhas, azeite de palma, gergelim, ginguba de Cambambe, etc., producto do trabalho indígena, com que carregam todos os mezes os paquetes, que o cégo articulista não vê, pois suppõe que são europeus que estão no Lubuco, sangrando com um picão as arvores, que dão a borracha, e que esta é trazida nas *muhambas* por brancos tambem. Erro deploravel! E' o que acontece a quem se mette a abelhudo.

Quer mais? O cosinheiro do articulista, para variar o menú nas refeições, compra ao pescador

preto, o peixe, que o falso civilizador suppõe, vem nadando do alto mar até collocar-se guisado no prato para ser devorado e ruminado na gulodice do estomago. O bello naco de carne, de que lhe fazem o beeff, é de boi das manadas do preto boçal do interior, o tal que não trabalha, e que na sua indolencia, de vez em quando se lembra do articulista, enviando-lhe de presente um *churrasco* a escorrer sangue, como alimento nutritivo para recompôr as forças physicas, crcar sangue e coordenar as idéas para melhor exprobrar a sua indolencia e inferioridade de raça.

Pedreiros, carpinteiros, oleiros, pintores, marceneiros, sapateiros, barbeiros, funileiros, alfayates, *tuti quanti*. Em uma representação da Associação Commercial de Loanda dirigida ao governo, a proposito da retirada da expedição das obras publicas, se diz, que tendo sido difficil a principio desenvolver os trabalhos por falta de jornaleiros voluntarios, o preto procurou depois o trabalho e por um preço muito modico. E' impossível que o articulista não tenha viajado pelo caminho de ferro até Quifangondo pelo menos, como é impossivel não ter visto trabalhar indigenas na conservação da linha e não tenha ouvido dizer, que é igualmente indigena a mão que segurou a enchada, bateu com a picareta nas rochas para a construcção da linha do inicio ao terminus d'ella. Como o articulista está cégo pela raiva, ponha as lunetas e leia o Relatorio do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro elaborado em 1893. Aprenda ahi como os homens de bem amam a verdade.

Quer vêr o negro livre, senhor articulista? Lá muito longe trilhando as florestas, prestando serviços humanitarios ao europeu, que atravessa o continente negro, guiando-o, defendendo-o das tribus inimigas, sacrificando ás vezes a sua vida, compartilhando com elle as agruras da viagem, instrumento inconsciente e obscuro, vae cimentando o pedestal de gloria, que a Europa sábia ha de confe-

rir ao explorador com applausos geraes, e total esquecimento do preto, sem o qual, não teria levado a cabo a arriscada empreza. E onde está o articulista? A' sombra, no remanço da familia, provavelmente estipendiado pela nação para trabalhar, mas faz *gazeta*, bonzo, profanando o templo augusto da verdade, semeando a scisão, rompendo os laços de fraternidade entre as raças, em frente d'uma mesa carregada de iguarias, como nos banquetes de Balthazar, e quando as libações o tornam furioso e demente, turvado o cerebro pelo embate de vapores capitosos, infiltra a peçonha nos naturaes, aos quaes procura acalcanhar e escarnecer! Mas nem de proposito, no numero seguinte áquelle em que vomitara as amarguras da bilis, appareceu publicada uma correspondencia de Benguella, em que entre algumas coisas se dizia o seguinte: A crise commercial, que ha alguns mezes tem assoberbado o commercio de Benguella e Catumbella, accentuou-se ultimamente com um character assustador. O gentio não traz borracha para estas praças, e sem ella o cornmercio, que evidentemente não pode solver os seus compromissos, terá de fechar as suas portas».

E o negro não trabalha. Quem o affirma, o inspirado da imprensa. E o preto é indolente; quem o proclama, o vidente illuminado da civilisação. Ha tambem por ahi certos echacorvos, echos de opiniões alheias, que levantam vozerias desconcertadas, como estas: Não gosto de vêr o preto, nem o mulato. Felizmente ha vozes que não chegam ao céu. Custa a crêr, como se conservam repulsões tão profundas depois de mais de 400 annos! E são racionaes estes animaes!

Nada tinhamos que replicar sobre esta deformidade moral das almas tacanhas; avantajam-se a essas banalidades as necessidades da barriga, a ambição infrene do ouro; rolando de miseria em miseria, de torpezas em torpezas, vêem abordar a estas plagas africanas sem consciencia do mal, e do alto

das prosperidades cospem para o rosto do indigena, porque não aceita a tyrannia que lhe querem fazer engulir como beneficio.

Emquanto esses negrophobos se conservam em paz na deslumbranre Europa, acamados, loucura seria amontoar argumentos sobre questão de gosto; muda, porém, de figura o caso, desde logo que por sua livre e espontanea vontade, e por conveniencia propria demandaram e abordaram a África, terra do preto e do mulato, sem que estes tivessem a minima influencia ou interferencia na sua vinda; que lhes custe, hão de supportar a presença d'um e outro e tratar com elles; é neste trato, que *apanham as amarelinhas*. Percebam bem isto, quando não, o incommodado que se mude.

Por nós, na verdade, não lhe desejamos a vontade depravada do articulista, a que fica suspenso a vibrar o punhal do sicario ou outra qualquer arma traicoeira para exterminar a raça. Ha de primeiro a penna voar-lhe em estilhaços d'entre os dedos; hão de lhe estacionar os olhos onde escureja o abysmo insondavel das suas machinações infernaes, até dar outro geito á anarchia das idéas, e curar-se da mania da especulação egoista, que lhe enfeixa o cerebro.

Se das considerações que acabamos de expender, passarmos pela mesma ordem de idéas a recordar as particularidades que affectam o character trabalhador do indigena civilisado, ha de encontra-las no registo das repartições publicas, no exercito, na agricultura, no commercio, na industria. Cada um, em qualquer d'estas situações, com a comprehensão nítida de seus deveres e obrigações, trabalhando com intelligencia e honestidade; aos quaes o governo portuguez nega a instrucção litteraria, um dos factores mais poderosos, essencialmente possante para a prosperidade da província. A maior parte dos chamados políticos não querem vêr o indigena inteiramente civilisado, instruido e illustrado, entregue á sua natural e inteira liberdade, regulada pe-

las leis, para poder trabalhar com o estímulo do seu próprio alvedrio, exprimir os seus pensamentos desafogadamente, reconhecer os seus direitos, porque o fim da politica é rebaixar e assassinar o nível intellectual do indigena, para haver sempre o pretexto de preterir, e praticar as mais flagrantes injustiças ainda aos mais habilitados, e assim procrastinar a época da emancipação da colonia, que, a nosso vêr é inevitavel por mais artimanhas politicas que possam inventar, pois que os acontecimentos apresentam-se pela evolução dos tempos, pois ninguem tinha pensado que os haitianos, raça negra, lutando a favor da sua independência, haviam de sacudir o jugo francez. E por este motivo, a civilização mesmo no litoral tem sido lenta.

O contacto com o europeu em perfeita egualdade e communhão de interesses, que havia de contribuir muito para a civilização africana, não tem existido; estabelecendo-se excepções por meio d'uma hypocrisia refinada, autorizada pela lei, regateiam ao indigena os direitos e privilégios. Do que temos dito conclue-se que d'entre as causas que principalmente se oppõem ao progresso da província, figuram as idéas d'esses falsos civilisadores, que olham para o indigena branco, preto ou mulato com um tal ou qual desdém, e como taes indignos de consideração de com elles entrarem em competencia. Para destruir esta preocupação altamente opposta ao progresso social, é necessario que o governo mande proscrever esses sentimentos selvagens e barbaros, fazendo conhecer que todas as classes, concorrendo para o bem commum da sociedade, nenhuma é desprezível, antes pelo contrario, dignas de consideração pelos serviços que prestam, porque sem ellas não teriam chegado ao grau de prosperidade todas as outras reputadas aristocraticas, burocraticas, etc., etc. E' verdade que o governo decreta uma coisa e nos clubs se assenta outra, mas é do principio de egualdade, determinada pelos merecimentos de cada individuo d'essas classes, e não pela côr ou pelo logar do nascimento,

que se aquilatam as qualidades e os predicados de cada factor, membro da sociedade, e partindo d'este principio, compativel com a racionabilidade christã, que a politica sanciona e a boa ordem reclama, se mostraram sempre possuídos de justiça os antigos governos absolutos em seus alvarás, ordens, communicações aos capitães-generaes, e ainda nestes tempos os governos constitucionaes. Foi em virtude d'estas idéas, e da impreterivel conveniencia de conciliar a doutrina augusta do christianismo, que se promulgaram leis em favor dos escravos e dos filhos das colonias, ordenando-se que uns e outros se reputassern habéis para os empregos publicos, dignidades e honras, quando para elles se mostrassem aptos, quer fossem pretos, mulatos ou brancos, direitos e privilegios, que neste governo constitucional tramam para cercear.

As medidas dos governos absolutos em Portugal, para o acabamento da escravatura e da escravidão; bem como das odiosas distincções entre europeus e filhos das colonias datam de ha muito tempo. Por alvará de 1 de junho de 1641 prohibuiu-se ter escravos mouros, o de 1 de abril de 1680 defendia captivar os indios do Brazil, tendo-se-lhes mais tarde dado a liberdade em 1755.

O marquez de Pombal ordenou por alvará de 19 de setembro de 1761, que dos portos d'Africa, Asia e America não viessem para o reino pretos na condição de escravos, e todos que chegassem a Portugal ficassem desde logo libertos e fôrros por beneficio d'elles, sem necessidade d'outra alguma carta de emancipação ou alforria, nem outro algum despacho, a não ser as certidões dos officiaes das alfandegas dos logares onde aportassem, os quaes eram obrigados a passar gratuitamente taes certidões. Ha duzentos e sessenta annos que o governo tem querido desopprimir uma raça, que, trabalhando livremente, teria produzido muito mais, do que agora no estado servil, raça que os especuladores por interesses sordidos protegidos nos clubs, contra as maxi-

mas christãs e lei fundamental de estado continuam a massacrar com odios encarniçados e castigos barbaros e cruéis.

Concluindo estas nossas considerações provocadas pela imprudencia d'esse philosopho de capello e borla, que espirra candeias nas trevas, temos necessidade de fazer acompanha-las do juizo autorizado d'um dos mais illustrados africanistas, o sr. Nogueira, na sua obra a *Raça Negra*.

«Aqui estão factos, aqui estão provas, podemos dizer, que o negro das nossas possessões d'Africa trabalha. Não tem decerto habitos assiduos de trabalho, mas se este lhe fôr offerecido nas condições em que elle por emquanto o pôde aceitar, sob a fórma de pequenas empreitadas, sem violencia nem oppressão e sufficientemente remunerado ha de affeição-se-lhe, e ha de ser por fim o jornaleiro, o operario, o industrial.

O que temos nós feito, ou que tem feito qualquer nação para crear no negro o amor ao trabalho? Nada, absolutamente nada, ou o contrario do que deviamos fazer. Como escravo, sacrificamo-lo, como livre, expoliamo-lo, e como não aceita a nossa tyrannia, como beneficio, e ainda em cima no-la não agradece, dizemos então que elle é inimigo do trabalho, é incapaz de se civilisar. O meio de trazermos promptamente o negro das nossas possessões d'Africa á communhão das nossas ideas e principios, e consequentemente dos nossos habitos está naturalmente indicado: é instrui-lo, moralisa-lo, interessando-o realmente nos beneficies da civilisação, e não querendo que elle seja d'ella victima».

Loanda, 6 de abril de 1901.

Á

CONTRA A LEI, PELA GREY

RESPOSTA

Alguns visinhos meus metteram-me pelos olhos um papel, a que em Loanda chamam *Gazeta de Loanda*.

Tinha o n.º 4.

Perguntei que utilidade havia na leitura do tal jornal, e que influencia podia exercer no movimento geral da minha labutação.

Responderam-me que lesse para ter conhecimento das bruxarias que se empregam para abrir os olhos aos demonios, aligeirar-se-lhes mais os vãos e aguçar-se-lhes mais o instinto infernal, a cuja frente se apresenta Asmodeu, Belzebuth, Diantros, Satan, Lusbel, Lucifer, enfim esse anjo maldito, que tantos titules tem, como qualquer principe da terra.

Apontaram-me o tal artigo da *Gazeta*, disseram-me que era de fundo, com certeza, porque cheirava mal.

Aquellas porcarias só poderiam sahir pela bocca fóra dum Gravoche.

Arremessei para longe o jornal, mas elles insistiram; fiz-lhes a vontade, mandando desinfecta-lo primeiro. Ha muito tempo que não lia jornaes, fui assignante de todos os que em diversas epochas se publicaram em Angola, escreviam nelles pennas apuradas, redactores independentes, intelligentes, zelosos de bom nome, a apparição refulgente do assumpto que escolhiam, era recebida com applausos. Interado da materia do artigo, disse eu aos meus visinhos:

Aqui ha machinações infernaes por força. O insulto é intencionalmente preparado, a chafarica trama. Eu, que não sou jornalista, podia apontar com o dedo as questões mais em evidencia; a do banco ultramarino, a da Lunda, a da navegação de vapor pelo Quanza; a da empreza nacional; a da remessa da mercadoria humana para S. Thorné ; a das estradas carreteiras pelo interior; a dos caminhos de ferro; a de instrucção publica, etc., etc.

Eu, que não sou jornalista, apontei estas; um jornalista deve ter milhões em carteira, por tanto olho aberto. Querem implantar a justiça de cacete para substituir a justiça dos tribunaes.

Os defeitos da civilisação medem-se pelo character dos individuos que d'ella fazem alarde. Se a civilisação está em expoliar o indigena e ainda escarnece-lo, se a chamada civilisação consiste em escrever artigos desordeiros para incitar o indigena ao crime, podem limpar com ella as mãos á parede. Não nos illudarnos, irmãos, aquillo leva agua no bico; aquelles insultos são dictados por um interesse infernal qualquer. Quem não sabe que o preto, boçal mesmo, é um elemento indispensavel, e insubstituivel em certas localidades onde a permanencia do europeu é impossivel?

Quem ignora, que sem o trabalho do preto não sahiria do porto paquete algum carregado?

Quem o nega, será o articulista, que sem o negro as amarellas não lhe cahiriarn no bolso?

A cegueira não os adverte, que a escravidão

produz menos, do que a liberdade. O preto não trabalha. Disseram ao articulista que os brancos, estabelecidos em diversos pontos do interior, abandonam as feitorias para se empregarem no mistér de carregar mohambas ao hombro?

E' o preto que vem do interior para tratar com europeu, trazendo tudo quanto é objecto de commercio. Argue-se o preto de falta de sensibilidade moral afinada pela dignidade, para inferir d'ahi a sua inferioridade, a ponto de opinar porque os seus magarefes estejam á primeira voz promptos a esfoltar craneos humanos a preço d'algumas macutas.

E' necessano mostrar a esses negreiros tresloucados, que desmentem o que alguns sabios preocupados querem fazer passar por dogma, referindose ás qualidades do preto, a quem suppõe incapaz de actos dignos de louvor.

O preto nasceu no convivio de homens estupidos, não conhece os beneficios da civilisação, nem lh'os fazem conhecer, porque é um instrumento adquirido para o trabalho barbaro. O branco já esteve nas mesmas condições de embrutecimento.

Agora, sr. articulista, ha mais de 400 annos de occupação; em que parte da provincia se acham montadas escolas para o ensino litterario e moral? Se o articulista não lh'as deu, como exigir d'elle ? E' um contrasenso boçal que atira de cangalhas com a sua philosophia piranga.

Cameron em 1873, na sua travessia, encontrou em Bagamoio, aldeia insignificantissima, uma escola frequentada por trezentas creanças educadas em diversos e uteis misteres - uma escola de raparigas sob a vigilancia d'uma irmã da caridade, e estavam se erigindo uma nova capella e um novo edificio para habitação e escola.

Quando se viu por cá isto ?

Serpa Pinto, na sua conferencia no Theatro da Trindade, disse: «Como ia contando, era muito precario o estado de minha saude, e quem me salvou, deixando-me, com tudo, quasi anémico, foi este

«Verissimo Gonçal ves (mostrando um preto), ... Verissimo Gonçalves e um preto, que se achava no hospital e que devia ser branco, trataram de a organizar (a expedição). Mais adiante fallando de Catraio, outro preto da expedição. «Este preto, que tenho a satisfação de apresentar, fez-me uma grande tratantada, porque elle não é bom, mas prestou-me tambem bastantes serviços. «Hei de contar dois exemplos da sua dedicação, que talvez muitos branco de classe um pouco inferior não tivessem para commigo».

Os pretos prestaram-lhe serviços, eram-lhe dedicados, mas isso não era nada, faltava-lhes a qualidade de branco!

E' preciso ser muito injusto e muito baixo de sentimentos!

Capello e Ivens teem os seus negros na travessia de Angola á contra-costa aos quaes dedicam mais ou menos phrases de affecto; e de Antonio Carlos Maria, sobre tudo, dizem o seguinte:

«Esta eventualidade feliz teve ainda um outro resultado, que foi travarmos relações com um joven africano Antonio Carlos Maria, que depois fez connosco a travessia á contra-costa na qualidade de caçador, e, seja dito sem reboço, pela sua audacia e energia nas carreiras cynegeticas, dez vezes salvou a expedição d'um dos mais desgraçados fins - a morte pela fome! -Antonio Carlos Maria é a perola dos rapazes africanos ... »

O sr. Sezinando Marques acompanha os outros viajantes, peoneiros da civilisação, e descreve com uma tal emoção e tal força de verdade e convicção o sentimento do seu animo bem profundo pelos serviços e dedicação que lhe prestaram dois entes boçaes na expedição ao Muatyanvua, é d'esses entes que o articulista afoga sem misericordia nos enfatuados palavrões occos de sentido, palavras bombasticas.

E para o leitor conhecer bem a força de ex-

pressão, não resisto á tentação de a transcrever aqui:

«A minha criada Henriqueta, uma selvagem, conhecedora do sertão, contando, que não longe viriam ainda dias para mim de mais rigorosa abstinencia, foi nas horas vagas aproveitando o tempo para, á custa de muitas privações, organizar uma dispensa provida d'um só genero, mas que me servia de grande recurso, quando fosse affrontado com essa época ainda mais calamitosa. Henriqueta tinha um olfato finíssimo. Onde lhe cheirava a campo de mandiocas lá estava cabida, com a enxada para a exploração e um cacete para o que desse e viesse. Se não estava ninguém na propriedade, entrava-lhe como em paiz conquistado, fazia *honestamente* um roubosito soffrível e retirava-se socegada, sem que ninguém a incomodasse; se, porém, estava o dono e era lorpa, ella, com uma grande labia, convencia-o a que *mueneputo* tinha direito a compartilhar com elle nos productos da sua propriedade; mas se o homem das mandiocas era refilão e não se deixava adormecer com palavriados, eram ellas, no caso sujeito, disputadas a muito socco e cacetadas, mas não me voltava ao acampamento, sem trazer, pelo menos, duas ou tres raizes, que rasurava, esprimia e succava , ou finalmente, que reduzia a farinha. Esta mulher prestou-me serviços importantes. Quantas vezes aconteceu, e quão vulgar foi na retirada, quando ao meio dia, ao descansar d'uma futigante marcha de 5 ou 6 leguas, ainda mal tínhamos armado nossas tendas, todos extenuados de fadiga, já ella com o suor ainda não enxuto, atirava comsigo ao primeiro riacho que se lhe deparava, e aqui com agua até ao pescoço, por largo tempo em luta com a corrente, pescava alguns pequenos peixes com que me fazia escassa refeição. Como nem sempre a provisão de peixe era certa, alongava na alternativa as suas excursões até onde pudesse encontrar uma espiga de milho, uma raiz de mandioca, ou um punhado de ginguba com que voltava ao acampamento,

para depois de assados ou cosidos me offerecer. Não menos dedicada me foi tambem a praça nº. 49 Antonio Manuel, de uma das companhias de caçadores 3, mais conhecido pelo nome de Quinda.

«Nos mais dias de grande necessidade, privava-se d'um *bombó*; não bebia nem uma caneca de *maluvo*, porque tinha mais satisfação em me vir trazer estes alimentos. Em marcha, muitas vezes tirava do bernal um bocado de mandioca cosida, que dividia em duas porções, uma mais pequena, que era a sua parte, e outra maior para mim, e mostrava profundo desgosto quando eu tentasse rejeitar-lh'a.

«São dois nomes bem humildes, o de uma mulher selvagem e o d'um soldado africano, de quem não me esqueci logo que lhes pude fazer sentir a minha gratidão; mas que nada é para quem, como eu desejo mostrar ao mundo, que não deixei no olvido e que já mais se me apagarão da memoria esses dois obscuros entes, que me foram tão sympathicos, tão uteis e tão dedicados.

«Vivem lá nas terras do hemispherio do sul, pelo interior das cerradas florestas da provincia de Angola, não sabem lêr, não conhecem as bellezas do mundo civilisado, nem ao sertão vae retumbar o rumor das letras, portanto, não é para lisongear a sua vaidade, que acabo de gravar esta recordação singela.

«Mas seja tão somente um monumento moral, modesto e sincero, levantado á heroica dedicação dos dois entes companheiros, Henriqueta e Quinda.

«Com estes nobres exemplos, que o europeu não diga em absoluto, que a raça negra é refractaria á dedicação, que ella não é susceptivel de se sacrificar pelo europeu, ou que se recusa a prodigalisar-lhe affectos. Se estes exemplos são raros, tambem não são vulgares os grandes affectos dos serviçaes europeus por seus patrões.

«São classes unidas pelos interesses e deveres, e não pelas sympathias; portanto debaixo d'este ponto de vista, não se nota differença nas qualidades affe-

ctivas das duas raças; creio-as desenvolvidas no mesmo grau».

Então que lhe parece isto, minha alma de lobo? E' preciso não desmentir os sabios enfatuados da sua toleima. O negro não é capaz de coisa alguma - *causa finita est*.

Serpa Pinto, na conferencia de Sorbonna, á força de inventar e deprimir a raça africana, provocou um incidente comico. O orador havia dito, que nos paizes quentes as mulheres nos seus rudes trabalhos andavam com os filhinhos ás costas, e notou que os pequerruchos andavam constantemente inclinados com a cabeça á direita, e accrescentou: talvez seja esta a razão porque os negros chegando a homens tem sempre a cabeça inclinada á direita. Neste momento, todos os olhares se dirigiram para um negro, bem vestido, bem civilizado, por isso que se achava na primeira fileira do auditorio, e coisa engraçada, aquelle dichote foi ao encontro da theoria de Serpa Pinto; o negro tinha a cabeça bem erecta e parecia mesmo não ter comprehendido a chacota do orador. Isto fez rir muito. Está mesmo na linha de conta, o articulista.

Civilisar o preto! Elle, o refractario á sensibilidade moral, á dignidade, ás letras, ao sentimento religioso?! E' uma utopia. No entanto Cameron falla-nos da escola de Bagamoio, a que já nos referimos. Veja-se se na provincia póde encontrar-se um estabelecimento de qualquer ordem, e no genero, que se possa comparar com aquelle a que se refere Cameron? Serpa Pinto, explorador portuguez, chegando á região do sul do lago Ngami, no paiz dos Ba-Manguato encontrou Cama, chefe d'este povo: é christão, o seu povo também o é. Eu transcrevo: «A cidade é Shashong, tem 30:000 habitantes. São 30:000 pessoas, que vão ouvir no campo a missa do missionario protestante. Os homens cultivam a terra, servindo-se de charruas, aceitam letras e cheques inglezes, havendo negociantes que mandam recebe-las ao Natal ou ao Cabo. A civilisacão d'este povo deve-se

principalmente a tres padres protestantes, Price, Mackenzie e um outro. Esta tribu está mettida entre tribus selvagens. Veja-se a conferencia na sala da Trindade, em 16 de junho de 1879.

Ora é preciso notar que Livingstone visitou em 1849 este povo e era ainda selvagem; no percurso de 29 annos 30:000 negros estavam civilisados, correspondiam commercial e literariamente com os mundos civilisados, emquanto que Angola, occupada ha mais de 400 annos, continua toda ella embrutecida, porque os philosophos pirangas dizem que é impossivel o progresso intellectual dos negros, como o é o seu estado de sociabilidade, e não vêem que as duas republicas, a de Haiti e da Liberia, compostas de negros, teem-se governado com leis sabias, e não reparam que a França, tendo aprisionado o rei de Dahomey mandou-lhe educar os filhos dos quaes dois foram premiados nos lyceus daquellas, possessões um em geographia, outro em mathematica nos lyceus duma das Ilhas Martinicas. Ha tantos annos está occupado o Zaire, e até hoje ainda se não consegue fazer entrar a barra d'aquella arteria fluvial um barco a vapor, emquanto que os belgas, mais recentes, fazem sulcar pelo rio vapores em exploração commercial e aproveitam todos os productos com muita vantagem, devida ás pautas alfandegarias, e porque é preciso que se diga a esses jornalistas de nova especie, que o preto *indolente* não faz questão de palmilhar leguas, apesar d'uma alimentação exigua, para chegar ao ponto onde melhor lhe paguem o producto do seu trabalho. E queixam-se de que o preto não traz agora borracha; nem ha de traze-la pelo motivo já apontado, e porque sangrando-o todos os annos, levando-lhe milhões de braços para S. Thomé, d'onde nunca mais voltam, num futuro mais ou menos afastado, tem que se mandar brancos para substituir o vacuo que o negro deixa, ou cruzarmos os braços na apathia geral, a que estamos sendo condemnados todos.

Estas caçadas á raça e outras violencias de igual

jaez, tem resolvido muitas tribus a não aceitar uma civilização fundada numa politica egoista d'algumas nações européas, porque, entregando-se a principio á influencia, á palavra fluente do missionário, fallando em nome de Deus e de uma sociedade, que se apresenta na apparencia cheia de santidade, rodeada de virtudes, nada tinham os naturaes (*ulgavam*) que receiar do branco, mas viram, na tendencia constante ás usurpações, um meio prompto da sua aniquilação, e, portanto, que a chamada civilização não passava d'uma serie de theorias sem significação alguma pratica.

Proseguindo ainda na refutação, diz o articulista nuns remendos de idéas, no n.º 5 do jornal, que C. C. Branco, escrevendo no romance, que o gallego era o animal mais parecido com o homem, não teve na mente offender a gente ilustrada d'aquella provincia hespanhola, o que seria um insulto aos sabios e poetas d'aquella nacionalidade; alvejou tão sómente o gallego lorpa, por isso no seu primeiro artigo elle só dardejou o preto boçal.

Não tenho notícia do romance sobre o galego mas o articulista deve saber que ha uma certa classe de escriptores publicos, que se permitem certas liberdades, que não offendem, o que se deduz do contexto da obra, do pensamento do autor, das razões independentes, que extremam as situações.

O articulista em phrases bem claras, accentuadas, abusando da superioridade, que lhe dá o direito de dominador, e portanto não reconhecendo razões de independencia no dominado, a quem pretende reduzir á condição de besta de carga, medindo o preto e o mulato pelo fio de seu alfange exterminador, frisou brutal e intencionalmente a indolencia, o vicio, a inferioridade, a insensibilidade moral dos naturaes, sem fazer excepções, aliás necessarias, escrevendo sobre um ponto tão melindroso. O articulista só teve em mira atirar ás faces dos naturaes insultos, affrontas e villezas de que a historia não fornece exemplo, que algum jornalista, educado e

illustrado de paiz civilísado as tenha jamais escripto publicamente contra um povo ultramarino da mesma nação; pois escreveu com uma imprudencia incrível o seguinte:

Antes de tudo, o castigo severo do branco por motivo de simples offensas ao preto, sendo deprimente do homem, é consequentemente exautorador da raça. Secundariamente, é attentario da autonomia patria. Assim se perderá o prestigio da dominação, assim se preparará um futuro de muitas acerbes prouações á colonia portugueza.

Sobre quem recae o dominio portuguez?

A mais achatada intelligencia, o preto mais boçal responderá: sobre todos os naturaes da provincia, e o articulista em tergiversações vergonhosas, diz, que não foi tenção sua offender os naturaes civilisados! A que interesses mesquinhos obedece a sua penna, funesto escriptor?

Este pygmeu em intelligencia, em estudos, em talento, na educação, em politica, no senso commum na sensibilidade moral e em tudo que seja ordeiro, elle, que talvez ha sessenta annos não se achava ainda dependurado, propõe-se agora a dar ao mundo inteiro o spectaculo hediondo de mandar pelos seus magarefes esburgar craneos humanos, como medida efficaz para evitar acerbos prouações á colonia portugueza, e assegurar a paz contra os pacificos e inoffensivos naturaes da provincia, descoberta ha mais de 400 annos, em permanente obediencia á metropole?

D'este pedantismo á demencia ha um palmo!

Por fim, o façanhudo anarchista de theorias exterminadoras da raça, escreve á gandaia, sem figura nenhuma de polemica, velada pelo espírito de bom senso e criterio, estes desconchavos: «*Ai dos brancos no dia em que os pretos souberem que pelo crime de homicidio tem direito á boa aposentadoria a expensas do estado. Que outro meio não procurarão elles jámais de governar a vida. Ai de nós, tambem, como dos prelos que se egualam connosco, no*

dia em elles souberem que, cravando-nos uma faca no peito, ficam forros á vida de galés, que levam nas roças e asseguram o seu sustento por longos annos.

Ai de nós, então.»

Já viram philosophia mais pantagruelica?

Gosos, sempre gosos, prazeres, sempre prazeres, do coração, dos sentidos, das algibeiras, ignobilmente bestiaes ; mas que sejam prazeres á custa do negro, que trabalha a chicote; é preciso extermina-lo, para exemplo dos outros. O vasto continente negro offerece um manancial para a substituição; a vida é curta, é preciso gosar. Deus não se relaciona com o homem mediante a consciencia, que fugiu espavorida d'uma alma carbonisada pelo crime; matar por instincto, por divertimento mesmo *uns individuos, que parecem homens* (di-lo o articulista) que acção benemerita!

São d'este feitio esses especuladores, que procuram a Africa antes de ser enviados pelo poder judicial; vêem ferro onde ha só sagrados direitos a defender. Ha dois annos, pouco mais ou menos, um subdito allemão mata no interior d'Africa um preto que era seu criado; instaurou-se-lhe o processo, é condemnado á prisão de 8 annos o criminoso; o processo sobe á sancção do imperador, este aggrava-lhe a pena.

E um monstro qualquer, que se não sabe d'onde veio, e que nestas paragens são os que deitam figura, intitulado-se a expectação das gentes, pyrilampo das nações para reformar as leis, com as quaes o mundo social ha milhões de seculos se rege, tem a audácia de affirmar que o preto (note-se que lhe dá de comer) apenas se parece com o homem; mata-lo é santificar os direitos mais sagrados do assassino! E' d'um cynismo sem igual.

Futuro galeriano, sonha, que o preto ha de assassina-lo, portanto conta assassinar elle primeiro o preto.

Para traz, alma de lobo, socegue; apesar de se

julgar entre figuras que se parecem com homens, destitui dos de sensibilidade moral, afinada pelo sentimento da dignidade, muitos europeus, estabelecidos aqui ha muito tempo, preferem a visinhança d'essa gente boçal á do europeu de infame especie, com o qual o articulista fez entrar em paralelo, deixando ganhar vantagem a este no grau de sensibilidade moral.

Fique certo d'isto.

Quando o illustre marquez de Sá da Bandeira, de muito boa memoria, com os seus collegas no ministerio, referendava o decreto de 10 de dezembro de 1836, os negreiros fizeram espalhar, que os indigenas formavam planos para assassinar o elemento europeu. Balela.

Na execução do decreto de 30 de dezembro de 1854, declarando livres os escravos do estado, appareceram os mesmos rumores.

A ordem não foi alterada. A carta de lei de 30 de junho de 1856, dando liberdade aos escravos das camaras, os esclavagistas voltaram á carga. Pelo decreto de 29 de abril de 1858, fixando em vinte annos para a completa extincção da escravidão; os da panellinha espalharam os mesmos terrores.

O que aconteceu? Os antigos amos dormiam, como agora, a somno solto; se algumas vezes se altera a ordem neste ou naquelle ponto, é mais devido aos maus tratos que o indigena recebe.

Em 26 de março de 1901 um João ninguem buzina pela imprensa «o preto quer matar o branco».

Por amor de Deus! Não se metta a fallar em coisas que não entende; não faça gemer os prélos sob o peso de desacertos.

Disfructe o seu ordenado, ou aquillo que possa grangear pela sua profissão, ou então, recolha-se ao hospital.

Icolo e Bengo, abril de 1901.

Á GAZETA CIVILISADORA D'AFRICA

E' certamente honra demasiada que damos, respondendo ao autor do artigo de fundo publicado no n.º 4 do jornal *A Gazeta de Loanda*.

E, francamente, se não fosse a idéa de que o jornal corre mundo, e que esse *mundo*, notando o nosso silencio sobre um tão revoltante insulto, lançado ás nossas faces, poderia qualificar-nos desfavoravelmente, o artigo ficaria sem resposta, por o autor não ser digno d'ella.

Respondamos, portanto, e provemos assim, que, não obstante vivermos sob um jugo, temos ainda a, dignidade necessaria para inflingir o castigo, de que um *quidam* qualquer se torne merecedor.

*

*   *

O preto boçal - diz o artigo - não se parece com o branco bocal senão na forma. E mais abaixo: « E' fundamentalmente necessário partir do prin-

cipio de que o preto não é perfeitamente um homem...»

Lê-se e não se acredita!

E' necessario ter-se o espirita completamente obcecado pelo mais arraigado odio de raça, para que se possam escrever taes sandices.

O preto boçal, de facto, não se parece com o branco boçal, senão na forma, porque este vicioso, faccinora, sanguinario, é a antithese do preto - a candura, a submissão, a pacatez personificadas. A attesta-lo temos a horda de brancos, que os vapores da empresa nacional despejam todos os mezes para esta provincia, e a indifferença com que o preto recebe tudo quanto se faça e diga d'elle, por mais aviltante que seja, sem que mostre uma talou qual velleidade de revolta, embora sinta essa necessidade.

O preto não é perfeitamente um homem ... Mas afinal o que é um homem?

Homem, que nós saibamos, é um animal racional da especie dos mammiferos, um ser humano. Ora, não havendo na zoologia separação de generos humanos, o preto não póde deixar de ser um homem, dotado de razão e liberdade como é o branco. E a comprovar esta asserção, temos A. F. Nogueira, que diz no seu livro *A Raça Negra* que «o homem constitue uma só especie...» e mais adiante «o homem, branco na Europa, negro na Africa, vermelho ou acobreado na America ...», sendo tarnbem d'esta opinião, como aliás é a de todos os homens cultos, um francez, M. Bernier.

Em vista d'isto, o autor do artigo em questão, ou quiz tão sómente evidenciar o seu entranhado odio ao africano, ou demonstra a sua incompetencia para tratar de assumptos de uma tal importancia.

Mas, continuemos:

«Inflingir a um branco, porque em hora de desespero esbofeteou um preto, a mesma pena que se importaria ao branco que bateu ao branco, será um acto rasoavel, justo? Não é».

E vem isto escripto num jornal de que são proprietarias, segundo se diz, intelligencias sisudas!

Mas não é rasoavel, nem justo, porque? Pela razão de que o preto não é homem?

E' baixo, é vil o ente que alberga em si taes sentimentos!

Se o marquez de Sá da Bandeira surgisse do tumulto e tivesse lido isso, ficaria envergonhado, vendo um que se diz branco e branco portuguez vomitar tanta estulticia, e tremeria, como nós, de indignação, elle, que no seu opusculo *A Emancipação dos Libertos*, disse: «E' de interesse geral do estado, e bem assim do interesse particular dos colonos de raça europêa, que aos indigenas se dê um tratamento igual aquelle que recebem os mesmos colonos». E em seguida «e este sentimento (a affeição dos povos dominados), somente poderá difundir-se, sendo imparcial a distribuição da justiça, e procedendo-se de maneira tal que os indigenas adquiram a convicção de que, quando recorrerem ás autoridades portuguez as, hão de achar nellas protecção e benevolencia». E ainda mais «... e quando a lei proteger imparcialmente, tanto os brancos como os negros, é provavel que nesta provincia (Angola) succeda o que acontece em Natal; augmentando assim os braços, que poderão empregar-se na cultura.»

Lêram? Lêste tu, abjecto autor do artigo da *Gazeta de Loanda*?

Assim escreve o liberal, o homem, que longe de alimentar sentimentos despreziveis, como o odio de raça, nutria em larga escala o sentimento do bem e da justiça!

Que contraste entre esse grande vulto e tu, ignobil branco!

«Metter um preto na cadeia,- continua o *grrande* escriptor - porque delinquiou, é castiga-lo»? E mais abaixo: «Metter em ferros d'El-Rei um preto que delinquiou, assassinando, roubando, ferindo, offendendo a moral publica por acções ou palavras,

não é applicar-lhe um castigo; é antes incita-lo ao crime, é lisongear-lhe o instinto, é dar-lhe premio. Pois qual é o ideal do preto, senão comer sem trabalhar? Qual é a sua lei, a sua norma de vida, o seu superior anhelos?

E' realmente preciso sermos dotados d'um sangue frio excepcional, para, ao lermos taes insultos, nos não sentirmos com tentações de esfregar o jornal na cara do escrevinhador impudente.

Então não é um castigo o metter-se na cadeia um preto, porque delinuiu? Admira, porque se assim fosse, desde 26 de março findo (data do n.º 4 da *Gazeta de Loanda* que as prisões estariam repletas de pretos, por ... -- ora, por bem pouca coisa e justa - por terem feito com que os seus porretes tomassem conhecimento com as tuas costellas, homem da *Gazeta*.

E metter em ferros d'EI Rei um preto é incita-lo ao crime, é lisongear-lhe o instinto, é dar-lhe premio? E' inacreditavel isto! E assim escreve um homem que nasceu num paiz em que o crime é a questão do dia.

Se o metter-se o preto numa cadeia é incita-lo ao crime, é lisongear-lhe o instinto, é dar-lhe premio, o que diremos nós de vós outros, brancos de ínfima especie, que na Vossa terra uma hora depois de sahirdes da cadeia estaes nella outra vez, por haverdes commettido novos crimes? Não será isso devido ao horror que tendes ao trabalho (visto que na cadeia come-se e não se trabalha), horror que tu, da *Gazeta*, attribues ao preto? Evidentemente.

O preto não trabalha! Mas que queres tu, e todos os da tua opinião, que o preto faça mais?

Elle carrega machila, está desde manhã até á noite, conduzindo volumes á porta da alfandega, é criado, artista, vem de muito longe com generos coloniaes para ser explorado pelos brancos, e ainda se diz que o preto não trabalha! Então se isto não é trabalhar, o que é? E se elle não faz mais, se não pega mão da penna para applicar um castigo rigo-

roso aos que o provocam, de quem é a culpa: Do governo portuguez. Tu, branco da *Gazeta*, nas condições d'elle não farias a mesma coisa? Certamente, que sim, pois que não tendo ambições, como elle as não tem, contentar-te-hias com a exigua paga que recebemos pelo seu trabalho diario.

«Estou convencido - escreveu Joaquim Guedes de Carvalho e Menezes, então presidente da Relação de Loanda¹ - de que a indolencia que hoje se attribue ao preto é devida, na maior parte, á convicção que tem de que os seus esforços e trabalho não resultam em seu beneficio, mas em beneflcio de terceiros.»

Ouçamos agora Nogueira na sua *Raça Negra*: «Diz-se, e nós levantamos aqui esta asserção, porque convem destruir todos os preconceitos que nos fazem olhar o negro como elle não é, que o indigena das nossas possessões d'Africa prefere estar preso a trabalhar. E' a mania constante de caracterisar toda a raça por qualquer facto particular. Ha negros que com effeito preferem estar presos a trabalhar; mas quaes são? São os que vivem sujeitos ao trabalho, como nós lhe impomos, sob um regimen cruel, e sem uma remuneração sufficiente. O branco collocado em identicas circumstancias faria o mesmo. Mas póde dizer-se outro tanto do negro gentio livre? Os serviços voluntarios que elle presta ou executa, desmentem completamente semelhante asserção. O homem que por um sol abrazador, ou sob um diluvio d'aguas, transpõe, com um pesado fardo ás costas, um espaço de 60 e mais leguas, comendo mal, dormindo mal, caminhando por veredas intransitaveis, nas quaes ás vezes nem encontra agua para beber,- que tal é o serviço do carregador em Africa,-e tudo isto pela insignificante paga de 25 réis por legua, ou 1\$500 réis dos Gambos a

¹ *A Emancipação dos Libertos*, opusculo do marquez de Sá da Bandeira.

Mossamedes, um homem nessas occasioes não só trabalha, mas trabalha muito e barato».

E depois de transcrever d'uma estatistica o movimento commercial e agricola de Angola, accrescenta:

«Se se attender a que alguns d'estes artigos, como a ginguba, o azeite de palma, a borracha, a gomma copal, a cera, etc., são devidos ao trabalho exclusivo do negro, e que outros como o café e o algodão lhe são ainda devidos em parte, não nos referindo senão ao seu trabalho livre, havemos de reconhecer que é pelo menos exagerada a idéa que se faz da sua inercia e da sua indolencia».

.....

.....

.....

«O que temos nós feito, para crear no negro o amor ao trabalho? Nada, absolutamente nada, ou o contrario do que devíamos fazer. Como escravo sacrificamo-lo, como livre expoliamo-lo, e como elle não aceita a nossa tyrannia como um beneficio, e ainda em cima no-lo não agradece, dizemos então que elle é inimigo do trabalho e incapaz de se civilisar! »

E noutro lugar: «Por mais que se amesquinde o negro, por mais que se pretenda rebaixa-lo á simples condição de animal, elle é um membro importante da familia humana».

O que dizes tu a isso, branco? Nada, é claro; porque os burros velhos não se desapegam tão facilmente dos vicios adquiridos.

*

* *

Como conclusão, devemos dizer-te, que és um cobarde, homem da *Gazeta*!

Sim, cobarde! porque um artigo escripto com a convicção da impunidade, não revela senão uma grande cobardia.

E conscio de que te não resultaria o minimo mal pela publicação d'esse artigo, pois estás convencido que de nós nada poderá haver, e se houvesse alguma coisa lá estariam os mandões para castigar os *atrevidos* que tivessem a *ousadia* de desaffrontar-se d'um insulto; conscio d'isso, não hesitaste em deitares a tua peçonha sobre os inoffensivos pretos. Mas... enfim, atraz de tempo, tempo vem.

Loanda, abril de 1901.

REPLICA

Se ás vezes traz a verdade
Algum dissabor comsigo,
Aquelle que, das que digo,
Não mostrar nunca vontade,
Tenha ao menos por prudencia
Paciencia.

(P. CABRAL).

Com o titulo *Contra a ley, pela grey* um artigo de quasi tres columnas, no n.º 4 da *Gazeta de Loanda*, de 26 do mez proximo findo, no qual, o seu autor, sem ninguem lhe ter feito mal algum, vomita toda a sua bilis pestifera e fedorenta contra a raça africana, pois,- « não pode considerar comogente o preto, nem consentir que as leis lhe aproveitem !»

Proseguindo no seu vomito, «accusa-o de indolente, compara-o com os animaes irracionaes, pede ao governo os castigos corporaes para os seus delictos,- porque te-lo na cadeia é premia-lo», e conclue, por pedir a quem competir a remodelação das leis actuaes, por *attentatorias da autonomia patria, exautoradora da raça e causa da perda e prestigio da dominação*.

E, fazendo as suas considerações e commentarios, deseja o digno articulista, que as offensas commettidas pelo branco ao preto sejam punidas por

sentenças pecunianas e summarias, sem apparato vexatorio nem escandalo para o branco».

Eis o que é o jornal *Gazeta de Loanda!!!* ... E porque é todo este odio de raça?

Porque o articulista na terra do branco nunca foi ninguém; e, talvez, que a sua maior profissão, na sua terra, fosse a de moço de recados. Vendo-se, pois, guindado ás alturas de funcionario publico na terra do preto, está como o outro ... *arrota, pelintra, faz-te lord*; porque, sr. articulista (aqui para nós), é na terra do preto onde se ganha dinheiro e onde o preto boçal aprende a ser gente, isto é, a ser civilisado. Não quero dizer com isto, que o sr. articulista, que sabe escrevinhar, esteja para mim na conta dos brancos boçaes, longe e bem longe d'aqui o meu pensamento; mas, francamente lhe digo, que o branco civilisado não tem comparação alguma comsigo; porque, os seus bons sentimentos, a sua fina educação, e, além d'isso, a sua dignidade e brio (o que parece em si nada existir) não o aventuraria a insultar um reino inteiro, dez vezes maior que Portugal, d'urna gente tão pacifica, como não ha exemplo no mundo.

Não é ignorado de ninguém, que o odio de raça predomine num ou noutro branco civilisado, mas, este, embora o sinta, não o manifesta.

*

*   *

Se se não soubesse que na *Gazeta de Loanda* figuravam brancos um tanto illustrados, ter-me-ia deixado ficar em silencio, não obstante o arrojo do articulista ter chegado ao auge do insulto; e, aos que me interpellassem sobre os dislates contidos no artigo a que ora me venho referindo, como Camões, «cantando, espalharia por toda a parte, até onde me ajudasse o engenho e arte», a linda quadra da poetica marquezia d'Allorna, muito a proposito:

.....
 .....
 Que importa o que diz um asno ?
 Enfadar-se é parvoíce.

Mas, tendo algumas luzes e, sobretudo, dignidade e brio, o meu silencio seria um consentimento ou uma traição aos meus patricios, o que jamais quereria que pesasse sobre mim; porque eu desejo deixar bem consignado o meu protesto solemne. Não me posso calar ante tantos insultos e dislates, publicados por um jornal, que, ao iniciar-se, jurou ser a sua missão o progresso d'Angola, sua civilização, agricultura, commercio e industria; e logo ao 4.º numero sae com insultos d'esta ordem, sem pés nem cabeça!

Todos leram o n.º. 1, parecendo-me que ninguem ainda se esqueceu das suas promessas no artigo de fundo; sendo certo, que nenhum leitor recusaria a sua assignatura a um periódico dumas doutrinas tão sãs e tão captivantes,

Pura phantasia: apparatus de ocasião!

Leiam agora os n.ºs. 4 e 5: que contraste!

Emquanto no n.º. 4, qual tigre, provoca o leão numa arremetida, no seguinte numero, recua, só com o espreguiçar, d'este, fazendo excepções, e porque as suas doutrinas não se entendem com este, mas sim com aquelle, etc.

Perceberam-no?

Todo o louco mau, na furia, bate e descompõe tudo e todos; no estado apathico e normal, pede desculpa e, se commetteu isto ou aquillo, foi por causa da allucinação....

*
 *   *

Deixemo-nos de illusões. Compreendamos um pouco as coisas como ellas devem ser. O tempo das cantigas e dos apparatus já lá vae.

A Gazeta de Loanda foi creada para arma defensiva ou offensiva, conforme o papel que os seus redactores lhe queiram dar, e para servir de interesse a tres ou a quatro individuos.

O seu artigo do 1.º numero não foi mais que uma *chantage* muito bem armada ao incauto leitor, para o fazer escorregar mais depressa com os cobres para uma assignatura; tudo o mais são expressões de bric-a-brac para engrinaldar o assumpto, com alguns floreios de rhetorica e muita treta.

Isto é uma verdade incontestavel.

Que me desmintam.

Que quer mais o articulista exigir do preto, essa machina do branco, para, com toda a imprudencia e descaro, o accusar de indolente?

E' elle quem dá o dinheiro ao branco, porque lhe agricultura o café, cacau, borracha, cana saccharina e outros generos d'alto valor no estrangeiro, provincia e reino; é elle quem o cose, engomma e lava, porque ainda não vi branca alguma que se abeirasse da bahia, rios Quanza, Dande, Bengo e Lucalla e aqui lavasse a roupa; é elle quem trata da hygiene e salubridade publica, porque ainda não vi branco algum transportar ou varrer as ruas da cidade de Loanda ; é elle quem lhe cosinha, porque raras são as casas em Loanda que tenham cosinheiros brancos,- d'entre cem conta-se uma; é elle quem mantem a mór parte do exercito, porque lhe dá a farinha; é elle quem carrega o branco dentro e fora da cidade, porque ninguem desconhece o carregador da maxilla e da typoia ; é elle , ernfim, que faz todos os serviços até nas repartições publicas! porque o branco, acostumado a ser mandarim ou gran-pachã, desde o livre até ao condemnado, e a proteger a superioridade de raça, não se mexe, e a mexer-se, olha sempre em redor com receio que lhe caia algum parente em deshonra!

E' verdade, quanto a esta parte, que ha muitas excepções. Mas quem me diz, a mim, que o articulista não esteja neste numero?

Ninguém, nem mesmo a brincar, póde contestar que não seja o preto a machina do branco, e que a este lhe faz todo o serviço; tendo como pagamento o chamarem-lhe indolente, ou darem-lhe ainda por cima alguma carga de chicote, com a recommendação de - *vae-te queixar ao consul.*

O articulista quer leis differentes para o preto, pois *não pode admittir que um branco seja punido com cadeia, quando esbofeteie um preto, e quando venha, por ventura, a ser punido seja esta punição a dinheiro, mas isto sem apparatus vexatorios, sem escandalo e o mais summariamente possivel (!).*

Esta pretensão, que o articulista devia pedir para os seus, para os da sua terra, além de ser intempestiva, é insólita e bem mostra o grande odio de raça.

Póis, a razão manda que a missa bem ordenada comece por nós: porque é que o articulista não principia primeiro por Portugal, e especialmente pela terra natal (pois ha de lá haver muito brutinho, louvado seja Deus) aonde, não obstante os milhares de escolas regias, ha mais de $\frac{2}{3}$ da população sem saber ler nem escrever, e sem o dom do discurso?

Se ha em Angola, pretos boçaes, semelhantes aos animaes (como diz o articulista), permitta-me que lhe diga, que peor gente ha em Portugal.

Cá e lá mais fadas ha.

Para se descarregar do insulto, atira-nos com Camillo Castello Branco, o grande mestre das letras portuguezas.

O burro depois de cançado de dar couces, começa a ornear para se livrar da tosa; assim é o articulista.

Aquelle mestre, que apenas se referiu ao gallego, e que o considerava como animal com a configuração de homem, lá tinha as suas razões. Por certo que elle sabia de geographia e historia, e se elle tivesse em mente referir-se ao preto, tambem o faria; mas é que elle d'este não tinha razões algumas, porque se os filhos d'Africa, o preto e o mulato, não

estão na maior parte civilisados, não é culpa d'elles ; mas sim da politica dos seus governos, que, dominando isto ha 400 annos, não tem uma escola secundaria! Porque, se tivesse alguma escola superior, havia de o articulista ver, com magua, todos os angolenses possuírem um curso; e, então... ai! de vós, articulista, bem poderieis tratar de andar nos pésinhos para vos não correrem qual cão damnado, ou qual animal felino!

Os africanos que teem ido receber educação ao estrangeiro ou a Lisboa, teem bem mostrado os seus estudos e a sua intelligencia; haja vista nos drs. Sardinha, Ildewige, Tavares, Oliveira e Collaço, officiaes da armada Araujo, Carlos de Mello e muitos outros.

Ora, em Portugal, as escolas abundam aos milhares; que desculpa apresentará o digno articulista para me responder e justificar os milhões de ignorantes que lá existem?? ..

Com o preto de Angola da-se o contrario, como já dissemos; e para o civilisar dão se-lhes verdugos e carrascos brancos da sua espécie, que por uns vintens e promessas ardilosas, o empandeiram para S. Thomé, onde no fim de 2 ou 3 annos estica o pernil!

Já me ereis asqueroso na figura, sr. articulista; mas agora, que me destes a entender o vosso odio de raça pelo preto, sois por mim considerado como um abutre. O que vale é que a sua rhetorica não passa além do Caes do Neves.

Eu considero todo o jornal que cumpre com o seu dever, como o órgão defensor do povo, seu pharol, seu guia, mas, quando trilha caminho errado, tenho-o como um pasquim ou guardanapo util para uma só vez.

E sois vós, articulista, que ousaes pedir *remodelação de leis para o preto, a fim de o branco se livrar das penas da cadeia quando maltrate aquelle?*

Quem é o verdadeiro criminoso, é o branco ou o preto?

Que gente habita em maior quantidade nas fortalezas de S. Miguel, S. Filippe do Penedo e S. Pedro da Barra? São brancos ou pretos?

Quem são os envenenadores, os assassinos, os ladrões, os gatunos, os vadios, os falsificadores, os estupradores e outros?

Serão os pretos? Creio, que não.

Sr. articulista, além de curto na intelligencia, sois imprudente.

Imprudente, porque offendestes uma raça que nunca vos fez mal, antes vos considerou e vos elevou á altura de gente.

O preto boçal, com toda a sua boçalidade, não é assassino, nem ladrão. Esta asserção, provam-na as estatisticas officiaes; o que já não succede com o branco boçal, que é gatuno e assassino, por condição; envenenador e falsificador por ambição; e gatuno, por vicio.

Estas verdades confirma-as o sr. dr. Ferraz de Macedo na sua *Galeria dos Criminosos Celebres* ou *Manual de Criminologia* e demais documentos officiaes.

Quanto á indolencia do preto, peço ao articulista para ouvir um pouco o sr. Antonio Urbano Monteiro de Castro, um europeu, homem intelligente e illustre, no seu jornal *A Civilização*, sob n. o 7, de 1867:

«Não digam, repetimos, que o preto livre não trabalha.

«Não ha por esses muceques de Loanda, por esses arimos do Bengo, centos de pretos livres, colonos parciarios dos senhorios das terras?

«Não são pretos livres estes, que trabalham em terras alheias, pagando de renda ao senhorio uma exorbitante quota dos fructos?

«Não eram pretos livres todos os que conduziam as cargas do Bembe para o Ambriz ?

«A maior parte do café, que nos vem de Ca-

zengo, do Golungo Alto e de Encoge, é cultivado por pretos livres...

«Toda a madeira cortada nas mattas do Tombo, de que tem vindo tantas jangadas a Loanda, é, foi sempre cortada e trazida por braços livres ...

«A lenha para fornos de cal trazida do Bengo á cidade, em tanta abundancia, toda é cortada, embarcada e conduzida nas canôas por pretos livres «do Bengo.

«Não calumniem, pois, o preto livre, dizendo que que elle nada trabalha.

«Não trabalha pelo que querem dar-lhe, que mal lhe chegará para comer, e elle *tem outras necessidades, além da de comer...*

«Será preciso que nomeemos todos os pedreiros, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, barbeiros, moços de fretes, funileiros, e outros pretos livres, que por ahi ha trabalhando? »

Quem escreveu estas verdades foi um funcionario europeu, muito distincto pela rectidão do seu character, que conhecia esta provincia interior e exteriormente pela sua grande permanencia. Pois, este cavalheiro nunca desconsiderou o preto, antes o conceituou.

Causa nojo vêr uns pigmeus, vindos hontem, que só conhecem o lar onde dormem e a repartição publica em que trabalham, se trabalham, fallar mal do preto, nem que d'elle não dependessem.

Quem é que se arroja ao mar, quer elle esteja sereno ou agitado, para pescar e nos dar o peixe que comemos diariamente, a não ser o preto?!

Não me responderá, bem o sei; porque, á vista dos factos, não ha argumentos; e para certas verdades mais vale calar.

O articulista que falla em orthodoxia, na pura religião catholica e apostolica romana, bem deverá saber que esta não admite côres, e, mesmo que admittisse, S. Benedicto não era menos santo que S. José ou Santo Antonio.

Pois eu, seguindo a orthodoxia, é que aviso o articulista de que não responderei a mais arremetida alguma, e a todas quantas vierem arremessar-lhe-hei um Nicolau Tolentino:

Vae.....

Pastar longas campinas livremente

.....

Ouçã agora o articulista, o finado e inteligente dr. Joaquim d'Almeida e Cunha, o que diz sobre o indígena africano, nestes trechos:

«Em Angola, na primeira repartição da provincia, a secretaria geral, de 13 empregados, 12 são indígenas de Angola, a começar pelo official-maior e a acabar no continuo, e um amanuense é indígena de S. Thomé.

«Começaram os mais graduados por simples amanuenses, e foram successivamente promovidos a officiaes chefes de secção e de repartição, e um a official maior, que já por vezes tem desempenhado as funções de secretario geral.

.....

«E em abono da verdade devemos declarar que, tendo nós tido em Moçambique sob nossas ordens (1880 a 1885) quatro officiaes maiores europeus, a todos é preferivel o official maior indígena que em 1886 encontrámos na secretaria geral de Angola. Querendo nós, no anno de 1898, iniciar os trabalhos estatisticos, escolhemos para coadjuvar-nos um empregado indígena, o sr. Apolinario de Carvalho Vandunem.

«Indígenas são tambem muitos dos empregados da repartição de fazenda provincial, e não são dos peiores».

Não foi só este distincto cavalheiro que soube apreciar as qualidades do indígena, houve muitos;

contando-se o sr. Ferreira do Amaral, par do reino, Alfredo Mantua, e muitos outros.

Além dos indígenas que acima mencionámos, que muito honram o solo africano, contamos mais o general Geraldo Antonio Victor; Lourenço Justiniano Padrel, coronel; Joaquim de Brito Teixeira, major; Gourgel, major; Antonio Cravid, coronel; Jorge Alves Cravid, capitão; Domingos José Ferreira, capitão do exercito do reino e professor de desenho; e os conegos Antonio José do Nascimento e Manuel Monteiro de Moraes, e muitos outros que seria fastidioso enumerar.

*

* *

Só a falta de luzes ou a pobreza completa de espírito, podia justificar o insulto do articulista; porque, se a ignorancia de alguns indigenas é o sufficiente para o articulista implorar aos governos os castigos corporaes, é dever meu ponderar ao mesmo articulista, na qualidade de orthodoxo, que a orthodoxia manda e pede exactamente o contrario; isto é, que aquelle que commetteu um crime com conhecimento de causa seja o mais severamente punido, tal é o branco, e aquelle que o commetteu na ignorancia ou devido á sua boçalidade, seja perdoado; isto é uma das maximas do Evangelho.

Ao artigo *Na brecha*, publicado no n.º. 5 da *Gazeta de Loanda*, não respondo, porque farto de palliativos já eu estou.

O articulista não faz mais do que mostrar a sua incoherencia, porque, tendo insultado, recebeu as suas consequencias.

Pela minha parte podia elle estar descansado, porque nunca tive por uso tive por costume fazer mal a animaes, nem tão pouco bater cm biliosos pestiferos.

Estas linhas em nada poderão melindrar os europeus residentes nesta provincia que até hoje se teem portado como cavalheiros, e teem convivido com os indigenas, despidos de odios de raça; alvejam apenas o articulista e todos aquelles que advogam a sua causa.

Nunca me tendo mettido com elle , metteu-se commigo, quando é certo não me accusar a consciencia de lhe ter feito algum mal.

Hoje fico por aqui e elle que «vá em paz e ás moscas».

Loanda, abril de 1901.

EX DIGITO GIGAS

À GAZETA DE LOANDA

O jornal, que o badalo da imprensa annunciou em bimbalhadas de repiques exploradores - *Gazeta de Loanda* - no n.º 4 de 26 de março, sob a epigraphe - *Contra a lei pela grey* - palavrório que não vae de molde com o assumpto, que o pedante trouxe á tela da discussão com uma philaucia imperturbavel, alinhavando, como poudes, aquelle sudario de necedades com figuras barradas de infesada rhetorica, estultamente vasada do bestunto entenebrecido do gigante, em cujas sobancelhas se enleiam as leis, apresentou umas quaesquer coisas bronzadas, vomitadas em latentes dyspepsias de -evoé-: tudo aquillo espremido, mettido no alambique das litteraturas charras, distillou odios refinados na cadinho d'aquella alma purulenta contra o preto, e toda a jeremiada se deduz á prophylaxia da morte, isto é, o gigante não quer morrer sem matar.

Emprega bem o seu tempo em salpicar de baba as questões mais importantes. Nos paizes mais

adiantados da Europa começa-se a pensar seriamente neste problema - poupar o nosso *ego* destruindo o dos outros, é dos mais poderosos remedios prophylaticos da guerra.

O Polyphemo, com um só olho na testa, quanto basta para frechar de fósseis as leis que regem o ultramar; com um temperamento litterario subtilissimo, este politico de estalageris bestificadoras, economista escamoteador que escabuja na cegueira angustiosa sobre a logica dos algarismos, tem para si que a solicitude de civilisar a raça negra consiste na escolha dos meios os mais abjectos, que construam a organização do seu estomago atrophiado ao tempo que apanhava pontas de cigarro pelas ruas, e, com uma perfeição de amontoar riquezas, não consente que as algibeiras adquiram uma temperatura inferior a zero, e, entretanto, que o seu instincto sanguinario cresce, vae applicando emulsões de chicote ao prelo, que, diz elle, não trabalha; este que lhe tira o ventre da miseria, porque lá em Portugal meia broa não tinha para comer; o preto, que lhe enche as algibeiras com o que se compram os melões, quando, ja por lá, começava com uma solicitude cubiçosa a approximar-se ás montras dos estabelecimentos em Lisboa, onde esteve quasi a resvalar para o abysmo; não é decente que faça ostentação do frangalho de sua reputção na terra de pretos, que elle não manda á escola - isso, está-se nas tintas; seria um perigo á sua afinada dignidade moral- o preto viria de lá fino, como azougue, a querer indagar e descobrir em que espelunca rastejou elle a vicia, quaes os mestres scelerados, de quem hauriu tanta malvadez e parvoiçadas, que o recommendam á hilaridade publica.

O preto á escola! Crava-lhe uma faca no perto, esgueira-se, fazendo viagens aereas em balão dirigivel de Tissandier; então é que nem a policia, nem o juizo lhe põe mais a vista em cima. O logar mais seguro que lhe destina é S. Thomé, terra pequena, rodeada d 'agua por todos os lados; por terra não

foge elle, fazem-lhe montaria: pelo mar o tubarão toma conta d'elle , e não o expulsa do estomago, como Jonas do ventre da baleia.

Leis, tribunaes! Para que é? O branco delinquindo paga uma multa sem forma alguma de juizo; o preto leva palmatoadas, ou é deportado, sem processo. Evita-se a despesa do papel e tinta; o serviço que prestam os juizes, delegados, escrivães na instrucção d'um processo é inglorio, é improficuo, todos estes funcionarios supprimidos. Agora sim, d'esta vez, o pedante mata o *deficit*.

O espaventoso systema de castigar correccional ou criminalmente em juizo, é um palliativo, attentatorio da autonomia patria; a severidade extravasada dos processos nos tribunaes, emplumados de leis visigothicas, onde o negro é condemnado á cadeia, é a mais estúpida incapacidade applicada á navegação aerea; d'ahi hão de nascer para o futuro provações á colonia portugueza. A cadeia é uma industria infame, tem procura no mercado do negro; nos comicos reptos em não querer trabalhar, nem para o branco, nem para si proprio, preferindo saracotear se nas roças em voluptuosos fandangos ao som dos *tans-tans*, dcspresarido uma *substancial* e *abundante* tigella de *cangica*, e urna folha de *macanha*, ha nesta reluctancia um pretexto de cravar uma faca no peito do branco.

E' o articulista quem o diz.

Pensa muita gente que estes destemperes typicos encasquetados no cerebro alvoroçado deste manatauro das gazetas marcam um periodo de estacionamento mental. E com effeito, em leis é um portento, em intelligencia um charco, em seriedade regula pelos candieiros da rua Augusta, em politica é o que se sabe, em estylo é labrego, em sensibilidade *desafinada* pela dignidade, dá pinotes, em escrever biographias atola-se até aos olhos.

Se não inculcasse, cincava menos.

Vá chorando por pitangas do Brazil, irmãs ge-

meas do queijo da Serra, afogado em vinho verde na infesta ninharia das cervejas.

Povos africanos, indigenas d'esta provincia, evitem este Polyphemo: é um Asmodeu de nova especie, é preciso escorraça-lo. Este monstro, em comendo biffe de vacca, vinda da Europa, que lhe mandam os da laia d'elle, porque aqui não ha gado - diz elle! Ora o gargantão mastiga, devora e ruma na consubstanciação do seu estomago succulento *chassepots* preparados com carne de vacca, carneiro, cabrito e não lhe falta o empadão de frango, orelha de porco com feijão, das bucolicas manadas do interior, paiz da pretalhada que não trabalha, e que offerece ao seu detractor convicto o bastante para lhe prepararem pitéus, que intumecem o tecido adiposo.

Tem pilhas de graça! Pois este gastronomo, dotado d'um estomago chupador de liquidas enebriantes, companheiros das pagodorias nocturnas, é capaz de supplantar Calubem (Relampago), rapagão dos seus trinta a trinta e cinco annos, d'uma corpolencia hercúlea, e d'uma força verdadeiramente cyclopica, come epilepticamente um carneiro por dia, e bebe duas *sangas* de maluvo; caçador cximio; é um jogador de pau d'alto lá com elle; descendente dos jagas e d'uma familia de Kimbundos, traja a *bushman*, e tem comprehensão das coisas, com um tal ou qual orgulho da sua descendencia. Uma vez, em excursões cynegeticas, deslocou com um só murro o queixo inferior d'um d'esses animaes da familia lupina, que lhe sahiu á frente, fazendo-lhe tregeitos de garoto. Reside, pelos modos, por essas terras de Ambaca, onde zombou bizarramente das furias impotentes d'um certo capitão *pintado*; corrido d'ali, ha bem pouco tempo a toques de marimbas de pontuação, o qual capitão comia deshumanamente as alcatras de seus administrados, corno quem come bifes de cebolada de lombo d'um *mpala*, antilope dos sertões.

Calubem chasqueou do tyranno; não aquies-

cendo aos ukases, que o compelliam ao serviço gratuito nas lavras da autoridade.

Uma ocasião deixou-se prender; amarraram-no de pés e mãos; não offerecendo segurança a cadeia, o mandão ordenou que passasse aquella noite num quarto contiguo ao seu, fazendo-o guardar pelos esbirros, para no dia seguinte pô-lo a tratos e reduzi-lo á obediencia.

A horas tantas o preso fez umas cocegas na região abdominal, e, por artes diabólicas, abre a porta da sala, onde dormia o grão mogol; sem respeito aos regulamentos hygienicos, preventivos de infecção, deixou no recinto residuos produzidos pela elaboração d'um bom chylo, e sumiu-se para nunca mais o tyranno lhe pôr a vista em cima. Este simples caso *d'uma simplicidade tão simples, é simplesmente* para lembrar a esse philosopho divertido, que chouteia na lamentavel estrada da maledicencia, que póde ir a Palmella, ou, como *touriste*, no turbilhão da locomotiva, á prisão de Ambaca; quem não come, porque o negro não trabalha, vitalisa-se no esterquilinio.

Dizem, que dá ares de pimpão, o figurão, para cordeirinhos; pois uma ocasião li algures, que um carneiro, de boa raça brasileira, d'aquelles de quatro quartos, que dão fortes marradas, de corpolencia pyramidalmente baebabica, de forças descommunaes, encontra um lobo; este de cstructura humoristicamente rachitica, de flancos infesadamente morbidos para entrar em escaramuças com o collosso, preferiu ganhar terreno pela astucia, e saudou cortezmente o companheiro, mas o instincto cerval instigava-o a reduzi-lo a proporções minusculas de sua refeição. Elle aguça o dente, crava-lhe o olho, lambe de vez em quando o focinho e prepara-se para engatilhar o salto; o carneiro, que lhe conheceu as manhas e lhe adivinhou as intenções, vôa sobre o inimigo para cerrar-se com elle a golpes de marrada. Diga-se a verdade, o lobo nessa ocasião portou-se com uma bravura heroica - fugiu. - Li

isto no livro das *gachetas* escripto por D. Bermudo, que. floresceu seculos antes dos lobos sahirem dos covis.

Mas o certo é que as plasticas petições, vomitados da região epigastica, com umas impertinencias d'um jornalista insultado, ao governador geral para recommendar aos poderes publicos o laborioso parto das suas incoherencias, entestam com uns projectos quaesquer, que dormitam pachorrentamente em quanto esperam sancção.

O nevropatha, no seu original estylo de guarda portão, toma certos meneios deslumbrantes de testa de ferro, cavilhada á cabeça cheia de larachas, que não afinam pelas sensibilidades desafinadas nas vastas chronicas escandalosas de empalmações, hoje em voga, as quaes nos advertem, que taes *afiliações* ou *desafinações* são palavrões de convenção social, que nenhuma signiticação teem, quando os interesses da barriga imperam sobre as tendencias dcspresiveis do individuo.

Diz o calumniador que está morrendo fome; que o preto não lhe traz nada; todos estão de pé atraz ; sabem que se algum preto se approxima do polyphemo, faz-lhe *sanikutáo*, faz *uafo*, mata-o sem misericordia. Para Portugal não vae; espera pelos cirios da Atalaya. Não vae, não póde , nem deve ir, emquanto o governo não ficar convencido de que o melhor systema de fazer trabalhar o preto é mata lo.

E' uma descoberta; mais esta asneira.

Deixem no; não lhe fechem as valvulas; não lhe apaguem os signaes distinctissimos do seu *intellecto* espiritualisado.

Inflammado por um charlatanismo puro, promette fazer vêr ao mundo embasbacado as relações estabelecidas entre nós e as regiões desconhecidas d'além tumulto, onde se desdobra o lago *Estyge*, cujas aguas applicadas em injeccões hypodermicas despertam o systema nervoso do negro depois de morto; vê-lo-hemos então executar dentro da sepul-

tura movimentos arlequinados e com a enxada na mão, cavando ouro em abundancia para saciar a cubiça desse carrasco, malvado e tolo, que o inferno expectorou para esta terra.

O espiritismo está em moda. Os *mediuns* são hoje raros, como estão muito vulgarizados os monopolios.

Arranjando a provincia toda para a explorar de sua conta, poderá então, como seu irmão o regulo de Dahomey, que era, mandar vir todo o negro do interior para offerecer em holocausto ao seu odio de raça, e assim o preto trabalhará na sepultura tanto como o cavallo do inglêz, posto a meia ração, para correr melhor.

Pelo dedo se conhece o gigante.

Ex digito gigas cognoscitur.

Loanda, abril de 1901 .

AGORA NÓS

Quando os directores da publica opinião desvairam, e escrevem infamias, atropellos e deshumanidades, cruzar os braços é uma cobardia, olhar com indifferentismo é um crime.

A luta do bem contra o mal, a luz sobre as trevas, a liberdade inteira contra a escravidão forçada, Deus sobre o dernonio, a missão do espirito no corpo, o dever da alma no espaço, são coisas que se comprehendem.

Sahir das tormentas d'uma noite de jogo em que o azar é o unico companheiro, vêr a sorte a sorrir se noutros, e após este inferno do *seu rico dinheiro* a correr para mãos estranhas, pegar na penna com a imaginação allucinada pelo telintar diabolico da prata fugida, a cabeça dorida pelo halito do cognac com que se tentou afogar a dôr da perda das notas que se bandearam para o campo contrario, se isto se passa em Loanda, escreve-se: «*Camillo Castello Branco, se tivesse vindo a terras d'Africa, não ousaria escrever, algures, que o animal que mais se*

parece com o homem é o gallego», e accrescenta-se mentalmente o que do proprio escripto se subentende «é o africano o animal mais parecido com o homem» .

Mas quando se tem a petulancia de se fazer uma affirmativa tão affrontosa, dentro da propria capital de Angola, que é uma das capitaes da terra do preto, é porque se tem o espirito mettido num envólucro de lama, a alma obcecada por um odio tão crú como injustificado; e desgraçados de nós africanos, se a offensa passasse em claro, pelo menos, emquanto o desforço não é condemnado nos codigos com algumas duzias de palmatoadas.

O vicio gangrenando as faculdades moraes de certos abortos da natureza, deixa-os intactos na fórma e conserva-ihes offuscada a regra da redacção mas fa-los soffrer as consequencias da lepra que lhes corroe o coração, onde já não teem uma fibra capaz de sensibilisar-se

E por isso marcham ufanos na senda começada surdos aos gemidos dos pacificos, cegos ás lagrimas dos opprimidos, que ainda lhes dão guarida, e consentem que ponham o tacão onde nem mesmo o nariz já deveriam pôr.

Mas... vamos friamente; sem corresponder ao odio que distilla do artigo da *Gazeta de Loanda* n.º 4, sobre a epigraphie *Contra a lei, pela grey*, com o coração nas mãos, fazendo justiça aos bons e respondendo apenas aos brancos da *Gazeta*.

Dizem os brancos da *Gazeta* que «as nossas leis coloniaes são como capote de pedinte, feito de remendos - uma coisa que faz nojo, lima coisa que póde impôr-se pelo terror, nunca pela veneração ... » até aqui os brancos da *Gazeta* parece terem razão. Decerto as leis impõem-se pelo terror, quando tiram, das fileiras do exercito os filhos das colonias, onde um Victor deixou uma memoria brilhantissima, onde um Catella do Valle ainda occupa um logar distincto, onde um Padrel é festejado, onde um Gurgel alcançou os galões de major num concurso onde de-

certo não estava nenhum branco, como os brancos da *Gazeta*. E' facto: as leis não se impõem pela veneração, quando se exige para o logar de telegraphista em Angola, geographia e latim, sabendo-se que em Angola é inteiramente impossivel obter-se uma carta de exame (que é o que se pede) d'essas disciplinas, embora com muito estudo e força de vontade se conheçam a fundo, ao passo que o primeiro ignorantão encartado, sabendo tanto de latim ,como eu de grego, passa por um sabichão, e é declarado apto para o logar, vistas as suas habilitações litterarias.

Continuam os brancos da *Gazeta*: « *Tem muitos erros, muitas lacunas, muitas deformidades, a nossa legislação ultramarina*». E tem. Onde está o fructo de 415 annos de dominio? Está no parto monstruoso da *Gazeta de Loanda*, pomposamente baptisado com a epigraphie *Contra a lei, pela grey*; está na 1^a. columna da 2^a. pagina do n.º 14 da *Provincia*, jornal que, como a *Gazeta*, desgraçadamente se publicou em Loanda; está na phrase de João Chagas, o grande apostolo e martyr da liberdade, que vem no seu « *Diario d'um condemnado politico*», -*um preto bater num branco é peor que uma revolução*,

«*Tem muitos erros, muitas lacunas, muitas deformidades, a nossa legislação ultramarina*», E tem. E' sensivel a falta d'um lyceu que faria desaparecer o homem inculto; mas é exactamente isto que os brancos da *Gazeta* querem. Não ha estabelecimento d'uma officina onde se forme o torneiro e o serralheiro, o carpinteiro e o fundidor; o operario. E' de urgencia a fundação d'uma escola de musica e de pintura; de dança e desenho, d'onde sahia o artista!

Mas que se não illuda nunca o litterato, o artista, o operario ; que se não estabeleça o parallelo da côr, antes se faça sómente o confronto das aptidões.

O signatario d'este arrasado é operario - tor-

neiro mechanico -, as injustiças obrigaram-o em: 1898 a abandonar o officio, a deixar a carreira que lhe desenhára seu querido pae; um branco, mas, não como os brancos da *Gazeta*.

«*Em terra de pretos não tem razão de ser estas leis*». Fiquem certos os *brancos da Gazeta* que a Carta Constitucional consolidada com o sangue de Almeida Garrett «*o divino poeta*» como lhe chamou Alves Mendes, com o sangue de José Estevam «*a tempestade das idéas*» e com o de Alexandre Herculano «*o sabio entre os sabios portugueses*» não ha de ser abandonada, nem servirá para limpar as mazellas d'um simples caixa d'oculos, porque, creiam-o os *brancos da Gazeta*, aquelles nomes: ainda são e continuarão sendo um symbolo para as: gerações de todos os brancos do coração, da alma, das idéas.

«*O preto boçal não se parece com o branco bocal senão na forma*». Isto em África. O gallego, de que falla Camillo Castello Branco, não vale nem um apice mais que o *monongamba*. E' tão estúpido como elle. O *monongamba* é tão boçal como qualquer carreiro branco de pé e perna, sendo, porém, melhor de instinctos, e senão, queiram os brancos da *Gazeta* a dar um passeio pelos tribunaes, e vejam quantos crimes horrosos são commettidos pelo preto, e d'ahi, vão, á fortaleza de S. Miguel e vejam quantas mães se riem descaradamente ao recordar a forma como mataram o tenro filhinho; quantos paes mostram a dentuça negra, tão negra como o cahes onde lhes habitou a alma, ao contarem como se desfizeram dos filhos; quantos monstros, em summa, ali expostos ao estudo d'um zoologista mesmo inhabil.

E' justo, é rasoavel, e diremos mais, é humano castigar o branco que bateu no preto, como não poupar o preto que bateu no branco. São homens. Nem os *brancos da Gazeta* demonstram o contrario.

Um simples dizer, não é uma demonstração que

possa calar no espirito de quem leia mesmo despreoccupadamente.

O preto, como todo o homem, tem faculdades physicas, moraes e intellectuaes; póde, é certo, um ou outro, não ter a percepção tão perfeita como qualquer dos seus congeneres, póde, mesmo, por uma aberração da natureza, sahir disforme, ser um monstro, padecer d'um aleijão incurável, mas não sendo isto frequente, antes a percentagem é tão diminuta, que tomar qualquer d'esses defeitos, como regra geral, é tudo quanto ha de peor no conhecimento das coisas do mundo. Mas como na Europa tambem apparecem d'esses monstros, e até se põem em edificante exposição á contemplação do mundo inteiro, como Calino, pelo menos que o saibamos, não é oriundo d'Africa, como os romances de Xavier Montépin, que representam uma imaginação doente, pois fazendo justiça á especie humana, custa-me a crêr que haja mulheres que dêem á luz monstros de tal ordem, não são escriptos sob a impressão d'uma viagem atravez do continente negro; conclue-se d'aqui, que a differença que existe entre o homem branco e o homem preto, é derivada do meio embrutecedor em que este vive, e nunca d'uma condição innata da sua raça.

E este meio é tanto mais embrutecedor, quanto menos instrucção lhe fornecem e maiores castigos lhe decretam.

«Mas qual é o ideal do preto, senão comer- sem trabalhar?». Eis aqui uma pergunta que mal se concebe. E' necessario que se tenha sahido d'uma orgia infrene, que se haja gasto toda a sensibilidade para se proferir tal monstruosidade.

Pois não se está bradando constantemente que o commercio afrouxa, que as finanças soffrem abalo, que o erario publico diminue, porque o gentio já não concorre ao nosso mercado, e vae levar todos os productos da sua industria e do seu labor aos belgas? Esse gentio é branco?

Quem nas roças de S. Thomé e nas fazendas

de Angola semeia, cultiva, sacha, monda, senão o preto?

Quem transporta grandes cargas de pontos longínquos, a troco da chamada ração - 60 réis diários - e alguns pannos e outros artefactos, tudo do que ha mais grosseiro na industria metropolitana?

Aqui, no Golungo Alto, vejo todos os dias, santificados e não santificados, a chover ou com um sol de rachar, caravanas e caravanas de negros cobertos só da cintura até ao joelho, com as costellas de fora, quasi a poderem contar-se, verdadeiramente esfomeados, uns quasi velhos, outros quasi adolescentes, ajoujados ao peso de enormes cargas de café, de borracha, e do mais que o branco não cultiva, mas que o preto lhes foi levar a casa, e recebe em troca da mercadoria e carroto uma ninharia, que por vezes me faz rebentar as lagrimas, ao vêr tanta miseria, ao contemplar um tão agro labutar pela vida, um trabalho tão insano.

E dizer-se que o ideal do preto é comer sem trabalhar! Eu appello para os brancos, bons, generosos, justiceiros, para os brancos que moirejam a vida no interior, se de consciencia cabe o epitheto de mandrião ou inimigo do trabalho ao preto, que lhes leva os seus productos; ao preto que por vezes arrisca a sua vida em defeza da do branco, seu patrão.

«Mas um preto, a um individuo que não tem, como o branco mais infimo, a sensibilidade moral afinada pelo sentimento da dignidade, é disparate de grande tomo tê-lo sujeito a leis, taes como as que regem povos adiantados».

Não distinguem os *brancos da Gazeta* qual é o preto que se não compara com o branco mais infimo.

Muitos filhos d'este paiz teem mais dignidade do que aquelles que perdem a noite na batota, applicando-se-lhes por castigo a transferencia para terra onde não haja roleta, e isto porque, não obstante a sensibilidade moral afinada pelo sentimento da di-

gnidade, se mostrou incorrigível a admoestações e censuras.

O que é disparate de tomo grandissimo, é o acervo de injurias calumniosas com que o biltre pagou o trabalho do pobre preto, que talvez nesse dia lhe engraxou as botas.

Se o bom senso manda applicar meia duzia de varadas na besta que leva o seu tempo a dar coices na humanidade, devemos tambern ter em vista que apezar dos zurros não é precisarnete uma besta: é um aborto da natureza gangrenado pelo vicio, e que isto é a consequencia da lepra que lhe corroe o coração, onde já não tem uma fibra capaz de sensibilisar-se.

*
*   *

Depois de lêr aquelle escripto, cujo titulo proprio é *Odio de raça*, foi-me deveras consolador lêr o do *Ultramarino, Politica Funesta*, firmado pelo sr. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, que já teve uma penna de ouro offerecida por pretos.

Conte o illustre jornalista e todos os brancos como s. ex.^a com a nossa sympathia, e com o nosso respeito, por isso que demais sabemos que as acções, porque são avaliados os homens, não dependem da côr, circumstancia verdadeiramente accidental, e porque sabem todos os brancos que Alexandre Dumas, o glorioso escriptor francez, era neto d'uma mulher preta.

Golungo Alto, abril de 1901.

UM PROTESTO

Já não póde caminhar para a
frente este palz, enquanto se
não cortar todo o mal pela
raiz.
Tudo, tudo aqui se atraza
Na verdade é uma pena!
Ferro em braza, ferro em braza,
Quando não, vem a gangrena.

Z.

O momento é grave, e para descargo da nossa consciencia, precisamos salvaguardar os nossos direitos menoscabados, pelos doestos que constantemente nos vem lançar ás faces, os falsos civilisadores d'Africa portugueza!

Protesto em bom som e de voz em grita, contra o insulto abominavel que o jornal *A Gazeta de Loanda*, no artigo de fundo do n.º 4, de 26 de março do corrente anno, sob a epigraphe : *Contra a lei, pela grey*, dirige aos indigenas da província inteira, a que me prezo de pertencer.

Ha mais de quatro scculos se acha Angola em poder de Portugal, ao passo que as colonias estrangeiras occupadas ha poucos annos, vão prosperando, e os seus dirigentes não lançam ás faces dos naturaes insultos como *A Gazeta* arrojadamente o fez a este povo tão pacifico.

A lei é igual para todos, assim o diz a Carta Constitucional, que não faz selecções de raças nem

separação de côres; eleva o homem, segundo os seus merecimentos.

No seguinte numero da *Gazeta* mostra o articulista um vulcão de orgulho, recalcado por uma avalanche de tolices.

E diz com todo o desplante que *o preto boçal não se parece com o branco boçal, senão na forma (!)*.

Volve a cara, indecoroso articulista, para a companhia braçal, deposito geral e outros esconderijos da cidade, onde pullula toda a casta de malfeitores brancos, que para aqui e aos bandos são remetidos em todos os paquetes; e muitos ha ali que para roubarem se fazem assassinos, ao passo que o preto boçal não faz progressos na escala de gatunagem, sendo ate certo, que sao poucos os degradados por roubos; e diga-nos, expostas estas razões, se o preto boçal se parece alguma coisa nos seus actos com os malfeitores brancos boçaes?! E' só na fórmula.

E apregoando assim, vem mimoseando o preto civilisado, dizendo «que a reforma que exige para as colonias, não se refere a elle por viver em contacto com o branco civilisado»; (!) negando portanto o escrevinhador o que affirmou no n.º. 4.

E' uma acção aviltante.

Continuando diz, que «Camillo Castello Branco se tivesse vindo ás terras de Africa, não ousaria escrever, algures, que o animal que mais se parece com o homem é o gallego». E nós diríamos que o animal que menos se parece com o homem é o articulista.

A idéa foi bem cabida do grande mestre e critico, pois de Portugal vêem-se esses brancos boçaes, como uns perfeitos animaes, sendo ali a fonte de instrucção e de civilisação; e aqui, onde ella não existe, basta o preto boçal ter uma pequena convivencia na cidade, para não se parecer em nada com o branco besta.

Os grandes legisladores não attenderão, de certo, um pedido tão repugnante e absurdo, porque a

reformat a lei, deve ser segundo os principios de direito, premiando ou castigando nos tribunaes em processo como até aqui.

O preto quando commette um crime, o mais insignificante que seja, faz-se uma bulha procurando vêr o criminoso, todos os commentarios esperando vêr o criminoso no cadafalso, e o branco boçal, quando rouba, assassina ou fere, vive contente: são crimes de pouca importancia, jactando-se por ter a cutis branca e a capa da misericordia.

E chamam a isto brandura dos costumes, denominação esta que favorece o instincto do crime.

Estamos no seculo da malvadez acobertada pela hypocrisia: século que infelizmente todos nós pretos e brancos atravessamos.

Apresenta-se ousadamente a *Gazeta* com a mira de nos intrigar dentro d'esta terra do preto e do mulato, para nos cercear os direitos adquiridos, outorgados pela lei fundamental do estado.

Esta maneira de proceder dos senhores da *Gazeta*, merece um protesto geral, para que a Europa inteira decida se e justo que uma possessão conservada no embrutecimento por mais de 400 annos, para ella se crie um jornal para a insultar exprobrando-lhe a sua ignorancia!

Ha bem pouco, em 1893, um Outro jornal, *A Provincia*, que se publicava nesta capital, procedeu do mesmo modo, tendo sido repellido energicamente.

Deviam neste momento surgir das sepulturas um Mattoso da Camara, um Salles Almeida, um Africano Ferreira, um Fontes Pereira, um Arantes Braga, um Carlos da Silva e um Arcenio de Carpo, pretos civilizados, que não ficariam em silencio, sem desaffrontar a população indigena, tão vil e cobardemente insultada.

Que diria o grande critico e mestre Camillo Castello Branco, se soubesse o papel, que lhe distribuiu o articulista da *Gazeta*?

Contra a lei, pela grey, diz o articulista, quando

está contra lei e contra o povo também, querendo attender tão sómente ao seu egoismo.

Se o ideal do preto é comer sem trabalhar, qual é o do branco boçal, que a todo o canto se encontra em Lisboa, como vadio?! Veja o articulista pelas estatisticas de Lisboa e a do ultramar, onde se encontram os maiores roubos, falsificações e crimes horriveis.

Leia, desastrado escrevinhador, o jornal *Correio de Loanda*, nº. 196, de 1895, no seu artigo de fundo o que o seu principal redactor, europeu, advogado e guarda-mór da relação escreveu: tratando dos conflictos que se levantam no interior; e note-se que naquelle jornal escreviam alguns jurisconsultos: «E ainda maior vergonha é dize-lo, mas diga-se, são em geral os brancos (!!!) os primeiros e muitas vezes os unicos a serem os autores das fumacentas lamparinas, importando-se pouco com o que a seu modo satisfaçam a sua mais que balofa vaidade».....

.....
«Cada europeu que possui um chimbeque com meia dúzia de peças de fazendas, tres barris de polvara e um garrafão de aguardente, julga-se alguem, mas muito alguem e começa, á mais pequena belliscadura que a sua balofice soffre, a arrotar commercio, etc., elle que na Europa apenas poderia ser um reles marçano ou um pouco menos».

Quer-nos convencer o articulista que a idéa não foi offender o preto civilisado, mas sim o preto boçal que precisa de uma lei rigorosa e simplesmente sua!

E' irrisoria, se não é atrevida, a idéa; a lembrança devia ser premiada com chinelladas, como se faz ás creanças, quando se tornam renitentes e traquinas.

Infelizmente é para lamentar, que nesta malfadada terra, se note em todo o ramo de serviço o encarniçado odio de raça, e, seja dito isto de passagem, porque ha sempre as raras excepções, e o europeu bem educado não o demonstra.

Durante muitos annos o Zaire foi considerado como o *motolo* dos brancos ¹.

Não havia ali autoridades europeias, e aquelles que, nos pontos occupados, incorriam de qualquer forma na sancção penal dos codigos ou da opinião publica, emigravam para lá, para gosarem da impunidade e em convivencia com o preto boçal de quem recebiam mil favores.

A parte europeia dos habitantes era, com raras excepções, de precitos e aventureiros!

Escrevendo estas linhas não nutro nenhuma animosidade contra o branco, porque o meu peito não abriga maus sentimentos, apesar de ser filho de indigenas, é somente para protestar contra o insulto grosseiro que nos dirigiu o insolente articulista.

Consummatum est!

Loanda, abril de 1901.

1 Termo do paiz, significa valhacouto.

PRECONCEITOS

A evolução constante do progresso tem produzido ultimamente nas sociedades modernas a par das suas multiplas e incontestaveis vantagens estranhos desequilibrios cerebraes, prenuncio d'um cataclysmo não muito remoto, ameaçando terrivelmente as litteraturas, e com especialidade as latinas.

Com effeito; a repisada formula do *struggle for life* (a luta pela existencia) vae hoje em dia dando logar a est'outra, que se impõe exigentemente ao espirito doentio e rabula dos povos meridionaes: - *a luta pela fama*, mas luta illogica, sem systema, incoherente e absurda; luta em que os combatentes caminhando ás apalpadellas, desordenadamente conseguem por junto uma *saliencia atrevida e inconveniente* com que, afinal, resignados, satisfazem sybariticamente o amor proprio... tão pouco exigente na realidade.

Esta terrivel epidemia tem de tal forma assolado o campo das letras, qua não ha hoje farroupilha, que

se não julgue com direito (alias mais que duvidoso) de metter-se a critico, assombrando-nos com uma enxurrada desastrosa de parvoíçadas, cujo ponto de partida é em geral uma abstinencia descarada dos mais simples preliminares grammaticaes, seguida de punhaladas, de gallicismos imperdoavcis, e mil outras rnonstruosidadesinhas, as quaes deixar desapercebidas é mais do que villania, é um crime.

Abrir caminho, brilhar, luzir e espantar as multidões boqui-abertas, por todos os meios possiveis e imaginarios, ainda que o intellecto o mais pobre recuse obstinadamente a segui-los nessa ardua peregrinação por um mundo que, afinal, é só dos privilegiados da verdadeira intelligencia e imaginação - eis em resumo a mêtta, que em vão procuram attingir, num eterno supplicio de Tanrало!...

Occorre-nos a proposito aquelle perdão sublime do Christo, ao expirar no Calvario...

*
* *

A Africa portugueza, espesinhada, escravizada, sem luz e abandonada criminosamente pelos seus conquistadores a lima ignorancia de que não é culpada, appareceu ultimamente e de repente - depois de 400 annos de descoberta! - sob um prisma brilhante e tentador aos olhos perscrutadores d'alguns *videntes*.

Tratava-se tão sómente de tirar partido d'esse milagre imaginaria e pouco original, e a occasião não se fez esperar muito: estava, ernfim, resolvido o grande, o difficil problema! - *Eureka!*

Depois de um parto laborioso e estrondosissimo, como o da montanha da fabula (que, afinal, deu á luz um miseravel rato...), a cachimonia dos *videntes*, cançada ... de matutar, quasi a esvahir-se, atirou-nos orgulhosamente á cara este producto bilioso e despresivel: o *odio de raça*.

*

* *

Entremos no assumpto.

O que significa esse odio? - Qual a sua razão de ser? - As causas que o determinam?

Por mais que submettamos a tratos a imaginação, não nos occorre uma razão plausivel, que justifique esse estranho sentimento do oppressor contra o opprimido ...

Que elle proviesse do indigena, era a seu modo racional, partindo do principio evidente de que todo o jugo, por mais brando que seja, é, por natureza, intoleravel.

Mas não: a passividade com que, em geral, o indigena encara a sua situação pouquissimo lisongeira é um facto incontestavel.

Apertado num circulo de ferro, exposto eternamente ás mil contingencias do verdadeiro escravo, que é e tem sempre sido, assoma-lhe simplesmente, quando muito, aos labios um d'esses sorrisos mysteriosos e inexplicáveis, mixto talvez extraordinario de resignação e de desdem ...

Nestas circumstancias, subsiste de pé a pergunta: qual a razão de ser d'esse odio virulento dos conquistadores contra o indigena?

Decididamente: - a não ser que vejam nisso alguma vantagem particular, ainda assim a imprudencia não justifica a publicação d'esse preconceito disparatado.

*

* *

Subordinado á epigraphe *Contra a lei, pela grey*, o nº. 4 do jornal *Gazeta de Loanda* insere um artigo que é na integra o documento mais extraordinariamente anti-politico de que temos conhecimento nos desgraçados annaes coloniaes.

Com uma paixão desenfreada, sem cerimonia, com uma audácia pasmosa, o articulista, pondo de

parte todas as considerações prudentes, levanta uma antiga e triste questão esquecida (ainda que aparentemente), pela sua mesquinhez, attingindo acintosamente, não um homem ou um limitado grupo de individuos, mas todos os filhos d'uma província, que, naturalmente, no seu entender, é pessima pela simples razão de se amoldar admiravelmente as especulações vergonhosissimas das hordas ignobeis, que a invadem constantemente, a despeito da lei e da justiça.

Chega a ser incrível a facilidade pasmosa com que desrroe, quebra e aniquila, ernfim, vandalicamente os religiosos deveres da cortezia!

Em seguida a umas considerações audaciosas, por signal bem pouco lisongeiras para os autores da legislação ultramarina, é curioso e edificante o desplante com que, arvorado em Lycurgo contemporaneo, propõe uma legislação maravilhosa para ... *pretos* ... e uma outra, perfeitamente distincta, para brancos, com uma enormidade de regalias, tendo a d'aquelles por base uma oppressão infrene !

O seu mau sonho, o seu pesadello constante é o *preto*, o miseravel, o infame, que não trabalha, que deve ser espancado, morto ou deportado.

A este respeito, uma pergunta: o articulista não terá visto ainda os productos do trabalho do indigena, que atulham os paquetes para a Europa? ..

E' com estas razões de peso, que nos fustiga. A sua aberração cega-o a ponto de - oh milagre scientifico! - achar, novo Linneo, uma nova classe no typo dos vertebrados, em que por *commiserção* colloca, com ares de mofa, o *preto*! ...

Ora, com franqueza... esta furia de projectos e de descobertas *sublimes e grandiosas*, parto laborioso do seu cerebro, suscita-nos muito a proposito a seguinte pergunta: o articulista estará em pleno goso das suas faculdades mentaes para zombar assim com a humanidade?

E, na realidade, não será escarneo offerecer-nos o espectaculo risivel , d'um moralista que se contra-

diz, pretendendo provar á força que o preto não tem sensibilidade moral?

Saiba, senhor moralista, que o preto mesmo boçal possui este sentimento, porque, como o branco, pratica o bem e o mal, soffrendo com este e alegrando-se com o bem.

Seja como fôr; o que é certo é que o articulista, chegando a desautorisar arrogantemente e sem fundamento, levado tão sómente pelo preconceito, as maiores celebridades scientificas, enterrou-se.

As opiniões elevadissimas dos philanthropos, de todos esses grandes mestres, gigantes da idéa, verdadeiros semi-deuses do pensamento, lavraram a sua condemnação. Nunca conseguirá que o tomem a serio ; a sua producção, eivada de odio, ficará sepultada no mais profundo desprezo dos sabios e dos homens de bem, e seria muito vantajoso para o seu credito o deixar de escrevinhar sobre coisas que não entende.

Loanda, abril de 1901.

QUIS ERITIS?

Uma geração degenerada
pisa os restos d'heroes:
homens sem crença,
blasphemos e hypocrias,
succeder«m aos que criam na
grandeza moral do género
humano e na providencia de
Deus.

ALEX. HERCULANO,-
Eurico.

Os filhos das colonias de Portugal, principalmente os de Angola, onde, se escrevem e lêem de algum modo, é devido á sua inclinação natural pelo saber e não á instrucção, pois que esta lhe não é dada pela metropole, nem consentem que ella tenha logar na provincia para não habilitar o cidadão a conhecer os seus direitos e cornprehender os seus deveres, todavia não podem ficar de braços cruzados á vista d'um insulto que um jornal que aqui se publica com o titulo *Gazeta de Loanda*, sem fazer considerações, rebatendo esses insultos.

E eu, filho mais humilde d'esta colonia, tenho a profunda magua, que as minhas considerações não sejam para louvar um acto nobre, e justo ou um escripta seria em favor de qualquer idéa ou instituição para o bem do indígena.

E, na verdade, estavarnos nesta expectactiva, quando o insulto nos feriu, insulto que ninguem esperava, tanto mais, porque constando-nos que a redacção do jornal era composta de homens sensatos,

contávamos esperar doutrinas que a todos nos edificassem.

Posto isto, vamos contestar alguns periodos do mesmo artigo que mais se salientam.

O preto boçal não se parece com o branco senão na forma, diz o articulista. Só! Parece-se tambem no sentimento de justiça, apesar de que alguns o tem tão somente como principio rudimentar; parece-se tarmbem em algumas acções, na noção do bem e do mal, apesar de que o homem sempre inclinado ao mal segue este para abandonar o bem, e sobretudo o preto boçal se parece com o branco civilisado e com o branco boçal na alma; esse principio, activo, espirital, que Deus insufflou neste barro, isto desde que o mundo é mundo, malogradas theorias desastradas, como as do articulista, se é que as suas aberrações podem ter o nome de theorias.

Mais abaixo insurgindo-se o articulista contra o *«castigo severo applicado ao branco por motivo de simples offensa no preto»* (qual preto?) diz que sob o ser *«deprimente do homem, é consequentemente exautorador da raça, e secundariamente é allentatorio da autonomia patria, pois assim se perderá o prestigio da domiuação como se preparará um futuro de acerbos provações á colonia portuguezas».*

Salvo melhor opinião, o prestigio da dominação se perde com a propagação de doutrinas tresvariadas como as suas, que fatalmente devem ter feito desacreditar Portugal perante a Europa, pois que este, tendo conquistado esta colonia ha mais de 400 annos, nada tem feito para o progresso d'ella, nem no sentido material, nem litterario, nem moral, vendo-se o povo embrutecido, como no seu antigo estado primitivo, crime este de leza civilisação, deixando estacionaria a colonia riquissima quasi em tudo, e que só a incuria tradicional dos governos explica este estado de coisas desde a sua conquista, que, como diz Victor Hugo, *«é um roubo».*

Quanto ao *«futuro de acerbos provações que se*

preparará á colonia portugueza», como o articulista diz, não sabemos a que se referem estas palavras; se ellas dizem respeito á ordem publica, que até aqui se tem mantido, o articulista se engana redondamente, mas se por aquellas phrases dá a entender a emancipação da colonia, esta consummarse-ha quando os elementos estiverem sazoados.

Concluindo este pequeno artigo, filho de muita dedicação á leitura, perrnitta-me o articulista que para antithese do que é, significa o «*grande patriota e soldado*» - como diz o articulista, - Mousinho de Albuquerque - que cita como autoridade em materia sujeita não nos serve, pois a respeito d'este diz o sr. Mayer Garção: - *Que significa este homem?*

Este homem significa tudo quanto é atrazo, violação de direitos, espirito de oppressão, conservantismo da iniquidade, reacção do Absurdo.- Este homem é a Guerra, num dos seus aspectos mais odiosos a Conquista.

Não tenho tambem duvida em acreditar que aquelles que partiram e partem para subjugar o preto rebelde, estejam convencidos da utilidade da sua espada na resolução do problema civilizador da Africa. Mas isso não faz mais do que transformar um crime num erro, porque a verdade é esta: - a Guerra é sempre e sobretudo nas condições da conquista, um ataque sacrilego contra tudo - Direito, Luz, Cousciencia, Paz, Amor, Igualdade, Libertação, Progresso.

«Isto é, - contra os principios mais elevados e os sentimentos mais ternos. Eis o que este homem, que intimamente pode ser bom, significa pelo principio que serve. Ora sauda-lo, é saudar o que elle fez. Que fez elle? Um bello dia, etc ... »

« Ora esses homens que pedem bonança ao vento e ás vagas, são os mesmos que vão cahir como tempestade, nessa costa que se recorta além, e onde uma humanidade selvagem recebe a civilização pelos canos das espingardas e pela bocca dos canhões. Por-

que é necessário que o negro se deixe civilisar... Deixar-se civilisar... Esta formula quer dizer, deixar-se espoliar, devastar, vender, torturar, malar ... -Nem terra, nem liberdade, - ficará escravo.

Para lhe notificar o Progresso, um chicote. Para lhe ensinar a ler, uma gargalheira»,

A propósito da civilização européia em Africa, diz o já citado Mayer Gurção : - «Assim, pois, toma-se posse d'uma immensa região, escravizam-se os naturaes, incendiam-se as aldeias, chama-se propriedade conquistada á terra, onde se pos os pés e aos homens em quem se *fixou* os olhos, usufruindo toda a produção, determinando em lodo o territorio, e a unica desculpa que encontra a civilização, para fazer isto, é a incapacidade moral e intellectual dos nativos para se administrarem a si proprios e á sua terra, e a unica obrigação que diz reconhecer é a de emancipar esse povo, por meio de diffusão da claridade mental, afim de um dia lhe entregar o que é seu. Pois bem! Depois de, durante seculos, se desbravar a floresta, dizimando a raça, porque não se encontrou melhor meio de salvar do que matar, essa civilização tornou os habitos do sertão e revela-se mil vezes mais odiosa do que a ferocidade indigena, porque agrava o crime com o conhecimento do crime, quer dizer com a Responsabilidade. A luta entre o civilizado e o nativo deslocou-se, pois, por uma inuversão tanto mais espantosa, quanto ella parece justficar-se. Porque a luta não tendo possuido o cunho nobre que lhe imprime a defeza d'um principio superior por parte do primeiro, demonstrou, da parte do segundo, esse desejo humano da independencia que revela no homem a unica causa, porque elle o merece ser».

Loanda, maio de 1901.

CONFRONTOS

Num paiz onde as leis promulgadas se não teem cumprido, especialmente as attinentes ao adiantamento da raça preta, onde a escravisação é a norma inalteravel, ha mais de 400 annos, não admira que qualquer lobo carniceiro (ou outro da sua especie acobertado), de entendimento bronco e rude, appareça, expondo alvitres extravagantes.

Accusam a raça preta de incapaz de civilisação e desenvolvimento, quando se lhe não tem ministrado os meios de elevação, procurando-se conserva-la no estado de rudez e cmbrutecimento, explorando-a assaz os esclavagistas, para, á custa do seu suor e trabalho, não remunerado, medrarem e enriquecerem!

Os direitos com que a Carta Constitucional lhes garante, considerando-os tão portuguezes, como os individuos nascidos no continente europeu, até os querem já cerceados, esses improvisados-reformadores, trocando-os por leis odiosas, cujo movei são as violencias e as torturas com que pretendem apertar cada vez mais o seu ferreo jugo!

E na capital da província, onde ha homens instruidos e liberaes, escrevem contra essa raça, paci-

fica e soffredora que se tem conservado estacionaria, não por culpa sua, mas por lhe não terem promovido o seu engrandecimento material, e florescimento moral e intellectual.

E comparam o preto, sem desplante á besta, querendo que por novos regulamentos seja ainda vexado e escravizado, não se pedindo ao menos que esses regulamentos e leis sejam primeiro postos em execução na metrópole, e depois applicados ao ultramar, visto que, como escreveu o sr. Alfredo Gallis¹, em 1900, como da transcrição abaixo, não estão mais adiantados os sertanejos de Portugal.

«E' vulgar, os poetas e romancistas, cantarem em verso e prosa, em phrases mais ou menos sentimentaes, a doce ingenuidade e casta innocencia das pobres gemes dos campos.

Eu, declaro-lhes, que nunca conheci em vida minha, gentes mais patifas e que me causassem mais irritação, nas poucas vezes que tenho tratado com ellas.

Desconfiadas e velhacas, intriguistas e maledicentes, suspeitosas e interesseiras, nas gentes dos campos póde o philosopho e o pensador estudar a essencia da besta humana, quasi no seu estado natural.

D'uma ignorancia crassa que chega a reunir nos na alma um mixto de nojo e dó, possuem no emtanto uma subtil esperteza natural para tudo quanto é mau, perverso, machiavelico e asno

A sua moral é o problema mais difficil de resolver que se conhece, e em regra são dotados de um egoismo feroz.

Os filhos odeiam os paes; os irmãos, as irmãs; os cunhadas, as cunhadas; e até os paes, os proprios filhos; quando questões de vil interesse se embaraçam nos ramos d'essas amizades naturaes que

1 Actual administrador do concelho do Barreiro.

parece deveriam estar sempre superiores e abaixo de mesquinhos negocias onzeneiros.

Por uma divida de um vintem ou o goso de uma servidão de agua, matam o seu semelhante á facada ou a tiro. Para roubarem tres tostões a um pobre mendigo de estrada, não hesitam em o esperar ao caminho a abrir-lhe a cabeça á paulada, e no capitulo dignidade pessoal, os homens aceitam para esposas as mulheres que vieram para cidade a serem amas de leite, depois de terem dado á luz filho de qualquer quartanista que foi á terra passar com a familia as ferias academicas.

A Penitenciaria Central, as cadeias da Relação do Porto e os carcereiros de todas as terras do paiz estão cheias de criminosos, na sua maioria ladrões e assassinos, pertencentes á ingenua e innocente gente dos campos.

A prostituição mais devassa e pervertida, e na sua quasi totalidade composta de mulheres que dos campos vieram servir para as cidades, e preferiram o vicio e a vida facil ao sereno e quasi que magnifico mister de criadas.

E' difficilimo hoje arranjar uma criada, porque ellas não querem sujeição nem disciplina, e andando na terra de pé e perna na monda do milho, na ceifa do trigo, na apanha da azeitona e nos trabalhos da vindima, ao sol, á chuva, ao relento, vestindo uma grosseira camisa de estamemha e uma saia de burel, em pouco tempo esquecem o que foram e tratam de imitar as outras, calçando com certa elegancia, e até arranjando os cabellos á moda em sedosos cucurutos em fôrma de aza de jarro!

Não lhes quero mal por isso, porque o homem e a mulher devem sempre ter aspirações.

Pretendo apenas frisar que essa celebrada innocencia e decantada ingenuidade dos campos, não existem senão nos malmequeres e papoulas, que florescem entre os trigaes maduros, e no cantico da passarada, occulta entre a verde ramagem das choupas e faias.

A maledicencia e a bisbilhotice, deitando sempre para mal é o seu mais notável característico.

Nas suas meias palavras sublinhadas, no seu olhar parado e estylletado, e no seu sorriso alvar e frio, o phisionomista descobre facilmente o intencionalismo malvado do que elles pensam.

Ainda em pequeninos, já sabem mais e possuem maior dó e de velhacaria que muitos adultos de outras classes.

Submissos e humildes quando lhes cheira a interesses, são intransigentes, altivos, retilhões e orgulhosamente vaidosos, para os da sua egualha.

Os seus odios de povoação para povoação, ninguém os desconhece, attestados por dezenas de cabeças e braços partidos nessas romarias e feiras, onde os cacetes fervem no ar e o vinho espuma nas

pipas.

No seu intimo são naturalmente maus, criminosos mesmo, incapazes, porém, de praticarem um acto commum de aproveitavel lição social ou de destemida grandeza de animo.

Mas. ... dirá o leitor a que proposito vem esta descomponenda nas gentes dos campos?

Eu lhes digo:

Vem a propósito de ter lido hontem que ao kilometro 304 da linha do Sul entre as estações de Tunis e Albufeira, foi collocada na linha ferrea uma grande pedra que ia fazendo descarrilar o comboio nº.3, que parte do Barreiro ás 5 horas e 20 minutos, não se dando o sinistro, que teria feito numerosas victimas, devido ao comboio seguir com pequena velocidade.

Este acto expresssa claramente um sentimento de malvadez que merecia para o seu autor um castigo severissimo.

O que pensaria este malvado quando, no silencio do isolamento que o rodeiava, sob o ceu azul puro e os raios de ouro d'este sol admirável dos ultimes dias, foi collocar uma pedra sobre a linha ferrea por onde havia de passar o comboio cheia de passagei-

ros, tantos, Deus sabe, em viagem para tratar da vida que lhes angaria o pão dos filhos ou o descanso dos paes velhos e doentes!

Sim, que pensaria aquelle gigantesco e monumental patife?

Ver um descarrilamento, montões de mortos e feridos agonisantes, cabeças decepadas, pernas trituras, corpos rebentados com os intestinos ao ar, gritos de dôr, gemidos de moribundos, a morte, a destruição, um quadro horripilante, enfim?

Eis uma nota da suprema malvadez humana, um detalhe da indole cruel e sanguinaria da primeira fêra da criação.

Mas quão vulgar é, os comboios serem apedrejados e até disslararem-lhe tiros d'entre os pinbaes, tendo por diversas vezes ficado os passageiros feridos!

E quando physica e materialmente as gentes dos campos não podem prejudicar os viajantes, quem ha ahi que as não tenha visto á passagem dos comboios voltarem-se rápidos, largarem as enxadas e cumprimentarem os passageiros com gestos obscenos que repetem até o comboio desaparecer da sua vista nalgum tunel, trincheira ou volta do caminho?

Querem-n'os mais maus?

Querem-n'os mais estupidos?

Acudam-lhes, pois, com a escola e com severos castigos penaes, unicas fórmulas de os tornar humanos».

Ao preto nega-se a intelligencia, quando sobejam exemplos de que educado rivalisa com o branco.

O sr. Ferreira de Almeida, que foi governador de Mossamedes, um dos honrados estadistas portuguezes, apreciando esta raça escreveu:

«E' ainda, soccorrendo-me á opinião do meu antecessor, o sr. F. do Amaral, que eu provarei que pela ampla acção do colono, e por más autoridades

temos alienado o espírito do indígena; no seu relatório de 25 de outubro de 1879, diz:

«Ha sempre toda a vantagem em continuar as relações amigáveis com os chefes das tribus gentílicas no intuito de nos insinuarmos no seu espirito, e procurarmos por todos os meios fazer-lhes desvanecer idéas menos justas, mas ás vezes infelizmente justificadas que, acerca das autoridades portuguezas e dos brancos em geral, tem alguns d'elles».

E' manifesta a causa d'esta desconfiança e para que não hajam duvidas sobre ser devido ao caracter do indígena, mas sim provocadas pelos nossos abusos, encontra-se, mais adiante, no mesmo relatório:

«Os carregadores (indigenas) eram dos melhores, e tive mais uma occasião de vêr que, com quanto mais do interior, e menos contacto tem tido com os brancos, mais doces e mais exactos são os pretos da raça hotentote no cumprimento do seu dever».

Se até aqui, pois, os pequenos agricultores se sustentavam, não desembolsando os salarios dos serviçaes, e podiam fazer face a encargos que a ambição e uma mal entendida economia rural lhes creou, adquirindo o credito por elevado juro e successiva capitalisação d'este, machinas que a sua lavoura não comportava (Relatório de 1 de maio de 1880 do major Henrique dos Santos Rosa, chefe de circumscripção de obras publicas do districto de Mossamedes) que não conhecia, de dispendioso entretenimento, mas que para attenuante da sua má administração, o preto, o serviçal, a quem não pagava e torturava, aprendia a manejar; agora que uma bem entendida lei, justissima, no fundo e no fim a que se propõe, o obriga ao pagamento do trabalho, e a restringi-lo a dadas horas, é possível que esses agri-

cultores caíam, e desapareçam, centralizando-se os retalhos agrícolas das vítimas, nas mãos do mais afortunado ou do mais habil.

E pôde porventura soffrer o animo, que se não pague ao trabalhador porque se aniquilam dois ou tres colonos? Pôde o futuro de uma raça que tem direito á existencia e á civilisação, ficar subordinada ao insignificante interesse de uns poucos, que não podem locupletar-se, e que terão de voltar ás primitivas profissões? Deverá retardar-se mais ainda a civilisação de um povo, na parte que dignamente nos cabe e devemos curar, depois de uma vergonhosa occupação improfícua, tanto moral como material, de mais de trezentos annos?!

O preto não é uma raça condemnada por falta de aptidões á civilisação, e ainda quando lhes faltassem, não podia se-lo, porque sem o preto é inexploravel o continente africano; mesmo considerado de mui insignificantes aptidões, tem a do trabalho, em parte a seu modo, cm parte provocada pelos brancos. Quaes são as provas da sua aversão ao trabalho? simples declamações que muitos factos e documentos contestam.

Tem-se fallado muito no espirito de pilhagem e rapina do preto, e realmente o districto de Mossamedes foi theatro de bem ousados golpes de mão, no roubo de gados; a causa, porém, triste é dize-lo, era a represalia de quem se via roubado, perseguido e desattendido.

Não se conclua, porém; d'aqui que eu quero fazer persuadir, que serviçaes e indigenas são santos martyres, mas apenas que não são, nem tão maus, nem tão ladrões, nem tão fartos de sentimentos de dignidade, como é geral suppôem, uns por mal informados, outros por uma aversão que eu não posso attribuir senão á repulsão da côr.

Comprehende-se que uma raça que jaz no seu estado primitivo, e que do contacto com o branco mais tem adquirido os vicios do que as virtudes, educada sobretudo no regímen autoritário e violento

da sua organização social, não poderá compreender, nem apreciar completamente o nosso regímen moral.

Diz-se que o cabinda, uma das especies mais intelligentes, logo que realisa determinado peculio para poder casar, se exime ao trabalho; quando isto seja assim em absoluto, pergunto: o europeu, o illustrado, o que faz quando realisa pelo trabalho uma fortuna? As mais das vezes, quando não possa occupar-se de um modo de vida menos violento, se o p'eculio lhe póde dar o sufficiente, entrega-se á ociosidade e á... politica. Poderá dizer-se que é um mal, um vicio; e é até certo ponto, mas não póde lançar-se este facto á conta de incapacidade ou defeito na raça que muitos querem exterminada ou banida. E' ou não da constituição politica dos estados a aposentação dos funcçionarios, e nas sociedades o descanso depois de obtida uma riqueza ou mediania bastante?

Estão os pretos em identico caso.

A nossa ambição não nos póde autorisar com justiça, a pretender que elles trabalhem realisada a sua mediania, quando nós o não fazemos; antes, porém, sim, e este é o ponto a que deve mirar a acção propagandista do trabalho, mas do trabalho livre».

Ora, á vista d'estas opiniões insuspeita: é bom atirar pedras aos visinhos?

Sejam estudiosos e conscienciosos, e dêem a Cezar o que é de Cezar, deixando de avançar proposições estupidas e banaes, e recorde-se o *branco* articulista de que sábios te em dito que as proprias nacionalidades europeas não te em sangue puro, por terem cruzado com as raças de differentes paizes, e nas guaes entra o elemento preto.

Cassange, 20 de abril de 1901.

É O CUMULO DAS INFAMIAS

Na vida, ha duas maneiras de o homem tornar-se social e illustre; isto é, duas ordens de educação: a educação escolar, na qual se desenvolve a intelligencia - «o talento e se adquire a sabedoria» -, e na familiar, recebem-se os elementos do homem social - «a civilidade e os bons costumes».

Estes dois elementos, num só individuo, tornam-o perfeitamente circumspecto e sensato, e sem elles fica o homem reduzido a selvagem e egoista, ou a um ente de sentimentos baixos.

Assim: aquelle que traz a felicidade, a paz e a segurança aos seus concidadãos, castiga o vicio e ampara a virtude, é digno de estima; e o que por meio de palavras semeia discordias, é o reprobado da sociedade. Neste ultimo caso está o autor do artigo editorial do nº. 4 da *Gazeta de Loanda*, no qual, imperitamente, encetou uma campanha vil contra o preto, completamente opposta ao programma d'esse jornal.

E no nº. 5, com um cynismo, que revolta, mas

que esta ao character do autor do artigo, insiste no, seu odio ao preto, este martyr da indifferença e desprezo dos nossos civilisadores, quando elle é o mais prestadio ente, que, muito util e justo, tem sido sempre pala todas as ganancias, para todos, principalmente para o europeu.

O jornal que proclamou pugnar pela justiça de todos, sem distincção de côres, nem de condição, levantou, após a publicação de tres numeros, o pregão ignominioso, mostrando, com o seu artigo, sob a epigraphie: *Contra a lei, pela grey*, o rancor que se revolve no seu cerebro mórbido.

Quando numa terra de pretos, e num jornal creado talvez com o cabedal nella adquirido, se compara o dono d'essa terra com o animal irracional, e se pede para elle uma lei especial, isto é, vexatoria e barbara, para castigar os seus delictos, é o cumulo das ingratidões, é o maior requinte da perversidade.

E confesso, revoltou-me por forma tão abominavel idéa, que levado da curiosidade, não larguei. aquella enfiada de disparates sem concluir a leitura. do artigo, aliás digno de figurar nos papeis de serviço das retretes, e assim procurarei não replicar, mas apenas classificar o desgraçado, expondo-o, aos apupos do rapazio.

Se o pequeno e o grande são eguaes perante Deus, o branco e o preto devem sempre ser eguaes perante a lei. Machinar-se, pois, torpe e vilmente, uma medida que avilte os pretos, á conta da epiderme, é um crime de lesa humanidade, visto serem elles estranhos e muito estranhos aos caprichos da natureza, porque ninguem pagou para nascer branco ou preto.

E demais, em todas as epochas, como em todas

as nações, foram sempre julgados os delictos, e não a côr de cada delinquente.

Portanto as más e vis acções habitam em todos, sendo d'isto sabedor e perfeitamente convicto o *abalizado* articulista, que vê constantemente a exportação de vadios, ladrões, assassinos e de traiçoeiros que o nobre Portugal, no intuito de moralisar, faz para a Africa. Sabe, também, que muitas vezes tal horda de aventureiros e abutres, convertidos depois em commerciantes nesta terra de protecção escandalosa, e burocratas, não se cançam de mostrar o que foram, como o articulista não trepidou em vomitar nas columnas d'um jornal immundicies, naturalmente de ha muito inveteradas na sua alma de lodo contra o preto, que constantemente é explorado, roubado e martyrisado ha mais de quatro seculos.

Conhece egualmente o indigno articulista que o Physico-mór (Luiz Augusto Pereira), o Niza (Manuel Antonio Rodrigues de Barros), A Giralдина (Maria Rosa), O Matuto (Miguel Augusto Ribeiro), O Mestre Lobo (João Augusto Lobo), O Pera de Satanaz (Alfredo Alves Mendes), O Ladrão Fino (Antonio Braz Monteiro), O Ladrão dos Bahus (João Bernardo das Neves), O Silva Larápio (João José da Silva), O chefe dos caixeiros gatunos (Domingos José da Cunha), A Manuela (Maria Manuela Bousa), e outros, são celebres na gatunagem e pertencem, como o mesquinho articulista, á patria de Camões.

Não contesta, certamente, que Francisco de Mattos Lobo, João Brandão, Diogo Alves, Virgínia Augusta da Silva, Elvira Martins e tantissimos outros heroes na malvadez, e feroz de instinctos, pertencem, como o celebre articulista, á patria de Albuquerque.

Em toda a provincia de Angola, onde a estatística criminal é insignificantissima, comparativamente com a de Portugal, é o branco que mais contribue para ella com as suas encarniçadas façanhas, e sem

que ninguém se lance na imprudência e estultícia de accusar a todos os brancos.

Nella figura o assassinato praticado pelo preto. Mas como é elle perpretado?

Fartos de tratamento bárbaro, principalmente nas fazendas do interior, com pequenas excepções, exasperados pelo tagante; o preto ás vezes mata, defendendo-se.

Escalamentos, assaltos á mão armada, abandono de creanças, assassinatos, roubos, etc., são frequentes na terra do articulista; aqui, embora a mãe patria lhe envie os mestres, o preto abstem-se dignamente de aprender com elles.

E' isto, mais que sufficiente, para demonstrar que Portugal foi, e é ainda, o theatro das façanhas mais revoltantes, e o bastante para justificar que não tem razão de ser a barricada que o articulista pretende erguer, com o fim de evitar a barbaridade de se applicarem ao preto as mesmas leis que punem o branco, pois neste predominam os crimes revestidos dos symptomas de perversidade, malvadez, baixeza de sentimentos e degradação de instinctos, e ninguém ainda em Portugal decretou leis diversas para os espiritos illustrados e para o branco boçal, que só se parece com o homem na figura.

A veracidade do que avanço, não só o demonstram as estatisticas criminaes, mas é ainda confirmada pelo sr. Almada Negreigos, na sua obra: *Historia Ethnographica da Ilha de S. Thomé*, a pag. 17, nota 3, que diz: «*Aos que attribuem á ignorancia em que jazem estes povos a causa fundamental e unica dos seus vicias e usos primitivos, devemos contrapôr a affirmativa, pouco lisongeira para nós, de que a criminalidade entre raças avassalladas, é relativamente inferior á que existe no meio de alguns paizes que se dizem civilisados*».

*

* *

Exhibiu o articulista, sedento de sangue, que a divisa do preto é *comer e não trabalhar*.

Esta mentira, que repugna a todo o homem que se preza, e que estuda sériamente as questões de actualidade, não mostra só a ingratidão, mas um completo desequilíbrio de faculdades mentaes do chamado branco da *Gazeta de Loanda*. E se ao contrario está no goso de suas faculdades, é-lhe bem cabido os epithetos de: ignorante, desarrazoado e cynico.

Antes, porém, de apresentar outras considerações que me suggere o insolito artigo, lançarei mão da propria *Gazeta*, e d'ella transcrevo alguns pontos, em cuja contradicção está o insensato escriptor.

Diz a *Gazeta* no seu n.º 3: ..... «aqui, á parte o pequeno consumo local, tudo se reduz á formula primitiva da permuta (e sabe Deus como esta por vezes é feita !) de modo que se o gentio, por qualquer circumstancia, abandona os caminhos das nossas feitorias, e deixa de nos trazer o café das suas lavras, a borracha que pacientemente extrahiu de plantas, muitas das quaes só elle conhece, - a cera que com *perseverante trabalho* recolheu dos asperos e incultos enxames das suas labyrinthicas florestas, tantos outros productos que constituem o nosso commercio rico; e que só colhe e nos vem offerecer»...

O gentio a que o celebre articulista allude, é branco? Pertence á Península Iberica? Não. Como então explica o articulista esta grosseira contradicção?

Ora, a agricultura nas colonias não está em poder do europeu, pois que as fazendas agricolas que existem em Angola constituem apenas excepções, verdadeiros oasis no meio de terrenos vastíssimos, incultos ou aproveitados exclusivamente pelo indigena.

A borracha, que se exporta d'esta província, é trazida pelo preto do mais remoto sertão, onde o governo não exerce autoridade, e é apenas conhecido o nome de *Mueueputo*, com o lendario poder que se tem transmittido tradicionalmente de seculo em século, de geração em geração.

O café que ainda se exporta, não é o agricultor europeu, o fazendeiro que o traz ao mercado, nem é por elle cultivado, mas o preto gentio que nos vastos arimos abandonados de Encoge e Dembos o colhe com unico sacrificio seu, recebendo depois uma parca remuneração na permutação com o negociante.

Milho, feijão, ginguba, cacau, urzella, coconore, cera, algodão em rama, azeite de palma, etc., não os agricultura o europeu; é o preto que os vem trazer aos mercados do littoral. O europeu, esse limita-se a explorar a riqueza, lançar em rosto os vicios e a abafar as necessidades do indígena, e alguns sem consciencia, nem prudencia, tem sido a causa de conflictos serios e guerras, com que constantemente a provincia se vê a braços.

Nem póde deixar de ser assim, dizia um homem de letras; porque o «europeu que vem para as colonias, não traz recursos com que faze-las prosperar. Começa por caixeiro de uma casa qualquer, cujo chefe teve eguaes inicios, e quando julga conhecer a clientella e o paiz, ou se estabelece por sua conta a credito, ou é associado aos interesses da casa em condições leoninas, ou mais tarde aceita o traspasso com a condição, em geral, de se deixar explorar, a titulo exclusivo de fornecimentos, pelo cessionario, emquanto não salda o seu debito. Compra os productos do indigena, porque esses productos lhe offerecern meio lucrativo de saldar as contas com o fornecedor da metropole sem premios de vales ao governo ou de saques á succursal do banco ultramarino. Por sua conta não emprehende trabalhos agrícolas, ou quando os emprehende, não tendo capital com que pagar o trabalho

do indígena, procura por todos os meios explorar este com a menor somma de encargos. O seu ideal o trabalho gratuito e forçado dos escravos, e não tendo meio de retroceder ao tempo passado, declama contra a ociosidade do indígena, que não consente em ser explorado, e pede uma lei de trabalho, como se o indígena se recusasse aos trabalhos agrícolas, quando o producto d'elles lhe é sufficientemente remunerado. Das milhares de concessões de terrenos para agricultura feitas pelo governo a europeus, não ha a decima parte que tenham ido avante, porque os concessionarios não dispunham de meios para aproveitá-los. A's declamações contra a ociosidade do indígena que não quer trabalhar sem remuneração, juntam-se outras contra o banco que não espalha o dinheiro a esmo, sem querer saber se o reaverá».

Mas não é este o unico homem que, imparcialmente, assim se expressa. Ha ainda mais. E se o articulista duvida que entre vós existem homens de consciencia e despidos da hypocrisia como a sua, leia o que o dr., em medicina, sr. Silva Telles, diz no seu bem elaborado pensamento sobre a *Colonisação Scientifica e Politica Colonial*, a pag. 96, do nº. 3 , da *Revista Portugal em Africa*:

«O continente negro deixou de ser o problema dos geographos para se transformar em arena onde os interesses se chocam, onde as companhias se guerreiam. Terra mysteriosa dos antigos, vasto triangulo bloqueado por mares, recebe hoje, a todo o momento, ondas de ambiciosos, guerrilheiros sem fé e sem lei, que na expansão da sua animalidade não reprimida, tudo investigam, tudo esmiuçam. Não é a civilisação que elles transportam para Africa; é esta que fornece os elementos á sociedade avançada. A exploração não se faz a bem do continente; não é uma raça que toda inteira vae assentar o seu dominio, as suas tendencias, as suas tradições, sobre as zonas por explorar; não é um

paiz colonizador que enxerta um tronco em climas novos; não é a riqueza de regiões immensas que se alcança para o desenvolvimento de um povo. Nada d'isto. Os interesses collectivos ficam no claro escuro; no primeiro plano os interesses individuaes, as ambições desenfreadas, o delirio economico favorecido pelos estados, arrastados, a pezar seu, neste resvalar de lutadores».

«O continente africano, dissemos, é o que mais rudemente tem soffrido o choque d'este excesso de industrialismo. As materias primas que elle fornece, avidamente procuradas pelas praças de Manchester, Londres, Hamburgo, Havre, Bordeaux, e outras cidades industriaes, alimentam centenas de fabricas, e espalham, transformadas, por todo o mundo, o que a civilização actual, vista atravez do egoismo utilitario, suppõe a ultima expressão do «bem estar» .

.....

.....

«E no emtanto, na vasta Africa ha campo para todas as raças, espaço para todas as ambições, condições de vida consoantes á energia ethnica de cada povo. A America explorada deu nacionalidades, deu estados que conhecemos. A África, com condições de riqueza e de climas excepcionalissimos, está por ernquanto (e estará sempre, dizemos nós) entregue a meia duzia de companhias que a exploram, e no seu intento, como affirnamos, só se revela um interesse financeiro».

Em presença d'estas verdades, que pretendeis, vós articulista, que sois falso nas idéas, traiçoeiro na vida social e trapalhão na discussão?

Pretenderá, porventura, dizer que o artigo da *Gazeta* n. o 4, não foi com intenção de ferir o preto boçal, que, á mercê do seu sacrificio e abnegação, enriquece o mercado, desenvolve as fazendas agricolas e enche as bolsas avarentas dos seus compatriotas?

Dirá naturalmente: *referi-me ao preto a que hypocritamente aperto a mão!*

Mas se é a esse, recorra o indigno articulista aos escriptos de muitos homens de capacidade inconcussa, e entre elles a recente publicação: *Os indigenas das colonias portuguezas d'Africa*, e ahi verá, oh escriptor protervo, que Angola teve e ainda tem filhos dignos e que pela sua illustração, intelligencia e procedimento, estão muito além de todos da sua estofa, e é por isso que se lhes nega a instrucção litteraria pelo receio de que elles se tornem tanto mais illustrados, quanto o são os filhos de Portugal, e não é menos verdade que entretendo a ignorancia da provincia por uma especulação sordida, fazem d'isto um grande nicho para a collocação dos afilhados em detrimento do functionalismo indigena sempre preterido, com rarissimas excepções feitas á influencia de governadores justiceiros, porque Portugal não quer presenciar um movimento separatista.

Eu deixo de apontar aqui quaes esses filhos d'este paiz a que me refiro, porque não é com um sujeito das qualidades do articulista que se possa travar uma discussão seria; - para lhe dar um parallelo digno de si, basta lembrar-lhe os empregados que trabalham na officina typographica, onde se imprime o seu papel de infamias.

«Perspicazes; apesar da falta de instrucção, são pretos, civilisados»; ou então dirá como no n.º. 5 da *Gazeta*: *«Não são estes a quem me referi, mas ao preto boçal»*. Valha-o Deus ; outro officio.

Mas como já o demonstramos, repetimo-lo para que bem frisante fique, ao preto boçal nem cabe tão infamante labeu, porque, a farinha de mandioca, legumes, fructas etc., de que os srs. europeus da provincia tambem se utilisam, são productos do seu labor (d'elle preto).

Temos ainda: A pescaria foi sempre e é exercida pelo preto boçal; fábrica este as enxadas com que arroteam os campos; facturam as embarcações

de pequena lotação para exercerem industrias de cabotagem por conta propria ou do proprietario d'elle: transportam nestas, confiados á Sua exclusiva guarda e responsabilidade, haveres importantes, que entregam intactos; e debaixo d'um sol abraçador, transportam uma infinidade de cargas, e, no fim de todo este trabalho, recebe, como paga, uma ninharia, se não é generosamente recompensado com viruperios, dada a felicidade de não ser impiedosamente varrido para as terras de S. Thomé onde expira aos effeitos dos seus esforços, por ter tentado protestar contra a barbaridade que em nome da civilisação lhe é infligida.

E, não obstante estas verdades irrefutaveis o preto não trabalha, nada faz, e é indolente!!

São assim os amibos do progresso, que só teem na mente a exploração, e como crêdo as transacções menos licitas.

*

* *

Se bem lembrados estamos, o articulista nas suas endiabradas e confusas rhetoricas, attribuiu tambem ao preto que, além de *não ser pelfeitamente um homem, nenhuma sensibilidade moral tem.*

Esta asserção, que é perfeitamente uma parvoíce de grande tomo, estupidamente engendrada por um cérebro affectado de microbio, que certamente em outra qualquer terra se não atreveria a dá-la á publicidade, porque teria o merecido correctivo, em todo o caso, fique de remissa; no emtanto, bem é que se lhe faça conhecer que a sensibilidade moral do articulista passa por um processo bem duvidoso.

Se o meliante articulista se dêsse ao incommodo de compulsar a Revista *Portugal em Africa*, ahi encontraria as *Chronicas das Missões*, firmados por homens, cuja divisa é distribuirem a fé de Cbristo, nas quaes teria materia, mais que sufficiente, para fazer expulsar d'esse estomago inebriado pelo alcoo-

lismo e pela batota, essas idéas, que realmente só uma figura, que se parece com a figura humana, podia vomitar sem pejo de fazer córar a humanidade.

Encontraria nellas o bastante para se convencer de que o preto boçal não só é perfeitamente um homem, e mais perfeito que alguns dos vossos brancos boçaes - perfeitas bestas do campo -, como veria que o preto boçal (com quanto o articulista não distinga qual preto), a sua sensibilidade está em subido grau acima da do proprio articulista.

Para que saiba que não é a esmo que digo o que fica escripto, como vós indecoroso articulista, transcrevo um periodo da *Chronica das Missões*, do nº. 38, a pag. 67 do *Portugal em Africa*, com que ao acaso deparei: «Está geralmente adoptado o uso, nas familias onde ha muitas raparigas, de não casar a mais nova antes da mais velha. Respeitam a prioridade da idade. O adulterio é punido com severidade pelas leis, mesmo quando o crime não esteja senão apenas projectado. Os homens, ao atravessarem os rios, devem tomar milhares de precauções para não encontrarem as mulheres, tomando banho, pois são immediatamente punidos ao dar-se tal caso».

Di-lo o Padre Wieder, nas suas *Chronicas*, com relação á missão do Libollo, cuja veracidade a ninguém é licito duvidar, porque são factos presencados e não inventados maliciosamente, como o articulista fez com as Suas insólitas babuzeiras.

Agora diga-me o articulista, em que sentido toma os factos apontados pelo padre Wieder? Parecerá ainda ao articulista que o preto boçal não é *perfeitamente homem; nem tem sensibilidade alguma?*

*

* *

Gastar tempo com figuras que parecem homens
que dizem e se desdizem, e propalam infarnias,

ridículo, como ridículo é gastar cêra com ruins defunctos.

*
* *

Terminando, a vós angolanos me dirijo, pela extraordinaria sensibilidade que me causou a nova de muitos de vós se terem esquivado a partilhar na publicação d'este folheto, para que fique bem gravado nas vossas consciencias, que, em lutas d'esta natureza, promovidas por offensas dirigidas a uma collectividade, e pelas quaes a dignidade offendida exige plena reparação, não é licito a nenhum filho de Angola afastar-se, para evitar despesas, ou por uma fatuidade qualquer.

Deveis comprehender, que não são as riquezas, as excellentes posições que, casualmente, occupamos na sociedade, nem as nossas conveniencias particulares, que nos inibem de abraçar uma causa justa; porque, esses cabedaes e posições, são devaneios da vida, que tão depressa estão no rico, como passam para o pobre.

Deveis afastar da alma os risos do presente, e lembrar-vos do passado e do futuro, porque nestes dois conjuntos de tempos está a fortuna e a desgraça.

Assim; hoje negaes tomar a defeza numa causa que a vós proprio offendeu, porque a fortuna e as mãos dadas com os ricos, lhe mostram flôres no presente; ámanhã, porém, desaparecendo as celestes campas semeadas dos risos de honrem, procurareis aquelles que vos sorriam e não os achareis. «*Donec eris felix multas numerabis amicos, tempora si fuerint mobilia, solus eris*» .

Mas, quando mesmo, admittida a possibilidade de vos não julgardes offendido, como indígena, com as sandices d'esse jornal, porque não tendes costella negra, deveríeis ao menos lembrar-vos que fazendo-o, não seria por vós, mas pelos vossos antepassados, porque estes certamente descenderam da

costella negra, e Deus sabe se d'alguma preta boçal.

E' não duvideis d'esta asserção, que em nada vos offende; - porque, como sabeis, muitos indigenas illustres, inclusive alguns europeus, descendem de *mucamas*, e como não ignoraes a *mucama* é preta boçal que do sertão é resgatada.

Não ha que pedir desculpa num caso d'estes, em que só desejo ferir a verdade para rebater o orgulho e a vaidade enfatuada d'alguns, cuja descendencia suppõem partir das estrellas, vendo desaparecer do vosso character a dignidade de não aceitardes, como causa commum, toda e qualquer offensa dirigida ao filho de Angola, porque o tempo vos corre mais risonho que a outros.

*

* *

E por ultimo diremos, que é para causar surpresa desagradavel, que uma redacção d'um jornal que se intitulou sério, associe a si um sujeito de pessimas qualidades, com uma ampla licença para escrever necedades que prejudicam a nobreza da imprensa e do jornalismo.

Benguella, maio de 1901.

TRANSCRIPÇÕES

No relatório do conselho de administração da companhia real dos caminhos de ferro, elaborado em 1893, lê-se:

«Chegou, senhores, a ocasião de dar uma ligeira idéa dos benefícios da nossa empresa. A acção da vossa companhia tem sido altamente civilisadora, empregando-se para isso o mais nobre e efficaz de todos os instrumentos - o trabalho.

«Se a produção de Angola tem trazido ao paiz valiosissimos recursos, a importação, subindo prodigiosamente com beneficio dos rendimentos publicas, prova que o alargamento do consumo se deve a satisfação das necessidades creadas pelos indigenas, que pagam em trabalho.

«Esta é a verdade.

«O caminho de ferro implantou em Loanda o habito e necessidade do trabalho, e tanto isto é exacto que já não ha hoje escassez de braços para as obras da linha.

« Não imagineis, senhores, que o numero dos indigenas, que trabalham, se limita a dois ou tres milhares d'elles, aos guaes diariamente se paga.

«Podeis triplicar esse sumero, porque a reserva de trabalhadores, que se oflerecem ou acodem ao chamamento, é muito superior ao que temos em servico activo.

«Ássim quando a nostalgia leva um cento de indígenas a abandonar o serviço, já sabemos que, ernquunro não voltam, apparece outro cento a preencher-lhes as vagas.

«Mas vae mais longe o beneficio e julgamos que, vos será agradável saber que as officinas da companhia em Loanda executam todos os trabalhos que se fazem nas officinas dos caminhos de ferro da metropole, e que a maior parte dos nossos pedreiros, carpinteiros, trolhas, pintores, torneiros, moldadores e forjadores são indigenas ensinados por mestres e contra-mestres europeus.

«São igualmente indigenas quasi todos os capatazes de via e arvorados, bem como os fogueiros, a alguns dos quaes não duvidariamos confiar uma machina, se nos não impedisse de o fazer a responsabilidade que d'ahi nos adviria, se se dêsse um desastre.

«Para fazerdes idéa do trabalho do indigena, folgamos de vos informar que a ponte do *Sumbi*, a qual mede 25 metros, foi corrida em 90 minutos por pessoal indigena ás ordens do conductor sr. Larne e em presença do nosso digno director, o ex.^{mo} sr. Antonio Guedes Infante.

«Não menor prazer, porém, sentimos em vos chamar a atenção para a disciplina em todos os serviços, d'onde o facto verdadeiramente notavel de, num período de sete annos, e cm tal agglomeração ele homens, se terem dado apenas dois crimes de homicídio.

«A principal vantagem, porém, da acção da companhia, implantando entre os indigenas a moralisadora necessidade do trabalho, unica fôrma de

pagamento ao alcance d'elles da satisfação das necessidades creadas, é que o exercito de jonaleiros-que hoje se emprega na construcção da linha, ser a, quando conclui da esta, o exercita de agricultores da nossa inculta Africa. Será esse exercito, que dessecará os pantanos, que canalisara as aguas para onde: hoje reina a estiagem perpetua, será elle que trará, á luz do dia as riquezas mineraes hoje ignoradas, será elle que mande á Europa as formosas madeiras d'aquella região, será finalmente esse exercito organizado por vós que saneará e tornará Angola habitavel sem risco para os filhos da Europa».

*

* *

O sr. conselheiro Jose Bento Ferreira de Almeida, quando deixou de ser governador de Mossamedes, fez uma conferencia na sociedade de geographia, e, referindo-se á raça preta, disse d'ella :

«Se até aqui, pois, os pequenos agricultores se sustentavam, não desembolsando os salarios dos serviçaes, e podiam fazer face a encargos que a ambição e uma mal entendida economia rural lhes creou, adquirindo o credito por elevado juro e sucessiva capitalisação d'este, machinas que a sua lavoura não comportava, que não conhecia, de dispendioso entretenimento, mas que para attenuar da sua má administração, o, preto, o serviçal, a quem não pagava e torturava, aprendia a manejar; agora que uma bem entendida lei, justissima no fundo e no fim, a que se propõe, o obriga ao pagamento do trabalho, e a restringi-lo a dadas horas, é possivel que, esses caiam e desappareçam, centralisando-se, os retalhos agricolas das victimas, nas mãos do mais afortunado ou do mais habil.

«E póde, porventura, soffrer o animo, que se, não pague ao trabalhador porque se anniquilam dois ou tres colonos?

«Póde o futuro de uma raça, que tem direito á existencia e á civilisação, ficar subordinado ao insignificante interesse de uns poucos que não podem locupletar-se, e que terão de voltar ás primitivas profissões? Deverá retardar-se mais ainda a civilisação de um povo, na parte que nos cabe e devemos curar, depois de uma vergonhosa occupação improficua, tanto moral como material, de mais de trezentos annos?

«O preto não é uma raça condemnada por falta de aptidões á civilisação, e ainda quando lhes faltassem, não podia se-lo, porque sem o preto é inexploravel o continente africano; mesmo considerado de mui insignificantes aptidões, tem a do trabalho, a seu modo, em parte provocada pelos brancos. Quaes são as provas da sua aversão ao trabalho? simples declamações, que muitos factos e documentos contestam.

«Diz-se que o cabinda, uma das especies mais intelligentes, logo que realisa determinado peculio para poder casar, se exime ao trabalho; quando isto seja assim, em absoluto, pergunto: o europeu, o illustrado, o que faz quando realisa pelo trabalho uma fortuna? as mais das vezes, quando não passa a occupar-se de um modo de vida menos violento, se o peculio lhe póde dar o sufficiente, entrega-se á ociosidade e' á... politica. Poderá dizer-se que é um mal, um vicio; e é, até certo ponto, mas não póde lançar-se este facto á conta de incapacidade ou defeito na raça, que muitos querem exterminada ou banida. E' ou não da constituição politica dos estados a aposentação dos funcçionarios, e nas sociedades o descanso depois de obtida uma riqueza ou mediania bastante? estão os pretos em identico caso. A nosa ambição não nos póde autorisar com justiça, a pretender que elles trabalhem, realisada a sua mediania, quando nós o não fazemos; antes, porém, sim, e este é o ponto a que deve mirar a acção propagandista do trabalho, mas do trabalho livre».

E' constantemente accusada a raça preta de insusceptível de civilização e progresso. por espiritos apoucados e brancos. Homens intelligentes, como dos extractos que publicamos, tem-n' a 'defehdido, e um estrangeiro illustre, como M. E. Duuergier de Hau-ranne, escreve:

«Quem deu aos negros uma tão falsa idéa da vida, mostrando-lhes o trabalho como um opprobio e a liberdade inseparavel da ociosidade e do vicio? Se os brancos tinham o direito de os reprehender pela ignorancia e pela imprevidencia em que os tinham conservado? Se o negro descera á degradação que os brancos diziam, quem senão elles eram os autores d'esse estado? Quem vendera as mulheres, separara os esposos, arrancára os filhos ás mães?

«De que servia proclamar a abolição, se os negros tivessem de ficar excluidos da sociedade politica e civil, afastados systematicamente das escolas, banidos dos tribunaes de justiça, perseguidos como animaes, sob pretexto de vadiagem e mendicidade, internados á força nas plantações, sujeitos ao seu antigo labor, com o nome de trabalhadores livres, mas por salarios irrisorios, fixados pelos seus antigos senhores, azorragados, maltratados, expostos sem defeza a todos os caprichos do branco?»

*

* *

D'O trabalho rural africano, livro escripto pelo marquez de Sá da Bandeira, referindo-se á Liberia, lê-se:

«Nos ultimos quarenta annos o progresso d'este povo difficilmente terá sido excedido na historia da

civilização, e pode dizer-se com verdade que os negros teem desmentido a asserção dos pedantes ethnologos, que, allegando a sua natural inferioridade, os declaram incapazes de cuidarem de si mesmos.

«O negro, ali educado pelo branco, mas livre da oppressão d'este, caminha desassombradamente no sentido do impulso recebido.

«Levingstone diz: «que se deve dispensar aos pretos certas formas ostentosas e exteriores, attrahindo-os antes pela bondade, poder magico, que é um encanto e uma descoberta dos tempos modernos».

*

* *

O sr. A. F. Nogueira, no seu livro «A raça negra», escreve:

«Os nossos meios não podem ser os que empregam outras nações. Nós não temos população para colonisar, nem exercito para conquistar; e mesmo quando pudessemos dispôr crestes meios, e tivessemos ainda muito dinheiro para despende, e coragem ou iniciativa para o gastar, o que não pedíamos era substituir o negro na maior parte das nossas possessões de Africa por individuos da raça branca .. Todos os nossos esforços devem tender, pois, para o civilisar , para o auxiliar na sua evolução, não por meios violentos, não maltratando-o, não exigindo-lhe mais do que elle por emquanto pode fazer, que isso seria o mesmo que destrui-lo, e é o que temos feito até agora, com a mais ignorante imprevidencia, e a mais revoltante injustiça, mas pelo estudo e pela pratica de todos os meios, sensatos, justos, adequados, que nos possam levar a um semelhante resultado.

«A escola é a nossa grande alavanca nesse sentido.

« Onde o mal são trevas, o remedia natural-

mente indicado é a luz. E' preciso que vejamos, que comprehendarnos bem isto.

«E' preciso que todos os nossos esforços convirjam para este fim. Governo da metropole, autoridades coloniaes, desde o chefe do concelho até ao governador, devem convencer-se d'esta suprema necessidade; devem trabalhar para este fim ao mesmo tempo patriorico, civilisador e humanitario.

«Nos concelhos, disse eu num artigo a que já me referi, os chefes tornando-se verdadeiras autoridades de paz, executores fieis da lei, e protectores do direito de todos, podem, tornando-se sympathicos aos povos, exercer nelles uma influencia salutar, trazendo-os á pratica e cumprimento de deveres que até ali lhes pareciam difficeis de cumprir. O trabalho, logo que livre e pacificamente exercido, sem entraves, nem violencias, e dando um resultado remunerador, trará com o bem estar adquirido, estimulo para esforços maiores, e o habitante indigena desse concelho pensará em ser rico, em adquirir maiores commodidades, em rivalisar com o branco. E' esse o nosso interesse, porque com a riqueza d'esses individuos se creará a riqueza publica em que nós somos igualmente interessados.

«Um dos mais distinctos membros do congresso internacional anthropologico que este anno se reuniu em Lisboa, M. Henri Martin, manifestando em uma carta dirigida ao *Siècle*, as suas impressões ácerca do nosso paiz, e notando que a nossa vida publica carecia por assim dizer de intensidade, accrescentou: «mas dê-se a este povo, por meio de uma educação nacional, um impulso para um alvo que a sua imaginação e a sua razão abranjam, proporcionem-lhe um mobil de actividade, e é de crêr que despertará; esse mobil podem indicar-lh'o nas suas colonias de África».

E' um estrangeiro que assim falla, que assim vê num relance, onde esta a nossa regeneração politica e economica.

*

*   *

.....
 .....
 «Negou-se por muito tempo ao preto a intelligencia, a bondade, a docilidade..

«Até a semelhança como homem se lhe negou já!..

«Não nos obstinemos na calumnia. Sejam,os, como christãos, verdadeiros; como historiadores, exactos; como mais illustrados do que elle, generosos.

«Dizem, que a anatomia e a physiologia demonstram a superioridade da raça caucasica á ethyopica: talvez. Mas a historia e a observação provam-nos tambem, que a civilisação aperfeçoa o preto intellectual e moralmente.

«Agrademos aos homens de razão clara, de coração puro, de consciencia tranquillã. Illudiremos a nossa missão na imprensa, guardando em silencio verdades necessarias, por escrupulo de escandalisar seis, dez ou doze pessoas, para quem a verdade pôde ser um martyrio pungente.

«Foi o egoismo quem inventou e propalou o miseravel e execrando sophisma de negar ao preto as faculdades do branco, para se desculpar da crueldade com que tratava o preto.

«Servindo-se do preto como de besta de carga para que lhe não fosse reprehendida a violencia, era preciso assoalhar e assoalhou, que valiam o mesmo a besta de carga e o preto.

«Negando que Deus houvesse concedido intelligencia ao preto, o egoismo castigava-o com brutalidade por não ser tão intelligente como seu senhor; negando-lhe a bondade de coração, castigava-o por não mostrar bom coração; declarando, emfim, privado o preto dos dotes da raça civilisada, por essa

falta, attribuida ao Creador, castigava com rigor a creatura!

«Não nos digam, que é perigoso fallar assim. Perigosa é a mentira; perigosa é a blasphemia; perigosa é a cegueira; perigosa é a violencia.

«Aceitemos a instrucção dos escriptores, bebamos o leite das doutrinas; pensemos e sintamos; paguemos a divida sem esperar que os factos nos intimidem peremptoriamente; a lição dos tumulos é amarga. A philosophia tem nos labios torrentes de harmonia e nas mãos thesouros de felicidade; o dominio tyrannico de homens sobre o homem tem na bocca trovões, e nas mão açoutes e devastação.

«Recolhamo-nos e dialoguemos com a nossa consciencia, só com ella; sacudindo para fóra, ruins conselheiras, traidoras testemunhas do colloquio, a crueldade mofadora, a insaciavel ambição; o egoismo, falso e subtil argumentador.

«Reconheceremos, que differenças radicaes de clima, de costumes, de direito publico interno e externo, de tradições, de religião, de necessidades, descriminam os povos barbaros da Guiné das nações cultas da Europa.

«Mas, como só o clima não podeis mudar, só as qualidades que essencialmente dependerem do clima, não podereis inteiramente alterar. Comtudo, a influencia do clima, puramente physica, póde assim mesmo, modificar se e corrigir-se. Todas as outras influencias, que referimos, são moraes ou intellectuaes, são susceptiveis de alteração.

«E' certo, que o espirito, em relação intima com o corpo, do estado d'este recebe no seu estado modificações; mas sobre estas modificações, ainda póde haver uma segunda reacção do espirito, uma existencia, uma victoria.

«Armemos, por assim dizer, o espirito do preto com aquella força intellectual e moral, que no seu clima a nós proprios nos subtrahe das influencias, que o sujugam a elle.

«Como exigiremos, que se dedique a alguma in-

industria, a alguma arte, a alguma sciencia, um povo, que não conhece pratica nem theoricamente, os beneficios de coisa alguma d'essas; que não conhece os primeiros principies de sciencia alguma, as primeiras regras de arte alguma?

«E' demonstrando ao preto os commodos da civilisação, que lhe crearemos o amor por ella; é, fazendo-o receber os írucros do trabalho, que nelle crememos o amor do trabalho.

«Ora, pela escravidão, tudo para nós, nada para o preto, que commodos recebe elle da civilisação?

«A repugnancia para o trabalho, o odio ao branco; a aversão da civilisação, eis-ahi o que a escravidão ensina. A enxada, a ferramenta do trabalho por nós postas só nas mãos do escravo, convertem-se, em instrumentos servís; symbolos de vergonha. O trabalho torna-se desprezível!

«Em Loanda a pescaria é feita toda por pretos livres; a navegação de cabotagem é feita por pretos livres; no interior todo o azeite de palma é, fabricado, toda a ginguba é cultivada por braços livres; não nos faltam nunca peixe, marinheiros, azeite de palma, ginguba.

«A ginguba e o azeite de palma são os generos coloniaes de que Angola exporta maiores, porções.

«Digam tudo o que quizerem; menos que o preto não trabalha. Trabalha como o branco; pela mesma lei, e nos mesmos limites; segundo a aptidão physica e moral, e segundo as suas necessidades.

«São todos os pretos indolentes e ebrios? Mas todos nós conhecemos duzias d'elles sóbrios e trabalhadores.

«Extravie um viajante, e collocae-o faminto ao, pé de lima arvore gigantesca carregada de saborosos fructos ; trepará a ella. Mas se toalha e pratos lh'os offerecerdes sobre a relva, vê-lo-heis banquetear-se sentado á sombra, em vez de esfollar as mãos nos troncos nodosos e asperos.

«Uni ao trabalho a propriedade que d'elle sepa-

rastes; uní á propriedade a facilidade da permutação; uní a isto a segurança de pessoas e bens; a organização administrativa e judicial; illuminae a intelligencia, moralisae o coração do preto; e será vossa a victoria ; e triumpharão comvosco, não só os interesses da humanidade, mas os vossos e os da pátria.

«Abençoados por Deus e pelo homem, exportareis, mil por um, que exportaes agora á custa de uma enorme violencia, a que os opprimidos não podem sorrir.

.....

«Identidade de lingua, identidade de religião, identidade de costumes, identidade de leis, identidade de interesses, eis aqui o que produzirá a riqueza, a harmonia, a prosperidade em Portugal e nas suas provincias ultramarinas.

«Nada ha mais pueril do que esse receio, tantas vezes insinuado no animo do governo portuguez por funcionarios e informadores pobrissirnos de intelligencia e ricos apenas de hypocrisia patriotica,- nada ha menos justificado e mais funesto do que esse temor, de conceder aos districtos ultramarinos administração illustrada e liberal, e aquelles foros civis e politicos, que na metrópole asseguram ao mesmo tempo a ordem publica, o progressivo e incessante desenvolvimento da actividade intellectual e physica, os melhoramentos rnoraes e materiaes na vida social.

«Espalhar instrucção até aos ultimos limites das nossas occupações não é necessario; castigar indefectivamente a ociosidade, garantindo ao mesmo tempo a liberdade de trabalho não é necessario; administrar em todos os concelhos justiça; justiça em que -todos, ,povos avassallados e gentilicos, religiosamente confiem; justiça, que a todos garanta a propriedade, a liberdade e a honra; justiça que torne veneravel e querido de todos o nome portuguez ; não é necessario unir pela amisade dois po-

vos de raças diferentes destinados a fundirem-se num;
 - não é preciso honrar as industrias, multiplicar os
 aperfeiçoamentos agrícolas, abrir estradas,
 embaratecer os productos, assegurar a paz pelas
 vantagens d'ella, accelerar com vehiculos as
 communicações; basta, em vez de tudo isto, um chefe
 militar, cuja vontade supprira todas as leis.

(a) URBANO DE CASTRO

.....
 .....

«Substituir a violencia á brandura, substituir a
 tyrannia á liberdade, trocar a lei pela vontade,
 mercadejar uma justiça vendavel, tem sido esta por
 muitas centenas de annos a administração nas nossas
 colonias, a que a liberal mudança politica da metropole
 não vem trazer a mais pequena alteração.

«Este paiz , que a natureza tão ricamente dotou,
 este paiz , ha muito a cargo da metrópole, e de que a
 industria humana poderia ter feito brotar avultadas
 riquezas, bem curtos passos tem, todavia, adiantado no
 decurso de seculos, despojado pela avidez interesseira,
 embrutecido pela escravidão, e suffocado pela
 tyrannia.

(a) A. MANTUA

.....
 .....

«A politica actual é uma politica mercantil,
 acanhada, injusta e sobretudo contraria aos proprios
 interesses de Portugal. Se pensam que, privando as
 colonias de instrucção, cerceando-lhes os seus foros,
 fazendo injustas classificações de raças, e amontoando
 injustiças sobre injustiças, asseguram assim por mais
 tempo a duração da sua rendosa tutela, enganam-se,
 porque os factos de todos os dias de-

monstram quanto é facil, mesmo no estado actual, causar cuidados e sustos ao governo portuguez.

«Tanto é facil o rebellarem-se os povos illustrados como aquelles que o não são, e ha só uma differença, entre uns e outros, e é que as revoluções são tanto mais perigosas, quanto mais brutas são as massas, e quanto maior e a somma das injustiças recebidas. E' com medidas liberaes e generosas, á altura da philosophia moderna, que o governo póde conservar o dominio colonial.

.....

(a) PINHEIRO BAYÃO

«Nada temos feito até hoje no sentido da civilisação dos povos das nossas colonias. Temos tratado somente de nós, e dos nossos interesses, sem nos preocuparmos com o futuro.

«Tudo o que temos feito e assegurar, por todos os modos, o nosso dominio, empregando para isso todos os meios; e como entre esses meios o melhor tem parecido conservar os povos na sua primitiva ignorancia, nada temos feito pela sua instrucção. O serviço da instrucção publica nas nossas colónias de Africa está abaixo de toda a discussão.

«As nações estrangeiras que teem colonias, sem o receio pueril de fazerem nascer nos povos ambições de independencia, teem espalhado nellas com mãos largas a instrucção elementar, e mesmo a superior. Teem escolas de todos os graus, bibliothecas, todos os estabelecimentos, emfim, que servem para elevar o nivel intellectual dos povos.

.....

«E' commum a todas as nações civilisadas a causa da civilisação do continente d'Africa.

«Poderiam ellas, ou ao menos as mais interessadas, assentar num codigo *inter-colonial* de emigração africana, cujo cumprimento ficasse a cargo de tribunaes especiaes, como eram as commissões

mixtas. Só assim, posto debaixo da fiscalização e tutela da diplomacia européa, poderá o serviço da emigração preta estabelecer-se e acreditar-se, sem que degenere no antigo e revoltante commercio de escravos.

«O governo portuguez tambern não foi sempre feliz com as autoridades empregadas nos governos d'Africa, em cujos portos durante muitos annos se fez o commercio da escravatura, e haverá dez annos que nos portos do districto de Benguella e em Novo Redondo, se fizeram os ultimos embarques com destino para a Havana, sendo cúmplices nessa transgressão dos tratados as proprias autoridades locaes. O governo francez e o inglez também por mais de uma vez tem suscitado reclamações diplomaricas por actos que pareciam tender para a renovação do trafico, sob o pretexto da emigração livre .

(a) PINHEIRO BAYÃO

Poderíamos citar muitos factos referidos por escriptores distinctos assaz estudiosos e conhecedores do assumpto que se ventila, mas não desejamos ser prolixos, e o que apresentamos é o sufficiente para confundir e desarmar os inimigos e exploradores da raça negra.

*

* *

Do n.º 30, de 28 de março de 1893, do jornal «Commercio d'Angola»:

O discurso do sr. Dantas Baracho na camara dos srs. deputados em 7 de fevereiro do corrente anno

«Apreciadores do grande talento do sr. Dantas Baracho, quando ouvimos dizer, que s. ex.^a tinha feito um brilhante discurso na camara dos srs. de-

purados, ficámos anciosos por lê-lo, porque calculámos que elle seria abundante de idéas aproveitáveis e alvitres convenientes, mas fomos victimas da mais cruel desillusão.

«O discurso de s. ex^a. foi eloquente, extenso, elegante e correcto na forma.

«Extenso, comprehende-se: - S. ex^a. com a sua estada em Angola, tinha tido a lingua tanto tempo em tão absoluto socego, que logo que teve ensejo, pô-la na mais completa actividade.

«Nós vamos fazer a apreciação do discurso do sr. Dantas Baracho, segundo o nosso modo de vêr, e diligenciaremos ser imparciaes e justos, apesar de bastante severos, porque algumas das passagens da sua oração merecem severidade.

«Um dos assumptos que o orador tratou com largueza, foi o que prende com a delimitação, entre os nossos territorios e os do Estado Independente do Congo, por lhes dizer respeito mais directamente, em virtude de ter sido *Commissario Regio Portuguez* para tratar d'este objecto, lagar de que pediu a demissão sem concluir a commissão, por não ter chegado a um accordo sobre, não sabemos que ponto, com o sr. ministro da marinha Ferreira do Amaral.

«Na parte do seu discurso em que se refere ás delimitações, a Ajudá e ao Barotze não entramos, e por isso publicamos em seguida a este modesto artigo sómente os pontos do discurso do sr. Baracho, a que julgamos dever replicar.

*

* *

«Entende s. ex^a. que as colonias do plan'alto não passam d'um sorvedouro de dinheiro, sem outra vantagem que não seja a de demonstrar que ali se reproduz, e bem, a raça branca, e que para isso não era preciso ir tão longe.

«Não concordamos neste ponto com s. ex^a., por-

que o desenvolvimento de raça branca naquella extremo sul da província é uma barreira estabelecida ás correrias dos hottentotes e outros invasores, uma affirmação eloquente da nossa dominação e uma força e influencia a oppôr, porventura, a quaesquer tentativas dos nossos hospedes *boers*, muito uteis á colonia, em quanto se não convencerem de que podem sacudir a nossa autoridade e conquistar a sua independencia.

«O meio de neutralisar as ambições, d'aquella gente, é desenvolver ali a criação da raça portugueza a fim de que esta se amalgame com elles pelo processo chimico da familia, o que se está dando já, e decerto augmentará, naturalmente, com o tempo, e alguns meios indirectos que o governo póde empregar, para alcançar-se esse resultado.

«Uma grande colonia portugueza no extremo sul de Angola é d'um grande alcance politico, e é susceptivel de uma larga prosperidade, logo, que seja servida de meios de communicações faceis, ou por Mossamedes ou por Benguella, deixando nós a discussão d'este ponto, a pessoas mais habeis e sobretudo aos homens de sciencia.

«Que é preciso penetrar no *Continente Negro* pelo sul de Angola não ha duvida; de qual o ponto mais conveniente, não seremos nós nesta occasião os juizes.

«Estudos detalhados e conscienciosos, resolverão o problema, que é bem importante sob o ponto de vista politico e economico, para o futuro d'esta provincia.

«Estamos perfeitamente de accordo em que só se estabeleçam colonias em pontos que tenham communicações faceis com o Littoral, isto em regra, mas não quer dizer que se abandonem as existentes no plan'alto de Mossamedes, porque urna vez se acharam desprovidas de alimentação sufficiente para supprir a falta d'uma colheita, por effeito de um rebaixamento anormal de temperatura.

«Cremos que em toda a parte do mundo as primeiras tentativas são caras. - Custam, pelo menos, o preço da aprendizagem. - Parece-nos que nisto não constitui mos uma excepção. - Cremos até que neste ponto somos dos mais felizes.

«A França, a Allemanha, a Inglaterra, a Italia, a Hespanha e a Hollanda, todas estas nações colonisadoras, teern pago bem caro as suas iniciativas e occupações.

«A Algeria, por exemplo, ainda ha bem pouco tempo custava á França, cerca de 30 milhões annuaes.

«Demonstrar que as colonias do plan'alto de Massamedes, porque lhes faltaram os viveres num dado momento, não podem produzir mais, parece-nos um erro. Aquellas colonias não produzem actualmente para exportação, porque, de facto, as despesas de transporte até ao littoral são ainda excessivas, mas isto não póde importar a sua absoluta condemnação.

«O mesmo acontecia, ainda ha bem poucos annos, em muitas terras de Portugal, e nem assim o governo as abandonou.

«E depois quando se fizesse o caminho de ferro, elle não teria por fim unico o transportar os productos das colonias locaes, mas atringir o commercio indigena que naturalmente ali affluiria.

«A republica do Transwaal, quando se fundou no logar aonde está, não tinha meios de communicação para o littoral, e não obstante prosperou como se sabe, e tornou-se forte a ponto de impôr um certo respeito á Inglaterra.

- «Respeito, não digo medo.

«Permitta portanto, s. ex^a. que lhe digamos, com aquella franqueza que nos é propria, que tudo quanto s. ex^a. diz a respeito do districto de Mossamedes, se resente de s. ex." o não conhecer de *visu*, pois todos sabemos que o sr. Dantas Baracho nunca sahio de Loanda. Fallou de Mossamedes,

estando em Loanda, como o podia fazer não sahindo de Lisboa.

*

* *

«A respeito das ordens religiosas nas colonias cremos que não ha muitas opiniões divergentes.

«Todos entendem que ellas serão uteis como o foram em outro tempo, porque ainda hoje são bem salientes os vestigios que deixaram; mas é preciso que sejam estabelecidas por fórma que instrua e civilisem os índigenas, dilatando a acção e influencia portugueza, sem incommodar as autoridades civis, com o seu prestigio que se torna enorme, porque o impõem aos povos que dominam, em nome da religião que propagam.

«Venham, pois, as ordens religiosas, mas com padres que ensinem o bem, pelo trabalho, pelo exemplo e pela palavra.

*

* *

«Depois de demonstrar a necessidade de congregações religiosas nas colonias, lança-se o sr. Baracho sobre os indigenas africanos, tratando-os com a mais dura injustiça.

«Se as circumstanças tivessem permittido que s. ex^a., em lugar de se conservar tantos mezes residindo no palacio do governo, qual planta exótica em abrigada estufa, tivesse feito uma excursão pelo interior, estudando os usos, costumes e aptidões dos naturaes, convencer-se-hia, mau grado seu, que elles servem para mais alguma coisa de que para praças de pret; reconheceria a amabilidade diplomatica e outras qualidades que os sobbas e regulos desenvolvem quando isso se lhes torna necessario.

«Mas não, s. ex^a. não pode estudar a fundo a aptidão do preto, porque nunca sahiu de Loanda.

«E a Africa não se aparta da regra geral, não

podem avaliar-se as qualidades dos seus habitantes, pelas dos das capitaes. E isso acontece em todos os paizes.

«E creia s. ex^a. que ás más qualidades dos indigenas que teem estado vivendo mais perto dos brancos, são a estes que as devem, porque em epoca ainda não muito distante, a maior parte dos europeus que para aqui emigravam, não eram decerto os de melhor educação, nem os de costumes mais austeros, sendo em regra os exemplos que os indigenas d'elles recebiam, os do deboche e de menos honestidade.

«Creia s. ex. a que se tivesse estudado melhor as qualidades da raça africana, convencer-se-hia de que são bem menos estupi los de que o nosso camponio e montanhez.

«Pelo menos é esta a opinião do autor d'estas linhas, que reside em Angola há perto de 30 annos. E tratando-se de exemplos, não podemos deixar de dizer que s. ex^a., apesar da sua illustração e talento, apesar do elevado cargo de que estava revestido, o de *Comissario Regio*, não procedeu correctamente, quando, em pleno dia debaixo das janellas do *pallacio* do *governo da repartição de fazenda e tribunal da relação*, deu algumas bengaladas num jornalista por elle o ter *beliscado*!

«Quando exemplos d'esta ordem partem de pessoas tão altamente collocadas, que idéa poderão fazer os indigenas da civilisação portugueza?

«E' certo que os phisiologistas consideram a raça africana inferior, mas deve-se isso em grande parte á falta de instrução.

«Eduquem-a, em gerações successivas, e verão que o estado do seu cérebro se desenvolverá, porque a educação seguida, na opinião de muitos sabios, é uma segunda natureza, que pouco mais ou menos se transmite no sangue. Temos isto como uma verdade incontestavel.

«Mesmo sem vir a Africa, s. ex^a. devia ter conhecido muitos africanos talentosos, como sejam por

exemplo o sr. dr. Carlos Tavares, o professor sr. Carlos de Mello, os srs. Pedro e Julião Machado e outros, que s. ex^a., segundo a sua theoria, se fosse ministro da marinha, reduziria simplesmente a praças de pret! A asserção que s. ex^a. lançou em pleno parlamento de que os africanos só poderiam servir para praças de pret, seria sómente de uma injustiça revoltante, quando pronunciada por qualquer homem vulgar, mas dita por um deputado tão illustrado, é uma inconveniencia politica monstruosa.

«O que póde concluir-se das opiniões de s. ex^a. é que se fosse ministro ou governador geral, afastaria os africanos das repartições publicas, e não permittiria que elles podessem ser officiaes do exercito.

«Para que lembra então s. ex^a. que se restabeleçam nas colónias as ordens religiosas? Se não vem aqui para civilisar o indigena e habilita-lo a ser mais alguma coisa de que uma simples praça de pret, não vale então a pena, que o paiz faça quantiosas despezas com essas ordens. E' melhor conservar os povos na ignorancia a que teem sido votados.

«Creia s. ex^a. que os africanos, apesar das poucas e más escolas que o governo sustenta nas colonias, fazem prodígios, o que abona bastante as suas qualidades intellectuaes. E sem ir mais longe, citarei um africano de quem s. ex^a. fallou, o sr. Lino de Araujo, que apesar de ser educado em Loanda tem capacidade para exercer, com muita distincção e actividade o logar de verificador da alfandega.

«Pelo que s. ex^a. diz a respeito das más qualidades dos individuos da raça preta, conclue-se que é precisa a lei do trabalho; talvez, mas que seja feita com cuidado, para que á sombra de tal lei não se pratiquem arbitrariedades.

«Entende s. ex^a., que se um grande numero de propriedades hypothecadas ao banco ultramarino, lhe teem sido adjudicadas, é por falta de braços, e por os pretos se negarem ao trabalho; pois não é.

«Não foi por falta de braços que essas proprie-

dades, a maior parte d'ellas foram parar ao dominio do banco, mas por falta de tino dos seus donos, que gastaram e desperdiçaram mal, o que deviam ter empregado em costeo e melhoramento das mesmas.

«Se s. ex^a. quizer saber a historia de cada uma d'essas fazendas agricolas, a redacção d'este periodico póde fonecer-lh'as, e com ellas s. ex^a. se convenceria de que tambern sobre esta passagem do seu discurso, houve erro, decerto involuntario, filho unicamente de superficialidade com que s. ex^a. estudou estas coisas de Africa, sem sahir do seu gabinete no palacio do governo.

*

* *

«Depois de fallar do indigena foi na imprensa africana sobre quem s. ex^a. descarregou o seu furor de mal dizer.

«Ha aqui um periodico que disse que s. ex^a., sem ir ao plan'alto, era talvez capaz de apresentar um estudo como se lá tivesse ido.

«S. ex^a. pediu uma satisfação ao jornalista que elle lhe não quiz dar, não sei se com razão ou sem ella; não entramos na apreciação minuciosa do caso, porque não é esse o nosso propósito, mas o que podemos affirmar é que não julgavamos o sr. Baracho capaz de praticar aquillo que o *Correio de Loanda* disse então, mas este cavalheiro veio justificar as apreciações do dito periódico, e parece justamente o sentimento de despeito de que s. ex^a. accusa a imprensa de Loanda, que o inspirou para lhe fazer tão exaggeradas accusações na camara, peccando do peceado que condemnou.

«A imprensa de Angola soffrc da doença e tem os defeitos de quasi toda a imprensa portugueza, e por isso não digo que não fosse conveniente pôr aqui em vigor a nova lei; este periodico não se contraria com isso, porque, com quanto os seus redactores se-

jam illetrados e analphabetos, na *phrase antena e amavel* de s. ex^a., não são *recrutados entre os funcionarios de costumes duvidosos, e entre os mesticos de cadastro ainda peor*:

«Diz s. ex^a. ainda: «acobertados á sombra da mais completa impunidade que a lei por diversos modos lhe faculta, põem em circulação toda a ordem de calumnias, *no intuito* (no intuito note-se) de mais e mais agravar o estado de relaxismo em que lá se vegeta; e, se alguma medida desusada se adopta contra algum d'esses escribas, é certo que o tempo e a intervenção de cá se encarregam até de premiar os autores de taes desmandos e attenatados.

«E para que v. ex^a. e a camara não supponham que improviso, vou narrar um facto acontecido com um dos officiaes mais distinctos e prestimosos da nossa armada, e que ali exerceu as funcções de governador geral: - Refiro-me ao venerando almirante José Baptista de Andrade.

«Um jornal de Loanda alcunhara-o de ladrão, e tanto insistiu no aleive, que o honrado general, esgotada a paciencia, suspendeu das suas funcções o autor da calumnia, que era empregado áduaneiro.

- «Pois sabem o que succedeu? O calumniador embarcou para Lisboa, onde frequentou a *arcada*, e espaireceu pelos theatros, e quando o illustre e valente almirante foi subsrituido na comrnissão que exercia, regressou o calumniador a Loanda onde foi reintregado no seu antigo lugar, sendo-lhe pagos todos os vencimentos em divida pelo effeito de suspensão.

«Ainda lá o encontrei. Era verificador da alfandega e *mulato!*»

«Verificador d'alfandega e mulato! diz s. ex^a., nem que a côr do individuo, tenha alguma coisa de commum com as qualidades moraes e intellectuaes!

«A accusação feita ao sr. Lino de ter desconsiderado o sr. governador Andrade é verdadeira. O

autor d'estas linhas já estava em Loanda quando isso se passou, ha bons 20 annos, quando o sr. Lino era ainda muito moço, e sei que praticou essa falta, como proprietario de um jornal, guiado e instigado, talvez, mais por conselhos de terceiros, que eram europeus, do que por iniciativa propria.

«Ninguém lamentou mais essa falta de respeito havida para com o sr. conselheiro Andrade, um dos exemplares mais completos de oprimo militar e portuguez de lei; um d'aquelles vultos que se impõe á estima e veneração publica, pela sua muita seriedade, valentia e patriotismo, como o autor d'estas iinhas, mas isto não é Lima razão para condemnar ao eterno ostracismo um funcionario como o sr. Lino Maria de Sousa Araujo.

«O sr. Lino depois de suspenso foi a Lisboa, onde se demorou cerca de tres annos , vivendo sabe Deus com que difficuldades, e pagando bem cara a situação a que o levaram os seus amigos... europeus.

«Depois de muito pedir e requerer, conseguiu que a suspensão lhe fosse levantada, o que só foi feito, segundo nos consta, depois do sr. conselheiro Andrade lhe perdoar; acção própria do coração do homem valente, que é sempre generoso e bom.

«Depois da suspensão voltou o sr. Lino a occupar o seu logar.

«E quer s. ex^a. saber o que tem sido inalteravelmente o sr. Lino de Araujo? Um funcionario exemplar, a todos os respeitos, no cumprimento dos seus deveres, um cidadão honesto e bemquisto, um chefe de familia como poucos, podendo servir de modelo em qualquer d'aquellas qualidades a europeus e africanos. E ha felizmente muitos mais em Angola nestas circumstancias.

«E se s. ex^a. quizer ter â prova do que dizemos, não tem mais do que dar-se ao incommodo de ir ao ministerio da marinha e lêr as informações officiaes a seu respeito.

«Como pae cuidou tambem da educação de seu

filho mais velho, que em bem curta idade é já 2º. tenente da armada portugueza.

«Encontram-se effectivamente muitos vadios e vadias pelas ruas de Loanda com tendencias para a cmbriaguez e para a rapma, mas muitos d'elles e d'ellas, são dos qae, paes europeus, desnaturados abandonam a mi seria e a prosnturçao com o mais revoltante cynismo.

«Se s. ex^a. com as suas elevadas faculdades fizesse promulgar uma lei que tivesse por fim evitar estes escandalos, prestava um grande serviço á moral e fraternisação das raças, bem mais util de que estar em pleno parlamento a alimentar um antagonismo para o qual, somos nós, quem mais concorremos.

«Deixemos inglezes, francezes, allemães e belgas repellir o indigena do seu convivio, e continuemos nós a manter o nosso systema, que é o mais humano, o mais moral e o mais vantajoso.

«E também s. ex^a. nos condemna por consentirmos que o indigena seja eleitor.

«Nós entendemos que o mal não esta nisso e não é só cá que elle existe: o inconveniente está tanto na metrópole como nas colonias, no recensear toda a gente, sendo, por assim dizer, excluidos apenas os mendigos!

«Nós entendemos que a faculdade devia chegar apenas ao chefe de familia que soubesse ler e escrever, o que até serviria de estímulo para o desenvolvimento da instrucção.

«E visto que s. ex. a tocou nesta ferida, porque não a descobriu completamente?

«Porque não teve a coragem de dizer em pleno parlamento que ha aqui, porque deve sabe-lo, muitos recenseamentos falsos com *milhares e milhares de nomes de eleitores que nunca existiram*, em concelhos, aonde, feitas bem as contas, só se *apurariam algumas dezenas*? Porque o não fez?

«Pois isso era bem mais conveniente do que atacar a gente de côr d'um modo tão injusto e duro?»

Do n.º 33, de 5 de abril de 1893, do jornal «Comercio d' Angola»:

*

* *

«O sr. Dantas Baracho : - .....

.....
.....

«O sr. Presidente: - Está a dar a hora de se passar á ordem do dia.

«Vozes: - Falle, falle.

«O sr. Presidente: - Em vista da manifestação da camara, continúa o illustre deputado no uso da palavra.

O Orador: - Agradeço a v. ex^a. a sua amabilidade, e á camara a sua manifestação, e prometto ser tanto quanto possivel breve. Obedecendo a esse proposito, percorrerei rapidamente as questões por mim enunciadas, começando por affirmar que a regulamentação do trabalho do indigena impõe-se como uma das necessidades que mais promptamente se deve satisfazer.

«Admittir que a raça negra, cujos caracteristicos, salvo as competentes excepções, são a indolencia, a embriaguez e a rapina, possa espontaneamente amoldar-se ao trabalho habitual, quotidiano, é positivamente absurdo. O preto, por sua iniciativa propria, trabalha o menos possivel. Logo que por qualquer meio adquire o necessario para satisfazer os vicios que lhe são innatos, entrega-se á ociosidade, e d'ella não ha afasta-lo sem que sinta novas exigencias e privações. Torna-se então altaneiro e nada accommodaticio, á sombra da liberdade, verdadeiramente criminosa, de que o deixam disfructar, e o resultado d'isto reflecte-se, sem a menor duvida, no estado geral do viver colonial (*Apoiados.*)

«Em presença da carestia dos braços não ha empresa agrícola, cuja prosperidade esteja garantida,

não ha capitaes que se abalaneem a tentativas que seriam remuneradoras se nós não estivéssemos enfeudados no ridiculo preconceito de dar ao indigena foros de cidadão, em paiz civilisado. E' por isso que uma grande parte da propriedade está hypothecada ao banco ultramarino, que tem frequentemente de ficar na posse d'ella, quando se procede á liquidação final.

«Factos d'esta ordem só se dão nas nossas colonias, como somente entre nós se applica a mesma legislação criminal aos europeus e aos indigenas! E' simplesmente assombroso! (*Apoiados.*) Nem para fazer a reforma judiciaria do ultramar o sr. ministro da marinha dispoz de tempo!

«E o que direi da legislação porque se regula a imprensa?

«Tambem nesta parte constituímos solitaria e vergonhosa excepção, entre as nações colonisadoras. Reconheceu-se, e no meu entender com sobeja razão, que era preciso modificar na metrópole a lei da imprensa. Pois a Angola ainda não chegaram essas modificações!

«A imprensa continúa ali a ser o vasadouro de todos os despeitos, o ariête demolidor do principio da autoridade. A' testa dos jornaes encontram-se geralmente uns sujeitos, por via de regra illetrados, para não dizer analphabetos, recrutados entre os funcionarios de costumes duvidosos, e entre os mestiços de cadastro ainda peor.

.....

«Por causa d'este e de outros acontecimentos da mesma ordem, que se dão com frequencia, é que eu entendo que não deve ser permittido o ingresso ao preto e ao mestiço nos cargos publicos. Quem suppozer que de semelhantes complacencias redundará o levantamento do nível do indígena, engana-se redondamente. O que resulta e está resultando d'este embaralhar de raças antagonicas, d'esta promiscuidade inconcebivel, e o rebaixamento da raça superior,

que, dado o meio em que se encontra, de dia para dia, mais e mais se africanisa, segundo o euphemismo ali consagrado para designar o europeu como identificado com os usos e os vícios do indígena.

.....

«O orador: - E eleitos (*riso*), e até officiaes do exercito, onde eu lhe vedava absolutamente a entrada, a não ser como praças de pret. E' preciso ir ao ultramar, e observar o que lá se passa, para bem se poder avaliar a acção perturbadora que exercem o negro e o mestiço, quando lhe confiam o com mando de tropas. As guerras que ali, por vezes, se eternisam, não teem em geral para isso outras causas.

«Mas da metropole legisla-se para a Africa como se se estivesse a legislar para o melhor dos mundos passíveis, e o resultado é o marasmo em que lá nos achamos, quando não retrogamos. Com a ultima reforma das pautas, para Angola, parece-me que chegámos a este ultimo extremo. Segundo as minhas informações, os rendimentos aduaneiros teem diminuido consideravelmente. Como, porém, com isso lucram aqui alguns individuos, graças á protecção dada aos productos em que negociam, tudo vae bem. (*Apoiados.*)

.....

«O sr. ministro da marinha (Ferreira do Amaral): - .

.....

«E a este respeito diz S. ex^a., referindo se a igualdades de tratamentos penaes e direitos políticos de indigenas e europeus:

«E' extraordinario que haja no ultramar individuos que tenham, não só fóros de eleitores, mas até condições legaes para serem eleitos. »

«E referiu-se tambem s. ex^a., ainda que muito por alto, á inferioridade dos individuos da raça indigena para servirem como funcionarios e como militares.

«Permitta-me s. ex^a. que diga que uma das razões porque Portugal, com uma insignificante despeza de soberania, que não é nada em relação aos vastos territorios que domina, o pode fazer sem «graves reacções por parte dos naturaes, é porque «nós fazemos doutrina liberal pratica e igualamos o «cidadão preto ao branco.

«De resto ha individuos da raça preta em nada inferiores aos da raça branca; não o manifestam por vezes porque não são educados; na metropole succede o mesmo com as classes que o não são.

«E se a circumstancia de nos collocarmos de mão a mão com elles é aquella que ao illustre deputado mais repugna, mas é exactamente aquella que os faz preferir o nosso dominio ao de muitas nações mais potentes que se impõem pela força, o que parece aconselhado é continuar os processos até hoje seguidos, e não lançar uma nota irritante na administração ultramarina, que possa trazer-nos difficuldades gravissimas.

«Pelas considerações que s. ex^a. fez parece que se inclina mais ao processo de dominação da raça anglo saxonica. Nós preferimos os processos de civilização que desde o principio temos empregado; e s. ex^a., que notou, com muitissima justiça, o restabelecimento dos frades, como sendo o meio que mais podia contribuir para assimilar a civilização portugueza ás raças indigenas, sabe perfeitissimamente que não foi com a eliminação, com a destruição, pelos processos da raça anglo-saxonia, que elles conseguiram tornar a sua influencia, ainda hoje conhecida, e que se affirma não só nas tradições da língua portugueza entre os indigenas, como nas do cultivo e trabalhos de campo, como ainda pela memoria dos seus esforços representados pelas ruinas

que ainda se conservam aos bellos edificios que elles outr'ora occuparam.

«Não sendo, portanto, o nosso feitio a dominação pela abstracção e pela eliminação, mas sim chamar ao nosso convívio aquelles que queremos dominar, convença-se s. ex.^a. que pela continuação d'esse systema é que nós poderemos continuar a affirmar, como até hoje, que um dos paizes mais pequenos do mundo governa pelo coração, pela influencia da sua bandeira e pela estima o bello imperio colonial, que é hoje a nossa honra, e ha de ser sempre a nossa gloria. (Apoiados.)

Vozes: - Muito bem».

*

* *

Do jornal « Commercio d'Angola » n.º 35 de 4 de maio de 1893:

«Do nosso n.º. 30 publicamos um artigo condemnando as theorias do sr. Dantas Baracho, expendidas num discurso de triste memoria, pronunciado na camara dos srs. deputados de 7 de fevereiro do corrente anno, no qual aquelle representante da nação, tratou desfavoravel e injustissimamente a raça africana. Crêmos piamente que o sr. Dantas Baracho não encontrará apologistas das suas idéas, senão entre aquelles que não conhecam o assumpto, e não queiram studia-lo com os oíhos da razão, da moral e sã politica.

«Muitos dos nossos collegas da Europa trataram a questão na sua verdadeira altura, e ainda bem.

*

* *

«Devemos declarar nesta occasião que temos recebido muitas cartas de agradecimento de africanos, pela attitude que tomamos e outras de euro-

peus, manifestando-se os seus signatarios, a favor das idéas e opiniões que sustentamos.

*

* *

«Em seguida damos lugar a um artigo do sr. conego A. J. do Nascimento, que comnosco sustenta também os bons principias.

«O sr. conego Nascimento é de *côr preta*, mas como se vê do seu escripto, póde bem servir para mais alguma cousa, do que para praça de pret. Com vista ao sr. deputado Dantas Baracho.

*

* *

Um golpe de vista sobre o discurso do sr. Dantas Baracho na sessão da camara dos srs. deputados em 7 de fevereiro

«Produziu na provincia um effeito desagradavel a leitura do discurso do sr. Dantas Baracho, pronunciado em sessão de 7 de fevereiro ultimo.

«Pretende este representante da nação, que para se explorar a Africa e recolher as immensas riquezas d'ella, deve o preto ser obrigado ao trabalho forçado, por que, o preto, cujo caracteristico são a embriaguez, a indolencia e a rapina, não está no caso de gosar os fóros de cidadão; todos os beneficios, que lhe concede a lei fundamental do paiz, servem para nelle augmentar a preguiça e outros vicias que lhe são innatos. Tambem lhe parece, a elle orador, que tanto a raça preta como a raça cruzada, devia ser banida dos cargos publicas e dirigentes, e toda a raça indigena das províncias ultramarinas não devia ter ingresso nos corpos de policia e d'outras forças militares. Entende o sr. deputado, que estes tres alvitres, que constituem o detalhe do seu programma para resuscitar Portugal, devem ser tomados em consideração, em vista das circumstancias afflictivas do paiz.

«Custa a crêr, que um homem de tanta illustração, esquecendo a historia, fechando os olhos ao presente, venha offerecer aos poderes publicos theorias, que tendem a semear odios entre subditos da mesma nação, aos quaes se exigem iguaes sacrificios, quando se trata da affirmação dos direitos de Portugal. O sr. deputado, constituindo-se defensor de opiniões professadas por homens de mediocre alcance, que medem as virtudes pela côr e os merecimentos á feição das localidades, onde os individuos nascem, define o campo que o separa da escola moderna, que civilisa, e denuncia-se protector de idéas retrognldas das idades, que já passaram, hoje felizmente abandonadas pelas nações colonisadoras, que conhecem o fructo que se recolhe do systema que procura escravisar.

«Teriam mais tacto politico, seriam mais humanos, do que os constitucionaes, os reis absolutos, quando outr'ora em mais d'um alvará recommendavam aos capitães generaes das possessões ultramarinas, que fossem tratados como subditos portuguezes, que castigassem e premiassem os indigenas, segundo os seus merecimentos? O programma traçado pelas theorias do sr. deputado, traduz o pensamento, que não consente que os filhos do ultramar hombrêem com os do continente europeu, pelo trabalho, pelas sciencias e pelas virtudes. Os archivros officiaes, os apontamentos particulares, rezam que todos os annos o ultramar, sem excepção de provincia alguma, produz filhos intelligentes, talentos festejados, que occuparam e occupam cargos importantes em diversos ramos d'a administração pública, tanto na metropole, como nas mesmas provincias ultramarinas, prestando relevantes serviços.

«Os que não pertencem á classe burocratica, vivem do trabalho decente e honesto, desenvolvendo a riqueza do paiz, ainda que lutando com obstaculos quasi insuperaveis num paiz de proteccionismo pessoal, onde tudo se difficulta e se tolhem as áspirações. Muitos filhos do ultramar adquirem

conhecimentos litterarios e scientificos á custa de seus paes que os mandam educar na Europa com muito aproveitamento; collocados numa certa categoria, a que teem jus pela educação que receberam, sabem pugnar pela manutenção de seus direitos, como convém a um homem intelligente e esclarecido, que tem a consciencia da sua força moral e que não cede senão á força bruta. Os commandos militares nos filhos do ultramar de que s. ex^a. falla com desfavor, têm sua pagina brilhante, como os commandos nas mãos dos filhos do continente, contêm tradições gloriosas. Se isto é uma verdade incontestável, que razões de pezo determinaram o representante da nação a levantar a voz na tribuna parlamentar d'um modo a hostilizar e insultar as filhas das colonias? Não é este um caso para exclamar: - Viva o despotismo?

«Ha no interior concelhos, que medem centenaes, milhares de kilometros quadrados, onde não se encontra nem uma unica escola, nem professores, nem uma casa de aprendizagem. Um systema desorganizador adoptado ha muito tempo na administração, accusa a perda de orientação dos verdadeiros interesses da ordem publica. Este estado de cousas é tolerado, é um *modus vivendi* para certos especuladores fazerem triumphar o direito da força. Mata-se, rouba-se, exercem os inquisidores encartados toda a sorte de extorsões e concussões, em que a victima é sempre o preto. Os clamores, os queixumes dos padecentes repetem-se por íórna a não admittir duvidas; os que se aventuram á simples observação respeitosa, conservadora dos seus direitos, são deportados para fóra da província, sem forma nenhuma de processo.

«O povo, vendo-se escorraçado foge, abandona o territorio portuguez para se refugiar em terras gentlicas; o dos concelhos mais aguerridos levantase á mão armada; comprehende que é sagrado o direito de insurreição, quando são violados os principios eternos de justiça, offendidos os preceitos

universaes da moral publica; chega a hora das reprcsalias, invertem-se os papeis; de subdito obdiente, que ainda ha pouco era o preto, transforma-se em unico senhor absoluto da situação; o povo offendido, furioso, levando diante de si todo o elemento, de vingança, toma posições, precipita-se e carrega contra a autoridade; esta, vendo-se em perigo, exhaustos os recursos de guerra, porque não temos soldados, nem munições, as nossas forças militares insignificantes, as fortalezas desmantelladas, os arsenaes sem petrechos, foge, abandona o concelho com grande perda de territorio e prestigio do nome portuguez, exposto aos apupos da gentalha. Este espectaculo vergonhoso e torpe, existente ha seculos, em que d'um lado apparece a tyrannia em toda a sua hediondez, e d'outro figura a protecção escandalosa dispensada aos criminosos, affirma o plano que visa a destruir o sentimento docil e a organização especial do indigena para abraçar a civilização.

«E' esta perseguição, iniciada e entretida á surdina, que o sr. deputado deseja continuada sem rebuço nas regiões officiaes, e contra o qual nós protestamos.

«O sr. deputado veio a Loanda investido docargo de commissario regio para as delimitações da Lunda e Baixo Congo, veio, pois, com um cargo elevado, tão elevado, que para não ser desconhecida a sua categoria, equiparada a de governador geral da provincia, o ministério da marinha expediu uma portaria a seu respeito S. ex^a. agasalhou-se no palacio do governador geral, d'onde se não afastou a não ser para dar curtos passeios pela cidade. Não foi ao anterior; nada viu, não sabemos bem ao certo o tempo que se demorou na capital, mas durante seus curtos passeios não viu com certeza pretos embriagados, provocando motins, que obrigassem a policia a desenvolver a sua actividade marcial; não lhe constou d'esses roubos audaciosos, industriosos, de que todos os annos nos dão noticia os jornaes da Europa, praticados lá, por essa ca-

terva de ladrões e salteadores, sem fállar da gente boa, bem posicionada, que mette a mão nos cofres das companhias e dos bancos; não lhe chegou ao ouvido crime semelhante ao dos Covões, ao das navalhadas na rua de Santo Amaro; não é importação africana a sucia de malvados, que ahi pratica o infanticidio, o fraticidio, o parricidio; devia ter visto na rua pretos boçaes vestidos de pannos, ignorantes, timidos, por que lhes falta a instrucção, unico remedio para lhes crear necessidades, que os hão de compellir ao trabalho; devia ter-se informado e sabe que são pretos que trabalham na companhia braçal d'alfandega, são pretos empregados no assentamento e conservação da linha ferrea d'Ambaca, esses pretos lá vão voluntariamente engajados sem intervenção auroritaria; são pretos, que palmilham leguas e trazem do interior para os mercados do litoral a borracha, o marfim o café e outros artigos de commercio; não é, pois, exacta em absoluto a asseveração de que o negro é indolente, nem verdadeira a affirmação de que no preto são innatas as qualidades de embriaguez, indolencia e rapina. O cadastro da policia da metropole e do reino unido de Grã Bretanha accusa todos os annos um numero espantoso de subditos de suas magestades encontrados embriagados nas ruas de Londres, Paris, Lisboa e outras capitaes que dão neste genero seu contingente. Não será, pois, um erro deploravel attribuir a um o que é commum a todos? Também o sr. deputado deseja ver banida dos cargos publicas e dirigentes a raça preta e a raça cruzada, nem lhe soffre o animo, que nos corpos militares assentem praça os indigenas de qualquer das possessões. S. ex^a. calou os motivos, cremos, porém, que não são de pouco pezo.

«Proposições tão temerarias na boca d'um homem tão illustrado, occultam de certo razões d'alta politica, mas levam na verdade caminho tortuoso; no entanto, desejavamos que nos explicassem as vantagens que podem advir a Portugal do afasta-

mente das duas raças, e da exclusão dos filhos do ultramar dos corpos militares.

«Não é a espada, sustentada por esta ou aquella mão, que vence; ennobrece, quando ella não derrama sangue para fins ignobeis, determinados pelo orgulho. Não florescem as nações quando seus exercitos estão sequiosos de guerra, mas engrandecem, quando os que cooperam na direcção dos negocios publicas, renunciando a tudo o que ha de mais prejudicial, se não deixam abandonar aos delirios da eloquencia e não se precipitam em aberrações. Na verdade as theorias do sr. deputado, encaradas por qualquer lado peccam pela base, pois que ellas não correspondem nem ao espirito nacional, nem ás exigencias do seculo, nem á manutenção da ordem publica.

«Nas repartições publicas, no militarismo, estão funcçãoando pretos e mulatos com muita aceitação e louvor, apesar da maior parte sem habilitações litterarias, possuem a pratica e a natural comprehensão para desempenharem com vantagem os logares que occupam. O procedimento do governo chamando a raça indigena aos empregos é perfeitamente correcto, fundado em razões d'ordem publica. Uma nação que deseja firmar seus direitos pela civilisação deve ser isenta de preocupações. Accresce, que Portugal paga mal aos serventuarios do estado, o pessoal do reino, a não ser chefes ou sub-chefes, cujos ordenados são mais grossos, não se conserva por muito tempo nas repartições para ganhar uma bagatella; procura o commercio, que offerece futuro mais vantajoso. O abandono dos seus empregos comprometteria o serviço, se não, fossem chamados os indígenas, que os desempenham tão bem ou melhor, porque alguns chegam aqui sem noções nenhuma do serviço a que são destinados, e assim realisa-se uma economia, por isso que não se pagam meios de transporte, adiantamentos, ajudas de custo a empregados que viessem do reino a substitui-los. O governo pratica um

acto de justiça chamando os indigenas aos cargos publicos; a politica contraria annullaria todos os esforços feitos para a conservação das colonias; seria fomentar a desordem cujas consequencias se não podem medir.

«S. ex^a. chegado ha pouco d'Africa, impressionado desagradavelmente, sem sabermos porque, foi esgrimindo contra o systema, alias, fundado em lei, que garante aos filhos do ultramar os foros de cidadão. S. ex^a. não se limitou a fazer um mal negativo, quer ver inutilizados o preto e o mulato para o grande banquete da civilisação. O sr. deputado deseja a restauração das ordens religiosas no ultramar, e não vê que esse desejo estabelece incompatibilidade com as suas theorias?

«O coração humano nutre-se do que ama; observando o mundo de todos os tempos, nota se que a idéa religiosa domina tudo. A missão sagrada do frade é ganhar almas para Deus e homens para o estado, encaminhando-os para a civilisação e progresso. Um elemento de propaganda civilisadora deve ter escolas, ha de desenvolver medidas que favoreçam a colonisação, que derramem os conhecimentos, fomentem a agricultura, o commercio e a industria; o frade ha de percorrer o interior para espalhar a doutrina sublime do Crucificado, cujas maximas fazem baixar as cabeças de mais de duzentos milhões de crentes, ha de acabar com a odiosa distincção de raças, ha de chamar o preto, o mulato, o branco para lhes distribuir o pão saboroso da instrucção, para levantar o nivel intellectual da mocidade que no futuro virá formar a sociedade, que proclama a moralidade, justiça e merito, para a construcção do grande edificio, que se chama patria.

«A religião e o estado, querem uma sociedade composta de indivíduos instruidos, sabios: querem uma sociedade, que admite o premio e o castigo; que estabelece a igualdade moral, que nobilita o homem, porque não deixa triumphar a injustiça e a

prepotencia, - mas esta doutrina não se coaduna com os principios que representam a formação de uma sociedade de automatós, que o capricho póde fazer vergar ao poder ela espada».

A. J. DO NASCIMENTO.

*

* *

D'«O Desastre» n.º 17 de 7 de maio de 1893:

«No mundo politico como no mundo moral ha duas maneiras de tornar o homem sociavel e verdadeiramente illustrado, isto é, duas classes de educação escolar, e a educação familiar. E' o que nos parece, apesar da nossa ignorancia em materia de sciencias.

«Nas escolas adquirem-se os fructos da intellectualidade - o talento e a sabedoria; na casa paterna obtem-se os essenciaes elementos de homem social - a civilidade e os bons costumes. Ambas as coisas reunidas no individuo, torna-o verdadeiramente illustrado e nobre, mas separadas reduzem-n'o a um sabio grosseiro e rude, ou a um delicado estúpido.

«O sr. Dantas Baracho, por exemplo, é um illustrado grosseiro e rude, porque se teve grandes estudos nas escolas, teve pouca ou nenhuma educação familiar,- a attendermos pelo que é e pelo que elle diz. Parece que na casa paterna deixaram-o comer muito, dando-lhe plena liberdade para andar com os maus a jogar o cacete e o socco, o que muito concorreu para lhe estender os nervos e denegrir os instinctos - tornando-o assim pernicioso á sociedade e perturbador do bem publico.

*

*   *

«Foi em pleno parlamento portuguez, no seio da representação nacional, que um deputado da nação portugueza e que é também tenente-coronel, não sabemos de que arma, teve o descoco e a sem-ceremonia de proferir um discurso altamente provocador, além de anti-político na sua forma.

«E' o sr. Dantas Baracho, que aqui vimos uma vez de longe, sem lhe termos reparado nunca na physionomia, nem ouvirmos-lhe o timbre da voz, mas podemos calcular que deve ser grosseira como grosseiro é o seu corpo e rude o seu proceder.

«Não desmentiu em nada do conceito que d'elle formamos quando aqui esteve vivendo á custa alheia, apesar dos enormes vencimentos que recebia sem dar um passo fóra de Loanda.

«O sr. Baracho disse o que qu z do filho das colónias, e nenhum representante d'ellas no parlamento se levantou para repellir as phrases inconvenientes d'esse homem. Nenhum, a não se o ex-ministro, sr. Ferreira do Amaral!

«E é para isso que as colonias elegem deputados!...

«O que mais admira e espanta é que nada dissesse o sr. Joaquim Mattoso da Camara, tambern insultado! E na imprensa nem uma palavra dos srs. Carlos de Mello, drs. Carlos Tavares, Carlos Vasconcellos e outros africanos illustrados e talentosos!!

«O que significa isto?! Teriam medo do sr. Baracho, ou se julgam isentos do insulto e da injuria que nos dirigiu este senhor?

*

*   *

«Antes de respondermos ao sr. Dantas Baracho cumpre-nos consignar aqui os agradecimentos, em

nosso nome e em nome de todos os filhos d'Angola, ás ex.^{mas} redacções do *Seculo*, *Correio de Loanda* e *Commercio de Angola*, pelas adequadas e judiciosas respostas ao sr. Dantas Baracho, refutando com exemplos historicos e com argumentos irrefutaveis o discurso insensato e diffamante d'aquelle deputado.

«Agradecemos com todas as ver as do nosso coração africano.

«Ante respostas tão autorisadas devíamos calar-nos, - nós humildes e obscuros filhos de Augela; mas é nosso dever inalienavel dizermos tambem duas palavras, embora sem aquella competencia de phrases, nem aquella linguagem precisamente apropriada.

«Já o leitor está sufficientemente ao facto do discurso do sr. deputado Baracho, proferido na camara dos srs deputados em sessão de 7 de fevereiro ultimo. Escusamos por isso de transcreve-lo aqui, e nem o espaço do nosso jornal o permite.

«Vamos só apresentar em synopse os pontos essenciaes em que basearemos as respostas, que vão ser resumidissimas, porque por nós responderam já pennas mais autorisadas de capacidades respeitáveis pela sua posição social e pela sua illustração.

Disse o sr. Dantas baracho:

1.º Que o preto não deve ter foros de cidadão, porque é indolente, bebado e ladrão;

2.º que a raça negra e a raça cruzada deve ser banida dos cargos publicos e dirigentes;

3.º que, finalmente, os indigenas não devem ter ingresso nos corpos de policia e outras forças militares.

«Quanto ao 1.º ponto, diremos que o preto trabalha muito, e tanto que nas repartições publicas é quem está sempre agarrado á banca, escrevendo com submissão e tolerancia, apesar de mal pago e tratado com menos polidez ; e em todas as obras

publicas e municipaes devia o sr. Baracho ter visto que é o carpinteiro e pedreiro, pretos, quem está mais aturado no trabalho, apesar da mesquinha retribuição. Lojas de alfayateria, sapataria, marceneria e barbearia foram, e ainda o são de pretos e cruzados.

«No interior o preto é quem trabalha na sua lavra de mandioca, feijão, milho, batata doce, tabaco, etc., etc. Faz elle a *tanga* para vestir a sua arnasia, fôrma a panella e sanga de barro, arranja a esteira e o luando, prepara o chapéu de palha, cose os saccos de mateba, etc., etc. Sobre o trabalho do preto muitos europeus veem em nosso auxilio, os quaes reconheceram e reconhecem que o preto trabalha muito, com tanto que lhe paguem bem, e o deixem trabalhar livremente, sem coacção nem violencia.

«O sr. Urbano de Castro, hoje administrador do concelho, quando redigia em 1867 o jornal *A Civilisação* escreveu no nº. 7 um desenvolvido artigo, sob o titulo «o trabalho do preto livre» do qual pedimos venia para extrahirmos os seguintes periodos, que veem a proposito:

«Não digam, repetimos, que o preto livre não trabalha.

«Não ha por esses *mosseques* de Loanda por esses arimos do Bengo, centos de pretos livres, colonos parciarios dos senhorios das terras?

«Não são pretos livres estes que trabalham em terras alheias, pegando de renda ao senhorio uma exorbitante quota dos fructos?

«Não eram pretos livres todos os que conduziam as cargas de cobre do Bembe para o Ambriz?

«A maior parte do café, que nos vem da Cazengo, do Golungo-Alto e de Encoge, é cultivado por pretos livres.....

.....

«Toda a madeira cortada nas mattas do Tombo, de que te em vindo tantas jangadas a Loanda, é, foi sempre cortada e trazida por braços livres.

«A lenha para fornos de cal trazida do Bengo á cidade, em tanta abundancia, toda é cortada, embarcada e conduzida nas canoas, por pretos livres do Bengo.

«Não calumniem, pois, o preto livre, dizendo que elle não trabalha.

«Não trabalha pelo que querem dar-lhe, que mal lhe chegará para comer, e elle **tem outras** necessidades **além de comer** (o normando é nosso, para mais attenção do leitor).

.....

«Será preciso que nomeiemos todos os pedreiros, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, barbeiros, moços de fretes, funileiros, e outros pretos livres, que por ahi ha trabalhando?»

.....

«Já se vê que o preto trabalha e muito, mas é trabalhador infeliz, ou por destino da natureza, ou por falta absoluta de *geito* e de *esperteza*,

«Com respeito ao preto ser ladrão, diremos que não o é, pois que, ganhando pouco e por cima maltratado pelo branco, podia tornar-se celebre na ladroeira, por quanto o pouco ganho em serviço pesado, incita ás vezes ao roubo, em vez de estimular. E o sr. Baracho bem sabe que os maiores ladrões são os da sua terra que para aqui são remetidos em todos os paquetes, e até para roubarem se fazem assassinos. Na Africa, pelo menos em Angola, não ha fraticidios nem parricidios.

«Se o sr. Dantas Baracho vier a manusear os processos dos tribunaes de 1^a. e 2^a. instancias das comarcas de Angola, e mesmo d'outras terras de Africa, se capacitará d'um modo honroso para os africanos, que estes não fazem progressos na escala da ladroeira, sendo certo que poucos ou quasi nenhuns são degradados por ladrões. Não consta que um africano tivesse a coragem de arrombar cofres,

escalar casas e usar d'outras mil façanhas para roubar.

*

* *

«Quanto ao 2º. ponto, sobre as raças negra e, cruzada serem banidas dos cargos publicos e dirigentes, diremos que alguns da terra do sr. Baracho, que para aqui teem vindo servir em certas repartições publicas, te em dado tristes provas de si, porque os pretos e os pardos lhes hão mostrado melhor aptidão e pratica de, serviço, salvas sempre honrosas excepções.

«Somos d'isso testernunhas oculares: não é mero conto historico.

«Sobre a intelligencia do indigena, o sr. Eduardo Balsemão citou no seu bello artigo do *Seculo* grandes capacidades africanas, que talvez não se possam nivelar com o sr. Baracho, que é branco.

«O sr. Balsemão cita um trecho de *The Quarterly Review*, que diz:

«Nos ultimes 40 annos o progresso d'este povo «(*o da Liberia, que são negros*) difficilmente terá sido excedido na historia da civilisação; e póde dizer-se com verdade que os negros te em desmentido a asserção dos pedantes ethnologicos que, allegando a sua natural inferioridade, os declarara incapazes de cuidarem de si mesmos».

«E o sr. Balsemão conhece de perto e praticamente os costumes e indole dos indigenas, porque exerceu aqui o cargo de secretario geral, e percorreu alguns concelhos do interior. Falla, pois, com conhecimento de causa.

«O sr. Ferreira do Amaral, respondendo ao sr. Baracho, disse verdades politicamente irrefutaveis. Entre ellas destaca o seguinte periodo (pequeno, é verdade, mas significativo e bem frisante):

«De resto ha individuos da raça preta em nada «inferiores aos da raça branca; não o manifestam por vezes, porque não são educados; e na metropole succede o mesmo com as classes que o não são».

*

* *

«Respondendo ao 3.º ponto, diremos que alguns officiaes africanos teem dado provas de mais patriotismo e dedicação pela lusa-patria, do que o sr. Baracho, porque s. ex.^a. em quanto está em Lisboa a passear tranquillamente com os galões de tenente-coronel, elles aqui vão repellindo gentios e castigando sobbas rebeldes, como succedeu com o sr. general Victor nas guerras do Duque de Bragança e da Guiné, como succede agora com o sr. tenente-coronel Padrel.

«Nas guerras que o governo tem sustentado nesta e noutras provincias ultramarinas com o gentio, tem sido o indigena quem mais supporta, sendo certo que o preto é sempre o escolhido para a guerra, porque sabe e pode supportar a fome - (na verdade é supportar fome alimentando-se, como se alimentam, com pouco rancho e pessimo).

«Os da terra do sr. Dantas Baracho evitam ás vezes a guerra porque não sabem nem podem supportar o rigor do sol, do frio e da fome. Só servem, em geral, para o quartel e para as patrulhas, isto é, para dentro da cidade.

«Se não fôra, pois, os soldados pretos, como o governo castigaria os rebeldes, e como faria hoje respeitar o seu dominio na Africa?

«Concluindo, diremos que noutros remotos tempos em que Angola teve *negros de truz*... já o sr. Baracho veria a consequencia das suas affirmações injustissimas.

«Se nos faltam riqueza e illustração - oh! filhos de Africa - usemos, ao menos, do direito das gentes, repellindo com energia as phrases do nosso pro-

vocante, e protestemos contra ellas com o maior vigor e coragem.

«Avaliem e pesem bem, todos os injuriados e insultados, a gravidade do caso e do delicto, para que, com o nosso silencio e com o nosso indifferentismo, não dêmos legar a que um outro nos insulte».

MAMEDE DE SANT'ANNA E PALMA

*
*   *

Do jornal «O Seculo», n.º 3:908:

Os filhos das colonias

O SERVIÇO FORÇADO

«Causou-nos profunda mágoa o discurso do illustre deputado sr. Dantas Baracho, na parte em que se referiu com grande desfavor, á raça negra e á cruzada, estranhando que se tivessem dado os foros de cidadão ao preto, e mostrando-se partidario do serviço forçado, e de que aquellas duas raças fossem banidas dos cargos publicos e dirigentes, não se podendo elevar a raça creoula até á altura da raça branca (sessão de 9 do corrente), mágoa que mais se avoluma ainda quando attentamos no espirito esclarecido e nos sentimentos liberaes de s. ex^a.

«Disse s. ex^a. que a indolencia, a embriaguez e a rapina são a caracteristica do preto, e que, dar-lhe foros de cidadão, era dar-lhe mais tempo para elle cultivar a preguiça e os vicios que lhe são innatos.

«O art. 2.º da carta constitucional designando quaes os territorios que constituem o reino de Portugal, menciona as nossas diversas possessões na Africa, Asia e Oceania, e no § 1.º do art. 7.º diz que são cidadãos portuguezes os que tiverem nascido em Portugal ou seus dominios. E' claro, portanto, que todos os habitantes das nossas colonias

ali nascidos, são cidadãos portuguezes, os quaes, por conseguinte, não podem deixar de gosar de todos os beneficios de que gozam os outros cidadãos portuguezes, europeus e designadamente os de que resa o art. 145º. da mesma carta.

«Não é, pois, um favor que se faz aos filhos das colonias o considera-los como cidadãos. E' um direito que lhes assiste, e que a carta lhes garante. Não nos parece também que os vicios que lhes são attribuidos sejam innatos no preto.

«Vicios identicos encontram-se em maior ou menor escala em todos os povos. Se naquelle transparecem mais é, sem duvida, isso devido, não tanto á acção do clima, como á falta de instrucção, falta de que nós somos os unicos culpados. Mas que o preto, o cruzado e o crioulo, são susceptiveis, não só d'uma certa illustração, mas até d'uma illustração superior, di-lo a historia.

«Honorio Pereira Barreto, por varias vezes governador da Guiné, era um preto muito illustrado e de nobres sentimentos. O mallogrado Costa Alegre, que todos conhecemos aqui na Escola Polytechnica, era um poeta notavel. E' inspector de fazenda em Moçambique João Carlos da Fonseca, filho de Cabo Verde, empregado muito digno e honesto. Falleceu ha pouco em Paris, Duarte Silva, filho de Cabo Verde, que era um notabilissimo pharmaceutico; muito considerado naquella grande capital do mundo civilisado. E' da mesma colonia o dr. Francisco Frederico Hopffer, um verdadeiro sabio, cujas excepçoes aptidões, porém, os nossos governos não teem sabido aproveitar devidamente. E' filho de Moçambique o digno juiz do supremo tribunal de justiça Garcia de Miranda. Era filho da ilha Martinica o bravo general Dugommier, cuja morte a Convenção pranteou, decretando que o nome do *Libertador do Sul* fosse inscripto na columna elevada no Pantheon em honra dos guerreiros que cahiram pela causa da republica e da liberdade. Era filho d'uma negra da ilha de S. Domin-

gos Alexandre D. de la Pailleterie Dumas, um dos mais valentes generaes de Napoleão I, que o apresentou ao directorio depois do combate de Brixen, em que só elle defendeu a passagem d'uma ponte, denominando-o o *Horatius Coclés do Tyrol*; e d'aquelle general era filho Alexandre Dumes, o romancista eminente que todo o mundo conhece.

«Como, pois, se pode avançar que a raça crioula se não póde elevar a altura da raça branca? Fallando da republica da Liberia, composta de negros, diz *The Quarterly Review*:

«Nos ultimos 40 annos o progresso d'este povo difficilmente terá sido excedido na historia da civilisação; e pode dizer-se com verdade que os negros tem desmentido a asserção dos pedantes ethnologicos que, allegando a sua natural inferioridade, os declararam incapazes de cuidarem de si mesmos.»

«O fallecido marquez de Sá, no seu livro já citado diz:

«Não se póde duvidar de que as raças africanas são susceptiveis de receberem a civilisação europêa. Existe a prova d'esta verdade nas colonias portuguezas, onde tem havido e ha presentemente pessoas de côr civilisadas como os brancos que nellas habitam. Tambem no Haiti a civilisação tem progredido. E no estado da Liberia, o qual tem perto de 700 milhas de costa marítima, e de que é capital a cidade de Monrovia, ella se vae desenvolvendo.»

«Os inglezes, mestres em administração colonial, por muito tempo afastaram de certas funcções publicas importantes os filhos das colonias. Esse ostracismo, porém, a que eram votados os indigenas, deu em resultado a formidavel rebellião da India, em 1857, em virtude da qual correram rios

de sangue, commettendo-se de parte a parte as maiores atrocidades. D'ahi para cá o governo inglez modificou o seu systema de administração nesta parte, e já hoje admite os filhos das colonias até em lagares superiores da magistratura judicial.

«Em vista do que resumidamente temos exposto, o que nos parece é que o governo, longe de dever excluir os indigenas dos cargos publicos, deve, pelo contrario, abri-lhes todas as portas e acolhe-los benevolmente, interessando-os na boa administração do seu paiz; e para conseguir esse *desideratum*, deve proporcionar-lhes todos os meios de se instruirem, derramando o mais que ser possa a instrução primaria, secundaria e complementar.

«Eduque-se e instrua-se o preto, e depois se verá se elle pode ou não chegar aonde chega o branco.

«Quanto ao restabelecimento do serviço forçado, tão combatido desde 1796 pelos nossos estadistas, e mais accentuadamenre desde 1836 por Sá da Bandeira, Passos Manuel e Vieira de Castro, nós, de perfeito acordo com estes venerandos vultos da nossa historia politica, tambem o consideramos altamente inconveniente.

«Esse serviço foi abolido e prohibido por decreto de 3 de novembro de 1856.

«Um aturado estudo sobre este assumpto, com relação a Angola, mostrou que em todos os territorios em que não existia esse serviço (Benguella, Mossarnedes e Ambriz) os pretos se apresentavam voluntariamente para o serviço, e que só havia manifesta reluctancia da sua parte em o prestar nos territorios de Loanda, isto é, aonde existia desde muitos annos o serviço forçado, e com elle todos os abusos, extorsões e vexames de que os pretos eram sempre victimas.

«Na colonia do Natal não ha trabalho forçado, prestando-se os zulus e ainda os bazutos a todo o serviço voluntariamente. Na ilha do Ceylão, diz Baker (*Eight Years wranderms in Ceylon*) havia

trabalho forçado, que os inglezes depois aboliram resultando d'ahi que os indigenas mostraram logo progressivas disposições para os trabalhos agricolas e industriaes. Em Bissau, nas ilhas de Cabo Verde, na republica da Liberia , na Serra Leôa, em Fernando Pó, e no Gabão não ha trabalho forçado. Porventura serão os pretos d'Angola de constituição ou de indole differente da de todos os mais pretos?

«Terminamos com a seguinte consideração que se encontra na notabilissima portaria regia de 22 de novembro de 1858, assignada por Sá da Bandeira, e dirigida ao governador geral d'Angola aonde então nós serviamos:

«10ª. E' portanto necessario desvanecer completamente semelhante esperança (a do restabelecimento do serviço forçado) e procurar que desapareça, para sempre, a antiga idéa, de que aos brancos residentes nas colonias portuguezas da Africa pertence explorar o trabalho dos indigenas sem lhes darem a devida remuneração. E' necessario que a autoridade publica mantenha com toda a firmeza o principio de que nenhum particular pode exigir dos indigenas serviço algum sem que lh'o pague pelo que com elle ajustar; pois que este direito é garantido pela Carta Constitucional da monarchia a todo o portuguez, qualquer que seja a sua naturalidade, raça ou côr; direito que já os antigos soberanos d'estes reinos haviam declarado pertencer aos indios do Brazil e aos negros livres das colonias portuguezas.»

E. DE SÁ NOGUEIRA P. DE BALSEMÃO.

*

* *

«O sr. Eduardo A. de Sá Nogueira P. de Balsemão, que por largos annos serviu o estado em Cabo

Verde, Angola e India, e actual redactor em chefe do *Ultramarino*, publicou em Loanda, em 1867, um folheto, intitulado «Os escravos». *Duas palavras sobre a memoria publicada pelo sr. juiz Carlos Pacheco de Bettencourt, ácerca da abolição da escravidão*, no qual diz:

.....

«O que geralmente não ha neste provincia, é vontade, de gastar dinheiro; e o que se nota em quasi todos, é a maior ou menor inclinação para haver do seu semelhante a maxima quantidade de interesses com o minimo dispendio de cabedaes.

«Se, como diz s. s^a., os filhos do paiz se negam e aprender certos officios, por só serem ordinariamente proprios dos escravos, - mais uma razão vejo eu nisso para se aconselhar a extincção da escravidão, porque então não haverá essa entidade olhada como desprezível, á qual se commetta a aprendizagem d'esses officios a que se allude.

«O que, quanto a mim, e certo, e que essa falta de artistas - pretos livres - se a ha, não deve attribuir-se senão á existencia dos escravos.

«Como havia, até agora, um pae resolver-se a mandar ensinar officios a seus filhos se elle tinha a quasi certeza de que elles não seriam no futuro engajados por pessoa alguma; scientes de que os proprietarios, quando precisassem de obras, só as entregariam com raras excepções a escravos seus?

.....

«Ha perto de treze annos que estou em Africa - Cabo Verde e Angola - durante todo este tempo nunca tive um unico escravo, e, todavia, nunca deixei de ter quem me servisse.

«Porque?

«Se bem me recordo, em 1858, fiz uma digressão á Barra do Bengo e a Columbo; necessitei de carregadores para a tipoia, contratei-os livremente.

«Obtive-os: fui e vim, sem que me deixassem no caminho.

«Porque?

«O preto não trabalha?

«O preto trabalha; mas o que quer é que se lhe pague o preço em que reputa o valor do seu trabalho, e não que outrem lhe arbitre e lhe imponha esse preço.

«O preto o que quer é que se lhe dê integralmente o que se lhe deve, e antes se tem convencionado; e não o ser enganado, dando-se-lhe em fazendas por 100 o que só vale 50, se tanto.

«O preto o que quer é que o tratem como gente, e que, quando lhe não convem qualquer contracto ou ajuste se lhe adrnitta o *não me serve*, sem que esta sua alias muitas vezes justissima deliberação seja acolhida com descomposturas, e, quando Deus quer, com não poucas pancadas.

«Estas, e, porventura, outras exigencias que tem todo o ente racional é o que muitos, só se escudando, sem duvida, no direito da força, pretendem recusar ao preto.

«Que o preto se presta ao trabalho sendo convenientemente remunerado, prova o o que se tem passado no Bembe, onde por vezes em consequencia da sua a affluencia tem sido preciso despedir alguns: o que se passa em todo o sertão de Benguella, onde as mercadorias são transportadas para a cidade d'aquella denominação sem que seja mister intervir a autoridade, abuso que se fizera cessar em 1796; prova-o esse cardume infindo de pretos que dos sertões não avassallados conduzem seus generos de negocio aos portos do littoral; prova o, finalmente, entre outros, o officio que o digno chefe de Cambambe, o capitão Rebocho, ha pouco dirigiu ao governo geral, e que se acha publicado no *Boletim Official* n.º. 49 de 8 de dezembro ultimo, quando diz, fallando dos trabalhos da desobstrucção do rio Quanza:

«A gente que neste importante serviço tem sido empregada, tem-se conservado muito satisfeita

«por se lhe ter pago devidamente o seu trabalho, e pessoa alguma se tem ausentado, e antes pelo contraria, muitos teem pedido para deixarem de ser substituidos no fim dos mezes.»

«Eis o que faz o preto quando se lhe paga devidamente. Ora, como o trabalho obtido por meio d'essa devida retribuição é mais dispendioso, do que o que se colhe do escravo, ao qual só se dá de comer e um tenue panno para se cobrir, é essa em verdade a causa principal da repugnancia com que alguns individuos encaram a immediata abolição da escravidão.

«Escusado será dizer que não alludo ao illustre autor da memoria que me resolveu a escrever estas apressadas linhas, pois que, a sua posição, precedentes e conhecimento que julgo ter dos seus sentimentos, o collocam inteiramente fóra d'aquelle plano».

*

*   *

*Do n.º 49, de 15 de novembro de 1893, do jornal
«Commercio d'Angola :»*

O preto não é pobre **ESCLAVAGISMO**

«São estas as epigraphes de dois artigos publicados, o primeiro no n.º 8 da *Provincia*, e o segundo no n.º 9 do mesmo periodica, aos quaes vamos responder conjunctamente, por haver entre ambos uma certa relação.

«O preto não é pobre, diz o collega, mas permitta-nos que lhe observemos que não julgamos justo fazer indistinctamente uso da phrase, como se houvesse sómente pretos trabalhadores, quando nós conhecemos muitos pretos officiaes de diversos officios, empregados nas diversas repartições, offi-

ciaes do exercito, bachareis, medicos, ecclesiasricos, negociantes, proprietarios, agricultores e até titulares, e a respeito de todos estes pretos civilisados, não se pode fallar como dos que o não são, porque estes indivíduos estão perfeitamente equiparados aos brancos, nas suas condições.

«Dizer, pois, em Africa: *O preto não é pobre, é o mesmo que dizer na Europa O branco não é rico.*

«Mas qual preto?

«Mas qual branco?

«Nós vamos discutir o referido artigo corno se o collega tivesse dito:

«*O trabalhador indigena não é pobre.*

«Perdoe-nos o collega, nós não fazemos esta substituição com a intenção de offender o amor proprio da *Provincia*, mas desejando discutir o assumpto, se não fizéssemos esta substituição, podia o publico julgar que aceitávamos a phrase do collega, o que não desejamos aconteça.

*

*   *

«Diz o collega *que o preto não é pobre, o que elle é, é indolente por natureza e educação*; aliás por falta d'ella, diremos nós.

«Por natureza sim, e pelo clima que não pode deixar de actuar no indigena como actua sobre o europeu, que no fim d'alguns annos de residencia, em climas quentes e insalubres, tem tambem a sua actividade physica e a intellectual muito reduzidas.

« - Concordamos em que o meio physico leve muitos annos a transformar, mas o meio social, os usos e costumes, a lingua e a religião, não são menos difficeis, nem murro menos morosos na sua transformacão.

«Do phenomeno do transformismo ninguern hoje duvida, o que nós não podemos, porém, aceitar, é que *sejam deprimentes as qualidades da nacioualidade portugueza conto elemento civilisador.*

«Esta opinião é que nós não aceitamos por nos parecer de uma flagrante injustiça, como esperamos poder provar.

«Tendo Portugal descoberto e conquistado enormes territorios em todo o mundo, como sejam a Madeira, os Açores, S. Thomé e Príncipe, o Archipelago de Cabo Verde, uma grande parte do continente d’Africa, da America, da India, Macau, Timor e Solor, etc., não podia, com uma população de menos de dois milhões de habitantes, no continente, como tinha no tempo da conquista, ter soldados para conquistar e outra gente para povoar paizes tão vastos. E ainda assim fez milagres, attendendo á sua pequenez, porque povoou a Madeira e os Açores, deu um grande contingente para a India e para o Brazil e em menor escala para outros pontos. Pois um paiz de tão limitados recursos que povoa a Madeira e os Açores, que faz o império do Brazil, e que distribue colonisação por todos os territorios conquistados, pode dizer-se que *as suas qualidades são deprimentes como elemento civilizador?*

«Parece-nos que não.

«Que num jornal estrangeiro se diga isto, vá, mas num jornal portuguez é triste!

*

*   *

«Mais adiante diz o collega:

«Ahi se encontra a razão pela qual a Europa, nunca está do nosso lado, todas as vezes que é chamada a depôr num pleito em que uma outra nação colonial estabelece um conflicto com Portugal.»

«O collega ha de permittir que lhe digamos)mas não se ha de melindrar, promette?) que não está bem ao facto da historia, porque *tem aconte-*

cido exactamente o contrario. - Digne-se o nosso collega tomar nota do que dizemos, *tem acontecido exactamente o contrario.*

«As pendencias mais importantes que temos tido, com respeito a colónias, têm sido com a Inglaterra.

«Na questão da Bolama, por exemplo, como todos sabem, tivemos a arbitragem a nosso favor. Na questão de Lourenço Marques, também o resultado nos foi favorável, e é por isso que a Inglaterra nas recentes violências que fez a Portugal, não aceitou a proposta para que a pendencia fosse liquidada por arbitragem, porque recebeu que a decisão não fosse do seu agrado, como era natural, e por isso entendeu que devia preferir ameaçar-nos com os seus canhões, do que aceitar uma forma mais razoável de chegar a uma solução equitativa.

«Pedi-nos, *a bolsa ou a vida!* - Demos a bolsa.

«A nós não nos faltam qualidades, o que nos falta é meios e força - Os fortes até conseguem, muito mais facilmente, fazer convergir para si, o favor da opinião publica, do que os fracos; isto é um facto evidente.

«Pode argumentar-se que no congresso de Berlim, perdemos a margem direita do Zaire; mas se isso aconteceu, foi porque não estava occupada, por que se o estivesse, como devia estar, a discussão teria tomado um caminho diverso, crêmos nós.

*

*   *

«E' sestro dos portuguezes deprimirem-se a si proprios, ainda mesmo os mais patriotas. E porque a molestia e contagiosa, e provável que tenhamos nós o tenhamos feito algumas vezes inconscientemente, mas convem que todos nos corrijamos d'este senão.

«E por isso diz o collega: «que á nossa incapacidade colonisadora se deve o erro de que o preto

«é pobre ... que é deveras espantoso ver a Africa occupada ha quatro seculos por Portugal, sem que os habitantes indigenas da capital da sua primeira, colonia não sejam obrigados a trajar á europêa e sem que sejam igualmente obrigados a habitar casas limpas, arejadas, sadias e elegantes.»

« - E até elegantes?

« - Isto tudo é muito facil de dizer, mas muito difficil na pratica.

« - Por que razão ha de o indigena ser obrigado a vestir á europêa?

« - Pois na Europa não tem cada paiz e até cada provincia os seus usos particulares, e não lhe são respeitados? Então não se vestem os provincianos, portuguezes, hespanhoes, francezes, belgas, hollandezes, suissos, gregos, turcos e outros emfim, com os seus trajos peculiares? E não acontece o mesmo nas colonias inglezas e francezas, onde são respeitados os seus usos tradicionaes?

«Porque é que só ao indigena africano se ha de cercear essa regalia?

«Que vistam com decencia, d'acordo, mas que lhes seja permitido vestirem á moda da sua terra, o que é até pitoresco e bonito, principalmente nas mulheres.

«Obriga-los ao contrario, é mais que anti-liberal e despotico.

«E quer tambem o collega, que elles sejam (os indigenas) obrigados a habitar casas limpas, arejadas, sadias e elegantes(!!)»

«Ora ahi está uma cousa facil, *uma violencia* que os indígenas aceitariam sem repugnancia; mas era preciso que lhes dessem as casas, ou lh'as alugassem pela renda da cubata de capim, por que coitados, elles não podem pagar mais, e ainda assim não pagam menos do que os operarios e outros homens de trabalho, pelas suas habitações na Europa, que apesar de melhor construidas, não são, em regra, nem mais elegantes, nem mais arejadas, nem mais sadias do que a cubata do indigena.

« - Questão de apparencia simplesmente.

« - Na nossa opinião, não temos direito a obrigar o indigena a adoptar os nossos usos, elles é que hão de segui-los evolutivamente, obrigados pela necessidade, pelas circumstancias e até por prazer, como já o fazem muitos milhares de indigenas civilisados.

*
*   *

«Diz o collega que a Africa, refere-se a Angola necessariamente, está occupada ha quatro seculos; mas ha confusão entre a descoberta e a occupação. -A descoberta foi effectivamente ha 408 annos, mas a occupação foi ha 317. Foi em 1576, que o seu primeiro governador, dos noventa e tantos que tem tido Angola, Paulo Dias de Novaes, fundou esta villa de S. Paulo de Loanda, mais tarde, como hoje, cidade de S. Paulo d'Assumpção de Loanda.

«317 annos seriam sufficientes para Portugal ter dado um maior desenvolvimento a Angola, se o governo portuguez, reconhecendo não poder colonisar simultaneamente todas as possessões, não concentrasse todas as suas atreções para o Brazil, que foi um império immenso, e que será em pouco tempo, um grupo de tantas republicas, quantas são as suas provincias; e tem abundante seiva para que todas se tornem, se não poderosas, pelo menos bastante ricas.

*
*   *

«Escreve o collega mais abaixo:

«Diz-se que o preto é pobre, que não pode ser compellido a subordinar-se ás exigencias da requintada civilisação europêa! como se nós quizessemos que o preto professasse as bellas artes e as sciencias!

«Não, não senhor.

«Queremos que o preto trabalhe, etc.»

«De maneira que, segundo a opinião do collega, o preto é simplesmente um instrumento de trabalho, que ha de trabalhar pelo preço que o europeu quizer, que sendo livre e senhor das suas acções, trabalhe não querendo ou não podendo, que para elles estejam fechadas as portas da sciencia e das bellas artes. E não sei que mais.

«De forma que o collega quer o rigor e a escravidão para o indigena da cidade, já um tanto ou quanto civilisado, e por outro lado no seu segundo artigo condemna o modo como o governo regulou o exercício do trabalho, para o preto selvagem que vem do gentio, não avassallado, escravizado e no mais completo estado de barbarismo e a quem é salva a cabeça da mão do carrasco, pelo dinheiro ou pela fazenda com que é pago o seu resgate.

«E porque é que não podem ser abertas ao preto, as portas da sciencia, é por haver quem considere a raça preta uma raça inferior?

«Mas, por Deus, as opiniões dos sábios, neste ponto, não são conformes.

«Parece que o transformismo intellectual é uma verdade scientifica.

«Parece indubitavel que o filho do homem instruido está mais apto para o estudo do que o filho do homem boçal.

«Civilisemos, pois, o indigena na maior escala que podermos, e a transformação ha de operar-se.

«Se os trabalhadores indígenas de Loanda pedem um salário superior ao que é regular, contratem gente no sul ou no norte. - Estes, por exemplo, que desde que chegam, é logo excellente pessoal de trabalho, custam com todas as despesas, pouco- mais de 300 réis por dia.

«E para a alfandega, que é aonde elles são mais exigentes, já o sr. governador geral resolveu crear uma companhia braçal que, melhorando o serviço interno, o que era uma necessidade antiga, acaba

com o preço exagerado que os carregadores exigiam no serviço d'aquella casa fiscal.

«No próximo numero fallaremos do *Esclavagismo*, como o collega lhe chama.»

*
* *

Do Suplemento ao n.º 11 do jornal «Noticias de Angola», de 12 de detembro de 1893:

Odio de raça

«O jornal *A Provincia* de 3 de dezembro de 1893, n.º 14, publica a pag. 54 um artigo sob a epigraphe - **Odio de raça** - em que o seu autor faz varias considerações sobre a *pretensa* antipathia do preto ao branco; considerações a que embora procurassemos esquivar-nos de prestar uma séria attenção, não podemos deixar de fazer a devida contestação, baseando-nos em factos históricos de verdade inconcussa.

«Começa o referido artigo pelo seguinte período:

«Uma falsa comprehensão dos estudos ethnographicos conduz os dominados, na maior parte das colónias, cuja população autocthona pertence ás raças pretas, a vêr com pouca sympathia os dominadores que pertencem á raça branca - e depois de algumas ponderações ácerca da inferioridade intellectiva do negro,- e dos benefícios da civilisação que o branco lhe veio trazer - diz que o branco «nem vem explorar o preto, nem deprimi-lo com a altivez do seu valor» - porque «contrariamente o branco tem como intenção evitar ao preto o dispendio colossal que num largo decurso de lóngos séculos o branco consumiu para chegar a adquirir essa superioridade de que não faz alarde, mas com que se orgulha com o mais legitimo de todos os direitos». Depois de asseverar que ao preto «se

abrem as portas dos estabelecimentos de instrucção: não lhes é vedado professarem qualquer ramo dos conhecimentos humanos» - porque «todas as artes, todas as sciencias lhe são facultadas» - e de indicar o meio para o preto chegar a beber na fonte sagrada da sabedoria, conjectura: «Nada, portanto, é menos legitimado do que a antipathia que manifestam os aborígenes das colonias contra os que a seu respeito exercem soberania».

«E' os periodos acima transcriptos que ousamos contestar, pedindo desculpa se a nossa linguagem, filha da verdade, não agradar a muitos.

«O odio, antipathia, aversão, animosidade, ou o que quer que seja, que dizem ter o negro ao branco (odio que se nos affigura não ser nutrido pelo negro ao branco, mas ao dominador inepto que, sabendo aproveitar-se das forças dos aborígenes, não sabe melhorar a sua condição physica, moral e social) - se a historia não mente, tiveram-n'o em toda a parte do mundo, desde tempos remotos, os povos dominados contra os seus dominadores (haja vista a historia dos povos israelitas, romanos, francos, germanos, lusitanos, etc.); odio nutrido principalmente contra os que, inculcando-se como humanitarios, falsearam a missão que se impuzeram; e, se povos hoje adiantados em civilisação, tiveram essa antipathia contra os seus dominadores, que surpresa causa que o negro a nutra contra o dominador que o colloca sob o nivel mais baixo e lhe nega, não só a faculdade intellectiva, que a natureza prodiga dotou a todo o ser racional, mas até os mais nobres sentimentos, que nenhuma creatura humana póde deixar de abrigar no intimo d'alma?! ...

«Pondo de parte a historia de outros povos africanos, vamos tocar na d'Angola, para demonstrarmos o *muito amor* que este povo deve ter ao seu dominador. Os portuguezes foram aqui recebidos como amigos, com quem os angolenses fizeram tratado de amizade, e andavam no littoral e no sertão d'este

reino como se estivessem em suas terras. Sob o falso pretexto de commerciar e de converter O negro a fé catholica, o branco com o direito do mais forte apoderou-se a ferro e fogo do dominio daquelle que, o acolhera como amigo; obrigou-o a fazer guerra aos seus irmãos, e considerando-o como uma mercadoria, com a mira de auferir muitas riquezas, vendeu-o, exportou-o para longinquas terras, a que fôra enriquecer, despovoando e empobrecendo a sua; - não apreciando a sua aptidão, fez d'elle uma besta a quem não instruo, não educa e não civilisa , conserva-o no seu estado primitivo, immerso nas mais caliginosas trevas de ignorancia, para melhor se aproveitar da sua estupidez!

«Finda a escravidão, esse nefando trafico, não melhorou a sua situação para fazer d'elle homem util á sociedade, contrata-o para um determinado tempo, que nunca finda, permanecendo sempre ao seu serviço!

«Ao negro que se chama cidadão, triste cidadão, dá-lhe uma instrucção deficiente, se bem que elle tenha sede de saber; instrucção que é ministrada, com raras excepções, por professores inscientes, que vencem mesquinhos ordenados.

«O branco tem sempre o negro em conta de indolente, de malandro, de ladrão e..., não sabemos de que mais! (como se não houvesse d'isto na Europa); quando o negro é o ganha pão e a alma do branco na Africa, pois o negro é quem lhe faz tudo, sendo o branco simplesmente um mandante, um dirigente; paga-lhe pouco, embora trabalhe muito, não chegando o que ganha, para sustentar-se e educar seus filhos; traz-lhe costumes depravados que o desmoralisam, em vez de moralisa-lo, e mesmo que possua alguns conhecimentos não lh'os aprecia nem lh'os aproveita; introduz em suas terras o mais venenoso liquido - a aguardente ou o alcool – com que o embrutece atrophando-lhe o cerebro, e matando-o lentamente, contribuindo assim para exterminar pouco a pouco sua raça; - e apregôa o branco á

boca cheia que *a sua unica missão é de civilisar o negro e não de explora-lo!...*

«Isto dá vontade de rir. Todas as nações que ambicionam a Africa é com que fim? E' sómente para civilisar o negro, sem fito de explora-lo?! ...

Não o crêmos.

«Ha mais de tres seculos se acha Angola em poder de Portugal e, ao passo que colonias esrtrangeiras occupadas ha poucos annos vao prosperando, o que vêmos por esses concelhos e na propria capital? A mais profunda miseria povos bestialisados esfarrapados e semi-nus, vexados e coagidos a fazez o serviço do *Muene Putu* (nas companhias de guerra preta e movel) sem serem pagos, mesmo que estejam muitos mezes no serviço; terras incultas, por as autoridades distrahirem os seus habaantes para outros serviços, ou mandando-os para outras colónias a fazer serviço militar! Residencias de chefes em pessimo estado, igrejas derrocadas, escolas com mestres estúpidos - (salvas excepções) - um nunca acabar de miserias, que se sabem officialmente, mas que se não remedeiam! E querem, na verdade, que a aborígene das colónias, que é assim tratado e vê sua terra em atrazo, tenha *profundo amor* ao seu dominador?!.....

«Quem escreve estas linhas não nutre nenhuma animosidade contra o branco, porque em seu peito não abriga maus sentimentos, apesar de ser fillho de paes aborigenes; mas indigna-o o ouvir que aquelles que são de um grau adiantado de civilisação, e que são os primeiros a desconsidrar o negro, a quem dão mil nomes, tratando-o malissimamente, sejam os primeiros a dizer que: «os aborigenes das colonias e que manifestam odio ou antipathia contra os que a seu respeito exercem soberania!»

«O preto, pela sua bondade natural, executa com muita humildade e submissão tudo que o branco lhe ordena ou manda, e este que naturalmente é seu *amicissimo* não deixa, pelo mais insignificante delicto, - tal é a amizade que lhe consagra! - de mimo-

se a-lo com muitos epithetos, de lhe retalhar as costas com chibatadas e de lhe rachar as mãos com palmatoadas! E não lhe tem odio!

«Se os pobres negros, que servem nos quintaes de Loanda, e os que andam por essas fazendas, arimos e quintas da provincia pudessem clamar! ... fariam chorar as pedras.

«Fosse possivel o branco instruir e civilisar o negro, e teria nelle o seu melhor amigo, muito melhor, talvez, que o da sua raça, porque a gratidão mais o affeioaria e prenderia ao seu bem feitor. E devem convencer-se, senhores democratas de politica que irrita os animos adormecidos, que o preto civilisado tem melhor convivencia com o branco.»

AFRICANO OCCIDENTAL DO LITTORAL

*

* *

Um protesto

«O jornal republicano que se publica nesta capital de Angola com o titulo *A Provincia*, traz na 2ª. pagina do seu nº. 14, de 3 do corrente, um artigo que encima com o titulo *odio de raça*; artigo a que devemos dar uma pequena resposta para descargo da nossa consciencia.

«Não procuraremos recorrer á historia, porque então entrariamos em certas particularidades e em pormenores de tão innegaveis verdades que dariam legar a serias e longas discussões, a que queremos fugir.

«E' nossa intima convicção que *A Provincia* foi fundada exclusivamente para tratar dos indigenas, parecendo que se interessa mais em vêr o governo continuar a descurar a instrucção e civilisacão d'elles, do que em protege-los, como fazem os mais jornaes, redigidos por espiritos cultos e desappaixonados.

«A *Provincia* attribue ao preto o odio de raca affirmando sem calculo que o preto *tira toda a vantagem*, como o branco, dos altos progressos sociaes. Na verdade são grandes os progressos de que o preto tira a vantagem, por ter na sua terra o caminho de ferro, o encanamento das aguas, o telegrapho, etc., etc. Com todos estes *beneficios ao preto*, está o seu progresso social estatuido; não precisa de escolas superiores, nem de professores cuidadosos e competentissimos. Não é verdade, senhores *d'A provincia*?

«Ora se é essa a civilisação que apregoaram iniciar em prol d'esta provincia, podem os pretos *limpar as mãos á parede...* e agradeçam aos que vieram implantar em Angola a idéa santa da liberdade igualdade e fratermdade! ...

«Diz o autor do artigo que «o branco não vem explorar o preto nem deprimi-lo com a altivez do seu valor...» E assim que se escreve a serio e com consciencia?!

«Tudo quanto se avançou no artigo é menos verdadeiro, c só visa a intrigar os pretos com os brancos - pelo menos os que residem nesta terra ha longos annos, antes dos «civilisadores da *Provincia*, que mostram nutrir odio de raça, improprio para homens filiados na bandeira republicana, que considera todos iguaes sem distincção de côr.

«O que é mais para notar e censurar, é o articulista fazer crêr que o preto é que tem odio ao branco, por inveja de superioridade, quando o certo é que o branco é que o nutre ao preto, principalmente quando vê que este procura chegar a altura d'aquelle, sob o ponto de vista da intellectualidade.

«O branco não vê com bons olhos o preto que renha alguma instrucção, especialmente se a obteve na sua propria terra e á custa da sua boa vontade e dedicacão; e ,por isso *A Provincia* não lhe convém o preto que «adquiriu, certo gráu de instrucção, ou tem uma educação mais cuidada» porque julga que elle se torna altivo, e *faz nascer no espirito dos*

seus conterraneos um vicio, cujo germen não existia lá.
Engana-se, porque o preto boçal tem mais antipathia ao branco, do que o preto instruído e educado.

«A *Provincia* ora lamenta a pouca protecção que o governo dispensa aos povos das suas colonias, sob o ponto de vista da instrucção e da moral; ora parece aconselhar ao mesmo governo a não instruir nem civilisar esses povos!! Vá a gente comprehender semelhante politica e semelhante liberalismo republicano!...

«Saiba *A Provincia* que é ella que está estabelecendo aqui o odio de raça, intrigando os brancos com os pretos, não sabemos com que fim politico.

«Dado mesmo o caso que exista odio do preto contra o branco, devemos accentuar que esse odio não é contra a côr, isto é, por inveja da cutis branca, salvo erroneo pensamento em contrario. E' odio de dominado contra o dominador, como succedeu e succede na propria Europa. Porque os portuguezes odiaram os hespanhoes? Foi pelo dominio de Castella. E porque os mesmos portuguezes odiaram os francezes? Por invadirem Portugal. Porque os americanos odeiam os inglezes? Não são todos da cutis branca? Pode na haver nisso odio ou inveja da côr? Não, mil vezes não. E' o odio de dominado contra o dominador ou explorador.

.....

«Digam do preto tudo o que se queira e se entenda, - mas o que não se lhe póde nem se lhe deve negar, é a sua demasiada brandura e a sua intelligencia natural, a par da sua desmedida tolerancia reconhecidamente absurda.

«Volvendo atraz, diremos que *A Provincia* não quer que o preto veja *mais longe* para não se insurgir contra a violencia e exploração do branco, pois que, quanto mais ignorante e boçal fôr o individuo - preto ou branco, - mais desconhece os seus direitos, e não pode avaliar as regalias de homem li-

vre, aceitando como grande favor ou muito beneficio o que se lhe faz por obrigação restricta, ou o que se lhe dá por compensação da sua obediencia ou dos seus servicios.

«Ponhamos ponto sobre esta questão, que repugna e indigna.

«Tudo quanto acabamos de expôr, com o maior laconismo, significa um protesto contra o artigo - **Odio de raça**- do jornal *A Prouincia*, nº. 14.

*

* *

Do supplemento ao n.º 53 do «Commercio d'Angola», de 10 de janeiro de 1894:

Odio de raça

«Estamos acostumados a ouvir quasi todos os dias, a cada momento, a ladainha de epitheros, dados ao preto, entoada pela numerosa cohorte, que fórma a turba de philosophos, enferrujados no amor postiço das colonias, que dizem, não as exploram, más que dos seus escriptos, do seu proceder visivelmente se infere, as querem estacionarias para um fim, que elles lá entendem. Esta ladainha, que se encontra na cartilha de algibeira de cada um dos membros mais conspicuos da igrejainha, foi augmentada com mais esta invocação; o preto é hydrophobo da raça caucasica.

«Mais esta descoberta, que irá enriquecer os estudos ethnographicos; que deixará embasbacados Levingston, Cameron, Capello e Ivens, Burnes, Moflatt, Clapperton, Speke e outros.

«*A Provincia*, que ha pouco encetou lides jornalisticas, examinou, analysou tudo d'um só golpe, foi àte além dos limites, onde a natureza marcou balisas.

«Este jornal fundado, suppomos, para tratar

questões de interesse geral, devia mostrar-se firme no seu posto, como apóstolo da civilização, cumpria-lhe possuir-se de motivos sérios e graves, que o collocassem fóra da chateza vulgar para não entreter ocios. Quando, ha tres dias, um visinho nosso nos offereceu a leitura do artigo publicado no nº. 14 do dito jornal, sob a epigraphe, que encima estes apontamentos, se apoderou de nós um sentimento de tédio, que não estava isento de indignação. A principio julgamos que os naturaes, esquecendo-se do que devem a si e ás leis, tivessem invadido a officina da redacção, commettendo actos de violencia; nada d'isso aconteceu; nem aquella producção tem explicação em causa nenhuma plausível.

«A *Provincia*, cujos redactores não temos a honra de conhecer, o que não obsta a que tenhamos para com elles toda a cortesia, se quizesse compenetrar-se das sentimentalidades da sciencia da administração, tinha diante de si um vasto campo, argumentos copiosos e os applausos de todos.

«Não conhecemos, nem a necessidade, nem a urgencia, que determinou o atirar aos quatro ventos aquella prosa tão repugnante como impertinente, cujos trechos mais violentos vamos extrahindo d'um modo synoptico. Diz ella: «Uma falsa comprehensão dos estudos ethnographicos conduz os dominados, na maior parte das colonias, cuja população autochtones pertence ás raças pretas, a vêr com pouca sympathia, os dominadores que pertencem á raça branca».

«Isto é injusto, porque, affirmando o branco a inferioridade intellectual do preto, não nega a este a consideração devida a todo o ser humano.»

«O trecho que acabamos de citar com pouca fidelidade, cujo sentido lhe não diminuimos nem um apice, prova de mais.

«Questões d'esta estofa, cavadas de precipícios, dão margens a que se discutam personalidades; procuraremos, porém, por nos conservar nos limites do debate, saltando por cima d'algumas passa-

gens. Para nós é forçoso confessar, é a primeira vez que este assumpto, que não edifica, rodeado de espinhos e particularidades que acarretam symptomas de scisão, vem á tela de discussão em pleno século XIX, por uma imprensa que se diz representar a geração nova, como se estivessemos na idade média, ou em época mais atrasada, em que a luta com as feras representava a razão, e os negocios mais importantes da republica eram resolvidos no circo.

«Temos a consciencia de que não desafiemos ninguém a combate, a nossa conducta não autorisa ao mais estoico philosopho a sacrificar-nos a pueris vaidades.

«A imprensa é um sacerdocio; o ministro d'uma religião, que renega o seu credo e profana o templo, onde os prophetas gravaram o osculo da paz, colloca os crentes em risco de sossôbro, Como temos de nos referir mais tarde a este ponto, fique de remissa.

«A redacção do jornal, continuando o seu artigo, mais abaixo escreveu o seguinte:

«Se o preto se encontra face a face com os mais altos progressos sociaes e tira d'elles vantagem, como o branco, é a este e só a este, que aquelle deve reconhecimento. O branco, pondo o preto em contacto com as ultimas conquistas da sciencia, da industria e da arte, em fim, de todas as províncias do saber, não veiu explorar o preto nem deprimi-lo».

Mais adiante escreveu:

«Ao preto abrem-se as portas dos estabelecimentos d'instrucção: não lhes é vedado professarem qualquer ramo dos conhecimentos humanos. Carece o preto de meios de fortuna para chegar a beber na fonte sagrada da sabedoria?

«Tem no trabalho o meio efficaz, o meio unico, de conseguir os seus desejos, de realisar as suas aspirações».

«Inania verba! - Palavras ôcas!

«Quaes são os mais altos progressos sociaes

com os quaes se encontra o preto face a face? Quaes ás ultimas conquistas das sciencias, artes e industrias? Em que latitude aqui está marcado o mappa de todas as provincias do saber? Quer a redacção referir-se aos caminhos de ferro, á canalisação das aguas, ao telegrapho e ao telephone ? São méllhoramentos que ha muito deviam estar realizados, pelos compromissos que Portugal tomou perante a Europa; d'estes melhoramentos tira todo o proveito e vantagem o europeu: sendo aliás certo, que existe actividade de parte a parte em escala proporcional; o indigena apanha apenas a quadragessima e millionesima parte. Que preto se encontra face a face com os progressos da sciencia, artes e industria? A linha férrea conta 260 kilometros; a linha telegraphica o dobro talvez, contando com as ramificações, o telephone só funciona em Loanda, e o encanamento das aguas tambem é aproveitado naquella cidade; uma provincia com capacidade para conter cinco vezes o terrorio de Portugal, póde ser considerada saturada de todos os beneficios da civilisação, dispondo dos insignificantes melhoramentos existentes?

«Chama-se isto chasquear. As ultimas conquistas das sciencias, artes e industrias, os altos progressos sociaes com os quaes o povo está em contacto, sem escolas, sem mestres, sem collegios, sem lyceus, sem livros, portanto actuando sobre um povo analphabeto, não passam de palavras bombasticas.

«Quando se diz que um povo está em contacto com as conquistas da sciencia, das artes e industrias, entende-se que a esse povo está patente a cornucopia das sciencias; que, educado e instruido, dispõe de intelligencia lúcida, dedicando-se espontaneamente a diversos ramos do saber humano, de tal sorte que esse povo não tenha necessidade de, mendigar fóra as capacidades destinadas a preencher as falhas.

«Mas como o povo d'esta terra continua analpha-

beto, é necessaria uma explicação. A explicação está aqui, leiam:

«Como o branco tem como intendo evitar ao preto o dispendio de trabalho, que num longo decurso de seculos o branco consumiu para chegar a adquirir a superioridade intellectual, mas de que não faz alarde...»

«Ficou e ficara pois, o preto no seu estado primitivo, porque quer-se-lhe evitar dispendio; diz-selhe que está em contacto com o progresso, é quanto basta, elle vae vendo os effeitos sem poder explicar nada; assim mystificado em taes conquistas das sciencias, fica sempre como d'antes - burro olhando para um palacio. Bravo! Quem contestará tamanha dedicação por esta colonia ?

«E muito longe iriam estes apontamentos, se quizessemos provar com a historia na mão, que não se civilisaram Portugal e outras nações, como quer *A Provincia* que se instrua o povo indigena. As nações colonisadoras não lançam mão do expediente indicado; ainda hoje Sião, a China, Persia, Japão, Mexico, Brazil, Egypto, o próprio Portugal, mandam por conta da nação seus filhos a estudar nos centros da civilização, nos focos, onde a luz das sciencias e artes é derramada a flux.

«Por fim o periodico, de que nos estamos occupando, escreve este notavel e repugnante periodo, e aqui vae *ipsis verbis* para bem ser conhecida a sua hediondez.

«Mas o que é mais para notar-se é que, precisamente, esse odio pelo branco se accentua e se caracteriza entre os individues, pretos ou de meio sangue, que adquiriram um certo gráu de instrucção ou têm uma educação mais cuidada; e tanto, mais é censuravel esse odio inconsiderado e injusto, que esses individuos pela sua influencia fazem nascer no espirito dos seus contreraneos um vicio cujo germen não existia lá».

«Repellimos, em nosso nome, com toda a energia da nossa alma, e, em nome dos nossos concida-

dãos, filhos d'esta desgraçada terra, a calúnia, tão baixa como pouco engenhosa.

«E' a primeira vez que uma imprensa da localidade se abalançou a uma affirmação d'esta índole, que fere os brios e a dignidade dos filhos d'esta provincia. Nunca imprensa independente e seria, nunca imprensa civilisadora da provincia ou do reino esfaqueou tão a coberto a reputação de homens inoffensivos, d'um povo pacifico emudecido a todos os contra-tempos da vida publica e particular.

«Incutir no animo dos nossos conterraneos odio contra o branco! E' uma calúnia tão atroz que só póde fermentar podridão na redacção d'um jornal, que parece fundado de proposito para tomar desvio em todas as questões d'ordem social. Note-se que a palavra branco, no seu singular, está empregada aqui para representar a collectividade da raça branca; esta tomada no sentido mais lato, no mesmo sentido a palavra preto.

«Pelo que se deprehende, este adio no preto e no mulato existe corno um principio embryonario, que se desenvolve e augmenta com a educação e illustração, e portanto forma nelles um caracteristico. Tem pilhas de graça isto, e mais graça terá, quando a *Provincia* pretender provar este phenomeno physiologico.

«E' uma barachada.

«Que temos nós subjectivamente com inglezes, francezes, hollandezes, allemães, prussianos, italianos, hespanhoes, russos, suecos, suissos, belgas, noruegueses, laponios; etc., etc., e se ainda quizer com godos., wisigodos, ostrogodos e todos esses, que armam em godos?

«Considerados objectivamente, como formando nações, com sua constituição politica, que as rege pela posição geographica que occupam, pelas artes, pela sciencia e commercio espalhado pelo mundo, realisando as importantes funcções de relação são dignos de estudo e contemplação. Que temos nós com os portuguezes ?

«A identificação política, como nação dominadora que, pela sua constituição nos dirige, nos envia leis e magistrados para guarda de nossas pessoas e bens. Podia a *Provincia* escapar pela tangente, dando como causa do adio a estes ultimas, doce principio da liberdade, mas ahi não cabe engenho, porque ficavam ainda grudados ao nosso odio aquelles comparsas, chamados a tomar parte inconsciente no theatro immenso do ranger dos dentes em que metade escoucêa outra metade do globo. E sabem a causa d'este odio a todo o branco?

«E' a inferioridade intellectual. Quem o diz é *A Provincia*, no seguinte trecho:

«Se, consultadas as qualidades organicas do preto, somos conduzidos a estabelecer como lei a inferioridade intellectiva d'esses individuos, não vamos nós, por este facto affirmar que *elle* não é credor da estima e consideração que é devida a todo o ser humano».

«Pois neste mundo onde tudo é relativo por uma lei imposta pela natureza, que abrange todo o ente creado, desde o homem até ao mais vil insecto; desde o mais poderoso imperio até ao mais pequeno estado; desde a gigante adansonina á mais rasteira herva; se até os próprios planetas, que se nos afiguram presos na abobada celeste, que abrange no seu ambito a immensidade da criação, não escapam a esta lei universal, haverá neste mundo sublunar quem tenha a pretensão de suppôr e affirmar, que ha seres humanos, que se insurjam contra a prodigiosa organização das cousas? Poderá haver rivalidades, odias entre os homens, entre as nações, por interesses matanaes ou religiosos, mas nunca nutridos pela superioridade e inferioridade estabelecida *ab initio*, porque esta fatalidade entra nos planos da natureza para a manutenção da lei do equilibrio universal. Portanto, o artigo que estamos analysando parece ter sido inspirado por outros intuitos; sejam, porém, quaes forem, nós pagaríamos para os não conhecer, e fica demonstrado o absurdo.

«A *Provincia*, que ainda não ensinou, nem ensinará, ao preto e ao mulato coisa nenhuma; que não estabeleceu escolas em condições aceitáveis, que apenas tem lido as theorias opinativas dos anthropologistas, para logo vendo o indígena boçal, ou mesmo o civilizado, que não cursou, concluiu pela certeza e infallibilidade d'essas theorias, mas crêmos que ainda não calculou a percentagem d'essa superioridade de que faz cavallo de batalha.

«Devia possuir o privilegio de Cagliostro de adormecer e dormir seculos para acordar noutros seculos; veria o desfilar das gerações, enfileirando-se como exercitos, umas após outras, marchando em continencia diante dos progressos realizados em cada época. Antes do somno praticaria um rasgo de generosidade que nunca Portugal teve nem terá para com as suas colonias; mandava derramar a instrucção litteraria, d'artes liberaes, das industrias com toda a liberalidade possível; mandava pôr em acção todas as leis sabias; escolhia homens sabios e probos para as fazer executar; responsabilidade real; depois morreria; no fim de trezentos e dezoito annos, tantos quantos Portugal tem occupado este paiz, surgia então do seu tumulto. Que bello espectáculo se offereceria á sua vista ao vêr-se rodeada por uma turba intelligente e laboriosa, que a acclamava com enthusiasmo! A inspiração do genio que avassalla o entendimento d'alguns privilegiados, exercendo a sua acção benéfica sobre os povos da colonia assentava o cimento da civilisação europêa. Era então occasião de verificar os seus estudos phrenologicos.

«Que ganharia A *'Provincia* com o progresso intellectual e moral d'este paiz? A' primeira vista bem poderia ser isto verdade, porém, lançando atentamente uma vista sobre o que se passa notaremos que aquelle jornal deseja pelo contrario que este estado de coisas se conserve; pois em outro lance, com o mais vaidoso orgulho, combinado com estranha e incrível indiferença que não se coaduna com a apregoada protecção que diz dispensar ao

preto, escreve d'um modo que deixa perder o mais bello timbre da organização social e os mais elevados dotes do coração portuguez, fazendo declaração de que nenhuma importancia liga ao notar-se-lhe a circumstancia de ser elle quem tenha a seu cargo a empresa de semear a cizania entre as duas raças!

«Ora ahi está, como se civilisa a Africa.

«Mas ha uma revelação importante; esta revelação não foi feita por um enxovedo qualquer, foi por um jornal que se publica na capital da colónia, redigido por homens illustrados. Disse esse jornal que os naturaes com algum grau de instrucção e civilisação tramam nos *complots*, refogando odios contra a raça branca. Ora a logica e a lealdade pedem que o jornal que tomou o papel de informador, denuncie os nomes dos individuos que frequentam esse espojadouro, e qual o movel d'essa propaganda. E' realmente feio, que uma instituição fundada para prestar o seu concurso á civilisação, com excellent ponto de vista para vêr caminhar o espirita humano, seja convertida em instrumento agitador de motins.

«Ha individuos qle para as coisas mais absurdas gostam de fazer proselytos por meio de reclames pomposos; como é para a novidade toda a gente vae. Lamark e Darwin, cada um procurando constituir em corpo de doutrina as theorias, que envolvem a genealogia, que mediante a sciencia dá ao homem a descendencia do macaco, ganharam adeptos.

«O mau humor que se manifesta nos filhos d'este paiz contra o governo, e não contra os particulares, é o resultado das preterições e injustiças que soffrem no ministerio da marinha, onde a proposito de qualquer pretensão se pretexra, como motivo, a falta de habilitações litterarias do pretendente nascido na colónia. Este motivo, que se invoca a cada passo, pecca por completo, se se attender, que muitas vezes o pretendente, empregado interino, exerceu proficientemente o logar vago

na ausencia ou impedimento do proprietario, mas a incoherencia não pára aqui; quando menos se espera o governo despacha um afilhado, natural do reino com habilitações iguaes ás do exceptuado, e para tudo ficar ao envez, sem noções das obrigações do seu emprego.

«Portugal con ta trezentos e dezoito annos de occupação, tempo mais que bastante para remover os obstaculos, em que os governos fundam os seus despachos sobre as pretensões do ultramar; elle que até agora os não remove, está definido o campo em que se colloca, entregou a provincia a saque. Ao passo que o governo sonega aos filhos d'esta terra o pão saboroso da instrucção, as nações majs avançadas procedem ao contrario. Estes factos nao podem deixar de actuar d'um modo desagradavel no animo dos colonos, que os têm manifestado de modo cathgorico a chegar ao conhecimento dos que governam.

«Se ha, pois, resentimentos, como effectivamente os ha, a registar, estes são justos e se dirigem unicamente ao governo, sem que isto possa dar occasião a alguém, para deturpar factos.

«E na verdade, vir de tão longe perturbar os povos no remanso de. sua ignorancia primitiva, promettendo compartilhar com elles os beneficios da civilisação, para depois subtrahir-se aos compromissos, é um peccado tão feio, que nem o frade de mais laxa consciencia poderá absolver! Estes resentimentos, porém, nunca transpozeraam os limites impostos pela fidelidade; os naturaes o teem provado. Ultimamente, quando a Inglaterra enviou a Portugal, pelo ultimatum de 11 de janheiro de 1891 a bofetada insultuosa, os africanos, sem excepção, uniram-se aos portuguezes, levantaram-se todos em massa, como um homem só, e cobriram a nação com os seus protestos.

«Tornando ao jornal que deli origem a esta replica, diremos que escreveu divagando á mercê de suas illusões contra os naturaes, dos quaes não tem

motivo, assim ganhou o titulo de injusto aggressor de reputação alheia.

«Se « A Provincia» faz do seu saber um conceito demasiadamente alto, estude a historia, aproveite os exemplos, porque nella verá que o homem abandonado ás suas proprias forças tem mui pouca garantia de acertar

«Resolvidos a não voltar á imprensa por tão antipathico assumpto, nos despedimos.

GARIPAR CAISSAR.

«Tendo deparado, folheando os boletins d'esta provincia, com o artigo escripto pelo sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, uma das glorias do jornalismo portuguez, quando falleceu um dos filhos d'esta terra, o sr. Euzebio Catella de Lemos Pinheiro Falcão, não nos podemos furtar ao desejo d'aqui o transcrevermos, não só como respeitosa commemoração ao passamento d'esse nosso conterraneo, mas como lição ao sr. commissario regio Dantas Baracho, que, referindo-se aos filhos do ultramar, tão injusto e descomedido foi no discurso que pronunciou na camara dos deputados, na sua sessão de 7 de fevereiro ultimo.

«Como esse honrado filho de Loanda, cujas qualidades foram encomiadas por aquelle distincto escriptor, muitos outros se téem elevado na carreira publica, prestando ualorosos serviços ao governo.

«Se o tempo o permittir, talvez apontemos os seus nomes.

«E' sempre conveniente que aquelles que, como o sr. Baracho, deturpam a verdade, sejam confundidos com a citação de factos verdadeiros, para serem mais exactos e imparciaes nas suas apreciações futuras.

E.V.G

NECROLOGIA

«Eusebio Catella de Lemos Pinheiro Falcão, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, commissario da Comissão Mixta Portugueza e Britannica, advogado na comarca de Loanda, cavalleiro da Ordem de Christo, ex-administrador da alfandega ele Loanda, nasceu na capital d'esta província aos 9 de setembro de 1818.

«Apesar de que seu avô e seu pae tinham seguido a profissão das armas, aquelle até ao posto de brigadeiro, e este até ao de major, em que morreu, com tudo o sr. Eusebio Catella foi destinado para as letras, e cursou na Universidade de Coimbra a faculdade de direito como estudante mui distincto.

«Completo os seus estudos, foi logo despachado commissario da Comissão Mixta de Cabo Verde, da qual, ainda antes de tomar posse, alcançou transferencia para a da cidade de Loanda, aonde residia toda a familia.

«Algum tempo depois veio governar esta provincia o conselheiro Pedro Alexandrino da Cunha, que aproveitou a intelligencia e o zelo do sr. Catella para muitos negocios importantes, e entregou-lhe a direcção da alfandega, cujos abusos reformou severamente, segundo o espirito rigido e probo de quem ali o collocára.

«Tempos depois resolveu o sr. Catella abrir o seu escriptorio de advogado, e no exercicio d'esta profissão continuou a dar provas de elevada intelligencia, e de muita probidade e sisudez, iguaes ás que no exercicio do seu emprego de commissario lhe tinham sempre merecido os elogios do governo, e a estima dos seus collegas na commissão.

«Todos os seus desvellos, todo o fructo do seu trabalho, applicava-os virtuosamente ao amparo e protecção da sua familia, estendendo os seus beneficios mesmo aos collateraes com amizade verdadeiramente paternal.

«Infelizmente a morte veio cortar em flôr as suas melhores esperanças, e roubar a uma familia numerosa um protector que não póde ser substituido.

«Depois de uma enfermidade de poucos dias, o sr. Eusebio Catella morreu quasi inesperadamente á 1 hora da tarde do dia 23 do corrente nos braços de um amigo dignissimo e cercado de todos os seus.

«Hoje foi conduzido de sua casa entre as pessoas mais distinctas da colonia á igreja do Carmo, aonde se lhe celebraram os officios funebres com a dignidade que cumpria á sua pessoa, assistindo a este acto s. ex^a. o governador geral, todas as autoridades portuguezas, o commissario e consul britannico, etc.

«A sua familia perdeu uma protecção valiosa, a colonia um cidadão util, o governo um empregado grave, e nós um collega e amigo a quem devíamos repetidas finezas.

«A saudade ha de ser tão geral como foi a manifestado do sentimento.

«Oremos todos pc lo seu descanso eterno !»

(Do «Boletim Official» de 23 de setembro de 1851).

A. A. DE V.

*

* *

Do jornal «Mercantil», n.^{os} 1:016 e 1:018, de 1887:

O trabalho nas provincias ultramarinas

«Sob a epigraphe acima enunciada publica o *Mercantil*, n.º 1:010, um artigo, em que seu autor pretende renovar na provincia o systema do trabalho forçado do preto, e deseja isso, porque os principios que expõe estão em harmonia com as idéas do sr. explorador Serpa Pinto, que elle julga autorisadissimo sobre o assumpto, e tambem porque,

tendo atravessado a pé os concelhos de Muxima, Massangano, e parte de Cazengo, viu varzeas, campos, aliás fertels, incultos, abandonados - á porta das miserias choupanas homens validos, robustos, bestialmente deitados de costas, de *bandulho* para o ar, cachimbo na bocca, enquanto que as mulheres, esfarrapadas, pintadas, immundas móem farinha; portanto ha uma unica solução para sahir das difficuldades que se lhe antolham; assenta, como principio infallivel de obter trabalhadores para preparar a provincia para um futuro digno d'ella, forçar o preto a trabalhar, e tanto lhe parece que é este o meio mais vantajoso, que affirmar, que dos oitenta e tantos homens com elle acampados nas margens do Luinha, entre todos esses, ha apenas dois, os unicos que calçam alpercatas, se barbeam, comem sallinhas, melhor comprehendem, porque tinham sido soldados.

«Se nós não falha a memoria, disseram-nos ha tempo que o autor do artigo, que vamos analysando, é um moço intelligente, escriptor publico, e, quando nas não asseverassem a sua capacidade, bastaria lêr o seu escripto para nos convencer de que, com effeito, expõe desassombradamente as suas opiniões; nós apenas notamos-lhe o defeito de ser ainda hospede em questões africanas, porque nos traz as alpercatas e a alimentação da gallinha, como effeito de civilisação e indicio do trabalho.

«Desejavamos vêr o autor d'essa opinião, nascido em Portugal, onde o trabalho livre está garantido á altura da civilisação que se disfructa, apostolar, em presença d'aquelle quadro desolador por elle descripto, o derramamento da instrucção, traçar um plano theorico e pratico de ensino, como base do trabalho, e formular os principias d'um codigo de emigração, como um dos principaes factores do progresso nas provincias ultramarinas; nada d'isto fez, furtou-se a este dever, em frente do mal que o affiige, vendo o preto boçal refractario á lei do trabalho, correu para a imprensa para renovar theo-

rias, que tem por consequencia o trabalho forçado, porque entendem os pseudo philosophos, que o preto foi, é, e será sempre uma machina, um automato para trabalhar de graça á conta de quem quer ser rico em pouco tempo sem se fatigar, sem se incommodar com o desatar os cordões da bolsa. E' nisto que está o defeito da opinião do nosso antagonista, que apesar de dizer, que nisso não vae, nem de longe, a idéa de escravisação, não proclama outra cousa na pratica. Sobraram-lhes ambições os plantadores d'America; quando reconheceram a escassez da raça preta, começaram a engajar familias asiaticas, e promovendo em grande escala a emigração da raça européa sob o pretexto de colonisação, livre, os embarques chegaram-se a fazer em proporções taes, e em condições tão condemnaveis, que o facto adquiriu com justa razão o titulo de escravatura branca. A importação de theorias de sabor incomparivel com o estado actual, póde talvez fazer propaganda em meia duzia de negrophobos, que desejam a introducção sorrateira não da escravatura branca, mas da escravidão barbara, selvatica, sangrenta, horrorosa, criminosa e condemnavel, por que nada mais facil do que sophismar na pratica theorias defeituosas, que trazem o seu peccado original, e que uma linguagem calculada revestiu de formas elegantes e sedutoras.

«A primeira cousa que se devia discutir, seria descobrir a causa ou causas, que actuam sobre a organização do indigena e que determinam nelle a indolencia; uma d'essas cousas é, sem duvida, a ignorancia criminosa em que se tem conservado theorias da natureza d'esta, a que vamos respondendo, não sendo de menos importancia o ludibrio, de que tem sido victima nos chamados pagamentos, quando se falla em contrata-lo. Esse ludibrio, que na verdade soffre excepções em algumas partes e entre alguns patrões, é conhecido de longa data.

«Alguns que escrevem para o publico, vêem as coisas africanas por um prisma embaciado pelo bafo

d'um egoismo condemnavel; para lisongear o amor proprio e entreter suas commodidades não hesitam fazer apreciações apaixonadas, chegando a conclusões absurdas; entre outras muitas cousas, que não convem agora enumerar, citam com um certo triumpho e jactancia a indolencia do negro e a sua incapacidade para tudo, pretendem então substituir estes defeitos por meios violentos, e, quando encontram reacção, porque os meios empregados não se coadunam com a organização do espírito humano, que mais de prompto cede a conselhos brandos e a termos suaves, não conseguem senão desacreditar o negro para provar aos olhos do publico que a verdade e a justiça estão da parte d'elles. D'ahi não passam; não nos dizem quaes as causas determinativas do mal, nem apresentam os meios salutaes de que se deve lançar mão para attenuar as consequencias produzidas pelas coisas naturaes, independentes do individuo, e para combater aquellas, que estão no alcance da sciencia e que servem de obstaculo ao desenvolvimento do negro.

*
* *

«Tem-se protestado mais d'uma vez contra as administrações, que obedecem a influencias e a preocupações, como um mal que concorre para a disposição estacionaria, e impede a civilização, mas a intenção politica que preside aos destinos do paiz, tem persistido nestas questões locaes, aliás de summa importancia, examinando-as, e resolvendo-as no campo da especulação; o que succede é que os povos vão aceitando as theorias nefastas impostas, pelos civilisadores.

«Todos os povos das nações, que hoje se dizem cultas, teem sua historia mais ao menos antipathica, tiveram vida mais ou menos nomada. A missão civilisadora da Europa revelou-se, na distribuição do pão intellectual; as sciencias e as artes não

são indígenas ; as viagens e a emigração foram em parte meios poderosos para a introdução d'essas duas alavancas civilisadoras no coração do continente europeu.

«Não reza a historia, que algum povo negligente, despresando as letras chegasse ao estado de civilização e progresso por mero do trabalho forçado. Fazer d'um homem boçal objecto sobre o qual se deve exercer violencia a pretexto de educar e civilisar, é um erro lamentavel, é um crime. E não trabalha com effeito o negro absolutamente? Não ha exemplo de que paguete algum largasse do porto vasio para a Europa.

«Não sabem as vicissitudes porque tem passado a provincia, ou não querem dar ouvidos á voz da verdade os que se empenham pela cumplicidade da escravidão encapotada. No tempo do trabalho forçado, regulado *ad libitum* pelo abuso, tolerado pela autoridade, commetteram-se verdadeiros assassinatos; milhares de homens foram condemnados sem forma nenhuma de juizo. O negro, arrancado aos braços de sua familia, muitas vezes deixou o pae, caduco, tropego, a mulher doente, o filho padecendo fome, para os seus serviços serem vendidos, sem remuneração de especie alguma para elle, a um agricultor, ou a um commerciante por mil réis e dois mil reis mensalmente, e o chefe metheu na sua burra o preço da venda.

«O infeliz obrigado a desbravar matto, ou a transportar cargas para pontos distantes; a sua actividade é despertada a chicote - e a paciencia do negro revela-se no mutismo. Todos os mezes, em cada concelho, á proporção da, população, duzentos; trezentos, quinhentos individuos livres, subditos de S. M. Fidelissima, são vendidos, recolhendo a autoridade o producto da venalidade. O negro, ás vezes manietado com seu irmão menor, que já, presta serviço denominado de *mueneputo*, vê-se na dura necessidade de dividir duas mandiocas seccas e um punhado de ginguba; que é o rancho d'ambos,

porque elle é vendido para a fazenda de *Muenengaba*, no Golungo, e seu irmão fica na residencia da autoridade para fornecer quinhentos cacussos pescados diariamente na lagôa de Quibenguenha, que fica distante seis horas do ponto para onde foi destacado o parente - a paciencia do negro ainda se manifesta nas onomatopeias, acompanhadas de sentimento doloroso! No dia 30 do mez, quando espera exonerar-se do serviço, seu amo, ou patrão, da lhe uma carga para Loanda ou para o interior; por oito dias de marcha recebe pela primeira vez e ultima 60 réis, na volta é despachado com carga, já sem ração, porque a carta que trazia não lhe manda abonar mais nada. Nestas idas e nestas voltas só no fim de tres mezes o pobre homem chega estropeado á sua cuba ta, onde o espera outra decepção. A mulher foi levada, presa ha tres dias para acarretar pedra, cal, agua para a casa do morador fulano, que está edificando um armazem -o negro só exclama - bonito regimen!! Mal está descansado da fadiga, lá vae outra vez, obrigado a pegar em typoia, põe-a nos hombros para transportar um funcionario publico, um negociante para o ponto de tal, no caminho, o negro exausto de forças, esbarra numa pedra, tropeça contra um obstaculo que encontrou no trajecto e cahe; o sultão, conduzido na typoia, que não póde tolerar que um pobre diabo faça pirraças ao grão senhor, levanta-se, descarrega duas bengaladas no preto e abre lhe a cabeça - aqui a humildade do negro mede-se pela paciencia de Job!!!

«O chefe deu ordens para a limpeza da estrada publica do respectivo concelho; o povo já está subcarregado; mas a coisa arranja-se, obrigam-se os transeuntes d'outros concelhos que vão a seus misteres á capital ou d'ella regressam para fazer a limpeza capinando, e são retidos neste serviço uma ou duas horas. Um dia, um subdito de real magestade, um pouco civilisado, reagiu, o califa de Bagdad, que não está habituado a ser contrariado, arruma-

lhe um pontapé com tanta infelicidade, que lhe offende o pubis, a victima cahe, momentos depois era cadaver... Quer-se mais?

«O sentimento de maternidade venceu uma vez o temperamento perverso do oppressor e desprezou as atrocidades exercidas contra essa gente infeliz, que a tyrannia converteu em bichos; a negra larga o trabalho, levanta o filhinho, d'um anno de idade, quasi asphixiado pela abundancia dos soluços, dá-lhe os peitos; o lavrador, o tyranno manda applicar na atrevida quinhentos açoites; a ordem é executada; no terceiro dia abre-se a cova para receber o corpo da martyr. Bellezas do trabalho forçado!

«O chefe quer banquetear-se com seus amigos, ou prover o sustento diario de sua casa; ordena aos commandantes das divisões intimem os respectivos sobas a contribuir uns com dez cabeças de gado vaccum, outros com dez de cabrum, estes com vinte ovelhas, aquelles com dez carneiros, com duzentas gallinhas, etc. O chefe tem taboas, canoas, tijolo cal, telha, louça; tungas, peixe, farinha, fuba, fructas - tudo gratis - lá está o negro trabalhando para elle.

«As cadeias estão atulhadas de presos victimas das vexações dos que cobram o dizimo, esses infelizes são soltos pagando uma carceragem excessiva; a consequencia é a emigração, e o abandono d'agricultura. Estes repetidos actos de atrocidade são imitados pelos agentes subordinados e pelos individuos de gravata, de todas as nações, que se julgam numa tal ou qual ordem social.

«Não há muito tempo, lêmos o n.º. 19 do - *Correio de Portugal*- vamos extrahir do artigo de fundo os periodos abaixo; o nosso italico é para designar a inexactidão da affirmação no ponto a que se refere.

«Em bons tempos para o funcionalismo, embora não fosse para a civilisação, emolumentos das secretarias constituíram receita para os respectivos

«funcionarios... Nessa epoca accumulavam os chefes dos districtos as funcções de juizes ordinarios, e, em Ambaca, por exemplo, onde a indole do preto é essencialmente demandista, faziam-se fortunas em mui pouco tempo. Dos carregadores reclamados pelo commercio e pagos á razão de dois mil réis cada um *cabia uma parte ao soba, que os fornecia* ... No de Columbo, ainda de nossos dias, era de praxe *offerecer do novo chefe*, logo á sua chegada uma balsa de madeira, cujo valor era calculado em cerca de 500\$000 réis».

«O soba não recebia nenhum seutil; o povo era obrigado a trabalhar na balsa; não havia espontaneidade na dadiva. E' o negro trabalhando sempre - de graça - é a theoria do serviço obrigatorio.

*
* *

Do «Seculo», n.º 6:932:

Carta de Loanda

«*Loanda, 29 de março.* - Um publicista, cujo talento reconheço, diz que as nossas leis são más e um amalgama de archaismos e modernismos, só por exigirem muito papel na instrucção dos processos crimes, contarem muito pouco de custas e sellos e incitarem os pretos ao crime.

«De todos os argumentos o mais pyramidal é o seguinte, a que o illustre publicista se soccorre:

«Metter em ferros de el-rei um preto que delinuiu, assassinando; roubando, ferindo, offendendo a moral publica por acções ou palavras, não é applicar-lhe um castigo.»

«E, divagando, entende que os castigos corporaes são maus, e que umas palmatoadas não matam ninguém.

«Estamos vendo os pretos que assassinam, rou-

bam, ferem e offendem a moral regenerados com palmatoadas.

«Valha-nos Deus. A lei deve ser uma só; a excepção é um erro condemnável.

«Seja o criminoso branco, seja preto, não ha razão para se applicar a um a cadeia, as custas e os sellos, e a outro umas palmatoadas.

«O preto que cahe sob a alçada da lei sente os effeitos da penalidade, como os sentem os brancos.

«Suppôr o preto um animal irracional é admitir como verdade o absurdo. Ha o preto bom, como ha o branco imbecil, larvado.

«As côres não importam, nem devem importar á lei.

«Pretos são muitos funcionarios publicas das nossas colonias; pretos são muitos dos nossos mais prestimosos officiaes; pretos são alguns individuos que occupam na sociedade os melhores logares.

«A penalidade não deve variar, segundo a côr; deve variar, segundo o grau de responsabilidade, quer o réu seja branco, quer seja preto.

«Nós temos, como o illustre publicista, conhecimento do que se faz em Africa. Deus nos livre de darmos aos chefes de concelho mais ampla liberdade de castigo. Não são innocentes os castigos corporaes que em quasi todos os concelhos se infligem aos pretos que cahem nas administrações, como o não são os muitos castigos e barbaridades que os particulares applicam aos pretos, e de que elles se não queixam, porque isso seria perder tempo e alcançar maiores castigos.

«Quando o illustre publicista, a quem me refiro, lêr as estatisticas do movimento criminal referidas a 1899, as ultimas conhecidas e que dentro de dois mezes serão publicadas no *Annuario Estatistico*, convencer-se-ha de que, pelo menos em Angola, o principal criminoso é o branco. Assim, a nossa raça dá o exemplo da desordem, do roubo, do assassinio.

«Nos corpos da provincia, em que as praças são

quasi todas pretas, responderam em 1899, por diversos crimes, 29 africanos e 33 europeus.

«Nos tribunaes civis de Loanda, Benguella e Mossamedes responderam em processo crime, durante o referido anno de 1899: europeus, 85; africanos, 72.

«Estabelecendo-se a proporção entre a população europêa, vêr-se-ha que o elemento preto é mais submisso, mais ordeiro que o elemento branco.

« - Já que me refiro á criminalidade, vou-lhes fornecer alguns dados estatísticos, referidos a 1899, algo curiosos.

«O numero de crimes apreciados no tribunal militar foi de 62, sendo (5 crimes communs e 47 militares. As diversas penas impostas por estes delictos foram: degredo, 2; prisão militar, 20; presidio militar, 27; incorporação em deposito, 4; deportação militar, 4; prisão correccional, 4; prisão disciplinar, 1.

«Dos condemnados, 3 eram sargentos; 54 cabos, soldados e corneteiros; 2 musicos e 3 degradados.

«Os crimes foram: 2, por abuso de autoridade; 2, abuso de confiança; 9, abandono de posto; 3, abandono de posto e furto; 3, evasão de presos; 4, desobediencia e embriaguez; 1, offensas a superior por palavras; 2, offensas a superior por pancadas; 1, deserção; 8, extravio de artigos; 6, inutilisação de artigos; 11, insubordinação; 3, furto; 2, offensas corporaes; 2, homicidio voluntario.

«Dos condemnados, 31 tinham sido compellidos ao serviço militar, 11 recrutados, 14 voluntários, 1 ex-alumno de marinheiros, e 4 sentenciados do deposito.

«O tribunal de relação julgou 140 processos, dos quaes: 20, appellações civeis; 8, appellações commerciaes; 51, appellações criminaes; 5, appellações da fazenda nacional; 1, conflicto; 1, recurso eleitoral; 54, agravos e cartas testemunháveis.

«Nas comarcas de Benguella, Loanda e Mossa-

medes, foram julgados 163 processos, correspondendo a absolvição a 64 e a condenação a 99. Dos condemnados, 16 têm de cumprir penas maiores, e 83 correccionaes.

«Dos réus julgados, 151 eram varões e 12 femeas. Quanto ás idades os julgados subdividiram-se:

«Menores de 14 annos, 1; de 14 a 21 annos, 15; de 21 a 30 annos, 64; de 30 a 40 annos, 46; de 49 a 50 annos, 25; de 50 a 60 annos, 8; idade desconhecida, 4.

«Segundo as profissões: 18, eram agricultores; 17, industriaes ; 29, commerciantes; 3, proprietarios; 14, empregados civis e militares; 45, profissões diversas; 23, criados; 9, sem profissão; 5, profissão desconhecida.

«Quanto á instrucção, sabiam lêr 55 europeus e 20 africanos; eram analphabetos 30 europeus e 50 africanos; tinham instrucção desconhecida, 8 europeus.

«Os crimes mais graves foram: homicidio voluntario, 12; estupro, 1; ferimentos, 24; carcere privado, 4; roubo, 9; furto, 24; fogo posto, 3; falsificação de escriptos, 1; peculato, 1.

«Os crimes mais frequentes foram: ferimentos, 20; offensas corporaes, 28; furto, 16; diffamação, 10; desobediencia, 6; ultraje á moral, 3; damno, 2; porte de armas, 2; injuria á autoridade, 1; roubo, 6; vadiagem, 1; homicidio voluntario, 7.

*

* *

«Para concluir reservei propositadamente o numero de occurrencias criminaes de que houve conhecimento nas differentes administrações dos concelhos.

«Foram nada menos de 2:521, das quaes apenas se levantaram 143 autos para enviar para juizo .

«Que significa esta relação entre o numero de

ocorrencias e o numero de autos? Significa que os administradores dos concelhos resolveram summariamente os processos applicando os artigos que entenderam, sem intervenção dos tribunaes criminaes.

«Só de furto tiveram as administrações conhecimento de 339.

«As *macas* ou questões julgadas e decididas nos chefados, sem a intervenção dos poderes competentes, foram sem numero, e a decisão d'ellas custa muito dinheiro ao accusador e ao accusado. Este paga por se vêr livre da justiça; aquelle paga por lhe terem administrado justiça!

«Isto é a prova de que o preto, como o branco, tem menos amor ao dinheiro do que á liberdade. E' quem ha, por mais indolente que seja, que não prefira viver livre? A justiça por dinheiro é uma iniquidade.

«Se na realidade o preto não fosse homem como qualquer outro, bastavam-lhe as necessidades de desempenhar as funcções da vida, para o fazer ambicionar a liberdade. E, de resto, era necessario esquecer os habitos de alcoolismo dos pretos mais selvagens, para os suppôr resignados numa cadeia, onde o alcool pelo menos não deve entrar.

«Numa coisa estamos de acordo - na necessidade de simplificar a papelada dos processos.

«Simplifique-se a administração da justiça, para que ella não seja um sugadouro de dinheiro dos infelizes, que muitas vezes deixam de alcançar justiça por falta de meios, e deixemo-nos das historietas de que o preto nem vale o mais infimo dos brancos. Não é com estas cantatas que a raça branca evidenceia a sua superioridade.

P.B.

CONCLUSÃO

Ahi ficam bem patentes as vantagens que se pretendem inculcar, estabelecendo-se o systema do serviço forçado. Só o achará optimo quem nunca ouviu fallar d'estas bellezas, ou quem não quer es cutar o brado da humanidade. Podemos affirmar sem receio de errar que, se alguns vestigios de trabalho mais desenvolvido se apresentam hoje aos olhos do observador, datam do tempo em que o serviço obrigatorio foi abolido, a instancias de governadores geraes intelligentissimos, experimentados em todos os ramos de administração publica, encanecidos em questões africanas, tendo dado o golpe decisivo o eminente estadista Sá da Bandeira, para nós mais autorizado e muito mais competente, que o illustre explorador, a quem o nosso antagonista se soccorre. Dir-nos-hão, talvez, que não se deseja o trabalho forçado pelo regimen antigo; obriga-se o preto a trabalhar e paga-se-lhe religiosamente.

Nós lembraremos a sociedade fiel do leão e outros animaes andando á caça. Para que os contratos

sejam bilateraes em tudo, é essencial, não só ter conhecimento perfeito do objecto sobre que elles recahem, mas também que as duas partes sejam senhores de seus direitos, reconheçam as suas obrigações, e, em ultima analyse, sejam de igual força para obrigar a outra parte que se torna infiel; fora d'isto, seria illudir a boa fé e abusar do direito domais forte.

Nas condições, pois, em que se pretende decretar o trabalho forçado do negro, na força da sua vergonhosa ignorancia, sem lhe destruir a estupidez, nada mais commodo do que faze-lo trabalhar e não lhe pagar, para que a sua propria ignorancia justifique as atrocidades que contra elle se queiram exercer.

Diz o artigo que continuamos analysando, que o serviço livre está largamente experimentado e conhecido, e os resultados são nenhuns. O serviço forçado está mais que largamente experimentado, já está desmascarado, os seus resultados são os assassinatos, barbaridades e venalidades, e podem crêr que, emquanto se nos não provar até á evidencia, que se não póde conseguir a perfeita colonisação por outros meios senão pela violencia, continuaremos appellando para a instrucção e para a emigração, e não temos receio de affirmar que as theorias, que não tenham o seu fundamento nos principios por nós expostos, peccam por esclavagistas.

Diz ainda o nosso contendor: «As obras publicas pagando bem e: pontualmente os seus jornaes, não têm um unico opera rio preto, capaz de fazer uma obra de responsabilidade e perfeição». Esta asseveração, apresentada assim aos quatro ventos; despida de alguma circumstancia que possa destruir o mau effeito, levar-nos-hia muito longe; se fosse este o ponto principal que desejassemos combater; mas a mesma asserção é a nosso favor pelos principios que temos exposto.

Como quer nosso adversario que um operario, com os principios de pratica, sem theoria, apre-

sente trabalhos que satisfaçam a todos os preceitos de arte?

Não se póde negar em absoluto que haja alguns indígenas que trabalham com perfeição, como encontrar alguns d'entre os operários europeus que veem para aqui como para escola de aprendizagem. E quererá por acaso por aquella asseveração negar que a instrução e a civilização aperfeiçoem o preto physica e moralmente?

Quando em 1877 desembarcou em Loanda a primeira expedição d'obras publicas, d'entre o pessoal havia um conductor, moço preto, natural de Lisboa; os collegas respeitavam nelle a intelligencia, dizia-se que era, com effeito, senhor de seu nariz, affirmava-se até que elle dava quinaus a alguns que se achavam em gradação superior, que entendiam tanto d'obras publicas, como eu do chim. Esse moço estudou, desenvolveu o talento com os conhecimentos adquiridos e tornou-se util á sociedade.

Quer que trabalhe quem ignora os beneficios da civilisação; que não cursou os bancos d'uma escola regular; o boçal, a quem ninguem desenvolveu o estimulo e creou necessidades; a quem não falta a luz, o ar, o sol, a agua; a, quem a natureza destinou a Africa, onde quasi tudo brota espontaneamente do solo; quer que trabalhe o negro, que ainda ha pouco descobriu jazigos de borracha; quer que trabalhe assim mesmo involto na sua caliginosa estupidez, ou carrega-lo de ferros para lhe fazer aceitar o serviço forçado? E' pretender endireitar a sombra d'uma vara torta.

Tinhamos tenção de dizer mais alguma coisa sobre o uso d'alpercatas, e ácerca da alimentação da gallinha, trazida para a questão, como indicio de civilisação; convem por emquanto saber-se que os bisavós d'esses dois soldados já usavam d'alpercatas, sem que fossem buscar a sua utilidade nas ordenanças d'algun regimento, e é para admirar que de tantos soldados que tem obtido baixa, só dois se encontrem entre, os oitenta homens acampados

nas margens do Luinha. O negro do interior come a herva, como saborês a gallinha, alimenta-se de legumes, mas abate a sua rez, vae á caça e trinca um bom naco de carne; o que elle não sabe é, preparar um biffe; ledear com toucinho e champignons um lombo real de phantesga; mas creiam, se lh'oderem, come-o com muita satisfação, capaz de afoga-lo num bom copo de vinho. Os factos dizem mais, que as simples theorias. Ficamos por aqui .

1 de janeiro de 1889.

A.T.N.